nômade

ayaan hirsi ali

AYAAN HIRSI ALI

Nômade

Do islã para a América

Tradução

Augusto Pacheco Calil

Para Chris DeMuth, meu abeh *substituto — amigo, mentor*
e guia da vida americana —, com respeito e amor

Narrou Imran bin Husain:
“Disse o Profeta: ‘Vi o Paraíso e percebi que os pobres eram a maioria entre seus habitantes; vislumbrei o Inferno e vi que a maioria de seus habitantes eram mulheres’”.

Hadith — Sahih Bukhari 4:464

Sumário

Introdução

Fui nômade durante toda a minha vida. Sem raízes, tenho vagado pelo mundo. Sempre que me instalei em algum lugar, fui obrigada a fugir; deixei de lado cada uma das certezas que me foram ensinadas.

Nasci em Mogadíscio, Somália, em 1969. Quando ainda era muito pequena, meu pai foi preso em decorrência de seu envolvimento na oposição política à brutal ditadura. Ele escapou da prisão e fugiu rumo ao exílio. Aos oito anos, eu e meus irmãos fomos levados por minha mãe à Arábia Saudita, para viver com ele. Um ano mais tarde, fomos expulsos do país e nos mudamos para a Etiópia, onde ficava a base de operações do grupo oposicionista do meu pai. Após cerca de dezoito meses vivendo por lá, nós nos mudamos novamente, para o Quênia.

Cada mudança de país me jogava despreparada em um idioma totalmente novo e costumes muito distintos. A cada vez, eu tentava me adaptar da maneira desesperada e muitas vezes vaidosa de uma criança. A única constante em minha vida era o resoluto elo da minha mãe com o islã.

Meu pai deixou o Quênia, e nossa família, quando eu tinha onze anos. Só pude revê-lo quando já tinha 21. Durante sua ausência, tornei-me uma muçulmana zelosa e fiel, por influência de um professor da escola. Também retornei, por oito meses, à Somália, onde vivenciei o nascimento da guerra civil e o caos e a brutalidade do grande êxodo de 1991, quando metade da população do país foi expulsa de casa e 350 mil pessoas morreram.

Quando eu tinha 22 anos, meu pai ordenou que me casasse com um parente, um desconhecido que vivia em Toronto. Na jornada do Quênia até o Canadá, eu deveria fazer uma escala na Alemanha, onde obteria meu visto canadense e então seguiria viagem. Mas uma espécie de desespero instintivo me fez mudar de ideia. Tomei um trem rumo à Holanda. Essa viagem foi ainda mais angustiante do que as jornadas anteriores que eu fizera, e meu coração pulava ao pensar nas implicações do que eu estava fazendo e no que meu pai e meu clã fariam quando descobrissem que eu tinha fugido.

Na Holanda, descobri a generosidade dos desconhecidos. Eu não era nada para aquelas pessoas, e mesmo assim elas me alimentaram e abrigaram, me ensinaram seu idioma e permitiram que eu aprendesse o que quisesse. A Holanda funcionava de uma maneira diferente de todos os países nos quais morei. Era uma terra pacífica, estável, próspera, tolerante, generosa, de uma bondade profunda. Enquanto aprendia holandês, comecei a formular uma meta quase impossível, tamanha a ambição dela: estudar ciências políticas para descobrir por que *esta* sociedade, apesar de infiel aos meus olhos, *funcionava*, ao passo que todas as outras sociedades que eu conhecera, independentemente do quanto se afirmassem muçulmanas, apodreciam com corrupção, violência e uma malícia egocêntrica.

Por muito tempo oscilei entre os ideais claros do Iluminismo que aprendi na universidade e minha submissão aos ditames igualmente claros de Alá, aos quais eu temia desobedecer. Enquanto cursava a faculdade, trabalhei como tradutora de somali para o holandês a serviço do departamento de assistência social da Holanda, e conheci muitos muçulmanos em circunstâncias difíceis, em lares para mulheres espancadas, prisões, aulas especiais. Nunca liguei os pontos — na verdade, tentei evitar isso ao máximo —, de modo que não pude perceber a relação entre a fé no islã e a pobreza, entre a religião e a opressão das mulheres, bem como a impossibilidade de escolhas livres e individuais.

Ironicamente, foi Osama bin Laden quem me libertou desse antolho. Após o Onze de Setembro, pareceu-me impossível ignorar as alegações dele segundo as quais a destruição de vidas inocentes (ainda que infiéis) era condizente com o Alcorão. Procurei no texto, e descobri que era verdade. Isso significava

que eu não poderia mais ser uma muçulmana. Na verdade, percebi que já não era muçulmana havia muito tempo.

Ao me manifestar a respeito de tais questões, comecei a receber ameaças de morte. Também pediram que me candidatasse ao parlamento holandês como membro do Partido Liberal, defensor do livre mercado. Ao me eleger parlamentar, sendo jovem, negra e mulher — e com frequência acompanhada por um guarda-costas —, tornei-me muito visível. Mas estava protegida; meus amigos e colegas, não. Após ter concluído com o diretor Theo van Gogh um filme que demonstrava como o islã anula as mulheres, Theo foi assassinado por um muçulmano fanático, um jovem de 26 anos que nascera no Marrocos e fora trazido a Amsterdã por seus pais.

Escrevi um livro de memórias, *Infiel*, sobre minhas experiências. Nele descrevi como me senti sortuda por ter escapado de lugares onde as pessoas vivem em tribos e os assuntos dos homens são conduzidos de acordo com os ditames e tradições da fé, e como me senti contente por morar num lugar onde pessoas de ambos os sexos viviam em igualdade como cidadãos. Relatei os acontecimentos aleatórios que fizeram da minha infância algo tão caótico; o temperamento volátil da minha mãe; a ausência do meu pai; os caprichos dos ditadores; como lidávamos com doenças, desastres naturais e guerras. Descrevi minha chegada à Holanda e minhas primeiras impressões da vida num lugar onde as pessoas não eram súditas de tiranos nem governadas pelos ditames da linhagem de um clã, e sim cidadãs dos governos que elegem.

Resvalei — mas apenas resvalei — em minha igualmente importante jornada mental paralela. Descrevi algumas das questões que se formaram na minha mente, os primeiros passos que dei para compreender o novo mundo que tinha conhecido e as experiências que me levaram a questionar a fé no islã e os costumes dos meus pais.

Enquanto escrevia *Infiel*, pensei que minhas viagens tinham chegado ao fim. Pensei que estava na Holanda para ficar, que tinha me enraizado no solo fértil daquele país e jamais teria de me transplantar novamente. Mas eu estava errada. Tive de partir. Vim aos Estados Unidos — como tantos antes de mim — em busca da oportunidade de construir uma vida e obter meu sustento em liberdade e segurança, uma vida separada por um oceano de todo o conflito que testemunhei e da luta interna pela qual passei. Este livro, *Nômade*, explica por que escolhi os Estados Unidos.

Leitores de *Infiel* de todas as partes do mundo me ofereceram grande apoio e me encorajaram muito. Mas também me fizeram perguntas sobre assuntos que não abordei naquele livro. Perguntaram sobre o restante da minha família. Perguntaram sobre a vivência de outras muçulmanas. Foram muitas as vezes em que ouvi a seguinte pergunta: até que ponto seu relato poderia ser considerado típico? Você se considera de alguma forma representativa? *Nômade* é uma resposta a essa pergunta. Não se trata apenas da história da minha própria vida errante pelo Ocidente; o livro trata também da vida dos muitos que imigraram para o Ocidente, das dificuldades filosóficas e extremamente concretas enfrentadas pelas pessoas, principalmente pelas mulheres, que vivem numa cultura muçulmana tradicional muito fechada em meio a uma cultura amplamente aberta. Trata-se do choque de civilizações que eu e milhões de outras pessoas *vivenciamos* e continuamos a vivenciar.

Quando me mudei para os Estados Unidos e comecei novamente o processo de me ancorar num novo país, fui atingida por uma nova e intensa saudade de casa que se seguiu à morte do meu pai, em Londres. Ao restabelecer os laços com minha família e meus parentes — meus primos e até minha meia-irmã — que moram nos Estados Unidos, no Reino Unido e em outros países, descobri-os numa situação de trágica instabilidade. Uma delas tem aids, outra foi indiciada por tentar assassinar o marido e um terceiro envia todo o dinheiro que ganha à Somália para alimentar o clã. Todos afirmam ser leais aos valores de nossa tribo e de Alá. São residentes permanentes e cidadãos dos países ocidentais em que vivem, mas seus corações e suas mentes estão em outro lugar. Eles sonham com uma época que nunca existiu na Somália;

uma época de paz, amor e harmonia. Será que um dia se enraizarão onde estão? Parece improvável. A descoberta dos problemas deles é um dos temas de *Nômade*.

Você deve estar pensando: "E daí? Todas as culturas têm suas famílias disfuncionais, não?". De fato, para os cineastas de Hollywood, famílias disfuncionais cristãs e judaicas consistem num excelente entretenimento. Mas acredito que as famílias disfuncionais muçulmanas sejam uma ameaça real ao próprio tecido da vida ocidental.

A família é o cadinho dos valores humanos. É na família que as crianças são educadas a praticar e promover as normas da cultura de seus pais. É na família que um ciclo de lealdades é estabelecido e transmitido às gerações futuras. É, portanto, de extrema importância que compreendamos a dinâmica da família muçulmana, pois nela está a chave para (entre outras coisas) a suscetibilidade de tantos jovens muçulmanos ao radicalismo islâmico. É sobretudo por meio das famílias que as teorias da conspiração viajam das mesquitas e madraçais da Arábia Saudita até as salas de estar de lares na Holanda, na França e nos Estados Unidos.

Muitos na Europa e nos Estados Unidos contestam a tese de que estamos vivendo um choque de civilizações entre o islã e o Ocidente. Mas uma minoria radical entre os muçulmanos acredita piamente que o islã está sob ataque. Essa minoria está dedicada a vencer a guerra santa que declarou contra o Ocidente. Seu objetivo final é restaurar um califado teocrático nos países muçulmanos e impor tal sistema ao restante do mundo. Um grupo maior de muçulmanos, vivendo principalmente na Europa e nos Estados Unidos, acredita que atos de terror cometidos por seus colegas muçulmanos provocarão uma reação indiscriminada do Ocidente contra todos os muçulmanos. (Na verdade, há poucas evidências de que tal reação esteja ocorrendo, mas, apesar da falta de indícios, essa percepção perdura entre os imigrantes muçulmanos e é reforçada pelos radicais.) Com esse sentimento coletivo de perseguição, muitas famílias muçulmanas que moram no Ocidente se isolam em guetos produzidos por elas mesmas. Nesses guetos, agentes do islã radical cultivam sua mensagem de ódio e buscam soldados rasos para combaterem como mártires de sua distorcida visão de mundo. Jovens descontentes e desorientados em famílias disfuncionais de imigrantes constituem recrutas perfeitos para tal causa. Com o contínuo fluxo migratório proveniente do mundo muçulmano e uma taxa de natalidade consideravelmente maior nas famílias muçulmanas, ignorar esse fenômeno é algo que fazemos por nossa própria conta e risco.

Como alguém que conhece a situação de dentro, posso ilustrar o problema simplesmente relatando as histórias dos meus anos de formação, que incluem histórias dos meus irmãos e outros parentes. Em *Nômade*, tento descrever como, na esfera mais íntima da família, meu pai e minha mãe se identificaram ou deixaram de se identificar um com o outro; as expectativas que tiveram em relação aos filhos; sua filosofia de educação; a crise de identidade que legaram aos filhos; suas visões conflitantes em relação à sexualidade, ao dinheiro e à violência; e, acima de tudo, o papel desempenhado pela religião na desagregação de nossa vida familiar.

Há momentos em que me pergunto o que eu teria feito se meu pai não tivesse nos deixado no Quênia. Se ele tivesse ficado, eu teria me casado muito mais nova e nunca teria tido a coragem nem a oportunidade de fugir em busca de uma vida melhor. Se minha família nunca tivesse deixado a Somália ou se minha mãe tivesse conseguido o que queria, mantendo-me em casa em vez de me mandar para a escola, as sementes da minha rebelião poderiam nunca ter se enraizado, sementes que me inspiraram a imaginar uma vida diferente daquela à qual estava acostumada e da vida que meus pais reservaram para mim. Em minha vida, eram tantas as circunstâncias e decisões que fugiam ao controle que apenas retrospectivamente posso ver as oportunidades que permitiram que eu assumisse o controle dela.

Descobri da forma mais dolorosa possível que ficar à deriva entre dois sistemas de valores, transpondo a lacuna entre o Ocidente e o islã e levando uma vida de ambiguidade — com uma aparência

exterior de modernidade e autoconfiança e uma insistência interior em se ater às tradições e à dependência em relação ao clã —, é algo que atrapalha o processo por meio do qual assumimos o controle de nossa própria vida. Sofri grande angústia mental diante da perspectiva de deixar que meu pai enfrentasse a ira de nosso clã após minha fuga; vivi um estado de tortura íntima enquanto contemplava as consequências de deixar o islã, consequências que não recairiam sobre mim, mas sobre meus pais e demais parentes. Passei por muitos momentos de fraqueza quando considerei a ideia de desistir das minhas necessidades e sacrificar minha felicidade pessoal para garantir a tranquilidade na consciência dos meus pais, irmãos e demais membros do clã.

Em outras palavras, minha jornada de nômade foi acima de tudo mental — mesmo em seu último estágio, da Holanda para os Estados Unidos. Foi uma jornada que compreendeu não apenas milhares de quilômetros, mas também uma jornada pelo tempo, por centenas de anos. Uma jornada desde a África, um lugar onde as pessoas são membros de uma tribo, até a Europa e a América, onde as pessoas são cidadãs (apesar de haver variações consideráveis na concepção de cidadania de cada país). Foram muitos mal-entendidos, expectativas e decepções pelo caminho, e aprendi muitas lições. Aprendi que uma coisa é dizer adeus para a vida tribal; outra é levar a vida de um cidadão, coisa que muitos membros da minha família se mostraram incapazes de fazer. E é claro que eles não são os únicos.

Atualmente, quase um quarto da população mundial se identifica como muçulmana, e os dez países que mais produzem refugiados no mundo também são muçulmanos. A maioria desses errantes dirige-se para a Europa e os Estados Unidos. É quase certo que a migração proveniente dos países muçulmanos deva aumentar nos próximos anos, pois a taxa de natalidade desses países é muito mais alta do que a observada nos países ocidentais. A “família-problema” — pessoas como meus parentes — se tornará cada vez mais comum, a menos que as democracias ocidentais compreendam melhor como deve ser feita a integração dos recém-chegados às nossas sociedades: como transformá-los em cidadãos.

Vejo três obstáculos principais para este processo de integração, e nenhum deles é específico à minha família. O primeiro é o tratamento dispensado pelo islã às mulheres. A vontade das meninas é sufocada pelo islã. Quando chega a primeira menstruação, elas perdem imediatamente a voz. São criadas para serem robôs submissos que trabalham na casa como faxineiras e cozinheiras. São obrigadas a aceitar o casamento escolhido pelo pai, e depois disso suas vidas são devotadas à satisfação sexual do marido e a seguidas gestações. Sua educação é muitas vezes interrompida quando ainda são meninas e, assim, quando se tornam mulheres, elas se veem totalmente incapazes de preparar seus filhos para se tornarem cidadãos nas sociedades ocidentais modernas. Suas filhas repetem o mesmo padrão.

Algumas meninas aceitam. Outras levam uma vida dupla. Algumas fogem e se tornam vítimas da prostituição e das drogas. Um pequeno número delas consegue encontrar uma saída, como eu fiz, e pode até chegar a uma reconciliação com a família. Cada história é diferente, mas o fator comum é que as muçulmanas têm de suportar um controle familiar sobre sua sexualidade muito maior do que aquele vivenciado pelas mulheres de outras comunidades religiosas. Essa, em minha opinião, é a maior barreira no caminho da conquista da cidadania — não apenas para as mulheres, mas também para os filhos criados por elas e para os homens que estes filhos se tornam ao crescer.

O segundo obstáculo, que pode parecer trivial para muitos leitores ocidentais, é a dificuldade enfrentada por muitos imigrantes de países muçulmanos quando são obrigados a lidar com dinheiro. As atitudes islâmicas em relação ao crédito e ao endividamento e a ignorância das muçulmanas sobre questões financeiras significam que a maioria dos novos imigrantes chega ao Ocidente totalmente despreparada para a gama de oportunidades e obrigações desorientadora apresentada pela sociedade de consumo moderna.

O terceiro obstáculo é a socialização da mente muçulmana. Os muçulmanos são criados para acreditar que Maomé, o fundador de sua religião, era um homem de virtudes perfeitas e que as estruturas morais deixadas por ele como legado jamais devem ser questionadas. O Alcorão, conforme “revelado” a

Maomé, é considerado infalível: ele é a verdadeira palavra de Alá, e todos os seus comandos devem ser obedecidos sem questionamento. Isso torna os muçulmanos muito mais vulneráveis à doutrinação do que os seguidores de outras crenças. Além disso, o estado endêmico de violência verificado em muitas sociedades muçulmanas, da violência doméstica até a incessante celebração da guerra santa, aumenta a dificuldade enfrentada para transformar pessoas provenientes desse mundo em cidadãs ocidentais.

Posso resumir os três obstáculos para a integração de pessoas como meus próprios parentes em três palavras: sexo, dinheiro e violência.

Na última parte de *Nômade* sugiro algumas soluções. O Ocidente costuma responder ao fracasso social dos imigrantes muçulmanos com aquilo que pode ser chamado de racismo de baixas expectativas. A atitude do Ocidente tem como base a ideia de que aqueles que não são brancos devem ser eximidos dos padrões "normais" de comportamento. Uma classe de pessoas bem-intencionadas considera que as minorias não devem partilhar das obrigações que a maioria deve atender. Nos países liberais e democráticos, as maiorias são brancas, e as minorias costumam compreender os outros. Mas os muçulmanos, como todos os demais imigrantes, procuram o Ocidente não para se verem trancados dentro de uma minoria, mas por uma vida melhor, uma vida mais segura e previsível, que traga a perspectiva de um aumento de renda e a oportunidade de proporcionar uma educação de qualidade para os filhos. Acredito que, para chegar a isso, eles precisam aprender a abandonar alguns de seus hábitos, dogmas e práticas, abrindo-se para o aprendizado de novos costumes.

É grande o número de homens e mulheres ocidentais que tentam alocar os refugiados, repreendem seus concidadãos por não fazerem mais, doam dinheiro a organizações filantrópicas e lutam para eliminar a discriminação. Tentam influenciar governos para que eximam as minorias dos padrões de comportamento das sociedades ocidentais; esforçam-se para ajudar as minorias a preservar sua cultura e dispensam sua religião de um escrutínio crítico mais rigoroso. São pessoas bem-intencionadas, disso não tenho dúvida. Mas acredito que seu ativismo seja agora uma parte do próprio problema que tentam solucionar. Para ser franca, são fúteis os esforços deles no sentido de ajudar minorias como a muçulmana, porque, ao adiar ou no máximo prolongar o processo de sua transição para a modernidade — ao criar a ilusão de que é possível ater-se às normas tribais e tornar-se um cidadão bem-sucedido ao mesmo tempo —, os propositores do multiculturalismo confinam as gerações subsequentes nascidas no Ocidente a uma terra de ninguém dos valores morais. Uma linguagem de aceitação e compaixão é na verdade a embalagem de uma forma cruel de racismo. E essa crueldade é ainda mais amplificada por ser expressada em palavras doces e virtuosas.

Acredito que há três instituições na sociedade ocidental capazes de facilitar a transição pela qual devem passar os milhões de nômades que deixam as culturas tribais. São instituições que concorrem com os agentes da jihad na luta pelos corações e pelas mentes dos muçulmanos.

A primeira é o ensino público. O Iluminismo europeu do século xviii fez nascer escolas e universidades que funcionam com base no princípio do pensamento crítico. A educação teve como objetivo ajudar as massas a se emancipar da pobreza, da superstição e da tirania por meio do desenvolvimento de suas capacidades cognitivas. Com a difusão da democracia nos séculos xix e xx, o acesso a tais instituições alicerçadas na razão se expandiu constantemente. Crianças provenientes de todos os contextos sociais aprendiam não apenas matemática, geografia, ciência e artes, mas também as habilidades sociais e a disciplina necessárias para se obter sucesso no mundo fora da sala de aula. A literatura expandiu e desafiou a imaginação das pessoas, levando-as a desenvolver empatia por personagens de outros lugares e épocas. Essa educação pública era voltada para a criação de cidadãos, e não para a preservação do isolamento de uma tribo, da santidade de uma fé ou de qualquer que fosse o preconceito vigente na época.

Atualmente, entretanto, muitas escolas e campi no Ocidente optaram por manifestar mais “consideração” pela fé, pelos costumes e pelos hábitos dos estudantes imigrantes que se encontram em suas salas de aula. Partindo de um senso equivocado de boas maneiras, elas se abstêm de desafiar diretamente as crenças dos jovens muçulmanos e de seus pais. Livros didáticos maquiam a natureza fundamentalmente injusta das normas do islã e o apresentam como religião pacífica. Instituições da razão devem se livrar desses antolhos autoimpostos e reinvestir no desenvolvimento da capacidade de pensar de maneira crítica, sem se importar com aqueles que considerarem o resultado descortês.

A segunda instituição que pode e deve fazer mais é o feminismo. As feministas do Ocidente devem transformar o drama da mulher muçulmana em sua própria causa. O objetivo delas deveria ser ajudar a muçulmana a encontrar sua voz. As feministas ocidentais dispõem de grande experiência e vastos recursos. Há três metas que elas devem almejar como forma de ajudar suas irmãs muçulmanas. A primeira é garantir que as meninas sejam livres para concluir os estudos; a segunda é ajudá-las a serem donas do próprio corpo e, assim, de sua própria sexualidade; e a terceira é garantir que recebam não apenas a oportunidade de participar da força de trabalho como de permanecer incorporadas a ela. Diferentemente das muçulmanas nos países muçulmanos e das mulheres ocidentais do passado, as muçulmanas que vivem no Ocidente enfrentam restrições específicas impostas a elas por suas famílias e comunidades. Não basta classificar tais problemas como casos de “violência doméstica”; são domésticos na sua prática, mas legais e culturais em sua natureza. Deveriam ser promovidas campanhas dedicadas à denúncia de circunstâncias e restrições sofridas especificamente pelas muçulmanas e dos perigos que elas enfrentam no Ocidente; à educação dos muçulmanos em relação à importância da emancipação das mulheres e da sua educação, pedindo que sejam punidos quando recorrerem à violência; à proteção das muçulmanas contra os castigos físicos.

A terceira e última instituição que convoco a enfrentar este desafio é a comunidade das igrejas cristãs. Pessoalmente, tornei-me ateia, mas encontrei muitos muçulmanos que dizem precisar de uma âncora espiritual em suas vidas. Tive o prazer de conhecer cristãos cuja concepção de Deus difere muito da que os muçulmanos têm de Alá. São os membros de uma cristandade reformada e parcialmente secularizada que seria uma aliada útil na luta contra o fanatismo islâmico. Esse Deus cristão moderno é sinônimo de amor. Seus agentes não pregam o ódio, a intolerância e a discórdia; esse Deus é misericordioso, não almeja o poder temporal e não concorre com a ciência. Seus seguidores enxergam na Bíblia um livro repleto de parábolas, e não uma sequência de ordens diretas que devem ser obedecidas. No momento, há dois extremos da cristandade que consistem em riscos para a civilização ocidental. O primeiro é representado por aqueles que amaldiçoam a existência de outros grupos. Eles adotam uma leitura literal da Bíblia e rejeitam explicações científicas para a existência do homem e da natureza em nome de uma “concepção inteligente”. Tais grupos cristãos fundamentalistas investem boa parte de seu tempo e energia na tentativa de converter novos fiéis. Mas muito daquilo que pregam contradiz os princípios centrais do Iluminismo. No outro extremo estão aqueles que procuram apaziguar o islã — como o líder espiritual da Igreja anglicana, o arcebispo da Cantuária, que diz acreditar na inevitabilidade da implementação da charia no Reino Unido. Aqueles que aderem a uma cristandade moderada, pacífica e reformada se mostram menos ativos do que o primeiro grupo e se manifestam menos do que o segundo. Mas eles deveriam procurar ser mais ativos e se manifestar mais. A cristandade do amor e da tolerância ainda é um dos antídotos mais poderosos do Ocidente contra o islã do ódio e da intolerância. Ex-muçulmanos descobrem que Jesus Cristo é um personagem mais atraente e humano do que Maomé, o fundador do islã.

O período que vivi como nômade está chegando ao fim. Meu destino final acabou se revelando os Estados Unidos, assim como para muitos milhões de errantes nos últimos duzentos anos. A América é agora o meu lar. Para o bem ou para o mal, partilho do destino dos demais americanos e gostaria de

recompensar a generosidade deles ao me receber em sua incomparável sociedade livre partilhando a percepção que adquiri ao longo dos meus anos como nômade muçulmana tribal.

A mensagem de *Nômade* é clara e pode ser afirmada desde o início: o Ocidente precisa urgentemente concorrer com os jihadistas, com os proponentes de uma guerra santa, pelos corações e pelas mentes de suas próprias populações muçulmanas imigrantes. Precisa proporcionar uma educação que tenha como objetivo romper o feitiço do Profeta infalível, proteger as mulheres dos ditames opressivos do Alcorão e promover fontes alternativas de espiritualidade.

Assim como em *Infiel*, o conteúdo de *Nômade* é extremamente subjetivo. Em nenhum momento afirmo ser a única dona da solução mágica para se transformar um imigrante num cidadão bem-sucedido. Sendo o que é, a natureza humana não se entrega a categorizações superficiais como os rótulos de “assimilável” e “não assimilável”. Não existe manual pronto contendo a receita para uma reconciliação fácil e desimpedida com a modernidade. Cada indivíduo é diferente e precisa lidar com seu conjunto único de oportunidades e restrições. O mesmo vale para famílias e comunidades que enfrentam o desafio duplo de adotar uma nova maneira de viver enquanto se mantêm fiéis às tradições de seus ancestrais e de sua fé.

Este é, portanto, um livro bastante pessoal, uma espécie de acerto de contas com minhas próprias raízes. Poderíamos dizer que o livro se dirige a Sahra, a irmã mais nova que deixei para trás no mundo do qual escapei. Mas é também a conversa que gostaria de ter com minha família, especialmente com meu pai, que um dia compreendeu e até defendeu a vida moderna que hoje levo, antes de cair novamente num transe de submissão a Alá. Esta é a conversa que gostaria de ter tido com minha bisavó, que me ensinou a honrar nossa linhagem, haja o que houver.

Enquanto escrevia este livro, pensei constantemente no filho do meu irmão, Jacob, crescendo em Nairóbi, e na filha pequena de Sahra, Sagal, que nasceu numa bolha somali em plena Inglaterra. Espero que cresçam direito, com força e saúde — mas também, acima de tudo, em liberdade.

primeira parte:
uma família-problema

1. Meu pai

Ao entrar na Unidade de Terapia Intensiva do Royal London Hospital para ver meu pai, receei ter chegado tarde demais. Ele estava estirado no leito hospitalar, com a boca estranhamente aberta, e numerosas e ameaçadoras máquinas estavam ligadas ao seu corpo. Elas emitiam bipes e tiques, e as linhas que se erguiam e mergulhavam em rápida sucessão nos seus monitores pareciam indicar uma breve contagem regressiva até a sua morte.

"*Abeh*", gritei com toda a força. "*Abeh*, sou eu, Ayaan."

Apertei a mão dele entre as minhas e, ansiosa, beijei sua testa; os olhos do meu pai se abriram subitamente. Ele sorriu, e o calor de seu olhar e seu sorriso encheram toda a sala. Pus a palma das minhas mãos sobre a mão direita dele, e ele as apertou e tentou falar, tentou obrigar algumas palavras a saírem. Mas só o que conseguiu foi emitir um chiado e tossir sem fôlego. Fez esforço para se sentar, mas não era capaz de sustentar o peso do próprio corpo.

Ele estava coberto com lençóis brancos, e dava a aparência de estar amarrado na cama. Calvo, parecia ser muito menor do que nas minhas lembranças. Havia um terrível tubo em sua garganta que fornecia a ele oxigênio por meio de um respirador; outro tubo saía de seus rins para uma máquina de diálise, e um emaranhado de tubos entrava-lhe pelo pulso. Sentei-me ao lado dele e acariciei-lhe o rosto, dizendo: "*Abeh*, *abeh*, está tudo bem. *Abeh*, meu pobre *abeh*, o senhor está tão doente".

Ele não pôde responder. Quando tentava falar, caía novamente na cama, com o peito ofegante, e a máquina que lhe fornecia oxigênio sibilava em busca de mais ar. Então, depois de repousar por alguns instantes, ele fazia nova tentativa. Indicava com a mão direita que queria uma caneta para escrever, mas mal era capaz de segurá-la; seus músculos estavam muito fracos, e só conseguia fazer rabiscos no papel. O esforço para segurar a caneta era tamanho que começou a escorregar para fora da cama.

A ala hospitalar era ampla, e as enfermeiras estavam ocupadas trocando lençóis e dando remédios. Percebi que o médico tinha sotaque e, por um instante, pensei que fosse do México. Quando perguntei de onde vinha, ele me disse que era espanhol. A ala era administrada quase que exclusivamente por imigrantes. Não soube distinguir os enfermeiros dos médicos e, enquanto olhava ao redor, tentei adivinhar a origem dos membros da equipe, dos técnicos e dos faxineiros: a península indiana, negros que pensei serem da África oriental ou ocidental, pessoas que pareciam do norte da África, algumas mulheres com lenços na cabeça sobre os uniformes médicos. Se havia funcionários somalis na ala, eu não os vi nem eles me viram, felizmente.

Uma das enfermeiras desenrolou um avental de plástico, amarrou-o ao redor da cintura e pediu que eu me afastasse, mas meu pai não quis me soltar e tive de forçar seus dedos a largarem minha mão. A enfermeira o deixou numa posição mais ereta, apoiando-o em travesseiros e olhando para mim com interesse. Uma das enfermeiras me disse que tinha lido uma reportagem sobre mim numa revista, e por isso algumas delas sabiam quem eu era. Afastei o olhar e reparei no prontuário médico afixado à cama; meu pai estava registrado como Hirsi Magan Abdirahman, apesar de seu nome ser Hirsi Magan Isse.

Um jovem médico me contou que meu pai tinha leucemia. Ele poderia ter sobrevivido por mais um ano se não tivesse desenvolvido uma infecção, que se tornara séptica. Apesar de ter saído do coma no qual entrara alguns dias antes, apenas os aparelhos o mantinham vivo. Perguntei seguidas vezes se meu pai estava sentindo dor, mas o médico disse que não; que havia desconforto, mas não dor.

Perguntei ao médico se poderia tirar uma foto com meu pai. Ele respondeu que não. Disse que para isso seria necessário pedir permissão ao paciente, e o paciente não estava em condições de tomar esse

tipo de decisão.

Em 1992, quando o deixei em Nairóbi, meu pai era um homem forte e vivaz. Ele podia ser feroz, até assustador — um leão, um líder entre os homens. Durante minha infância ele foi meu lorde, meu herói, alguém cuja ausência era misteriosa, por cuja presença eu ansiava, cuja aprovação significava tudo e cuja ira eu temia.

Agora eram muitas as desavenças entre nós. Eu o ofendera profundamente em 1992, ao fugir do marido somali que ele escolhera para o meu matrimônio. Ele tinha me perdoado por isso; conversamos sobre o assunto, pouco à vontade, pelo telefone. Uma década mais tarde eu o ofendi novamente, quando me declarei incrédula e critiquei abertamente o tratamento dispensado pelo islã às mulheres. Nosso último conflito — o pior — ocorreu depois que fiz um filme sobre o abuso e a opressão a que são submetidas as muçulmanas, *Submission*, com Theo van Gogh, em 2004. Depois desse episódio meu pai simplesmente parou de atender aos meus telefonemas; ele se recusou a falar comigo. Algum tempo depois da morte de Theo, quando tive de me esconder e meu telefone foi tirado de mim, parei de tentar entrar em contato com ele. Quando as pessoas me perguntavam a seu respeito, eu respondia apenas que éramos distantes.

Descobri sobre a doença dele em junho de 2008, algumas semanas antes de sua morte. Eu tinha recebido uma mensagem de Marco, meu ex-namorado holandês, dizendo que minha prima que vivia na Inglaterra, Magool, estava me procurando com urgência. Ela não é próxima da família do meu pai, mas tem recursos. Quando minha meia-irmã, Sahra, percebeu como papai estava doente, ela pediu a Magool que tentasse me encontrar, e Magool telefonou para Marco, a única pessoa de quem eu havia sido próxima que ela conhecera, cinco anos antes, da última vez que havíamos conversado.

Telefonei para meu pai em seu apartamento num conjunto habitacional localizado no East End de Londres. Já era tarde da noite onde ele se encontrava, e fazia uma linda tarde de sol na Costa Leste dos Estados Unidos, onde eu estava. Minhas mãos tremiam. Quando atendeu ao telefone, sua voz era exatamente como deveria ser, forte e enérgica. Ao ouvir a voz dele percebi as lágrimas enchendo meus olhos e disse a única coisa que quis transmitir, que eu o amava, e pude ouvi-lo sorrir, um sorriso tão poderoso que pareceu atravessar a linha telefônica.

“É claro que você me ama!”, irrompeu ele. “E é claro que eu te amo! Você não viu como os pais acalentam e se relacionam com seus filhos? Não viu na natureza como os animais cuidam de suas crias e as lambem? É claro que eu te amo. Você é minha filha.”

Eu disse a meu pai o quanto queria vê-lo, mas expliquei que poderia ser difícil garantir minha segurança numa visita ao seu apartamento, localizado numa área onde predominam os imigrantes, em sua maioria muçulmanos. Visitar um lugar como aquele desprotegida seria como um inseto minúsculo voar em uma sala repleta de imensas teias de aranha: a mosquinha pode chegar ao outro lado sem nada sofrer, mas se for apanhada as consequências são óbvias. No entanto, se fosse até lá *acompanhada* pela polícia, isso certamente causaria ressentimentos, transmitindo a impressão de que eu não podia confiar nem em minha própria família.

“Segurança!”, bradou meu pai. “Você precisa de segurança para quê? Alá vai protegê-la de todos que desejarem fazer mal a você! Ninguém de nossa comunidade vai encostar um dedo em você. Além disso, nossa família nunca foi conhecida pela covardia! Aliás, outro dia, um dos membros mais destacados de nosso clã disse que desejava debater com você. Se quiser, posso pedir a eles que reúnam uma delegação para levá-la a Jidá, para que você possa conversar com ele na Arábia Saudita! Por que não convoca uma coletiva de imprensa para anunciar que não é mais uma infiel? Diga a eles que voltou ao islã e que agora é uma mulher de negócios!”

Ri do meu pai em voz baixa e durante algum tempo me dediquei apenas ao prazer de ouvi-lo falar. Então perguntei sobre sua saúde. Ele respondeu: “Lembre-se, Ayaan, que nossa saúde e nossa vida estão

nas mãos de Alá. Estou a caminho do além. O que quero, filha querida, é que você leia apenas um capítulo do Alcorão. *Laa-uqsim Bi-yawmi-il-qiyaama*".

Ele recitou — em árabe, é claro, apesar de estarmos conversando em somali — a sura da ressurreição:

> Juro pelo Dia da Ressurreição! E juro pela alma, constante censora de si mesma, que ressuscitareis. O ser humano supõe que não lhe juntaremos os ossos? Sim! Juntar-lhos-emos, sendo Nós Poderosos para refazer-lhe as extremidades dos dedos. Mas o ser humano deseja ser ímpio, nos dias que tem à sua frente. Ele interroga: "Quando será o Dia da Ressurreição?".[1]

Eu disse a meu pai que não mentiria para ele e que não acreditava mais no exemplo do Profeta. Ele me interrompeu, e o tom de sua voz se tornou apaixonado, impaciente, depois admoestador. Ele leu para mim outros versos do Alcorão, traduzindo-os para o somali, e listou muitos exemplos de pessoas que tinham deixado o islã como eu, mas depois voltaram para a fé. Ele falou das hordas de não muçulmanos que se convertiam em todo o mundo e a respeito do único Deus verdadeiro; ele me alertou para não colocar em risco minha existência no além.

Enquanto o ouvia, disse a mim mesma que aquele discurso professoral vinha de um pai que expressava seu amor da única maneira que sabia. Queria acreditar que o fato de ele estar me orientando significava que, em algum sentido mais profundo, ele tinha começado a me perdoar pela pessoa que havia me tornado. Entretanto, acho que não foi nada disso. Talvez ele estivesse apenas cumprindo seu dever. O fato de eu viver como uma ocidental significava que tinha perdido minha honra; eu vestia roupas ocidentais, o que para ele não era melhor do que se não usasse roupa nenhuma. O pior de tudo é que eu tinha abjurado do islã e escrito um livro com o ousado e triunfante título de *Infiel* para proclamar minha apostasia. Mas meu pai sabia que sua vida estava chegando ao fim e queria se certificar de que todos os filhos, apesar de seus erros, estivessem no caminho que leva ao Paraíso.

Deixei-o falar. Não fiz falsas promessas de conversão. Se as tivesse feito, talvez desse mais paz a ele, mas não pude fazê-lo, não pude mentir a respeito disso. Consegui dizer gentilmente que, apesar de não concordar mais com o islã, eu ainda lia o Alcorão. Não acrescentei que a cada releitura eu me tornava mais crítica em relação às suas mensagens.

Ele irrompeu em uma série de súplicas: "Que Alá a proteja, que Ele a traga de volta para o rumo correto, que Ele a leve ao Paraíso no além, que Alá a abençoe e preserve sua saúde". Ao fim de cada súplica, respondi com a fórmula exigida: "*Amin*", que assim seja.

Depois de algum tempo disse a meu pai que precisava tomar um avião. Ele não perguntou para onde nem por quê; percebi que os detalhes dos assuntos terrenos tinham pouca importância para ele agora. Então desliguei, deixando entre nós muitas outras coisas por dizer, e quase perdi o avião que me levaria ao Brasil para uma conferência sobre multiculturalismo.

No fim de junho, após a conferência no Brasil, eu deveria ir até a Austrália para participar de um colóquio sobre o Iluminismo. Planejei visitar meu pai no fim do verão. Mas em meados de agosto, quando estava voltando da Austrália, recebi outro telefonema de Marco durante uma parada em Los Angeles. Meu pai estava em coma.

Telefonei novamente para minha prima, Magool, e ela me deu o número do celular da minha meia-irmã, Sahra. Quando vira a filha mais nova do meu pai pela última vez, em 1992, Sahra estava com oito ou nove anos, uma criança franzina e energética. Conhecemo-nos quando parei na Etiópia durante a viagem da minha casa, no Quênia, até a Alemanha. De lá, sob as ordens do meu pai, eu deveria ir ao Canadá para me unir a um homem que mal conhecia, um primo distante que havia se tornado meu marido. Naquela época, Sahra morava em Adis Abeba com a mãe, que, como a minha própria mãe, ainda estava casada com meu pai apesar de sua ausência. Brinquei com esta meia-irmã durante toda a tarde, esforçando-me para lembrar o amárico da minha infância, o único idioma falado por ela na época e a

língua que eu mesma falava quando tinha essa idade e ainda morava com meu pai.

Agora, no verão de 2008, Sahra tinha 24 anos. Estava casada e tinha uma filha de quatro meses. Morava com a mãe, a terceira esposa do meu pai.

Não contei a Sahra que pretendia visitar meu pai no hospital. É horrível escrever algo deste tipo, mas a verdade é que eu não sabia se poderia confiar nela e dividir essa informação. Acredito que os membros mais próximos da minha família não desejam realmente me matar, mas a verdade é que eu os envergonhei e magoei; eles têm de suportar a indignação causada por minhas declarações públicas, e sem dúvida alguns membros do meu clã querem me matar por causa disso.

Mas Sahra se adiantou e sugeriu que se eu quisesse visitar *abeh* seria melhor evitar o horário oficial de visitas, quando multidões de somalis procurariam meu pai no Royal London Hospital em busca de uma bênção dele que melhorasse suas chances de chegar ao Paraíso. Para muitos, *abeh* era um símbolo da luta contra o regime militar do presidente Siad Barre; ele era um homem que dedicou a maior parte de sua vida adulta à tentativa de derrubar aquele regime. No East End de Londres, as coisas eram como na Somália: muitas esposas, muitos filhos e netos, anciãos do clã e do subclã e dos subclãs irmãos, muitos e muitos parentes procuravam meu pai para manifestar seu respeito por ele. Para muitos deles eu não seria bem-vinda ao lado da cama do meu pai por ser uma descrente, uma infiel, uma ateia declarada, uma fugitiva suja e, ainda pior, uma traidora do clã e da fé. Alguns deles com certeza achariam que eu merecia a morte, e para muitos mais minha simples presença seria uma profanação do leito de morte do meu pai, podendo até custar a ele seu lugar no além.

Entretanto, não senti em Sahra tamanha rejeição. Ela foi doce e silenciosa, um pouco como se participasse de uma conspiração, como se ao conversar com ela pelo telefone eu a tivesse envolvido em algo clandestino e perigoso.

Eu precisava voar até Londres imediatamente. Sendo esta uma viagem urgente, não planejada e puramente pessoal, providenciar um esquema de segurança seria uma tarefa complicada, diferentemente de participar de uma conferência, quando tudo era coordenado com a polícia com semanas de antecedência. Eu sabia que não seria sábio simplesmente partir, acompanhada pelos homens que costumam me proteger nos Estados Unidos. Esses homens não estavam familiarizados com o Reino Unido e não poderiam andar armados. Se fosse descuidada no meu planejamento, poderia colocar em risco tanto a mim como outras pessoas.

Telefonei para alguns amigos na Europa que pensei serem influentes e pedi a eles que tentassem me ajudar a conseguir a proteção necessária para fazer a viagem. Eles passaram muitas horas tentando me ajudar, aparentemente sem sucesso. Um amigo ouviu de um funcionário do governo britânico que, como nasci na Somália, eu deveria pedir ajuda à embaixada somali; ela poderia entrar em contato com o ministério britânico das Relações Exteriores e solicitar ajuda para providenciar minha segurança. Essa lógica burocrática absurda poderia ser considerada cômica em outras circunstâncias, mas não diante da necessidade de chegar a Londres para ver meu pai moribundo.

Quando meu avião partiu eu não sabia se poderia contar com a proteção de seguranças após a aterrissagem. Mas isso não importava mais; após dias de espera meu único medo era o de chegar tarde demais. Eu sabia que se meu pai morresse não permitiriam que eu visse o corpo dele. Ele seria levado por parentes homens para ser lavado e enterrado num prazo de 24 horas. As mulheres não podem ficar ao lado do túmulo durante uma cerimônia fúnebre muçulmana. Acredita-se que a presença delas é uma distração; elas podem se tornar histéricas e até se jogar na cova para ficar junto do corpo. Seria inapropriado tentar participar da cerimônia.

Meu pai tinha uma atitude contraditória em relação às mulheres. Ele adotou algumas ideias modernas em relação à alfabetização, insistiu para que sua primeira esposa frequentasse a universidade e defendeu

que eu e minha irmã Haweya fôssemos à escola quando minha mãe resistiu à ideia. Ele acreditava na força das mulheres e insistia repetidas vezes que nosso papel era valioso e importante. Mas, conforme ficou mais velho, tornou-se mais ortodoxo nas convicções islâmicas segundo as quais devemos nos cobrir, nos casar e nos submeter a nosso marido. Apesar de suas opiniões frequentemente excêntricas, nem mesmo meu pai teria tolerado a presença de uma mulher num funeral.

Quando cheguei ao Heathrow, o aeroporto de Londres, um grande carro preto da embaixada holandesa estava esperando para me receber; outro veículo, menor e mais seguro, trazia homens da Scotland Yard. Fomos diretamente para o hospital. Agora, para meu alívio, meu pai estava vivo diante de mim. Pobre *abeh*. Estava amarrado a um leito hospitalar, velho, vulnerável, doente. Sorriu profundamente ao me ver e então cochilou, acordando de tempos em tempos em busca de ar, fazendo repetidas tentativas de falar, mas sem conseguir emitir nenhuma palavra, somente um ofegante “Ash hah”. Então ele me mandou beijos com um movimento dos lábios e apertou minha mão com toda a força que lhe restava.

Senti o peso do fardo de tudo aquilo que não havia dito a ele e dos anos que desperdiçamos afastados. As únicas palavras que fui capaz de encontrar foram mensagens simplórias de amor, e eu as repeti de novo e de novo. Era tarde demais para outra coisa.

Não fui ao hospital em busca de absolvição. Já não acreditava na ideia de que se fizesse a coisa certa, como cumprir meu dever de buscar o perdão dos meus pais e conquistar sua bênção, meus pecados seriam lavados. Talvez minha presença nem mesmo o agradasse muito, pois ele veria que a filha vestia calças e não usava lenço sobre a cabeça. Fui até lá apenas pela luz em seus olhos, para que me reconhecesse, pelo amor dele por mim e pelo amor que sentia por ele — um reconhecimento mútuo do fato de que sempre fomos preciosos um para o outro.

Ele usava suas últimas reservas de energia na tentativa de me dizer alguma coisa. Nunca saberei o que era. Para meu pai, Deus era o criador e o mantenedor, mas Deus também era feroz e cheio de ira. No fundo, compreendi que, em seu leito de morte, ele estava aterrorizado por eu ter incorrido na ira de Alá ao ter rejeitado sua fé. Papai sempre nos ensinou que aqueles que Deus não perdoou levarão uma vida miserável na terra e queimarão no fogo eterno do além. Mas, apesar de nossas crenças não terem se reconciliado — o que seria impossível, pois são de mundos diferentes —, acho que meu pai me perdoou. No fim, ele permitiu que seu sentimento de amor paterno transcendesse a adesão às exigências de seu Deus inclemente.

O horário de visitas se aproximava. Logo a torrente de somalis sobre a qual Sahra me alertara começaria a chegar para ver meu pai, e eu não poderia suportar a ideia de um confronto. Assim, dolorosamente, despedi-me de *abeh*.

Quando os homens da Scotland Yard me escoltaram para fora do hospital, eu me vi na Whitechapel Road, centro da maior população muçulmana do Reino Unido. Um ruidoso mercado coberto com uma lona ficava do outro lado da rua, repleto de barracas vendendo sáris de todos os tamanhos, cartões telefônicos internacionais e sanduíches de cordeiro picantes. Ao meu lado, na calçada, no ponto de ônibus perto da escadaria do hospital, havia um grupo de muçulmanas usando cada variedade imaginável de coberta islâmica, desde um lenço pastel sobre a cabeça até o espesso *niqab* preto que cobre o corpo completamente, com um véu de tecido também preto que esconde o rosto e os olhos. Eram mulheres jovens e fortes, e não velhas senis; algumas estavam grávidas, a maioria tinha muitas crianças pequenas, e estavam sob o sol na rua fazendo compras para a família. Muitas usavam uma variação que eu não conhecia: além de um longo roupão e de um lenço sobre a cabeça, elas tinham um véu extra para o rosto afixado com velcro, com duas tiras espessas de tecido preto presas de modo a deixar visível apenas

cerca de dois centímetros, o suficiente para revelar os cílios.

As cabines telefônicas e as placas do metrô londrino eram britânicas, mas seria difícil acreditar que estávamos na Inglaterra. Senti o cheiro das lancheiras das minhas colegas na Escola Feminina de Ensino Fundamental Muçulmano em Nairóbi, um embate de temperos e alimentos, e óleos perfumados para o cabelo. Aqui havia novamente a ruidosa agitação da rua e a mistura de pessoas — somalis e, imagino, paquistaneses e bengalis — que se amontoavam no mercado.

Os simples odores me causaram uma pontada de saudades da inocência da juventude. Não sei se em outras culturas o sentimento de pertencer a uma comunidade é tão forte, mas para alguém que cresceu dentro de um clã, a sensação — o cheiro — da família é muito poderosa. E se alguém em meio a essa multidão me reconhecesse e decidisse comprar uma briga? Aos olhos de muitos deles, sou uma infiel e uma traidora, que anda por aí sem receber o devido castigo.

Eu e meus guarda-costas voltamos para o carro e dirigimos pela Whitechapel Road, lentamente, em meio ao tráfego pesado. Sentada do lado de fora de um fast-food *halal*, vi uma mulher pequena usando um longo roupão preto com um coque de tecido bordado sobre o nariz e a boca, ao estilo das argelinas. Duas crianças pequenas choravam no carrinho de bebê ao lado dela, que procurava animá-las e confortá-las enquanto erguia o tecido para tentar comer o quitute discretamente sob o véu. A criança mais velha também usava um véu. Não era um véu que cobria o rosto, e sim o cabelo e os ombros; era branco e folgado e possuía um elástico, fazendo com que se instalasse confortavelmente sobre a cabeça da criança. A menina não deveria ter mais do que três anos.

Um pouco mais adiante havia uma mesquita, a maior de Londres, de acordo com minha escolta. Uma pequena multidão de homens estava do lado de fora, todos usando roupas folgadas, barbas longas e chapéus brancos típicos. Todas aquelas pessoas tinham abandonado seus países de origem, indispostas a ou incapazes de deixar o passado para trás, apenas para se reunirem aqui, onde defendem sua cultura com mais força do que em Nairóbi. Ali estava a mesquita, como um norte magnético simbólico, a força que levava as mulheres deles a se cobrir com tamanha ferocidade, para melhor separá-las da terrível influência da cultura e dos valores do país onde escolheram morar.

Foi apenas um vislumbre, e ainda assim fui acometida por uma sensação instantânea de pânico e sufocamento. Eu estava de volta ao coração de tudo: dentro do mundo de véus e antolhos, do mundo em que as mulheres precisam esconder o cabelo e o corpo, precisam se encolher para comer em público, e precisam manter a distância de alguns passos quando acompanham o marido na rua. Uma teia de valores — de horror, de vergonha e de religião — ainda me enredava a todas aquelas mulheres no ponto de ônibus e a quase todas as mulheres que passavam pela Whitechapel Road naquela manhã. Estávamos todas muito longe de onde nasci, mas eu era a única que tinha deixado para trás aquela cultura. Elas trouxeram consigo sua teia de valores, atravessando metade do mundo.

Tive a sensação de ser a única verdadeira nômade.

[1] Os trechos do Alcorão que aparecem neste livro foram tirados da tradução para a língua portuguesa feita pelo dr. Helmi Nasr, professor de estudos árabes e islâmicos na Universidade de São Paulo, com a colaboração da Liga Islâmica Mundial. (N. E.)

2. Minha meia-irmã

No caminho de volta até o aeroporto de Heathrow, lembrei-me da primeira vez que encontrei minha meia-irmã, Sahra, em 1992, na Etiópia. Ela tinha oito anos, e eu, com 22, tinha acabado de me casar e estava a caminho da Europa.

Apelamos para a linguagem de sinais, sorrimos, ficamos de mãos dadas e falhando nas tentativas de compreender uma à outra. Sahra era uma criança adorável, com uma curiosidade luminosa e um jeito de demonstrar afeição fisicamente que herdara do meu pai. Ela corria pela casa com a mesma energia, entusiasmo e espírito brincalhão da minha irmã Haweya. Naquele dia, Sahra vestia um vestido sem mangas, rasgado e remendado em tantos pontos que não pude evitar de me sentir constrangida por não ter trazido a ela um novo.

Não soube ao certo se o estado da roupa era um indício de pobreza ou se apenas seguia o modo etíope de tratar as crianças. Quando morávamos em Adis Abeba, todos vestiam farrapos e pareciam ser negligenciados pelos pais. Quando pequena, eu considerava essa negligência a epítome da liberdade. Queria ser deixada em paz, brincar por quanto tempo desejasse, fosse dia ou noite, em vez de ser obrigada a trabalhar. A mãe de Sahra parecia ser tão indulgente quanto a minha fora austera e proibidora.

Mas o vestido da minha meia-irmã não era a única coisa em frangalhos. O apartamento se encontrava no mesmo estado. Estávamos num cômodo apertado, separado dos demais espaços por um fino lençol de algodão que já fora branco, mas estava manchado pela fumaça e pelo pó. O cimento do prédio residencial já tinha sido liso e plano, e agora, como tantos outros apartamentos partilhados, tinha rachaduras e buracos grandes e pequenos que eram preenchidos por pequenas poças d’água. Nenhum dos ocupantes podia arcar com o custo dos reparos, e eles não se uniam para levantar o dinheiro necessário para a manutenção e a limpeza das áreas comuns. No fim da tarde, mosquitos gordos zumbiam e se lamentavam perto dos meus ouvidos. Decidi fazer uso do meu melhor árabe e amárico para propor que secássemos as poças d’água.

Minha madrasta dera de ombros numa encantadora manifestação de conformismo. “É a vontade de Alá”, ela disse. “As poças secarão quando parar de chover. Alá traz a chuva e Alá faz o sol brilhar.”

A terceira esposa do meu pai aceitava a vida da maneira que se apresentava a ela. Como minha mãe, ela era passiva, mas sua passividade era diferente. As duas eram versadas em autopiedade, resignadas às circunstâncias. Porém, minha mãe amaldiçoava, ralhava, gritava, exigia e insultava aqueles que considerava responsáveis. A mãe de Sahra sorria e repreendia com doçura; abaixava o olhar e parecia contente. O que quer que o próximo dia lhe trouxesse seria a vontade de Alá, e ela não via razão para desafiar os acontecimentos, seu marido nem seu Deus. Todas as suas frases terminavam com *Inshallah*, “é a vontade de Alá”. Era este o seu método de sobrevivência.

Não tive a energia nem a habilidade linguística para sugerir que, embora pudéssemos deixar que Alá se encarregasse de coisas como trazer a chuva e o brilho do sol, talvez pudéssemos secar as poças nós mesmas. Tive malária duas vezes durante a infância e aprendi nas aulas de ciências e higiene, tanto em Juja Road quanto na Escola Feminina de Ensino Fundamental Muçulmano, que o parasita responsável pela malária deposita seus ovos na água parada. Para evitar a doença, combatíamos os insetos com veneno e dormíamos sob filós, mas tínhamos também que secar as poças d’água que se formavam no nosso complexo habitacional e até nas ruas em torno de nossa casa. É claro que nunca conseguimos erradicar as poças de nosso bairro, mas, enquanto crescia, sequei nosso complexo habitacional em Nairóbi com o zelo de uma sobrevivente e contei a meus parentes somalis sobre animais invisíveis que

se reproduziam na água.

A pequena Sahra e sua mãe levavam uma vida bastante comunitária. Durante todo o dia as pessoas entravam e saíam do edifício que abrigava o complexo. Num dos cantos do pátio havia uma grande jarra d'água feita de pedra, e os homens entravam, apanhavam um pouco de água com a concha de alumínio e bebiam diretamente a partir dela. As mulheres usavam a mesma jarra para fazer chá e encher suas panelas. A certa altura daquela tarde, alguém disse algo sobre a higiene: "Lave as mãos antes de usar a jarra. Todos bebemos daí".

"O quê?", disse um jovem com um sorriso confuso. "Lavar as mãos com o quê? Não há mais água." De fato, a concha metálica bateu contra o fundo da jarra de pedra fazendo muito barulho, indicando que estava vazia, e as senhoras mais velhas começaram a se lamentar e gritar, pedindo às mais novas que fossem buscar água. As preocupações com a higiene se perderam em meio ao burburinho.

Todos falavam, numa balbúrdia amigável de fofocas e críticas aos *habash*, palavra usada pelos somalis para se referir aos etíopes. Todas as frases que diziam eram pontuadas por expressões como "pela vontade de Alá" ou "pelo amor de Alá".

Sentada no carro que me levava para longe do meu pai após tê-lo visto pela última vez, pensei no que teria me afastado da minha família e dele durante tanto tempo: a regra que dita que um homem deve contar com a obediência de suas mulheres, de suas esposas e de suas filhas — e que elas devem se submeter a ele. Se as mulheres de um homem rejeitarem a submissão, elas . atingem; sua reputação, sua autoridade, a ideia de que ele é leal, forte e cumpridor de sua palavra. Essa ideia faz parte de uma crença mais ampla segundo a qual os indivíduos não têm importância, suas escolhas e seus desejos não têm significado, principalmente se os indivíduos em questão forem mulheres.

Essa ideia de honra e direito masculino restringe drasticamente as escolhas das mulheres. Toda uma cultura e sua religião pesam sobre cada muçulmano, mas o maior dos pesos recai desproporcionalmente sobre os ombros da mulher. Somos obrigadas a obedecer e somos obrigadas a viver na castidade e na vergonha por Alá, pelo Profeta e pelos pais e maridos que são nossos guardiões. As mulheres na Whitechapel Road carregam o fardo de todas as obrigações e regras religiosas que, no islã, se concentram de forma obsessiva nas mulheres, com a mesma inexorabilidade que observam suas irmãs na África oriental.

Eu ainda sentia a dor provocada pela ideia de ter manchado o bom nome do meu pai. Por ser uma apóstata, uma descrente, por viver agora como uma mulher ocidental, eu o tinha magoado, prejudicado e até profanado com minha rebelião. Mas eu sabia também que aquilo era necessário, vital.

Sahra tinha adotado o caminho inverso. Ela não se rebelou. Magool me dissera que Sahra era muito religiosa e que usava o *jilbab*, um longo roupão preto que cobre o cabelo e todo o corpo além dos tornozelos e pulsos, mas não o rosto. O manto negro de Sahra ultrapassava as pontas de seus dedos e chegava até o chão; a cada palavra e gesto seu, ela buscava expressar sua submissão à vontade de Alá e à autoridade dos homens.

O véu muçulmano, os diferentes tipos de máscaras e burcas, são gradações da escravidão mental. É preciso pedir permissão para sair de casa, e, quando saímos, somos invariavelmente obrigadas a nos esconder sob tecidos espessos. Envergonhadas do próprio corpo, suprimindo nossos desejos — sobra algum espaço na vida, por menor que seja, para ser chamado de nosso?

O véu marca deliberadamente as mulheres como propriedade particular e restrita, como não pessoas. O véu separa as mulheres dos homens e do mundo; ele as restringe, confina, educa para a docilidade. A mente pode receber um espaço tão limitado quanto o corpo, e o véu muçulmano restringe tanto a visão da mulher quanto o seu destino. Trata-se da marca de uma espécie de apartheid, refletindo não a dominação de uma raça, mas de um gênero.

Enquanto o carro avançava pela Whitechapel Road, senti raiva ao ver que essa submissão, ainda que não fosse promovida, era silenciosamente tolerada não apenas pelos britânicos, mas por tantas sociedades ocidentais nas quais a igualdade entre os sexos é protegida pela lei.

Do aeroporto, telefonei para Sahra e contei a ela que tinha ido visitar nosso pai e estava partindo de volta para os Estados Unidos. “Você foi realmente abençoada com a boa sorte!”, ela disse em somali, rindo com a brincadeira que fizera com o meu nome, Ayaan, “afortunada”. “Desde que falou com ele pelo telefone semanas atrás, ele não parou de falar a seu respeito.”

Conversamos um pouco sobre a família. Tomei o cuidado de não dizer nada que ela pudesse considerar ofensivo. Perguntei à minha irmã por que o hospital tinha internado papai sob um nome falso, e ela respondeu: “Ah, este é o nome que ele usou quando pediu asilo no Reino Unido”.

Conversamos sobre o hospital, e Sahra me contou uma história engraçada. Quando meu pai foi levado para lá, a mãe dela disse aos enfermeiros que era esposa dele; então sua primeira mulher, Maryan Farah, foi visitá-lo, pois também morava na Inglaterra, e disse aos enfermeiros que *ela* era a mulher do meu pai. A equipe do hospital parecia se divertir com o número impossível de pessoas que afirmavam ser irmãos e primos dele. Eu ri. “Eles devem pensar que somos todos loucos”, disse Sahra. Eu disse a ela que provavelmente aquela não era a primeira vez que o hospital via uma situação do tipo.

À semelhança da mãe, cada frase dita por Sahra parecia terminar em *Inshallah*, “é a vontade de Alá”. De início, isso me pareceu um sinal de bom comportamento e de um alto grau de civilização, mas, depois de tantos suspiros de aceitação, tantas invocações da vontade de Alá e tantos pedidos pela bênção de Alá, envergonho-me de admitir que aquilo começou a me irritar. Passei a desconfiar dela; Sahra não era mais a criança feliz e saltitante que conheci em 1992.

Então, antes de nossa primeira conversa real chegar ao fim, Sahra também começou a tentar me levar de volta ao islã, convencer-me a abandonar o modo de vida que adotei e me juntar a ela na submissão às tradições e aos ditames de Alá. Enquanto a ouvia, eu imaginava aquela moça, a irmã mais nova que eu só tinha visto uma vez, dezesseis anos antes, e que agora se sentava com a mãe e a filha pequena num apartamento de um complexo habitacional, vestida com sucessivas camadas de tecido preto.

Sahra morava na Inglaterra havia anos, mas não escolheu o caminho que escolhi, o caminho que me libertou da obediência e da tradição e me levou à Holanda e às liberdades do Ocidente. Apesar de estar geograficamente situada numa sociedade moderna, ela se ateve aos valores antigos e deprimentes da infância que colocam a fé e a submissão à autoridade acima de todas as outras coisas. Ao fazê-lo, ela prendeu a si mesma na pobreza, desperdiçando as oportunidades que a liberdade oferece. Se eu não tivesse deixado minha família para trás, se tivesse ficado casada com o marido escolhido por meu pai, provavelmente viveria agora no equivalente canadense do bairro imigrante de Sahra. Talvez a minha vida fosse exatamente como a dela: obrigada a viver numa prisão dentro de uma sociedade livre.

“Tudo o que precisa fazer é orar”, dizia Sahra, cumprindo seu papel com gosto. “Você verá que Alá vai abrir seu coração, e seus pensamentos o seguirão.”

Lutei contra o desejo de partilhar com minha jovem meia-irmã os méritos da filosofia iluminista, a base da liberdade ocidental que, para ela, se encontrava a uma distância tão pequena. Senti-me emocionalmente exausta, fisicamente cansada por causa da sucessão de voos, e não tinha vindo a Londres para travar uma batalha de ideias.

“Vou pensar a respeito, querida”, respondi.

Nos dias que se seguiram, conversei muitas vezes com Sahra. Usando seu *jilbab*, assim como eu usara

um em Nairóbi tantos anos atrás, ela me parecia um estranho tipo de espelho. Eu poderia facilmente ter levado uma vida igual à dela. As ideias que a formaram foram as mesmas que me formaram, e às vezes me perguntava se seria possível escapar verdadeiramente de uma lavagem cerebral tão abrangente.

De todos os muitos filhos do meu pai, era com Sahra que ele passava mais tempo, era a ela que dedicava mais atenção. Sahra ainda vivia de acordo com o *baarri*, assim como eu deveria viver, como toda boa garota somali deve viver. Ela é obediente e submissa, mas também é cheia de conflitos. Por um lado, deseja a aprovação de nosso pai, da mãe dela e da comunidade; por outro, deseja levar uma vida parecida com a de outras meninas da idade dela que moram na Inglaterra.

Vivenciar esse conflito deve deixá-la numa espécie de limbo. Sahra entra num curso profissionalizante, mas não o conclui; começa a ter aulas de inglês, mas desiste. Ela faz isso porque, se concluísse os estudos e obtivesse um diploma, poderia então arrumar um emprego. Isso significaria trabalhar fora de casa; ela ficaria fora durante horas e poderia ser obrigada a conviver com homens. Poderia até ser submetida à tentação de usar maquiagem e participar da vida social de um escritório. Uma vida como essa é perigosa demais: seria um ataque à concepção que Sahra faz de si mesma. Ao evitar o diploma, ela é obrigada a conviver com a própria dependência. Entretanto, nessa renúncia de suas faculdades mentais e habilidades, ela obtém aprovação, uma estranha recompensa, por ser tão submissa.

Livrei-me da dependência desse tipo de aprovação. Não mais muçulmana, vejo-me livre do medo do Inferno e posso escolher participar dos pecados do mundo. Sahra possui as maravilhosas certezas do pertencimento e a terrível submissão da consciência individual. Sofro com a solidão provocada pela gratificação do meu individualismo; minha irmã, por sua vez, sofre com a solidão da negação de si e da submissão ao grupo.

O peso da sublimação de Sahra deve ser imenso. Hoje em dia, no Reino Unido e no restante da Europa, as muçulmanas estão reclamando o direito de usar o *hijab* no trabalho. Um número cada vez maior delas usa o *niqaab*, que cobre até o rosto e os olhos. Essas mulheres acreditam que seus corpos são dotados de tamanha toxicidade que até o contato visual é considerado um pecado. É impossível exagerar o tamanho da autodepreciação expressa por isso, e tal sentimento deve ser despertado todas as vezes em que se enfrenta o desejo de ir trabalhar, sair de casa, conhecer o mundo exterior.

Sahra me contou que gostaria de se tornar advogada. Como ela pensou que isso seria possível? Na Inglaterra, as advogadas são chiques, de uma feminilidade poderosa, e nunca demonstram nenhum medo de confrontar os homens. O próprio sistema legal britânico é uma blasfêmia para um muçulmano convicto, pois busca substituir as leis de Alá por leis criadas pelo homem. Ela também demonstrou interesse pela psicologia. Perguntei-me como poderia estudar Freud e se manter fiel a Maomé.

Aprender o idioma dos infiéis já era algo suficientemente pecaminoso. Lembrei-me de uma cena que vi numa mesquita em 1990, quando eu e minha irmã Haweya moramos um curto período em Mogadíscio. Era ramadã, e estávamos participando do *tarawih*, uma longa série de orações seguidas por súplicas. No calor de Mogadíscio, sentadas sobre duras esteiras de sisal na ala feminina, Haweya e eu conversávamos em inglês em meio às súplicas. As mulheres ao nosso redor se mostraram verdadeiramente chocadas ao ver-nos levar a um lugar tão sagrado quanto aquele o idioma do próprio demônio. Elas nos disseram que nossas preces nada significavam e não poderiam nos garantir um lugar no Paraíso, pois, ao obrigá-las a escutar a linguagem do demônio saída de nossos lábios, afetávamos a fé delas.

Nossos dois mundos, o meu e o de Sahra, coexistem nas mesmas ruas, mas um deles se define acima de tudo pela opressão dos indivíduos, especialmente das mulheres, enquanto o outro glorifica a individualidade. Será que esses dois conjuntos de valores poderão um dia ser conciliados em Sahra, nela e na filha, ou nas ruas das cidades europeias? Será que um dia ela compreenderá que seu lar fica no lugar onde está, e não num passado imaginário na Somália, que nem pode mais ser considerado um país

completo, tamanha a presença da guerra em seu território? Por quanto tempo as sociedades ocidentais, enraizadas nas fontes racionais do Iluminismo, continuarão a tolerar a difusão do modo de vida de Sahra, como uma hera no seu tronco, o crescimento de um organismo alienígena e possivelmente letal?

Talvez Sahra estivesse lá, em meio às mulheres que esperavam o ônibus no ponto em frente ao hospital. Ela poderia estar usando um *jilbab*, e eu jamais a teria reconhecido.

A filha pequena da minha meia-irmã, Sagal, nasceu na Inglaterra. Pode ser que cresça e se torne uma mulher bem-sucedida e dotada de autoconfiança. Com sorte, boas escolas, educadores pacientes, recursos pessoais e determinação, isso é possível — mas é também, infelizmente, muito improvável.

Quantos anos terá Sagal quando usar seu primeiro véu para caminhar pelas ruas britânicas? Será que irão submetê-la ao “corte” — será que a genitália dela será mutilada e costurada quando completar cinco ou seis anos, como acontece com quase todas as meninas somalis? Nosso pai foi contra essa prática bárbara, mas minha avó materna insistiu que eu e minha irmã fôssemos submetidas a ela. A ameaça ao corpo e à saúde de Sagal representada pela prática pode vir de Sahra e de sua própria avó, e não dos homens da família. A mutilação genital também ocorre no Reino Unido (apesar de ser considerada ilegal), assim como em tantos outros países estrangeiros. Em si, ela não impede que a mulher desenvolva uma consciência independente. Mas a cicatriz pode ser um lembrete constante dos castigos reservados às rebeldes.

Sahra pode escolher matricular Sagal numa escola muçulmana, onde será isolada dos valores que levam ao sucesso no Reino Unido. A maioria de suas colegas virá de lares onde o inglês é o segundo idioma. Algumas de suas professoras serão escolhidas mais pela fé demonstrada do que por sua habilidade como educadoras, outras em decorrência da disposição em cooperar com as regras da escola muçulmana. Algumas professoras podem ser movidas por um grande idealismo; outras serão motivadas por uma combinação de alguns ou de todos esses fatores. O aprendizado se dará por meio da memorização, e não pelo questionamento e pela formação de uma mente aberta.

Ou Sagal pode ser enviada para uma das escolas públicas municipais. Levando-se em consideração a composição étnica de seus vizinhos, é provável que tais escolas recebam os filhos de famílias de imigrantes, muitas vezes polígamas ou sustentadas por pai ou mãe solteiros, cujos lares não devem ter o inglês como idioma principal. Essas escolas muitas vezes estão localizadas em áreas inseguras para as crianças, com traficantes de drogas e gangues de jovens ameaçadores em cada esquina, e uma violência assustadora e aleatória. Em tais bairros vemos adolescentes repletas de tatuagens e piercings usando roupas tão curtas que às vezes nos perguntamos se esqueceram de vestir a calça ou a saia e, imediatamente ao lado delas, meninas ocultas em burcas pretas que escondem o rosto e os olhos, transformando-as numa estranha mistura de Darth Vader e Tartaruga Ninja. Se existe um tipo de escola pior do que as muçulmanas, são as escolas das regiões mais decadentes da cidade. Os professores são vencidos pela exaustão e pela indiferença diante dos problemas de disciplina que enfrentam. Os jovens são valentões ou sofrem com a ação destes; assumem a iniciativa da violência ou se veem submetidos a ela. O grafite é a arte, o hip-hop é a música, o fanatismo é a fé. Jovens que crescem em ambientes como este costumam enfrentar problemas permanentes de comunicação; podem ser considerados impossíveis de empregar por não apresentarem uma ética de trabalho de classe média.

Assim, não surpreende que a comunidade imigrante procure o ensino religioso em regiões desse tipo. Enojados pelas escolas públicas, que seus filhos abandonam depois de receber uma educação insuficiente, eles buscam um sistema alternativo e confortável de crenças e códigos morais que possam compreender. Mas as escolas muçulmanas são igualmente ruins, pois ali as crianças sofrem uma lavagem cerebral que as faz aceitar um modo de vida que reduz ainda mais suas chances de sucesso. Essas crianças estarão completamente isoladas da sociedade em que seus pais escolheram viver.

Pode ser que Sahra e Sagal encontrem uma forma de avançar lentamente dentro da classe média britânica. Um emprego temporário, uma amiga prestativa, uma bolsa de estudos — tudo isso é possível.

Acho que poderia ajudar. Mas sei que minhas ofertas de ajuda seriam recusadas, consideradas não islâmicas, infiéis e odiosas. Pois não é verdade que Alá recompensará aqueles que sofrem em seu nome, aqueles que suportam a dor, a vergonha e a ridicularização por escolherem servi-lo?

Afinal, entrar para a classe média do Reino Unido ou de qualquer outra democracia ocidental é uma meta modesta quando comparada a ser admitido no Paraíso, com seus rios, fontes e sucessivos córregos, frutas e vinhos mil vezes melhores do que aqueles que são feitos na terra. Envolvida em seu *jilbab*, como um manto, Sahra acredita piamente, como acreditava meu pai, que o sofrimento dela nesta vida será fartamente recompensado no além. É possível que a filha dela seja obrigada a pagar o preço na terra. Posso apenas esperar que ela encontre uma pequena oportunidade para escapar, assim como eu fiz.

3. Minha mãe

Meu pai morreu uma semana depois da minha visita ao hospital. Pouco antes de morrer, ele perdeu a consciência. Aparelhos o mantiveram vivo até que os médicos decidiram desligá-los. Eu sabia que isso aconteceria, mas não pude deixar de sentir uma dor de intensidade primordial quando soube da notícia.

Eu teria de me manter longe do funeral. Durante todo o dia, imaginei a cena no apartamento dele: todas as mulheres do clã se reunindo, sentadas no chão, bebendo chá, contando histórias, consolando umas às outras, lamentando-se e esperando até que os homens voltassem do cemitério onde o enterraram.

Vi-me caminhando por meu apartamento nos Estados Unidos, limpando tudo obsessivamente, tentando não pensar. Eu podia ter visitado meu pai antes; era impossível ignorar a escolha que fiz. Podia ter cancelado minha viagem ao Brasil ou minha viagem à Austrália e simplesmente ter ido ao encontro dele quando recebi o primeiro telefonema, em junho. Teria sido fácil cancelar meus compromissos, mas não fui vê-lo imediatamente porque não seria *conveniente*, porque meu sentimento de pertencimento tinha se deslocado para longe do dever com meu pai, para longe dos cheiros da Somália e de Nairóbi, e estava agora associado a uma nova tribo.

Fiz uma escolha egoísta. Não fui atrás dele porque podia contar nos dedos das mãos o número de vezes em que nos falamos desde que me libertei de seu controle dezesseis anos atrás, e em cada uma dessas vezes a conversa foi a mesma: um sermão que não era apenas monótono, mas desanimador.

Mesmo depois de ter fugido do meu pai e dos planos que ele tinha para mim, eu ainda o admirava como um líder, como alguém que lutou contra a injustiça e a tirania na Somália, que lutou para levar sua família, sua tribo e seu país a um sistema de governo moderno e democrático.

As primeiras fissuras do meu desencanto surgiram em 2000, quando o encontrei na Alemanha, onde ele tinha ido fazer uma cirurgia nos olhos. Foi a primeira vez que o vi após oito anos de exílio. Eu ainda estava estudando na Universidade de Leiden, cheia de ideias de todo o tipo, ansiosa por revê-lo e com medo do que ele me diria. E mesmo assim, quando meu pai começou a falar sobre a lei islâmica, expondo para mim argumentos que aos meus olhos pareciam fracos e até tolos, quase perdi a fala. Aquele era o meu pai. Ele ainda era um pensador e líder brilhante, invencível e forte, de modo que relevei: aquele não poderia ser realmente o meu pai. Entretanto, depois daquele encontro, todas as nossas conversas acabaram dessa maneira; mesmo na última vez que conversamos pelo telefone, antes da minha viagem ao Brasil, quis afastar de mim o desapontamento de ver como suas ideias e crenças eram inconsistentes e irracionais.

Assim como menti a respeito da minha identidade quando busquei asilo na Holanda, também o meu pai, ao que parecia, havia mentido para burlar o sistema de concessão de asilo e poder morar no Reino Unido. O herói da tribo, o defensor da cultura do islã e do clã, aceitou a caridade dos infiéis com um pretexto e um passaporte falsos, apesar de, ao contrário de mim, nutrir apenas desprezo pelos valores e pelo modo de vida daquele país. Antes de morrer, ele chegou a solicitar e receber a cidadania britânica, não porque queria ser um súdito da rainha, mas pelos benefícios fundamentais de moradia gratuita e atendimento médico. Ao mesmo tempo, continuou a fazer sermões instando-me a jamais ser leal ao estado laico; insistia repetidas vezes que eu devia retornar à verdadeira fé. Se tivesse passado uma semana ao lado dele, eu teria ficado presa a um sermão de uma semana. Ele teria pedido a mim que me reunisse ao restante da família — suas esposas e filhas, algumas das quais provavelmente acham que eu deveria ser morta, além de certamente me considerarem uma prostituta.

Nós, nascidos no islã, não falamos muito a respeito da dor, das tensões e das ambiguidades da

poligamia. (É claro que a poligamia antecede o islã, mas o profeta Maomé a elevou e transformou em lei, procedendo da mesma forma com o casamento infantil.) Na verdade é muito difícil para todas as esposas e filhas de um homem fingir que vivem alegremente, unidas. A poligamia cria um contexto de incerteza, desconfiança, inveja e ciúme. Há complôs. Quanto recebe a outra esposa? Quem é a filha favorita? Quem será a próxima a se casar com ele e como poderemos manipulá-lo de forma mais eficiente? Esposas rivais e suas filhas tramam e muitas vezes são acusadas de amaldiçoar umas às outras. Se segurança, estabilidade e previsibilidade são a receita de uma família saudável e feliz, a poligamia representa tudo aquilo que uma família feliz não é. Trata-se de uma situação de conflito, incerteza e constante luta pelo poder.

Minha avó, que era a segunda esposa do meu avô, costumava dizer que nossa família era nobre demais para sentir ciúmes. Na cultura nômade da Somália, nobreza é sinônimo de comedimento, resistência e perseverança. Um clã de mais status é considerado mais comedido, e portanto mais estoico. Manifestações de ciúme ou de outras emoções são malvistas. Minha avó se dizia sortuda, e as pessoas a consideravam mimada, porque, depois que a primeira esposa do meu avô morreu, muitos anos se passaram antes que ele escolhesse outra, e enquanto isso ela teve oito filhas. E ele só se casou novamente porque teve apenas filhas com minha avó.

Ela acreditou que sua posição estava garantida, pois, mesmo depois de ter tido apenas filhas, durante anos seu marido não se casou com outra esposa. E então ele finalmente se casou outra vez. E esta terceira mulher, para eterna vergonha da minha avó, deu à luz meninos. Meu avô teve, ao todo, treze filhos.

Não havia nada que minha avó pudesse fazer e nada que ela quisesse dizer, e assim ela não protestou. Mas, depois disso, o que ela tinha de pior aflorou: tornou-se cruel e mesquinha, ralhando constantemente com as filhas, que suportaram o pior da sua raiva.

Só muito depois de ter me tornado adulta compreendi ter sido ciúme o que finalmente levou minha avó a abandonar o marido. Depois que a nova esposa deu à luz o segundo filho, minha avó não foi mais capaz de conter a vergonha e a inveja, e deixou a casa deles no deserto, alegando que precisava cuidar das filhas adultas, entre elas minha mãe.

A história da minha mãe não foi muito diferente. Apesar de ser a segunda esposa do meu pai, desde o dia em que soube que ele tinha se casado pela terceira vez e tido outra filha, Sahra, seu comportamento se tornou errático e às vezes ela explodia com pesar, dor e violência. Sofreu desmaios e teve doenças de pele, sintomas provocados pelo ciúme reprimido. A mulher forte e realizada tornou-se uma ruína, e nós, suas filhas, suportamos a maior parte de seu desgosto.

Dos seis filhos do meu pai que chegaram à idade adulta, três apresentaram distúrbios mentais tão graves que os impediram de ter uma vida normal. Minha irmã Haweya morreu após três anos de depressão e ataques psicóticos; meu irmão Mahad é maníaco-depressivo, incapaz de se manter num emprego; uma de nossas meias-irmãs sofre de episódios psicóticos desde os dezoito anos. Tias e tios de ambos os lados da família sofrem de casos de *waali*, termo genérico para “loucura”, que é como todos os problemas mentais são chamados na Somália.

Talvez a poligamia conduza à loucura, ou quem sabe o problema esteja no confronto entre anseio e realidade. Todos os meus parentes desejavam desesperadamente ser modernos. Ansiavam pela liberdade, mas quando a encontraram sua perplexidade foi tamanha que lhes quebrou o espírito. Obviamente, a instabilidade mental é influenciada por fatores biológicos, mas é também afetada pela cultura dentro da qual amadurecemos, pelas táticas e estratégias de sobrevivência que desenvolvemos, pelos relacionamentos que mantemos com os demais, e pela insuportável dissonância entre o mundo que devemos ver e o mundo no qual realmente vivemos.

Ao conversar com Magool após a morte do meu pai, ocorreu a mim que a mensagem que *abeh* tentou tão desesperadamente me transmitir em seu leito de morte era provavelmente a de que eu deveria tomar conta de suas esposas: a primeira mulher, que também mora na Inglaterra; a segunda, minha mãe, que vive

na Somália; a terceira, mãe de Sahra; e a quarta, uma mulher com quem ele se casou na Somália após o nascimento de Sahra e com quem não teve filhos. Eu quase me esquecera da existência da quarta esposa.

Pensei nisso durante certo tempo, algo que não me permiti fazer enquanto ele estava vivo. Meu pai tinha magoado muitas pessoas, pois se casava com uma mulher, tinha filhos e depois deixava a família para trás, sem ninguém para tomar conta dela. Julgando meu pai de acordo com os critérios ocidentais que adotei, percebi que ele fracassou no cumprimento de suas responsabilidades com as esposas e os filhos.

Nunca condenei meu pai nem me permiti sentir muita raiva em relação a ele. Mas, se tivesse estado ao seu lado e dito palavras sinceras, eu talvez fosse obrigada a abrir um cofre de emoções que fechei com todas as minhas forças. Agora que ele estava morto, senti desprezo por mim mesma e fui preenchida pelo arrependimento por tudo o que eu e ele poderíamos ter feito de forma diferente.

Tornei-me mais próxima de Magool nas semanas após a morte do meu pai. Minha prima mais nova tinha crescido e se tornado uma pessoa inteligente, independente, de espírito livre, dura sem perder o lado terno, com uma atitude pragmática em relação à vida. Percebi subitamente que ela era meu único e precioso elo com o restante da minha família. Magool passou mais de seis meses morando comigo na Holanda, no início da década de 1990. Diferentemente de Sahra, ela aceitou os valores ocidentais que sublinham a responsabilidade individual nas questões relativas à vida, ao amor e à família. Por ter sentido a pressão de todos ao seu redor tentando reconvertê-la ao islã, ela sabia o quanto o processo era irritante e nunca tentou fazer o mesmo comigo. Magool era também minha conexão com a linhagem somali à qual, gostando ou não, eu ainda pertencia.

Um dia, perguntei a Magool se tinha notícias da minha mãe, e ela contou uma história que me surpreendeu e agradou.

Durante todos aqueles longos anos que se seguiram ao dia em que meu pai a deixou sozinha no Quênia com três filhos, mamãe se recusou a dirigir a ele mais do que uma ou duas palavras. Sua raiva profunda e silenciosa se interpunha entre eles mesmo antes que nos deixasse; o silêncio dela preenchia nossa casa da Park Road, em Nairóbi, até o dia em que ele não pôde mais suportá-lo. Quando meu pai voltou ao Quênia depois de dez anos, ela recusou o abraço dele e ignorou suas expressões de afeto, mesmo na presença de familiares e amigos.

Magool me disse que, depois que fugi da minha família e meu pai se mudou para Londres, minha mãe passou a acompanhar atentamente as notícias sobre ele. Quando descobriu que estava moribundo e sofrendo, ela acreditou que era um sinal de que a alma dele estava sendo impedida de partir de forma silenciosa e pacífica. Os rins do meu pai pararam de funcionar, mas depois se recuperaram; ele respirava sozinho por algum tempo e logo precisava ser ligado ao respirador. Mamãe via em tudo isso não os efeitos da leucemia ou da septicemia que arrasavam o corpo dele e matavam seus órgãos, e sim um sinal e prelúdio das torturas explícitas do túmulo que se afiguram de forma ameaçadora nos ensinamentos islâmicos.

No Inferno descrito no Alcorão, chamas consomem a carne dos pecadores; brasas incandescentes são depositadas sob os pés deles, o couro cabeludo é escaldado e o cérebro, fervido. São torturas intermináveis, pois assim que a pele é queimada ela é substituída e queimada novamente. Minha mãe acreditou que no sofrimento do meu pai em seu leito de morte Alá e seus anjos estavam proporcionando a ele uma amostra dos castigos que o esperavam por seus pecados.

Imagino que minha mãe deve ter perguntado a si mesma quem meu pai poderia ter prejudicado mais do que ela. Quem mais ele teria abandonado, traído, arrastado para países estrangeiros? Além dela, quem mais teria passado fome e observado enquanto os filhos sem pai se afastavam e a traíam depois da partida dele? Quem poderia ter sofrido mais do que ela pelos pecados de Hirsi Magan Isse? Minha mãe

teve a sensação de ser a detentora da chave para a última chance de salvação do meu pai antes da morte e, com isso, resolveu agir.

Talvez ela tenha pensado que fazendo o bem poderia ser perdoada pelos próprios pecados. Ou quem sabe tenha agido motivada pelo amor sincero que sentia por ele. (É isso que digo a mim mesma.) Talvez o seu senso de ética e justiça, de ser a filha de um juiz respeitado entre os nômades, nunca a tenha deixado, ou talvez o gesto dela tenha sido apenas uma questão de poder. Qualquer que tenha sido o seu raciocínio, minha mãe decidiu estar ao lado do leito de morte do meu pai como suas outras esposas. No entanto, a presença dela era diferente das demais. Ela convenceu Magool, filha de sua irmã mais nova, a ir ao hospital em nome dela para transmitir uma mensagem.

Não sei exatamente como, mas Magool tornou-se amiga da minha meia-irmã, Sahra. Foi conversando com ela que descobriu que meu pai estava no Royal London Hospital, na Whitechapel, e qual era a ala em que ele se encontrava. Então Magool foi vê-lo levando uma mensagem da minha mãe. Diferentemente de mim, ela não foi falando logo ao chegar ao hospital, preferindo permanecer em silêncio por alguns minutos até se sentir suficientemente à vontade para sussurrar o nome dele. Magool disse que ele abriu os olhos e ergueu a cabeça para ver quem era. Ao encará-lo, ela entregou a mensagem que minha mãe a fizera decorar:

> Querido tio Hirsi,
>
> Estou aqui em nome de Asha Artan Umar, a mãe de seus filhos. É seu desejo que eu informe que ela o perdoa por qualquer motivo de ressentimento que haja entre vocês. Ela busca o seu perdão por tudo de mal que possa ter feito e deseja ao senhor uma passagem tranquila para o além. Ela ora ardentemente para que o senhor seja aceito no Paraíso e para que a misericórdia de Alá recaia sobre o senhor entre o momento atual e o seu encontro com Ele.

Quando Magool me relatou essa história, perguntei a ela qual tinha sido a reação de *abeh*. “Não sei se ele me escutou”, ela respondeu. “Ele ergueu a cabeça por um instante e então a deixou cair no travesseiro. Fechou os olhos brevemente e depois os abriu de novo. Imagino que tenha ouvido. Pelo menos foi o que eu disse à sua mãe.”

“O que exatamente você disse a ela?”

“Disse que ele me ouviu, que pude perceber que compreendeu minhas palavras. Não estou certa de que ele me entendeu, mas ela é velha e solitária, e saber que o pai de seus filhos recebeu a mensagem fará bem a ela.”

Não me lembro de muitas ocasiões nas quais minha mãe tenha demonstrado grande disposição para perdoar, mas soube o quanto aquilo era importante para ela, além de fazer com que eu me sentisse melhor. Independentemente de sua motivação, a mensagem da minha mãe para meu pai era graciosa e oportuna, e com certeza deu a ela um pouco de paz.

Certa tarde, menos de uma semana após a morte do meu pai, Magool me telefonou. “Ayaan, *abaayo*”, ela disse, usando um vocativo que pode ser traduzido como “querida irmã”.

“Sim, *abaayo*, querida, o que houve?” *Serão mais notícias ruins?*, perguntei a mim mesma.

“*Abaayo* Ayaan...”

“Hããããã, *abaayo* Magool.”

“*Abaayo* Ayaan.”

“*Abaaaaaayyo*. Sim...” Tentei conter minha irritação, mas fracassei.

“Você me faria um favor, *abaayo*, por favor, *abaayo*?”, Magool me pediu. “Só desta vez?”

“*Abaayo*, o que foi?”

“Por favor, *abaayo*, primeiro diga que sim.”

Hesitei. Não fazia ideia do que Magool poderia me pedir, e não quis me comprometer com algo que não fosse capaz de cumprir. Aprendi nos velhos tempos que os parentes somalis pedem — *exigem*, na

verdade — dinheiro, documentos para a imigração, ajuda no contrabando de pessoas e mercadorias; pedem para acampar em sua casa por apenas três dias e depois prorrogam a estadia indefinidamente. Tudo isso é acompanhado por termos afetuosos como “querida irmã”, “querida prima” e todas as palavras especiais do somali para cada grau de relacionamento possível.

“Depende, *abaayo*”, respondi. “Direi que sim se o seu pedido não comprometer minha segurança, se for legal e se eu puder arcar com o preço.”

Magool riu. “Sem problemas, *abaayo*.”

Aquilo me deixou mais intrigada do que irritada. “E então?”

“*Abaayo*, telefone para sua mãe.”

Fiquei em silêncio por alguns instantes, usando o tempo para procurar a resposta mais adequada e, quando falei, minha voz saiu tão baixa que ela me pediu para repetir o que dissera. “Magool, não sei se minha mãe ainda quer conversar comigo.”

“*Abaayo*” — a compaixão na voz de Magool era clara agora —, “eu lhe darei o número dela. Ela quer falar com você. Está sozinha. Minha mãe esteve com ela há poucos meses. Agora minha mãe partiu para a Tanzânia com meu irmão. Sua mãe está sozinha e pergunta a seu respeito o tempo todo. Por favor, ligue para ela. Prometa para mim que vai telefonar para ela.”

De início, senti um choque de entusiasmo infantil. Então senti medo; temi o confronto que inevitavelmente ocorreria assim que eu falasse com minha mãe. Mas isso logo foi superado pelo sentido de dever que ela inculcou em mim e pela culpa por ter me afastado da minha mãe. Meu pai acabara de falecer. E se ela fosse acometida por alguma doença? Será que conseguiria vê-la novamente? Eu sabia a resposta: minha mãe estava na Somália e eu era uma infiel que seria morta assim que pusesse os pés no país. Não poderia ficar ao lado da cama dela.

Mas eu podia ao menos conversar com ela. E assim tentei discar o número que Magool me deu. Recebi uma mensagem informando problemas técnicos, um sinal de ocupado, a gravação de uma voz feminina dizendo em inglês e espanhol: “Todas as linhas estão ocupadas no momento. Por favor, tente novamente mais tarde”. Magool tinha me alertado a respeito da dificuldade de se conseguir uma chamada para a Somália e me aconselhou a insistir; passei a telefonar sempre que encontrava algum tempo livre, com tamanha frequência que se tornou um hábito. Estava quase acreditando que Magool tinha me iludido e a chamada jamais seria completada quando finalmente, certa tarde, no banco da frente da Land Rover de uma amiga que estava me levando para comprar móveis fora da cidade para um apartamento que eu acabara de alugar, consegui completar uma chamada para a casa de chão de terra da minha mãe em Las Anod, um lugar localizado entre Somalilândia e Puntlândia, duas regiões autônomas do país que foi um dia a Somália.

“*Hello*”, disse uma voz mansa do outro lado da linha. (Essa saudação chegou aos somalis quando os britânicos trouxeram o telefone ao nosso país; desde então, os somalis dizem *hello* quando atendem o telefone.)

“*Hello*, *hooyo*, mamãe. Sou eu, Ayaan.” Prendi a respiração, certa de que ela me xingaria e desligaria o telefone.

“*Hello*, é você, Ayaan?” Naquele momento tive certeza de que estava falando com minha mãe. Não reconheci a voz dela imediatamente.

“*Hooyo*, mamãe, mamãe. Sim, é Ayaan. Sou eu. Por favor, não desligue.”

“Alá a trouxe de volta para mim. Não vou desligar.”

“Como você está, mamãe? Soube que papai faleceu recentemente?”

“Sim, fiquei sabendo. Já deve saber, minha filha, que a morte é a única certeza que temos. Vamos todos morrer. Quais foram as boas ações que você acumulou para ter direito ao além?”

Suspirei. Minha mãe não tinha mudado. Era como se os cinco anos durante os quais eu e ela não nos falamos jamais tivessem se passado. A voz dela era a mesma, com seus ecos do sotaque do clã

dhulbahante, assim como suas constantes referências à morte e ao além, suas expectativas e demandas, seu desapontamento evidente e manifesto em relação a mim, sua filha mais velha. Fiz uma tentativa de mudar de assunto: “Acho que foi um lindo gesto seu ter mandado Magool para visitá-lo e transmitir o seu perdão, mamãe”.

“Ela transmitiu minha mensagem?”, perguntou minha mãe, ansiosa. “O que foi que ela disse?” Minha mãe estava desesperada para saber como Magool deu cabo da tarefa; deve ter ouvido fofocas a respeito do estilo de vida profano dela, pois perguntou também se a mensageira que escolheu para se dirigir ao leito hospitalar dele estava apropriadamente vestida.

“Mamãe”, respondi, “Magool é uma jovem responsável e honrada. Ela fez exatamente o que a senhora pediu. Magool me contou que *abeh* respondeu, que ele a compreendeu, e estou certa de que a senhora pode ficar tranquila de que não foi tarde demais.”

“Você foi vê-lo, Ayaan?”

“Sim, mamãe, fui. Estou feliz por ter ido. Foi difícil.”

Nossa conversa prosseguiu assim, rígida e tensa, quase como um diálogo entre desconhecidos, mas com os ecos de significados e temores silenciados. Mamãe me transmitiu os detalhes da morte da minha avó, em 2006, “mais ou menos na época em que Saddam Hussein foi julgado e executado”, como dissera Magool. Mamãe me contou que vovó ficou surda e então se tornou cada vez menor e mais imóvel, até que um dia aquela poderosa e temível força de vontade parou de respirar.

Ela me contou um pouco sobre sua própria vida desde então. Mamãe morava sozinha em Sool, um distrito que já foi o lar dos dhulbahante, o clã nômade de pastores de camelos ao qual ela pertencia. Fiz uma breve pausa para imaginar a cena: um pequeno vilarejo de blocos de concreto, ruas de terra, arbustos espinhosos e poeira interminável. Ela provavelmente teria de buscar madeira para fazer carvão para o braseiro. Talvez se sentisse bem por estar entre seu povo ancestral.

Então minha mãe trouxe a conversa de volta aos meus investimentos para o além. “Você ora, jejua e lê o Alcorão, minha filha?”

Demorei tanto tempo para pensar em uma boa resposta que ela perguntou se eu ainda estava lá. Decidi contar a ela a verdade. “Mãe, eu não oro nem jejuo, e só leio o Alcorão de vez em quando. As coisas que encontro nele não me atraem.”

Assim que disse essas palavras, me arrependi. Como previsto, ela ficou furiosa. “Infiel!”, gritou. “Você abandonou Deus e tudo o que há de bom, abandonou sua mãe. Você está perdida!”

Então ela desligou na minha cara.

Eu estava tremendo e tentando não chorar. Para minha amiga Linda, que estava sentada ao meu lado no banco do motorista, a conversa toda não passou de uma série de ruídos emocionais nos estranhos fonemas do idioma somali. Agora, perplexa, ela observava enquanto eu tentava conter a raiva e as lágrimas para não chorar no banco da frente.

“Minha mãe nunca escuta, nunca me escutou”, irrompi. “Seria melhor mentir para ela? Por que ela quer que eu a engane? Não seria apenas um autoengano? O que ela tem a ganhar ao me ouvir dizer que oro e jejuo? Sabe, ouvir as tentativas dela de me assustar e me fazer acreditar que um dia os mortos se levantarão e caminharão por aí até serem julgados num gigantesco tribunal, que vai separar os bons dos maus — é pura insanidade!” Prossegui neste devaneio, soando muito parecida com a minha mãe, delirando.

Linda, segurando a direção com uma das mãos e tentando me acalmar com a outra, implorou para que eu tentasse ouvi-la. “Ayaan, por favor, tente entender sua mãe. Ela está sozinha...”

“Minha mãe está com medo. É pior do que estar sozinha; ela está assustada”, eu disse. “Ela acredita num Deus que a paralisa de medo. Ela teme que o Deus dela *me* torture no túmulo e *me* queime no além. Para ela, não são apenas contos de fadas, minha mãe acredita que isso é tão real quanto o semáforo fechado do qual estamos nos aproximando, e isso é tudo o que importa para ela agora. Ela nunca vai

desistir de acreditar nisso."

Linda diminuiu a velocidade e parou o carro, e então despejou sobre mim tudo o que estava pensando. Ela me disse que por ser mãe conseguia entender a dor da minha mãe. Linda me disse que, apesar de ter sido *ela* quem desligou na *minha* cara, eu deveria ligar de novo imediatamente.

E foi o que fiz.

Era quase certo que a chamada não seria completada e, se fosse, mamãe não atenderia. Imaginei que ela estaria enfurecida, sentindo pena de si mesma e me amaldiçoando. Mas ela atendeu o telefone, e antes que tivesse a chance de me repreender gritei com toda a força, temendo que me interrompesse ou não me desse ouvidos: "*Hooyo*, sinto muito por tê-la magoado. Sinto muito por não orar nem jejuar. Prometo que me esforçarei para aceitar tudo isso. Procurarei o Alcorão com a mente aberta. Por favor, me perdoe...".

"Pare de dizer bobagens e ouça", mamãe me interrompeu, falando ainda mais alto. "Quero que ouça."

Recuperei o fôlego e pedi uma última vez para que ela não desligasse.

"Não vou desligar", ela me disse. "Foi *você* quem desapareceu por todos esses anos, me deixando sozinha com seu pobre irmão, Mahad, que é doente, como você sabe. Sua irmã morreu, seu pai me deixou e minha mãe faleceu. Você é tudo o que tenho. Não vou desligar na sua cara."

"Mãe, sinto muito mesmo", gaguejei. "Quero ajudá-la. Tenho algum dinheiro para a senhora. Quero enviá-lo. Como posso fazer isso? Não conheço nenhuma empresa Hawala aqui nos Estados Unidos que possa transportar valores em segurança até a Somália. Além disso, muitas delas estão sob investigação por parte do governo americano por ajudarem a Al-Qaeda..."

"Não quero conversar sobre dinheiro", disse minha mãe. "Alá é quem traz e toma de volta a vida e o alimento. Quero conversar com você sobre Alá; ele me sustentou durante todo o período que você passou longe. Quero que ouça. Está ouvindo?"

Obediente, respondi que estava ouvindo, mas mantive a boca fechada.

"Me desagrada saber que você abandonou a fé em Alá. Lembra-se de quando estávamos na Somália e você teve malária? Eu pensei que fosse perdê-la. Tinha perdido Quman, sua irmã mais nova, alguns meses antes. Estava desesperada, completamente desesperada para mantê-la comigo, implorei a Alá para que a deixasse viver, e Ele me atendeu.

"Lembra-se do aeroporto em Jidá, no dia em que seu pai não apareceu para nos buscar? Vocês, crianças, eram pequenas demais para entender na época, mas os sauditas quase nos colocaram num avião de volta para a Somália, onde nossa fuga seria descoberta, e todos nós poderíamos ter acabado atrás das grades. Rezei para Alá, rezei por sua clemência. Compreendi que Ele estava me testando e jamais perdi a fé."

Tive vontade de dizer que conseguimos fugir da Somália em decorrência da ineficiente (apesar de assustadora) burocracia saudita, somada à sorte. Foram todos esses fatores seculares combinados que nos salvaram e evitaram que fôssemos apanhados, e não um monólogo pessoal dela com Alá. Mas tudo o que fiz foi manter a boca fechada novamente e dizer: "Hum, sim, mãe".

"Lembra-se de nossa vida na Etiópia? Você e Mahad se perderam um dia, e todos os somalis começaram a prever que os etíopes iriam trazê-los de volta em pedaços. Rezei durante a noite toda, e vocês foram trazidos de volta a mim vivos e saudáveis. Ao longo daquelas insuportáveis horas de desolação, jamais perdi a fé Nele."

Recordei-me claramente do preconceito da minha mãe em relação aos etíopes, de como ela nunca deixou de lado essa ignorância, mesmo depois de termos sido trazidos de volta sãos e salvos. *Por favor, vamos logo ao que interessa*, pensei.

"Na Etiópia dei à luz um bebê morto. Chorei, chorei e chorei até não poder mais, sem nunca perder a fé no criador e mantenedor."

"Hum." *Porque você é uma sobrevivente, mamãe. E sua fé contribuiu para a sua sobrevivência, sem dúvida. Sua crença em Alá lhe deu força, mas também a cegou para as escolhas diferentes que se*

apresentaram a você, e que você nunca aceitou.

"Fui abandonada com vocês três no Quênia. Seu pai me deixou sem nada num país estranho. Suportei toda a humilhação à qual a partida dele me expôs. Vi seu irmão abandonar a escola. Recebi as notícias dos meus parentes e meu povo sendo massacrados por Siad Barre. Adoeci, suportei a perda do meu lar, vi minha filha mais nova perder o juízo e lidei com a vergonha que isso me trouxe. Suportei sua distância e seu silêncio e agora estou aqui sentada sem absolutamente nada. Meu único filho não pode me ajudar. Todos vocês me abandonaram. Há feridas abertas na minha perna e delas sai um fluido que não é sangue nem água. Tenho coceiras. Não posso dormir. E em nenhum momento perdi a fé em Alá."

Tive vontade de dizer: *Mãe,* abeh *foi embora porque vocês dois eram incompatíveis. Você mimou Mahad até transformá-lo num covarde filhinho da mamãe; ele cresceu assustado por* abeh, *e você bateu em Haweya e a xingou sistematicamente. Foi dogmática e indiferente. A fé em Alá nada teve a ver com isso. Você fez escolhas que lhe deram uma vida infeliz e culpa os outros por isso.* Fiquei surpresa com minha própria raiva, minha blasfêmia interna. Mas disse apenas: "Sim, mamãe".

"Todos nós enfrentaremos o criador", ela me disse. "Você também vai morrer."

"Sim, mãe", eu disse, pensando nas palavras do filósofo britânico Bertrand Russel: "Quando eu morrer, apodrecerei".

"Então me diga", perguntou, e percebi que ela tentava conter as lágrimas — cresci na companhia da sua eterna sensação de abandono e autopiedade. "O que a leva a questionar o Todo-Poderoso? Por que tamanha falta de convicção na fé? Em que você acredita, então? O que houve com você? Foi enfeitiçada? Como pode duvidar Dele? Posso suportar qualquer coisa, menos a ideia de você abandonar Alá e atrair a ira Dele. Você é minha filha e não posso suportar a ideia de vê-la no Inferno."

Pensei: *Falta-me convicção na fé porque há muita misoginia em Alá. Ele é arbitrário e incoerente. A fé Nele exige que eu abra mão das minhas responsabilidades, que me torne parte de um rebanho. Ele me nega o prazer, a aventura do aprendizado, as amizades. Tenho pouca convicção na fé, mamãe, porque a fé em Alá transformou a senhora numa velha assustada — porque não quero ser como você.* O que disse foi: "Quando eu morrer, apodrecerei".

Arrependi-me instantaneamente de ter dito aquilo. Por mais que acreditasse na verdade daquelas palavras, dizer algo desse tipo era como torturá-la. Mamãe não estava interessada nos meus pensamentos nem em minhas respostas. As perguntas dela não eram uma busca por afirmação, e sim por obediência. Mamãe queria que eu mentisse para ela.

Assim, eu disse outra vez que sentia muito. "Vou tentar, mamãe, prometo que vou me esforçar ao máximo", murmurei. Eu sabia que aquelas eram palavras hipócritas.

No começo eu telefonava para ela todos os dias, depois uma vez a cada dois dias, e então somente nos fins de semana. Nossas conversas se tornaram ainda mais insuportavelmente deprimentes. Passei a telefonar para ela uma vez por mês, mais ou menos.

Os diálogos eram sempre tensos. Mamãe queria o perdão de Deus. Eu queria o perdão dela, pois, como tinha me desviado do rumo, Deus poderia querer que ela pagasse no além o preço por ter sido uma má professora dos ensinamentos Dele. Enquanto conversássemos, servíamos uma à outra por aplacar a imagem que fazíamos de nós mesmas, preservando nosso orgulho. Não me senti capaz de contar a ela os detalhes da minha vida; tudo que eu dissesse seria interpretado por ela como irreligioso, como blasfêmia ou imoralidade. Tentei evitar o tema da religião, mas isso não é muito fácil no idioma somali, no qual todas as saudações e despedidas são acompanhadas pela vontade de Alá, sua misericórdia e suas bênçãos. Em cada uma de nossas conversas, minha mãe empregou todas as táticas que conhecia para tentar me convencer a voltar à estratégia de sobrevivência dela — a fé no islã —, apesar de eu considerar aquela estratégia a principal causa da vida tão infeliz que ela levava.

Percebi que estava voltando ao velho hábito de pontuar as frases dela com ruídos apropriados que a convencessem de que eu continuava ouvindo, apesar de na verdade manter a cabeça longe até poder interrompê-la com uma pergunta. Depois de algum tempo, nossas conversas telefônicas típicas assumiram o seguinte aspecto:

"*Hello*, mãe. É Ayaan."

"*Assalaamu-alaika*." (Que Alá a abençoe.)

"Como tem passado, mãe? Dormiu bem?"

"Alá é misericordioso. Ele toma conta de mim. Durmo bem e me alimento bem porque o Todo-Poderoso assim deseja. E você, Ayaan, tem orado?"

"Ainda não, mãe."

"Você abandonou sua mãe e abandonou a Deus. Não se importa com isso? Por favor, lave-se, sente-se sobre a esteira, incline a cabeça. Quem sabe o que Alá pode lhe trazer?"

Eu sentia vergonha e culpa, e raiva da minha vergonha e culpa. Como era fácil voltar ao hábito de tentar aplacar a raiva da minha mãe. Então eu tentava mudar a conversa de rumo: ela tinha recebido meu último depósito bancário para as despesas com remédios e comida? E depois eu tentava fugir apressada. "Mamãe, telefonei apenas para saber como você estava, preciso correr, volto a ligar quando tiver mais tempo."

"O que está buscando? O que está perseguindo você? Lembre-se de orar e agradecer a Alá..."

"Tenho que ir, mamãe." Conversando com ela, percebi que sempre obedecia implicitamente a regra somali segundo a qual um filho ou filha não pode encerrar a conversa. Eu não podia simplesmente desligar. Precisava esperar pela indicação dela de que eu já podia ir.

"A pressa é ruim. Por que me ligou se não tem tempo? Você se afastou de Alá e de nós, está na beira do abismo, precisa voltar, precisa rezar..."

"Preciso correr para o trabalho, mãe, por favor, deixe-me ir."

"Vá então, minha filha, que Alá a abençoe e a proteja dos djins e de Satã."

"*Amin, amin, amin*, o mesmo para a senhora. Tchau." Eu desligava o telefone me sentindo inadequada, um fracasso.

Sentia-me um fracasso porque conversar com ela despertava em mim os sentimentos dormentes de culpa e do dever de servir e obedecer aos meus pais. Quando não estava em contato direto com minha mãe, outros parentes ou pessoas de nossa cultura, eu era capaz de suprimir esses sentimentos. Mas depois de ouvir a voz dela e tomar conhecimento de sua difícil situação num vilarejo remoto na Somália, senti as dores da culpa dilacerando minha alma. Além disso, mamãe sempre soube como me manipular, desde que eu era pequena. Conforme ela seguia se queixando de ter sido abandonada e esquecida por meu pai e por Mahad e Haweya, da guerra civil, da ferida em sua perna, da idade e da saúde em geral, atormentei a mim mesma com perguntas do tipo "e se". E se eu tivesse lhe enviado mais dinheiro, telefonado, mandado fotos, apenas para que ela soubesse que eu me importava, que eu era filha dela?

Perguntei a mim mesma se eu tinha sido "boa". O dever foi a mais básica das doutrinas que me foram incutidas na infância. Mas eu sabia a resposta. Para mim, era claro que, a partir da perspectiva da minha educação, pelos próprios padrões dela, eu tinha falhado com minha mãe.

Foi difícil conter a torrente de nostalgia que tomou conta de mim após a morte do meu pai. Misteriosamente, minha memória retém as cores dos lugares, de modo que a simples lembrança delas já produz um efeito calmante. Minha mente ainda consegue recuperar essas cores, muito depois de ter esquecido as histórias, as ruas e até as pessoas.

Lembro-me da areia quase branca em frente à nossa casa em Mogadíscio e do azul do céu sem nuvens, das casas pintadas de branco com janelas que às vezes eram azuis, mas costumavam ser verdes, de todo

um espectro de diferentes tonalidades de tinta verde desgastada pelo clima. As primaveras eram uma explosão de roxo, cor-de-rosa, carmesim e todas as tonalidades intermediárias, no sol brilhante, quente e implacável. Lembro-me do amarelo-esverdeado do mamoeiro e das verrugas marrons no dorso dos bodes brancos, e como era fácil distingui-los das ovelhas, mesmo de muito longe, porque a cabeça das ovelhas era preta e seu corpo, branco. Lembro-me do azul-cobalto do meu primeiro uniforme escolar e do amarelo das camisetas dos meninos que me aterrorizavam. As cores vibrantes dos xales e vestimentas drapejadas usadas pelas mulheres e as tonalidades mais escuras de cinza e verde dos sarongues usados pelos homens se mostram tão vivos como se eu os tivesse visto ontem. Lembro-me do chocante espectro de cinzas, brancos e pretos na Arábia Saudita, e do súbito contraste de cores quando nos mudamos para o Quênia. Minhas memórias da Holanda são uma sequência de harmonias escuras e adoráveis, silenciosas pedras cor de creme e agradáveis campos verdes e céus acinzentados.

Nas semanas e nos meses que se seguiram à morte do meu pai, era outono nos Estados Unidos. Do lado de fora da janela da casa que eu então visitava no interior de Nova York, árvores altas, que descobri se chamarem carvalhos e bordos, compunham a paisagem. Quase diante dos meus próprios olhos, suas imensas folhas pareciam mudar de cor, algumas delas marrons, outras amarelas e vermelhas. Então elas caíam, transformando o chão num imenso e maravilhoso carpete, bordado com formas douradas, marrons e sanguíneas.

Na América, o céu é de um azul diferente, menos brilhante do que o que cobre Mogadíscio e menos escuro e cinzento do que o que cobre Leiden. Ansiei pelo calor de uma lareira na qual pudéssemos observar as chamas que tanto se assemelhavam à beleza daqueles campos, onde pudesse aquecer os dedos dos pés e pensar em como seria a vida se eu ainda estivesse cercada pela família.

Quando minha irmã Haweya morreu em 1998, eu também quis morrer. Tive a sensação de que todas as soluções e concessões que reuni para ser capaz de levar uma vida bem-sucedida num país moderno mantendo os valores ancestrais tinham me transformado numa pessoa covarde e sem valor. Pensei que os melhores entre nós já haviam sido levados, e que eu não merecia a vida se minha irmã não podia tê-la.

Quando meu pai morreu, não senti tanta falta dele quanto da ilusão da certeza, do sentimento infantil de ser amada. Ansiei por uma vida estável, estruturada, na qual meus objetivos e o comportamento exigido de mim fossem condizentes um com o outro. De certa maneira, compreendi perfeitamente o que Sahra e os outros enxergavam na religião, que é a chance de ser como uma criança novamente, protegida, levada pelo braço e ensinada sobre o que é certo e o que é errado, o que deve ser feito e o que deve ser evitado — a ideia de ser temporariamente poupada da tarefa de pensar.

Senti remorso diante da minha alienação em relação a Sahra e ao restante da minha família. De um ponto de vista objetivo (do meu ponto de vista, de qualquer maneira), Sahra é uma moça tiranizada, mas não é assim que ela se sente. Ela tem uma filha e um marido; está protegida da solidão. Ela *pertence*. Possui a certeza, a força, as metas claras que emanam de sua crença. Ela esteve com meu pai durante sua velhice e morte. Eu, não.

Eu tinha 38 anos e estava apenas começando a realmente compreender por que as pessoas desejam tanto pertencer a algum lugar, compreender como é difícil romper todos os laços com a cultura e a religião nas quais nascemos. Vista de fora, eu era um sucesso. As pessoas escreviam artigos a meu respeito, perguntavam quais eram os livros que eu lia e qual era a minha opinião em relação a Barack Obama. Meus discursos eram recebidos com aplausos entusiasmados. Mas minha vida particular era uma bagunça. Escapei da minha família e fugi para a Europa porque não quis ficar presa a um casamento com um quase desconhecido de quem não gostava. Agora, nos Estados Unidos, eu me sentia perdida, desprovida das minhas raízes. Ser uma nômade, em eterno deslocamento, sempre me pareceu uma ideia romântica. Na prática, não ter casa e viver com aquilo que cabe numa mala era uma pequena amostra do

Inferno.

Olhei para uma foto em preto e branco da minha avó, que fica na parede da minha sala. Senti uma pontada de dor e evitei seus olhos lancinantes, mas as palavras dela já estavam na minha cabeça: *O mundo exterior ao clã é duro, e você está sozinha nele*.

4. A história do meu irmão

Mamãe me disse que estava sendo pressionada por meu irmão Mahad, que morava em Nairóbi, para lhe dar o número do meu telefone. Ela não tinha dado. Se o fizesse, alertou, ele iria me pedir para ajudá-lo a obter um visto para a Europa ou para a América, e ela me implorou para que não o fizesse. Mamãe tinha muito medo de perdê-lo para os países infiéis, os quais, na opinião dela, tinham levado Haweya à loucura e à morte e me levado a coisas muito piores: apostasia, imoralidade, danação eterna. O Ocidente tinha roubado as filhas dela, e Mahad era tudo o que lhe restava. Ela me pediu para enviar algum dinheiro a ele para que pudesse ir morar com ela no norte da Somália.

Imaginei quais teriam sido as complexas e conflitantes emoções sentidas por Mahad ao saber da morte de *abeh*. Quando eu e minha irmã mais nova, Haweya, éramos pequenas, aos nossos olhos nosso irmão tinha a chave para um elo privilegiado com nosso pai. Quando *abeh* foi jogado numa prisão em Mogadíscio, Mahad foi visitá-lo. Mamãe sempre levava o filho mais velho a lugares nos quais jamais permitiria a presença das filhas.

Então *abeh* fugiu, e nós, meninas, finalmente fomos admitidas na aventura. Deixamos a Somália e partimos para a Arábia Saudita quando Mahad tinha dez anos, eu tinha oito, e Haweya, seis e meio. Na Arábia Saudita finalmente nos encontraríamos com papai, disse minha mãe. Mas, quando imploramos a Mahad que nos desse detalhes sobre *abeh*, ele adotou um tom pomposo e professoral e descreveu uma figura de proporções míticas: muito alto, infinitamente forte, compreensivo e bondoso.

Perguntei em voz alta se *abeh* caminhava ou flutuava. Mahad me chamou de tola. Ele sempre fez questão de dizer como eu era tola. Ele usava a palavra *doqon* — ingênua, boba —, e aquilo me magoava. Mas eu estava animada demais com a perspectiva de encontrar *abeh* para me ocupar de sentimentos negativos.

“Ah, Mahad”, interrompeu a pequena Haweya, “será que ele vai me colocar nos ombros, como nosso tio?”

“Talvez”, respondeu meu irmão. “Venha cá, pequenina, vou colocá-la sobre os meus.” Ele se abaixou, e a desajeitada Haweya subiu em suas costas, agarrando-se ao cabelo dele. Mahad começou a gritar.

Mamãe entrou: estávamos fazendo muito barulho outra vez. O apartamento de dois quartos em Meca era quente, muito quente, e pequeno demais para nós. Estávamos acostumados a morar numa casa em Mogadíscio, com um pátio para correr e um *talal* no qual subíamos. Mamãe temia que incomodássemos os vizinhos a ponto de sermos despejados do apartamento. Ela costumava pedir a Mahad que tomasse conta das irmãs mais novas e nos mantivesse em silêncio. Agora Haweya tinha puxado o cabelo dele com muita força e era Mahad quem estava fazendo barulho. Ela o repreendeu. “Está me desapontando outra vez”, mamãe gritou. “Estou sozinha. Devo ir atrás de comida para evitar que vocês uivem à noite ou preciso impedir que se comportem como animais? Diga-me o que prefere que eu faça.”

Mahad se defendeu: “Mas ela puxou meu cabelo”.

“Como é que Haweya alcançou sua cabeça?”, devolveu mamãe.

“Ela queria saber se *abeh* iria colocá-la nos ombros.”

Mamãe gritou como se o edifício estivesse em chamas. “Seu bastardo *wa’al*. Vocês três foram amaldiçoados — não passam de monstros amaldiçoados! Espero que a morte os encontre em pedaços. Que os ancestrais os façam em pedaços!”

Com a voz esganiçada e desesperada, Mahad implorou: “Mamãe, esta aqui queria saber se *abeh* é capaz de caminhar pelo ar, e aquela queria subir nos meus ombros. O que quer que eu faça?”.

Mamãe descalçou o sapato, atirou-o contra a cabeça de Mahad e correu em sua direção, ameaçadora. “O que quero é que você aja como homem, seu traidor. Quero que seja um homem. Que fracote você é, derrotado por duas meninas! Como será capaz de enfrentar homens? Como se sairá numa luta? Como poderá honrar seus ancestrais, vencer um leão, merecer sua cota de camelos fêmeas? É minha tragédia, minha sina, que eu tenha tido apenas um filho, e ele não seja sequer capaz de manter as irmãs mais novas sob controle. Como será capaz de liderar um exército? Controlar um batalhão? Reger um povo? Você não é capaz nem de cuidar de duas menininhas — para que você serve, afinal?”

Mahad saiu correndo em direção ao banheiro, lutando para conter as lágrimas.

Ele, eu e Haweya jamais tínhamos visto um leão. Já tinha visto camelos, vacas, bodes, ovelhas, lagartos e um pequeno réptil chamado *abbeso*, que me causava tamanho pânico que até hoje, só de pensar em sua aparência, perco a vontade de descobrir como ele se chama em inglês. Mas eu com certeza desconhecia a diferença entre camelos e suas fêmeas. Mahad talvez tivesse um palpite, mas duvido que ele já tivesse se aproximado suficientemente de um camelo a ponto de saber determinar o seu sexo.

Por um breve momento, agradeci por ser uma menina. Nunca seria obrigada a lutar contra leões, sejam eles reais ou imaginários.

Por ter mais liberdade do que nós, Mahad estava sujeito a todo tipo de aventura, mas também tinha de enfrentar provações muito mais difíceis do que as que enfrentávamos. Na Arábia Saudita, a lei exige que as mulheres se escondam e jamais saiam de casa sem estar acompanhadas de um guardião do sexo masculino. Nossa mãe se voltava para Mahad, que na época tinha dez anos, e pedia a ele que agisse como seu guardião legal quando papai estivesse longe, o que ocorria quase sempre. Ela o mimava com luxos que não desperdiçaria com meninas, mas exigia que ele assumisse a responsabilidade não apenas por seu próprio comportamento como também pelo de Haweya e o meu. Ele passou a agir como intérprete de mamãe, traduzindo o árabe, que aprendemos na escola, para o somali. Esperava-se que ele decifrasse o mundo para ela, que protegesse nós todas, apesar de ter apenas dez anos. Às vezes Mahad ouvia homens sauditas empregando termos chulos e desagradáveis para se referir à nossa mãe. Às vezes eles a chamavam de *abda* (escrava) e às vezes de *aswad* (negra). Mahad fingia não ouvi-los; ele nunca traduzia essas palavras.

Descrever o relacionamento entre Mahad e *abeh* como problemático seria um eufemismo. Desde o instante em que *abeh* finalmente chegou à Arábia Saudita, ele me adorou, mimou, perdoou meus erros, apanhou-me no colo e acariciou meu cabelo. Deixou Haweya subir em suas costas, puxar-lhe o cabelo e correr para lá e para cá dentro do minúsculo apartamento, soltando os antigos gritos de batalha que vovó nos ensinara. A atitude de *abeh* em relação a Mahad era o oposto dessa indulgência. Ele lhe demonstrava pouca afeição física. Ordenava ao filho que ficasse ereto e erguesse o queixo, olhando-o nos olhos. Sua expectativa era de que Mahad fosse impecável no seu comportamento, na sua maneira de se vestir, nas suas preces, no auxílio à mãe.

Mahad nunca foi capaz de ocupar o lugar de *abeh*. Quando ele se mostrava incapaz de corresponder às pomposas e com frequência vagas demandas de nosso pai, *abeh* o olhava com desprezo. Ele humilhava Mahad e muitas vezes batia no seu rosto.

Quando nos mudamos para a capital saudita, Riad, um dos parentes do meu pai, veio nos visitar. Ele dirigia uma picape branca Toyota. Deixou a chave no contato e cumprimentou meus pais antes de procurar um lugar para estacionar. Ele veio caminhando na direção da casa com os braços abertos, mas Mahad passou direto por ele e correu até a picape. Deu a partida no motor, pisou no acelerador e depois no freio, batendo a cabeça no volante. O carro respondeu aos comandos de Mahad com o barulho de pneus cantando, que atraíram a atenção dos adultos, envolvidos na troca de elaboradas saudações e cumprimentos. Mamãe saiu de casa sem o seu *hijab* preto e gritou, chocada. Disse que Mahad tinha

batido a cabeça. Papai saiu de casa, abriu a porta da picape, arrancou o filho de lá, ergueu-o com ambos os braços e o jogou no chão. Então chutou Mahad. Retirou o cinto com um único gesto e começou a açoitar meu irmão, que agora jazia indefeso no chão.

Como sempre acontecia quando *abeh* batia em Mahad, mamãe se jogou contra papai, gritando maldições, implorando a Alá que o tornasse estéril e invocando nossos ancestrais para paralisá-lo. Ela começou a bater nas costas e nos ombros de papai, primeiro com as mãos, depois arremessando os sapatos nele. Papai vociferou algumas palavras de desprezo contra Mahad — algo a respeito de honra — e então voltou para dentro de casa, para receber seu parente.

Mahad se contorcia de dor, duplamente humilhado porque não éramos apenas nós, as meninas, que estávamos assistindo, mas também todos os meninos da vizinhança. Ele se esforçou ao máximo para não chorar, e então desistiu, uivando como um animal.

Todas as noites, *abeh* ordenava que nos lavássemos, escovássemos os dentes, vestíssemos os pijamas, orássemos e fôssemos para a cama. Haweya e eu costumávamos obedecer, mas Mahad usava essa sequência como forma de testar os limites da paciência de *abeh*, em um motim silencioso. Ele entrava no banheiro, trancava a porta e ficava lá dentro por horas. Mamãe levava o ouvido até a porta e tentava escutar o barulho da água correndo, mas não havia nada. Ninguém sabia o que Mahad fazia lá dentro, mas ele não abria o chuveiro. Enquanto isso, desrespeitávamos a hora de dormir. Mamãe impedia papai de derrubar a porta. Depois do que pareciam ser horas, Mahad saía do banheiro tão seco quanto havia entrado, vestindo as mesmas roupas. Mamãe e papai gritavam um com o outro; ela o chamava dos piores nomes, e *abeh* respondia chamando Mahad dos piores nomes. Eram termos horríveis: ele era comparado a uma moça, chamado de covarde, e *abeh* ameaçava açoitá-lo com o cinto e dizia que aquele não era seu filho.

Às vezes, pouco antes da hora das preces, se *abeh* estivesse em casa, disparava contra Mahad: “Já se lavou, moleque imundo? Ou devo chamá-lo de menininha?”.

Mahad abaixava o olhar e deixava escapar dos lábios: “Sim, papai”.

Abeh gritava: “Olhe para mim, olhe-me nos olhos!”.

Mahad erguia o queixo, encontrava um ponto na testa do meu pai e o encarava com todo o desprezo.

“Você já se lavou?”, rosnava papai. Mamãe se interpunha entre o filho e o marido.

“Sim, papai”, dizia Mahad, com a voz trêmula.

“Mas você está seco. Por que não está molhado?”

“Eu seco rápido”, gaguejava Mahad.

Abeh erguia a voz: “Mentiroso! Mentiroso! Seu mentiroso imundo, você jamais será um homem. Falta-lhe o que é preciso para ser um homem. Afaste-se de mim! Vá se esconder atrás da saia de sua mãe, que é o seu lugar”.

As lágrimas de Mahad corriam de seus olhos e desciam-lhe pelas bochechas. Ele ficava de pé e observava enquanto meu pai se afastava e deixava a sala. Na manhã seguinte, *abeh* acordava Mahad às sacudidelas e o arrastava até a pia do banheiro, onde supervisionava enquanto o menino se lavava. Ou então meu pai mostrava como se lavar rapidamente. Primeiro as mãos, depois a garganta, com três gargarejos, e finalmente o nariz. *Abeh* formava uma concha com as mãos, enchia-as de água e as levava rapidamente até as narinas, respirando profundamente — procedimento que, quando executado por Mahad, fazia o menino engasgar, tossir e espirrar como um novilho afogado.

Após uma série de broncas e insultos, Mahad era levado à esteira das orações, onde Haweya e eu o esperávamos. Então todos nós voltávamos para a cama; as orações eram feitas às cinco horas da madrugada, e só precisávamos sair para ir à escola às sete horas. Quando chegava a hora de sair, papai precisava novamente acordar Mahad, mandá-lo escovar os dentes, lavar o rosto, vestir o uniforme e se aprontar, tudo isso o mais rápido possível. Meu irmão nunca obedecia. Sempre que estávamos prestes a sair para a escola, papai encontrava Mahad sentado em um banco de madeira, vestindo apenas metade da

roupa, segurando as meias nas mãos e cochilando, com a boca um pouco aberta, os olhos fechados e a cabeça pendendo para um dos lados, dando a impressão de que cairia do pescoço.

Abeh se aproximava dele furtivamente, aproximava o rosto das sonolentas faces de Mahad, estapeava-o e ordenava: “Acorde, mocinha!”. Ele sentia o hálito de Mahad e gritava: “Sua boca fede, você não escovou os dentes. Você não é meu filho, e sim um pequeno bastardo *wa’al*”.

Enquanto *abeh* tirava Mahad do banco, mamãe intervinha. Encontrava uma forma de se interpor entre os dois, e depois que *abeh* cedia, ela ajudava Mahad a calçar as meias.

Quando *abeh* se ausentava por semanas a fio, eu sentia muito a falta dele. Haweya perguntava pelo pai em voz alta. Mamãe chorava e se queixava por estar sozinha e porque seu marido a tinha desapontado. Mas Mahad nunca perguntava pelo nosso pai. Ele corria com os meninos do nosso quarteirão. Sempre que mamãe anunciava que *abeh* estava a caminho de casa, eu me animava e saltitava de alegria. A expressão de Mahad se transformava num esgar soturno, um olhar que só o deixava após a partida de *abeh*.

À parte as idas para a escola, para o ensino religioso e para algumas poucas visitas a parentes, Haweya e eu nunca deixávamos a casa. Não nos era permitido vestir uma roupa mais bonita e sair de casa. Estávamos presas ali, completamente entediadas no quente e apertado apartamento de Meca, e depois na casa de Riad, muito mais ampla. Mas Mahad se arrumava e saía acompanhando meu pai para conhecer muitos lugares, como a mesquita e o *souk*, ou para participar de algum almoço formal somali.

As preces de sexta-feira eram outra fonte de rivalidade entre irmãos. Sempre que meu pai passava conosco a noite de quinta-feira, mamãe passava os *thaubs*, longos roupões brancos usados pelos sauditas, dele e de Mahad. Ela separava os seus lenços *imamah*, usados sobre a cabeça, e os cordões pretos *igal*, e durante o jantar *abeh* instruía Mahad quanto ao comportamento que seria esperado dele e às pessoas que deveria cumprimentar. Mamãe chamava o filho de príncipe e dizia a ele que seu comportamento seria refletido na reputação de *abeh* e de nossa família.

Haweya e eu implorávamos para ir com *abeh* até a maravilhosa mesquita, para ouvir enquanto os homens reunidos do lado de fora conversavam sobre política e questões tribais, lavavam-se nas fontes comuns e inclinavam-se em uníssono. Prometíamos manter uma expressão impecável e não envergonhar a família. A resposta era sempre a mesma: a honra de uma menina é mais bem preservada dentro de casa.

Toda manhã de sexta-feira observávamos Mahad e *abeh* saírem e nos sentíamos privadas do mundo que ficava do outro lado da porta que se fechava em nosso nariz. O mundo exterior era para os homens. Tínhamos nascido meninas. Foi a escolha de Alá. Nosso papel — o meu, na verdade, pois Haweya era muito pequena — era ajudar na preparação do elaborado almoço de sexta-feira, que servíamos depois que os homens saíam da mesquita e caminhavam até o Tribunal de Justiça, conhecido como “praça do picadinho”. Lá, homens e meninos assumiam seus lugares e assistiam ao castigo dos pecadores, que eram apedrejados, açoitados, amputados e até decapitados. *Abeh* não costumava se demorar ali, mas Mahad, ainda que brevemente, podia ver o bastante.

Meu irmão nunca demonstrava apetite nos almoços de sexta-feira. Ele não ficava feliz nem animado quando voltava da visita semanal à mesquita e à praça do picadinho. Tornou-se mais quieto e soturno. Seu comportamento em relação a *abeh* piorava cada vez mais. Era como se deliberadamente sabotasse cada simples instrução. Mahad também se tornou mais violento comigo, e até com Haweya, com quem sempre se mostrou protetor e terno. Ele nos batia. Quando crianças, lutávamos, mas seus socos e chutes se tornaram muito mais cruéis, e ele começou a arremessar coisas contra nós. Era como se não tivesse mais limites.

Outros meninos que conhecemos durante a infância tinham tanto medo de seus pais quanto Mahad tinha de *abeh*. Os filhos dos parentes somalis que vinham nos visitar e aqueles a quem visitávamos demonstravam grande admiração por seus pais e pelos homens mais velhos em geral. Nossos vizinhos sauditas e palestinos em Riad e Jidá eram iguaizinhos. Os meninos saíam em grupos para brincar na rua até que um pai aparecesse. Então todos congelavam e voltavam para casa de cabeça baixa. A autoridade paterna era estabelecida por meio da violência física e das agressivas repreensões por quaisquer erros cometidos pelo filho. Em outros momentos, o menino era elogiado — principalmente pelas mulheres, mas às vezes também pelos pais — em termos que pareciam exagerados e irreais, mesmo para nós.

Abeh, por exemplo, dizia a Mahad: “Você será um governante. Vai acabar com a opressão na Somália. Será um líder justo”. Mamãe o chamava de príncipe e se referia a ele como “o escolhido”. Dizia-lhe que o pai dela fora juiz e o avô dela conquistara terras e povos, então Mahad estava destinado a ser um grande líder.

Meu irmão respondia animado. Imaginava-se coroado príncipe. Os meninos palestinos de dez e onze anos com quem brincava, refugiados do conflito com Israel, também ouviam histórias nas quais eles expulsariam os malignos judeus da Palestina praticamente sozinhos. Quando os meninos saíam para brincar fora de casa, eles se envolviam em jogos de guerra, expulsando os judeus malvados, até serem chamados para o almoço ou as preces ou até que os adultos lhes pedissem para fazer menos barulho.

Na escola, os boletins de Mahad traziam notas excelentes, mas seus professores sauditas diziam que ele optava por não se misturar aos colegas nem participar dos jogos coletivos. No começo, meu irmão pediu a nós, meninas, que explicássemos à nossa mãe que ele era chamado de “escravo negro” na escola. A resposta de *abeh* era: “Você precisa dar ao menino que o chama de *abid* bons motivos para nunca se referir a você nesses termos outra vez”. Papai dizia a Mahad que já tinha derrotado pessoalmente grandes números de homens em combate, e tentava ensinar Mahad a lutar. *Abeh* dava cabeçadas no garoto, e não permitia que demonstrasse dor nem chorasse quando golpeava a pequena cabeça dele com a sua própria, maior e mais pesada.

Depois de algum tempo, Mahad parou de contar aos nossos pais o que ocorria na escola. Durante as refeições, havia vezes em que ele apanhava o prato e o arremessava do outro lado da sala, emitindo um grito lancinante. Batia os punhos contra a mesa repetidas vezes. Puxava brigas com outros meninos. Suas notas e resultados continuavam excelentes, mas sua melancolia era rompida por violentos episódios de fúria que descontava em mim, principalmente. Então ele passava meses imerso em tamanha passividade que era necessário arrancá-lo fisicamente da cama, e somente depois de muitas tentativas e brigas Mahad finalmente aceitava cooperar minimamente.

Partimos para a Etiópia, onde não havia a mesma segregação sufocante entre homens e mulheres encontrada na sociedade saudita. Na Etiópia, homens e mulheres podiam se misturar livremente, bem como os meninos e as meninas na escola, e isso nos deixou muito mais contentes. O mais feliz entre nós era papai. *Abeh* estava totalmente à vontade. O edifício que abrigava o quartel-general de seu movimento somali de oposição era imenso. Havia centenas de quartos, alguns para os soldados, outros para políticos e intelectuais que contribuíam com a emissora de rádio exilada que eles usavam para atrair um número cada vez maior de homens somalis para nossa causa. Papai fazia parte da alta hierarquia. Ele passava horas em reuniões sobre questões estratégicas, buscando recursos, mantendo o moral dos soldados alto. Ele também compunha histórias chamadas “A fonte da cura”, que ele transmitia pelo rádio todas as semanas.

A pessoa mais infeliz de toda a Etiópia era minha mãe. Para ela, os etíopes eram pecadores (pois não eram muçulmanos), vinham de classe e linhagem inferiores e estavam em guerra com a Somália. (*Abeh* também estava em guerra com a Somália, mas parece que isso não era a mesma coisa. De acordo com

ela, papai se opunha a um ditador, enquanto os etíopes eram inimigos ancestrais do nosso país.)

Mahad, Haweya e eu ficamos muito felizes com a mudança. Meu irmão, em especial, pôde conviver com homens somalis de nosso clã que se pareciam com ele, falavam nosso idioma e não o chamavam de *abid*. Sendo o filho do meu pai, ele era tratado com respeito por todos. Eram gentis e indulgentes com ele. Mamãe se esforçou muito para servir àqueles jovens a comida que há muito eles não viam — cordeiro, arroz, vários tipos de espaguete, temperos como coentro e gengibre — e que os faziam lembrar a terra natal.

A maioria daqueles jovens mascavam *qat*, uma droga. Sentavam-se em círculo, bebendo chá preto com muito açúcar, segurando ramos e separando as folhas, jogando fora as mais secas e metendo na boca as mais macias e suculentas. Eles formavam bolsas em suas bocas, sugando abertamente o suco daquela droga. Mahad sempre estava presente nessas reuniões, e às vezes Haweya e eu também.

Mamãe repreendia nosso pai: "Veja o que fez! Expôs nosso único filho ao vício. Ele vai imitar esses homens. Vai se tornar um viciado em *qat*".

Abeh tentava acalmá-la. "Mahad é meu filho. Ele é um Magan. Não o subestime. Ele jamais faria uma coisa dessas. Ninguém da família Magan masca *qat*."

Mamãe listava então os membros da família Magan que, de fato, tinham o hábito de mascar *qat*. Ela implorava para que voltássemos à Arábia Saudita, pois estava claro que não poderíamos ir para a Somália. "Nosso nome, as tradições dos nossos ancestrais, não podem mais nos proteger destes males", dizia ela a *abeh*. "Busquei proteção na casa de Deus. Quis que morássemos em Meca, onde somos lembrados de orar cinco vezes ao dia, onde podemos nos manter puros. Você nos trouxe a um país maligno. Essas pessoas nunca se lavam. Você não viu ontem, quando eu estava caminhando com minha mãe e uma mulher subitamente se agachou na calçada e urinou? Bem na nossa frente! Neste país, eles bebem álcool e fornicam mais do que os bodes de Faadumo Artan. Mahad é nosso único filho. Se permanecermos aqui, ele será corrompido. Esse lugar é grande demais. Corro atrás dele, mas o menino é mais rápido do que eu. Mahad já tem quase doze anos; logo ele será mais alto do que eu."

Mahad podia escolher entre mais de dez banheiros para se esconder. Os edifícios eram muito grandes, com muitos quartos e cômodos. Quando o mandavam tomar banho, ele dizia: "Sim, tomarei banho no quarto de fulano ou sicrano". Mamãe estava cansada e *abeh* participava de reuniões até tarde da noite, o que permitia a Mahad fugir e só voltar quando já estávamos dormindo, ou às vezes só pela manhã, passando a noite onde bem entendia. Mamãe ficava dividida entre solicitar o envolvimento do meu pai e o medo que tinha da severidade de seus castigos para Mahad. Na maioria das vezes, ela optava por não envolver *abeh*. Pela manhã, o motorista chegava a bordo da Land Rover que nos levava à escola, e Mahad ia no banco da frente, usando o mesmo uniforme dos últimos dias, como se nem sequer o tivesse tirado para dormir. Seus olhos ficavam vermelhos, pesados de sono, e havia manchas em suas bochechas indicando onde a saliva tinha secado. O cabelo de Mahad, que ele se recusava a cortar, tinha crescido e formado um imenso penteado afro. Ele dormia de lado, e saía da cama como se tivesse na cabeça um chumaço patético de algodão-doce no lugar onde deveria haver um belo e redondo afro. Mahad costumava perder os cadarços ou a mochila; seu hálito era horrível.

Toda aquela desordem provocava uma impressão negativa nos demais, não apenas em relação a Mahad, mas principalmente em relação a meu pai. O motorista, Haile Gorgeus, olhava para meu irmão com desprezo, ocasionalmente proibindo-o de entrar no carro naquele estado. Mamãe saía da casa equilibrando-se entre as lancheiras e ao ver Mahad começava a gritar a plenos pulmões. Ele chorava e implorava: "Por favor, por favor, não conte ao papai". Mamãe implorava ao motorista para que esperasse enquanto corria com Mahad de volta aos nossos quartos, onde ela e minha avó tiravam a roupa dele e davam-lhe um banho, e o menino uivava de vergonha e dor. Minha avó o segurava pelos cabelos e escovava os dentes dele até que as gengivas sangrassem.

Os três prepararam uma verdadeira conspiração para esconder esses eventos de *abeh*. Haweya saía

andando por aí, o que enlouquecia Haile Gorgeus, e eu, tão inocente e boazinha, repetia para quem se dispusesse a ouvir: “Vamos nos atrasar para a escola”.

Mahad reaparecia limpo, de olhos vermelhos e insuportavelmente resmungão. Ele exigia silêncio total no carro. Era uma tirania completa. E, como era de se esperar, com frequência chegávamos atrasados à escola, mas nenhum de nós contava nada a *abeh*. Éramos todos parte da conspiração para proteger o príncipe, nosso irmão mais velho.

Mahad fez amizade com alguns dos jovens soldados do exército de *abeh* no exílio antes de eles serem mandados para o combate na fronteira entre a Etiópia e a Somália. Alguns não voltavam; outros chegavam sem uma perna ou sem ambas, ou então sem um dos olhos. Alguns sobreviviam por pouco tempo antes de morrer em decorrência dos ferimentos. Haweya e eu não podíamos comparecer aos funerais, mas Mahad era obrigado a participar. Quando crescêssemos, Haweya e eu nos tornaríamos esposas e mães; quando Mahad crescesse, ele teria de ir para a frente de combate. Se o seu destino fosse o de um líder, ele enviaria seus homens para a morte. Mas ninguém começa como líder; todos iniciam como soldados comuns, e Mahad parecia incapaz de aceitar essa ideia.

Os boletins e as notas de Mahad continuavam perfeitos. Ele era de longe o mais inteligente de nós, crianças. Aprendeu o idioma amárico com facilidade. Sua forma de falar, de escrever, seu conhecimento da gramática, sua caligrafia, suas notas em matemática, geografia, ciências — ele era excelente em tudo. Mas os professores etíopes, como os professores sauditas, queixavam-se do seu comportamento melancólico e silencioso.

Quando mamãe deu à luz um natimorto, o lar foi engolido pela tristeza. A infelicidade dela cresceu até preencher a casa com uma hostilidade silenciosa e amarga. Finalmente, *abeh* cedeu e decidiu nos tirar da Etiópia.

Quando nos mudamos para o Quênia, faltava um mês para o aniversário de doze anos de Mahad. Eu tinha dez anos. *Abeh* estava fora durante a maior parte do tempo. Ele saía de casa após as preces matinais, ao nascer do sol, e raramente voltava antes de estarmos todos na cama outra vez. Às vezes viajava e passava semanas afastado. Seu relacionamento com Mahad continuava a se deteriorar; seu relacionamento com mamãe era ainda pior.

Abeh queria que todos nós frequentássemos a Escola Feminina de Ensino Fundamental Muçulmano de Nairóbi. O nome não correspondia à realidade, porque o ensino fundamental naquela escola era misto. A mensalidade era muito cara e era preciso passar por um exame de admissão e uma entrevista antes de fazer a matrícula. *Abeh* nos levou para fazer o exame. Somente Mahad foi aprovado. Além de notas excelentes, ele ainda recebeu elogios por seu comportamento durante a entrevista. Disseram a Haweya que ela era promissora; poderia voltar no ano seguinte e fazer a prova novamente. Fracassei completamente, obtendo resultados ruins em todas as matérias. Na manhã em que recebemos estes resultados, mamãe me deu um tapa na cabeça e despejou sobre mim os insultos aos quais há muito eu já me acostumara. Mas o comportamento de *abeh* em relação a mim não mudou. Ele me abraçou, fez carinho e me chamou de “filha única”. Jogou xadrez comigo e com Haweya. Levou-nos para passear de barco. Seu comportamento em relação a Mahad também se manteve inalterado; ele disse ao menino que, apesar de ter obtido bons resultados no exame, poderia ter ido ainda melhor. De acordo com meu pai, Mahad tinha uma postura errada, um olhar errado, segurava o lápis de uma forma errada. Nada que meu irmão pudesse fazer o tornaria digno de ser o único filho de *abeh*.

Meu pai começou a passar períodos cada vez mais longos visitando a Etiópia. Nas raras ocasiões em que estava conosco, jamais perdia a chance de dizer a Mahad que ele tinha de ser o homem da casa. “Você está no comando. Suas irmãs logo se tornarão mulheres. Se elas envergonharem a família, a responsabilidade será sua. Elas acabarão com a sua honra. Se sua mãe passar uma noite infeliz na cama,

a responsabilidade será sua. Esteja ao lado dela. Ouça-a. Obedeça-a. Não lhe traga problemas indevidos.” Mahad assentia e assentia e assentia. Se não compreendia o que papai pedia, não o demonstrava. Se considerava injusto papai exigir que arcasse com as imensas obrigações de um adulto, não o demonstrava. Ele apenas assentia e repetia: “Sim, *abeh*. Sim, *abeh*. Sim, *abeh*”. Mahad era obrigado por meu pai a ficar de pé numa espécie de pose militar durante essas conversas: os pés separados pela distância dos ombros, as mãos em repouso diante do corpo, o olhar voltado para cima, fixado no espaço entre os olhos de *abeh*. Nunca soube ao certo se Mahad ao menos registrava o que papai lhe solicitava. Sempre que estava entre nós, *abeh* submetia o filho a esse tratamento. Finalmente, após uma última e terrível briga com minha mãe, *abeh* partiu para a Etiópia. Mahad tinha quase treze anos.

Abeh permaneceu ausente por dez anos. Depois de sua partida, os problemas de Mahad com a autoridade se tornaram muito mais visíveis. Certo dia ele voltou para casa num astral melancólico, de cabeça baixa, chutando pedrinhas, e se jogou no colchão, de braços e pernas escancarados, coisa que minha avó, que viera conosco para o Quênia, considerou uma grande demonstração de desrespeito. Ela o expulsou do colchão. Mahad foi até um canto e sacou um romance, que começou a ler. Na capa do livro havia uma mulher branca, de cabelos longos e biquíni, com as pernas abertas; seu rosto estava nas mãos de um homem, também branco, que olhava profundamente nos olhos dela. Essa imagem ofendeu minha avó ainda mais do que a pose de Mahad no colchão, e ela saiu correndo em busca da minha mãe.

Depois que *abeh* partiu, as brigas entre Mahad, mamãe e vovó se tornaram um elemento constante em nossa vida, tão irritantes e inevitáveis quanto a poeira nas ruas de Nairóbi.

Depois das brigas, xingamentos e gritos habituais, mamãe oferecia a Mahad uma refeição que ele se recusava a fazer.

mamãe: Qual é o problema? O que houve?
mahad: Acho que serei expulso da escola.
mamãe: Por quê? O que você fez?
mahad: Acertei 97% da prova de matemática.
mamãe: É claro que você não será expulso da escola por acertar 97% da prova de matemática. Você já obteve notas muito piores antes. (Mamãe não fazia ideia do que significavam as notas escolares. Para ela, qualquer erro era sinal de que as coisas iam mal.)
mahad: Desta vez é diferente. Botei fogo na escola.

Mamãe arremessou os sapatos contra ele. Invocou os ancestrais. Lamentou o seu destino. “Seu pai me deixou! Que os ancestrais o amaldiçoem! Que eles o amaldiçoem, Mahad! Que Alá o paralise!” Ela apanhou o prato de comida que estava tentando convencer Mahad a aceitar e arremessou no outro extremo da sala. Assisti a tudo, pensando na bagunça que teria de limpar mais tarde. Contudo, fiquei hipnotizada com a ideia de pôr fogo na escola. Como seria a sensação de fazê-lo? Como é ser expulso da escola? Pensei que aquela era a coisa mais horrível que poderia acontecer. Minhas orelhas queimavam na esperança de saber mais. Mas, para além de todo o drama, eu sabia que estava testemunhando algo trágico: mamãe não tinha mais autoridade nenhuma sobre Mahad. *Abeh* tinha partido e, se a expulsão significasse que não voltaria mais para a escola, Mahad cresceria nas ruas, como um vagabundo.

Mamãe recolheu os sapatos e saiu em busca dos seus parentes. Passamos as próximas semanas conversando com as autoridades do sistema de ensino e reunindo dinheiro para pagar pelo estrago na sala de aula incendiada por Mahad. Ele não foi readmitido, mas todas as tentativas de convencimento e suborno resultaram numa concessão: poderia fazer as provas finais, muito importantes para a aprovação numa boa escola do ensino médio.

Quando diminuíram a raiva e o desapontamento da minha mãe decorrentes do incidente, tornou-se aparente o motivo pelo qual Mahad tinha posto fogo na escola. Sua professora de matemática, uma

mulher, tinha anunciado a realização de um simulado como forma de preparação para os exames finais. Essa professora teve muitas discussões com Mahad. O menino não dava ouvidos a ela; conversava durante a aula; mostrava-se rabugento e desrespeitoso. Quando recebeu o resultado do simulado e descobriu que tinha acertado 67% das questões, foi até a mesa dela e exigiu que sua nota fosse corrigida. A professora o dispensou. Mahad insistiu nas tentativas de mostrar que o resultado de suas somas estava correto. Ela se recusou a revê-las e mandou-o para casa. Meu irmão procurou seu professor favorito, um homem de grande reputação; ele analisou os números e disse a Mahad que estava correto e, na verdade, tinha acertado 97% do teste.

Mahad mostrou à diretora a discrepância entre seus resultados corretos e a nota que lhe fora atribuída. No dia seguinte, a mulher lhe disse: “Não tenho autoridade para intervir. Você precisa resolver isso com sua professora”. Então Mahad voltou a procurar a professora de matemática, que novamente o dispensou, queixando-se de sua desobediência e falta de respeito. No dia seguinte, ele se juntou a outro aluno que também tinha problemas generalizados com a autoridade, principalmente com mulheres lhe dando ordens. Certo dia, depois do término das aulas, eles arrombaram o armário da professora na sala de aula e puseram fogo nas provas de todos os alunos.

Quando chegou a época das provas finais, Mahad novamente protagonizou um milagre acadêmico. Milhares de crianças quenianas fizeram o exame, mas, apesar de falar inglês há apenas dois anos — e de ter passado os últimos três meses longe da escola e sem fazer nenhum tipo de dever de casa —, ele conseguiu estar entre os dez melhores alunos do país.

Por ter obtido notas tão boas, Mahad pôde se matricular nas melhores escolas, e foi aceito na maioria delas. Minha mãe optou por mandá-lo ao Centro Starehe para Meninos, escola fundada por um britânico para lecionar às crianças que moravam nas ruas; para cobrir os custos operacionais, crianças inteligentes de famílias ricas também eram aceitas. Meninos como Mahad — vindos de famílias de baixa renda, mas com notas altíssimas — recebiam uma bolsa e pagavam uma taxa mais baixa pelo ensino.

Todos os nossos parentes, minha mãe e nossos líderes religiosos insistiam com Mahad: *Aconteça o que acontecer, não abandone sua cultura nem os gloriosos e milenares costumes de nossos ancestrais*. Enquanto isso, as autoridades educativas quenianas decidiram “africanizar” o currículo escolar. As leituras indicadas para ele passaram dos clássicos ingleses, como Dickens e Trollope, para autores africanos como Chinua Achebe. Esses autores demonstravam verdadeira obsessão pelo modo como o colonialismo britânico interferiu na vida de seus ancestrais. Ironicamente, porém, Mahad leu tudo sobre a tribo de Achebe e seus costumes ancestrais em inglês, o idioma do opressor imperialista que deveríamos condenar. Ele sempre obtinha notas altíssimas em inglês. Foi ensinado a usar o uniforme (com gravata), a obedecer as autoridades escolares e a jogar críquete e uma variante do beisebol chamada *rounders*, ambos esportes estrangeiros. Tudo o que fazia e em que obtinha um desempenho invejável conferiam a ele um paradoxo de extremo elogio por seus feitos acadêmicos e extremo desprezo por trair seus costumes tribais e dogmas religiosos.

A princípio, Mahad era um aluno do período diurno, mas por causa de seus constantes atrasos mamãe decidiu, junto com o diretor, que ele passaria a ficar na escola em regime de internato. Então começou a cabular as aulas por dias seguidos, apesar de mamãe pensar que ele as frequentava normalmente. No início, os professores não repararam na ausência dele. Mahad ficava com alguns outros meninos que cabulavam. Nunca se soube de nada de mau que eles tenham feito; acho que simplesmente passavam os dias juntos, conversando sobre as meninas e tramando uma maneira de entrar nas danceterias. Em casa, Mahad brigava comigo e com Haweya e nos dava sermões: deveríamos manter a máxima moralidade, permanecer virgens. Quando perguntamos a ele por que passava seu tempo com meninas más, ele respondeu: “É assim que as coisas são. Algumas meninas são más para que os meninos possam se divertir. Algumas têm honra e se casam”.

Mamãe queria três coisas de Mahad. Primeiro, que ele a ajudasse a nos disciplinar. Ele costumava

cooperar nisso nos amarrando e espancando. Eu o odiava pela dor que me causava, mas assisti-lo machucando Haweya era insuportável. Ela sempre era castigada por sair de casa, ficar acordada lendo romances e chegar em casa tarde ao retornar da escola. Conforme ficou mais velha, ela também demonstrou interesse pelas danceterias. Mamãe induzia Mahad a caçá-la e trazê-la para casa, onde ele a chamava de vadia, amarrando-a e espancando-a. Eu era castigada pela negligência com as tarefas domésticas, a cozinha, a faxina, a arrumação, por não lavar roupa ou fazer compras. Era também castigada por irritar a vovó. Eu tinha memorizado as maldições e os lamentos dela, e ficava bem na sua frente, sacudia o traseiro e fingia ser ela, repetindo seus versos. Também passava o tempo com minhas amigas da escola, voltava tarde para casa e dizia que tinha estado na mesquita.

A segunda coisa que mamãe queria de Mahad era que ele ficasse na escola. Ela disse ao menino que a pior coisa que poderia acontecer a *ela* era ele abandonar a escola. Isso significaria seu completo fracasso como mãe e mulher. Somente o destino dele importava — o dela não, e não o meu e o de Haweya. Ela tentava convencer Mahad ao preparar-lhe boa comida, e às vezes ao suborná-lo com um pouco de dinheiro. Infelizmente, nada ajudou. Mahad perdia aulas com tamanha frequência que o diretor convocou mamãe até a escola e disse a ela que não lhe restava outra alternativa senão expulsá-lo.

Mamãe começou a passar dias e noites procurando Mahad em becos escuros, nas ruas. Ela batia na porta das casas de garotos que julgava serem amigos dele e pedia para procurar o filho ali. Às vezes ela solicitava a ajuda de parentes somalis. Durante dias, tudo o que fazíamos era procurar por Mahad. Quando ele surgia após seus longos períodos escondido, mamãe o levava para casa e instalava imensos cadeados na porta para que ele não pudesse sair. Então, quando ela se distraía, ele pulava o muro, apesar dos cacos de vidro ali para afastar os ladrões.

Uma vez, mamãe o pegou em flagrante quando ele já estava quase fora de casa. Ela se lançou sobre o menino. Mahad, agora com quinze anos e quase tão alto quanto um homem, continuou a avançar. Mamãe se jogou no chão, agarrou-se aos tornozelos dele, gritou e chorou; disse que não iria soltá-lo. Com o corpo enrijecido pela vergonha de ver os vizinhos saindo de casa para descobrir o que estava ocorrendo, Mahad cedeu e voltou para dentro. Ele ficou enquanto mamãe o vigiou, mas partiu novamente poucos dias depois.

A terceira coisa que mamãe queria dele era que fosse fiel: que lesse o Alcorão, rezasse, e quem sabe um dia até se tornasse um líder religioso. Eu começava a me interessar pelos ensinamentos da irmã Aziza, uma professora de estudos islâmicos da minha escola. Cobria-me com o *hijab* e orava; em retrospectiva, percebo que estava lenta e seguramente aderindo aos princípios da Irmandade Muçulmana, um movimento jihadista. Mas meu irmão se sentia mais atraído pelas distrações da rua. Tornou-se um fumante inveterado; havia boatos de que bebia cerveja e até bebidas mais fortes. (Na época, eu não sabia a diferença.) Havia também rumores de que ele mascava *qat*.

Todos sabiam que meninos como Mahad, que abandonaram a escola, tinham pais ausentes e mães que não exerciam autoridade sobre eles, cresciam para se tornar homens sem emprego, sem esposa, sem filhos. Às vezes tinham sorte e conseguiam que os pais lhes arranjassem um casamento para mantê-los vestidos, abrigados, alimentados e longe das ruas. Mas esses casamentos sempre chegavam ao fim. Havia hordas de jovens somalis assim em Eastleigh, um bairro de Nairóbi. Passavam a maior parte de seus dias dormindo em quartos alugados lotados e à noite mascavam *qat*. Então, com dinheiro emprestado, procuravam prostitutas. Alguns deles se envolviam com o crime; eles tornavam as ruas inseguras.

Alguns desses jovens mais tarde se arrependiam e se juntavam à Irmandade Muçulmana. Viajavam para a Arábia Saudita com bolsas de estudo islâmicas e voltavam como pregadores do que chamamos hoje de islã radical. A trajetória pessoal deles era sedutora, pois tinham sido salvos do mal e do comportamento ocidentalizado quando Alá mostrou a eles o caminho correto. Minha mãe fazia diversas tentativas para que Mahad entrasse em contato com esses agentes. Mas nada parecia funcionar.

Meu irmão se afundava cada vez mais no pântano, e a próxima estratégia de mamãe foi mobilizar todo

o clã uma última vez para enviá-lo de volta à Somália. Com aproximadamente dezessete anos, ele partiu para se encontrar com os tios e tias da família do meu pai e até viajou para Ayl, cidade costeira no norte do país que pouco antes tinha sido capturada pelo exército de oposição do meu pai. Ele não era mais apenas Mahad: era o filho de Hirsi Magan — se não era um príncipe, podia ao menos ser considerado um homem de uma linhagem honrada e dono de um destino altivo. Merecia governar. Não trairia o clã e a si mesmo permanecendo um mero menino de rua.

Enquanto estava na Somália, Mahad enviava a mamãe com regularidade cartas escritas num inglês maravilhoso. Eu as lia para ela, traduzindo aos poucos. A tristeza por meu irmão ter abandonado a escola me causava grande dor. Mahad era muito talentoso; poderia ter se tornado um escritor. Infelizmente, ninguém o preparou para estabelecer metas realistas para si e trabalhar para atingi-las. Desde os primeiros dias, sua cabeça foi preenchida por vagas noções de honra, lutas contra leões e conquista de povos, metas que não guardavam nenhuma relação com sua realidade e que apenas serviram para confundir seu senso de identidade.

Então Haweya também abandonou a escola, e em 1990 ela e eu fomos mandadas para a Somália. Quando vi Mahad novamente, ele tinha se tornado alto e bonito, transmitindo uma impressão confiante. Tinha se matriculado numa escola de administração somali-americana, que provavelmente era paga com os recursos das Nações Unidas, pois éramos refugiados. Ele disse que pensava em abrir uma empresa com alguns de nossos parentes. Mas, apesar de vê-lo conversando com muitas pessoas diferentes, nunca cheguei a vê-lo fechando um negócio; não havia nenhum indício de que ganhasse dinheiro.

Haweya e eu tínhamos feito curso de secretariado e encontramos emprego nas Nações Unidas em questão de um mês após nossa chegada a Mogadíscio. Fomos contratadas para digitar, tomar notas e atender ao telefone. Recebíamos um salário relativamente bom. Mahad nunca procurou e muito menos encontrou um emprego nas organizações locais e internacionais. Ele não sabia digitar, tomar notas ou lidar com arquivos e se recusava a aprender, acreditando que esse tipo de serviço estava abaixo dele. Sua atitude em relação aos trabalhos manuais era idêntica. Ele tinha optado pelo ramo dos negócios, mas não queria se tornar um simples aprendiz. Muitos de nossos parentes atuavam no ramo dos transportes, mas nenhum deles começou a carreira como executivo; a maioria começou como motorista de longa distância ou mecânico. Mahad não estava interessado nesse tipo de trabalho. Sendo tão brilhante, ele teria aprendido rapidamente, mas lhe faltava preparo emocional e disciplina. Seu senso de identidade era ao mesmo tempo terrivelmente frágil e de uma grandiosidade absurda. Acho que, na cabeça dele, seria inconcebível aceitar o risco de uma posição servil de aprendiz. Um príncipe não faria algo do tipo.

Fazemos nossos próprios filhos. Essa é a tragédia do homem muçulmano tribal e principalmente do primogênito: as expectativas exageradas, a ruína da vaidade, o instável senso de identidade que se apoia na opressão de um grupo — as mulheres — para manter a imagem do outro. Em vez de aprender com a experiência, em vez de trabalhar, Mahad recorria a toda uma diversidade de mecanismos de defesa que envolviam a arrogância, o autoengano e a busca por bodes expiatórios. Seus problemas eram sempre culpa de outra pessoa.

A situação estava piorando na Somália: a guerra civil estava prestes a começar. Em novembro de 1990, minha mãe, que ainda estava em Nairóbi, exigiu que Haweya e eu retornássemos, pois tinha ouvido muitas histórias de moças estupradas por gangues de milicianos. Mahad desempenhava muito bem o papel de guardião. Ele solicitou reuniões com nossos parentes homens e conseguiu reunir dinheiro suficiente para mandar Haweya e eu ao Quênia pela estrada. Encontrou um parente nosso, um sobrinho, que poderia ser nosso guardião ao longo do caminho. Cerca de um mês depois de chegarmos a Nairóbi, Mahad veio também, e logo depois dele chegaram os incontáveis refugiados.

Um deles era nosso tio, e ele queria que meu irmão o levasse até a fronteira entre Somália e Quênia para procurar sua família. Este era o dever de um membro do clã. Mas Mahad fazia corpo mole, dizendo sempre “Iremos amanhã”. Por não suportar mais a procrastinação dele, ofereci-me para acompanhar o

homem. Quando minha oferta foi aceita, meu irmão agiu como se tivesse levado um pontapé nas entranhas. Aquilo fez com que ele se lembrasse de quando papai o chamou de menininha, mandando-o se esconder na saia da mãe, onde seria o lugar dele. Quando eu e nosso tio estávamos na região da fronteira, procurando por sua mulher e seus filhos, Mahad apareceu. Ele foi atrás de nós impulsionado pela obrigação da honra e pela vergonha que recairia sobre ele se a língua ferina do clã Osman Mohammud espalhasse que ele não tinha cumprido seu dever.

Alguns meses mais tarde meu pai foi a Nairóbi. Haweya e eu não o víamos fazia dez anos, e fiquei transbordando de alegria por tê-lo novamente ao nosso lado. Mas a tensão entre ele e Mahad era palpável. Meu irmão sempre dizia que iria enfrentar *abeh*, mas no frigir dos ovos ele cedia sem dizer uma palavra. Papai nos acordava às cinco da madrugada para as preces. Mahad costumava ficar na cama até a hora do almoço; nunca fazia nada antes das quatro ou cinco da tarde, e, mesmo com os constantes pedidos e apelos de mamãe para que ele rezasse, Mahad nunca a atendia. Mas bastava *abeh* entoar o cântico que nos chamava para a reza da aurora para meu irmão pular da cama como se tivesse sido picado por uma vespa, correr até o banheiro, lavar-se e ir até a esteira, rezando ao lado de papai como fazia quando ainda era um menino pequeno. E, junto com *abeh*, ele se sentava e lia o Alcorão durante uma hora antes de ir dormir.

Para evitar esses rituais, Mahad desenvolveu o hábito de dormir em hotéis e às vezes na casa de seus amigos quenianos. Mas ele nunca enfrentou o pai. Nunca disse a ele “Não, eu me recuso a rezar” ou então “Deixe-me em paz, não vou dormir em casa esta noite”. Mahad não ousaria fazê-lo.

Certo dia, meu irmão encontrou *abeh* perto da grande mesquita no centro de Nairóbi. Mahad conversava com um de seus amigos, um queniano, e aparentemente os dois estavam fumando. Assim que viu *abeh*, meu irmão escondeu o cigarro entre os dedos e meteu-o no bolso rapidamente, postando-se diante de papai com uma expressão estoica enquanto a brasa abria um buraco em suas calças.

Meu pai nunca se cansava de contar esse caso e sempre que o fazia chamava Mahad de covarde e exigia saber por que o filho não o enfrentou como um homem. Se um homem faz algo que sabe que não deveria fazer, deve ter coragem o bastante para defender a própria posição.

Quando meu pai me arranjou um casamento com um parente distante que morava no Canadá, Mahad viu como fiquei infeliz. Ele disse que enfrentaria papai e o convenceria a mudar de ideia; eu estava tão desesperada que realmente cheguei a pensar que me ajudaria a convencer *abeh* de que o casamento seria um erro para mim. Mas, quando teve a chance, Mahad não disse nada. Nem mencionou o assunto. Papai discorria sobre o grande par que ele havia formado, e meu irmão simplesmente confirmava com um gesto de cabeça.

Então eu parti. Criei para mim uma vida própria na Holanda. Por meio das esporádicas cartas de Haweya, soube que Mahad havia conhecido e secretamente se casado com uma boa moça, Suban, alta, bela, de um clã importante. Ela era uma refugiada. Sua família fora rica no passado, mas, com a guerra civil, tinha perdido tudo. Isso era bom para Mahad, pois significava que não seria obrigado a pagar um preço muito alto pela noiva, ou talvez não tivesse de pagar nada. Haweya deu a entender que *abeh* aprovava a união, mas disse que mamãe se opunha ao casamento: a moça não era boa o bastante. Acho que mamãe odiava Suban por pensar que tinha tirado Mahad dela. Mamãe sempre quis que o filho se casasse com uma moça do clã dhulbahante. Mas talvez, como outras mães de todas as partes do mundo, ela tivesse odiado qualquer mulher com quem o filho se casasse.

Mahad adiou a revelação do casamento à minha mãe até que Suban engravidou.

5. O filho do meu irmão

Só voltei a ver Mahad após a morte de Haweya, em 1998. Eu morava com meu namorado holandês e frequentava a Universidade de Leiden, onde pretendia obter um diploma de mestrado em ciências políticas; tinha um emprego de tradutora e tentava obter a cidadania holandesa. Mahad ainda estava em Nairóbi. Apesar de sua mulher, Suban, estar grávida e poder dar à luz a qualquer momento, meu irmão ainda morava no apartamento da minha mãe.

Haweya foi enterrada enquanto eu viajava de Amsterdã até Nairóbi. O filho de Mahad nasceu dez dias depois da morte dela, pouco mais de uma semana após meu retorno ao Quênia.

Quando Mahad chegou em casa e disse à mãe: “Suban deu à luz”, o rosto dela permaneceu impassível. Ela não moveu um músculo.

“Mãe, tenho um menino, tenho um menininho”, disse Mahad.

Mamãe voltou o rosto na direção contrária; seus olhos se encheram de lágrimas e os lábios tremeram. Ela disse a Mahad: “O menino não é seu, é um bastardo”.

Mahad não sabia se mamãe estava triste, brava e confusa por causa da morte de Haweya ou se estava simplesmente sendo difícil como de costume.

Quando fui visitar o recém-nascido, ele tinha apenas três dias de vida. Suban tentava acalmá-lo aproximando-o do peito, mas ele afastava o rosto vermelho e enrugado do seio dela; o bebê reclamava e chorava.

Minha visita a Suban foi uma espécie de segredo. Quando mencionei diante de mamãe e Mahad que gostaria de conhecer a esposa dele e o bebê, mamãe explodiu. “Você disse que quer me trair, como fez Haweya? Como fez o inútil do seu irmão?”

Eu sabia que mamãe não aprovava a esposa escolhida por Mahad; Haweya já tinha me contado. Mas pensei que fosse natural para uma mulher receber o neto, um *menino*, recém-chegado ao mundo. Em vez disso, mamãe ficou amuada sobre o colchão, envolta em seu roupão *garbasaar*, abatida e lúgubre. Ela sempre fora magra, mas agora sua aparência estava tão emaciada que eu me enchia de pena e culpa sempre que olhava para ela.

Mas sua atitude em relação ao novo bebê fez com que eu me sentisse confusa e brava. Mamãe tinha acabado de perder uma filha; Mahad e eu, uma irmã. Que motivo ela teria para ficar infeliz com a chegada de uma nova vida?

“Como sempre, você vai partir para exibir meu constrangimento às outras mulheres”, ela se queixou.

Protestei; tudo o que eu queria era conhecer o bebê do meu irmão. Mas mamãe me interrompeu. “Aquele menino é um *wa’al*, um bastardo, não é filho de Mahad. A rapariga se entrega a qualquer um que lhe ofereça um trocado.”

Mahad interveio. “Pare com isso, mamãe, por favor, eu imploro.”

“Que Alá, o Todo-Poderoso, leve ambos!”, ela gritou, tremendo. “Ele levou Haweya para me proteger da vergonha que ela causava.”

Fiquei pasma. Aquilo era para mim um duro choque de realidade, ouvir mamãe amaldiçoar e se retorcer em autocomiseração daquela maneira. Passei cinco anos afastada. Tinha me esquecido ou reprimido a memória do quanto ela era vingativa, ressentida, queixosa, características que, quando éramos mais jovens, costumavam ser voltadas para mim. Claramente, ela tinha encontrado um novo bode expiatório: a esposa de Mahad, Suban.

Meu irmão sugerira que eu saísse discretamente para visitar Suban e o bebê, para não enfurecer mamãe

enquanto ela sofria a dor da perda de uma filha. Achei irônico e estranho que ele não se sentisse à vontade para celebrar o nascimento de seu filho.

Agora, sentada num colchão diante de Suban, observando-a lamentar seu destino num tom de voz que fazia o recém-nascido se contorcer de incômodo no colo dela, fiquei maravilhada com a semelhança entre minha mãe e minha cunhada: ambas eram altas e magras; as duas ardiam de ressentimento. Deve ser difícil suportar o fardo do primeiro filho, principalmente sob tais circunstâncias. Mas o desespero que Suban sentia por meu irmão tê-la decepcionado provocava nela a mesma raiva e confusão que minha mãe sentiu quando meu pai negligenciou suas responsabilidades com ela e os filhos. E sua resposta era a mesma: depositar em fatores externos a responsabilidade por seu próprio destino.

“Ayaan, considero você e sua família responsáveis pelo meu abandono”, ela começou. “Você não veio a Nairóbi para me ver nem para ver seu único herdeiro menino. Você veio porque sua irmã morreu. E o que foi que me trouxe? O que trouxe para seu novo sobrinho? Veio de um país rico e ainda assim chega aqui de mãos vazias.

“Tem ideia de como sua mãe me trata?”, ela prosseguiu. “Sabe da campanha dela para me separar de seu irmão? Ela pensa que está me prejudicando, mas o prejudicado é seu sobrinho, sua linhagem. Alá, o Todo-Poderoso, é minha testemunha: para sempre contarei a este menino, ao meu filho, sobre as maquinações da sua mãe.”

A voz dela aumentava de volume conforme explorava as possibilidades de vingança que reservava para a família Magan. “Tenho no meu colo o único menino que traz o nome de Hirsi Magan”, ela gritou. O bebê se contorceu e virou a cabeça de um lado para o outro. Ainda me alvejando com o olhar de desprezo, ela tentou colocar o mamilo na boca do bebê. Isso fez com que ele chorasse ainda mais forte.

O cômodo era iluminado pela luz fraca de uma *feynoos*, lanterna de parafina habitualmente usada pelos somalis. Havia um interruptor e uma lâmpada afixada a um fio que pendia do teto, mas concluí que a eletricidade tinha sido cortada. Na luz oscilante, pude ver que a tinta estava descascando em alguns pontos da parede. O chão entre o colchão de Suban e aquele no qual eu estava sentada era de cimento pintado de vermelho; essa tinta também estava descascando em alguns pontos. Num dos cantos do cômodo havia um braseiro de ferro com uma chaleira, e, para dissipar o odor da comida e das fraldas sujas, Suban tinha preparado um *dab-qaad*, ou porta-fogo, um pote coberto e repleto de orifícios agora cheio de brasas de olíbano.

O cômodo era minúsculo, quase do tamanho de um armário, com uma janela diminuta; o teto estava enegrecido por causa da fumaça produzida durante o preparo dos alimentos. Não havia necessidade de gritar; naquele pequeno espaço, eu podia ouvi-la perfeitamente.

Suban travou os olhos nos meus enquanto eu percorria o cômodo com o olhar. “Cresci numa mansão em Mogadíscio”, ela disse, transmitindo de súbito uma impressão desesperadamente patética. “Se um de vocês, Magan, nos procurasse, meu pai iria honrá-los, tratá-los como reis. Olhe para este cômodo miserável onde seu irmão e sua mãe me puseram. Eu não abrigaria nem mesmo animais num lugar como este. Dei ao seu irmão minha honra, meu útero, carreguei o filho dele. E você — minha prima, minha cunhada —, você é rica. Conheço sua história. Passeia por aí a bordo de um carrão; ganha dinheiro com a desgraça dos refugiados na Holanda, traduzindo para os infiéis. E ainda assim não se incomodou de trazer algo para o menininho. Você é rica e não divide nem um tostão.”

Sentada de frente para Suban, pensei nos relatórios que eu traduzia para os pais de filhos somalis vivendo na Holanda. Aqueles relatórios eram compilados por psicólogos e pediatras holandeses trabalhando para o serviço social com o objetivo de analisar crianças com problemas de desenvolvimento. Algumas delas apresentavam dificuldades motoras porque suas mães, irritadas, as mantinham no berço ou presas a andadores por tempo demais. Outras tinham sido pouco estimuladas no desenvolvimento cognitivo e social, principalmente na faculdade da fala. Muitas dessas crianças tinham sido apresentadas aos brinquedos e aos recursos da escrita e do desenho quando chegaram à escola, aos

quatro ou cinco anos de idade. Elas não foram preparadas para enfrentar os desafios da vida no mundo moderno. Seus pais fracassaram em fornecer a elas as ferramentas adequadas.

Como seria o destino do meu pequeno sobrinho sob os cuidados de sua mãe? As queixas dela quanto à minha mãe e à negligência de Mahad se justificavam. Suban era quase analfabeta, mas parecia forte, resistente, capaz de suportar a situação. À semelhança de mamãe, não falava outro idioma além do somali e desprezava os quenianos. Para qual escola poderiam mandar o bebê? Suban crescera rodeada de servos, bantos somalis conhecidos como *sab*, que costumavam trabalhar quase como escravos dos clãs mais prestigiados. Seria ela capaz de cuidar do filho? Parecia improvável que Mahad pudesse ser um grande protetor e guia.

Mahad e Suban discordavam a respeito de tudo, desde qual dos dois seria o culpado pela gravidez até o nome que dariam ao filho. Meu irmão tinha escolhido o nome de Ya'qub; Suban queria chamar o bebê de Abdullahi, "escravo de Alá". Ela possuía a religiosidade fanática da minha mãe e sua preferência pelos nomes árabes e os demais traços dessa cultura.

Enquanto segurava meu sobrinho nos braços, percebi pela primeira vez que, a partir da perspectiva de muitas gerações, minha família estava regredindo ao invés de progredir. Meu avô Magan ganhou seu apelido, "protetor daqueles que aniquilou", ao conquistar e anexar terras que pertenciam a outros clãs. Meu pai, filho dele, foi capaz de se adaptar, trocando a vida de lendário senhor da guerra somali pela de um líder moderno. Aprendeu italiano em Roma e inglês nos Estados Unidos e voltou para a Somália para contribuir com a construção nacional. Mas seu único filho, Mahad, tinha abandonado a escola e era incapaz de se sustentar. O único filho do meu irmão seria criado naquele pequeno cômodo, do tamanho de uma cela, num enclave somali de Nairóbi onde as ruas pareciam ter se dissolvido, deixando em seu lugar crateras que se enchiam de pó no clima seco e de lama durante as chuvas.

No passado, nada disso teria me parecido incomum. Mas, para o meu novo olhar holandês, todo aquele bairro parecia um caldeirão putrefato de doença e pobreza. Voltei a pé para a casa da minha mãe. Eastleigh estava cheio de novos moradores, refugiados que ainda chegavam da Somália e dos imensos campos de refugiados próximos da fronteira. Traziam consigo piolhos, sarna e tuberculose.

Na noite seguinte à minha visita a Suban, Mahad me disse que iria se divorciar dela. Perguntei qual era o motivo. Pensei que ele fosse responder "Eu não a amo, eu a odeio, não quero estar com ela". Esperava que dissesse "Ela é má, rancorosa e maliciosa, e não posso suportá-la". Em vez disso, ele disse: "Ela me prometeu que não engravidaria, e engravidou".

Fiquei chocada. "O que quer dizer?", perguntei.

"Ensinei a ela como contar os ciclos menstruais", ele disse. "Mostrei quando era o primeiro dia e quando era o último, e em quais momentos ela poderia ficar grávida. E ela me prometeu que prestaria atenção nisto. Ela me traiu."

Tive dificuldade para controlar minha raiva diante da atitude de Mahad. Disse a meu irmão como era irresponsável seu comportamento, e que ele era pai de um bebê saudável gerado por uma mulher que era de nosso clã. Disse a ele: "Você só queria se divertir com ela. Agora, como sempre, não quer assumir a responsabilidade — está desapontando aquela pobre moça e abandonando seu bebê".

Mahad tinha o punho cerrado e a mandíbula travada. A última vez que ele me bateu foi em 1986, antes de ir para a Somália. Pensei que naquele momento ele pudesse me bater de novo. Mas não o fez; Mahad simplesmente foi embora.

Aquele não era o momento certo para uma briga. Eu tinha de evitar encrencas. Mahad e minha mãe poderiam reter meu passaporte se quisessem. Poderiam me manter naquele lugar horrível para me ensinar uma lição e, sem meu passaporte, talvez eu jamais pudesse voltar à minha vida de liberdade na Holanda.

Após passar algumas semanas em Nairóbi, voltei para a Holanda e para meu emprego de tradutora

para refugiados e imigrantes somalis ligados ao serviço social holandês. Vi muitas mães somalis com bebês iguaizinhos ao filho de Mahad, que tinham sido abandonadas por homens idênticos ao meu irmão. Eram atormentadas por sogras iguais à minha mãe e, como no caso da minha família, seu foco apontava para a regressão, para um passado mítico de vidas nômades no deserto da Somália. Elas contavam aos filhos pequenos sobre os heróis da Somália, sobre ordenhar camelos, e as ensinavam a odiar os outros clãs. Chantageavam emocionalmente os filhos para que não se tornassem "holandeses demais", para que falassem o somali em lugar do holandês e para que não abrissem mão de sua cultura.

Essas crianças apresentavam um desempenho insuficiente na escola. Como parte de sua avaliação, elas recebiam charadas para resolver; exigia-se delas que dissessem "por favor" e "obrigado" e que se comportassem adequadamente na mesa de jantar. Na Holanda, estes são indicadores do quanto uma criança está bem ajustada. Mas todas as crianças somalis para as quais eu traduzia, que em seus lares comiam no chão, com as mãos, fracassavam completamente em tais testes. Isso significava que não seriam mandadas para escolas normais; seu destino seria a "escola especial" para "aprendizado reforçado". O governo holandês gastaria muito dinheiro treinando-as para recuperar o atraso.

Parecia haver um padrão de repetidas dissociações entre as expectativas dos pais e a realidade das crianças em muitas famílias imigrantes na Holanda — não apenas entre as famílias somalis, mas também entre as marroquinas, turcas, iraquianas, afegãs e também entre as provenientes da antiga Iugoslávia. Fiquei pasma ao ver funcionários de tantas instituições diferentes — assistentes sociais, professores, policiais, de serviços de proteção à infância, de agências de combate à violência doméstica — suporem juntos a existência de alguma charada cultural que fugia à sua compreensão. A suposição em si não era ruim, e sim o fato de tentarem *proteger* essas normas culturais incompreensíveis. Arabistas, islamólogos, especialistas culturais e organizações étnicas insistiam que tais comportamentos consistiam em algo especial e único que deveria ser preservado naqueles lares.

Preocupei-me com o filho do meu irmão. Como ele poderia se tornar bem-sucedido no mundo moderno com tamanho caos familiar à sua volta?

Após um breve intervalo, conforme o anunciado, Mahad se divorciou de Suban. Com todas as suas noções de educação nobre e honra familiar, com suas pomposas ilusões de se tornar um príncipe, ele não foi nem mesmo capaz de agir com integridade em sua vida particular.

Decidi convencer minha mãe a voltar para a Somália. Ela sempre se queixou de ter sido afastada do convívio com seus familiares e obrigada a viver entre estrangeiros por meu pai. Ela queria voltar para casa, e assim eu disse que pagaria as despesas da sua viagem de volta. Mamãe ficaria com seu irmão e suas irmãs e com os filhos deles. Voltaria aos sons e odores das terras dhulbahante onde nascera.

Apesar de ter estimulado mamãe a voltar ao seu lugar de nascença, que fica bem longe da agitação constante de Mogadíscio, eu não estava muito segura dessa decisão. Mamãe estava acostumada aos luxos da vida numa cidade grande. Nairóbi pode não ser a melhor cidade do mundo, mas lá se está protegido das intempéries do clima e, durante a maior parte do tempo, há eletricidade e água encanada. Há médicos. O leite é comprado em embalagens; não é preciso ordenhar as vacas pessoalmente. Não é preciso abater animais para se conseguir carne; basta comprá-la. Para chegar ao apartamento da minha mãe em Nairóbi era preciso subir quatro lances de escadas, sem elevador. Mas não havia a ameaça de animais selvagens, como serpentes, escorpiões e répteis. Ela tinha um vaso sanitário e um chuveiro.

Disse tudo isso a minha mãe. Ela me disse: "Quero voltar. Estou sozinha e me sinto solitária. Quero estar com minha família".

Assim, em 1998, paguei para que ela viajasse acompanhada até Las Anod, e mamãe partiu. Suban e Mahad já estavam divorciados; de acordo com a lei islâmica, a charia, tudo o que Mahad precisava fazer era reunir alguns de seus amigos e pronunciar o *talaq*, a declaração "Eu me divorcio de ti, e Alá é minha testemunha". Mas agora, ao menos, Suban não poderia se queixar da interferência da minha mãe na relação dela com Mahad, e meu irmão não poderia se queixar de ser mantido como refém por nossa mãe.

Pensei que o problema estava resolvido.

Durante esse período, Mahad e eu trocamos alguma correspondência. Ele telefonava ou escrevia listas de demandas especificando as roupas que eu deveria mandar e os contatos empresariais que ele queria que eu fizesse em seu nome. Seu tom era imperial, quase agressivo; meu irmão dava a impressão de estar sempre prestes a perder a cabeça. Explicava em detalhes que pretendia reunir uma milícia para defender a costa da Somália dos poluidores. Ao preço de cinco florins por minuto, esses telefonemas saíam caros, e me recordo bem deles. Apesar de seu orgulho não ter como base nenhuma realização visível, Mahad empregava com frequência o termo *honra*. "Pense no nosso nome", ele dizia, repreendendo-me, dizendo que era minha obrigação ajudá-lo em nome da honra de nossa família.

Alguns meses depois de minha mãe ter partido para Puntlândia, recebi um telefonema do meu pai, que na época estava em outra parte daquela região. A voz dele demonstrava tristeza. "Ayaan, minha filha, desta vez estou telefonando por causa de Mahad."

Senti as lágrimas chegando aos meus olhos e uma sensação de total impotência. Pensei que *abeh* estivesse prestes a me dizer que meu irmão tinha morrido. Em vez disso, ele disse: "Mahad perdeu o juízo. É pior do que a morte. Ele está amarrado por cordas. Rezei para que Alá permita que ele se recupere".

A partir daquilo que meu pai disse em telefonemas posteriores, pareceu-me que Mahad estava sofrendo de um quadro maníaco-depressivo.

Dos três irmãos, Mahad era quem parecia destinado a ser o bem-sucedido. Ele era o mais brilhante; teve sem dúvida o maior número de oportunidades; acima de tudo, tinha o direito de ser bem-sucedido. Foi continuamente encorajado a pensar em si como o maior, o melhor, o mais incrível dos seres. Mesmo quando criança, Mahad sempre se mostrou muito sensível às exigências da honra. Ele se queixava do mau comportamento das irmãs e nos batia. Mas, assim que chegava um visitante, fosse um queniano ou o membro mais nobre de nosso clã, ele se mostrava encantador, reservado, e se esforçava muito para mostrar o refinamento e a superioridade de nossa família.

Entretanto, após a guerra civil na Somália, meu irmão viu que as aspirações de nosso pai para o futuro do país eram irrelevantes. Nossa mãe fora abandonada e se afundava na amargura; nossa irmã perdera o juízo e morrera após múltiplos abortos; e eu morava com um infiel fora do matrimônio. Depois de tanto aspirar à grandeza e à riqueza sem jamais ter desenvolvido quaisquer habilidades nem se submetido a um emprego que lhe proporcionasse obtê-las, Mahad deve ter enxergado tudo isso como o fracasso de nossa família. Nossa honra estava em ruínas. E já que todos haviam lhe dito que cabia a ele, o único menino, sustentar e defendê-la, talvez ele tenha acreditado que esse fracasso tivesse sido, afinal, sua culpa, por não ter sido capaz de corresponder às aspirações e aos deveres de um bom filho muçulmano.

A vida do meu sobrinho ficaria nas mãos da mãe dele. Eu julgara ter resolvido os problemas entre os adultos responsáveis por este jovem menino, mas agora Mahad ficaria impossibilitado de ajudar o filho. Parecia não haver mais nada que eu pudesse fazer, pelo menos não a partir da Holanda.

Continuei a manter contato esporádico por telefone com meu pai e minha mãe. Apesar dos meus temores, mamãe pareceu estar bem instalada em seu vilarejo em Puntlândia. O dinheiro que eu lhe enviava era suficiente para suas despesas. Às vezes ela o dividia com os parentes. As sobrinhas lhe traziam água, carregada em baldes e latas desde os poços mais próximos. Elas também varriam o jardim da casa dela, buscavam carvão e cozinhavam para minha mãe. Ela disse que nunca ficava sozinha. À noite, sentava-se com o irmão, a irmã e os filhos deles, e todos conversavam sobre a infância e os diferentes rumos que suas vidas tomaram, sobre a guerra civil e as coisas que os trouxeram de volta ao local de seu nascimento. Ao redor deles havia o deserto, árvores ressecadas, ovelhas e trechos de estradas de terra por onde os mercadores viajavam com seus caminhões, levando açúcar, arroz e outros artigos essenciais.

Mamãe me disse que Mahad estava doente porque fora enfeitiçado por Suban. Às vezes ela dizia que

meu irmão tinha sido enfeitiçado pela primeira esposa do meu pai. Mahad passou longos períodos no hospital e períodos ainda mais longos metido em seu quarto em Eastleigh, quase incapaz de sustentar a si mesmo, muito menos o filho. *Abeh* disse que Suban estava furiosa e solitária, e tinha enviado o menininho, que mal completara dois anos de idade, para Qardo, perto do extremo norte da Somália, onde meu pai vivia. Inicialmente o pequenino atendia ao nome de Abdullahi, mas, depois de ser deixado aos cuidados do meu pai, passou a ser chamado de Ya'qub. Decidi chamá-lo de Jacob. Implorei ao meu pai que o enviasse de volta a Nairóbi para que o menino pudesse frequentar uma escola decente. Depois de algum tempo, *abeh* convenceu Suban a receber o menino de volta.

Entre 2001 e 2006 minha família interrompeu todo o contato comigo. Não fazia ideia de como o filho pequeno de Mahad estava se saindo nos estudos nem mesmo se ele frequentava a escola. Em 2006, restabeleci o contato com Mahad, que ainda morava em Eastleigh, o bairro somali de Nairóbi. Sua saúde e seu estado mental eram precários. Em alguns dias ele parecia estar bem; em outros, Mahad delirava, dizia ouvir vozes. Nesses períodos ele mal saía da cama. Apesar de estarem divorciados, Suban o visitava com regularidade, lavando as roupas dele, cozinhando, chamando os parentes de Mahad quando ele adoecia.

Após a morte de *abeh*, retomei o contato com meu irmão. A voz dele já não era a mesma; parecia lenta e arrastada, como se a língua fosse grande demais para a boca. A primeira conversa que tivemos foi um longo monólogo: eu o tinha abandonado, não me importava com ele, o afastamento da família era consequência do meu sucesso, assim como minha alienação da fé — uma longa lista de acusações. As duas coisas concretas que ele queria de mim eram dinheiro (que eu mandei) e um visto de entrada para os Estados Unidos (que eu não mandei).

Mahad se recusava a aceitar o próprio distúrbio mental. Perguntei a ele se tinha consultado um médico. Implorei que fosse atrás de remédio. Mas meu irmão insistia que não havia nada de errado com ele. "Eu apenas falo sozinho, é só isso", disse. "Eu me deito e descanso bastante. Mas eles leem o Alcorão para mim e isso faz com que me sinta melhor."

Eu já conhecia o procedimento. Um grupo de pessoas lia passagens do Alcorão e cuspia num balde d'água, que era respingada sobre o paciente. Ou então cuspiam sobre sua colcha após lerem algumas passagens. Não eram pequenas gotas, e sim pequenos fios de saliva, e a língua logo voltava para dentro da boca depois de deixar cair uma gota de sua ponta, um gesto bastante específico.

Pedi notícias de Jacob. Mahad disse que ele ia bem na escola; era saudável e animado. Tentei visualizá-lo, aos dez anos de idade, um pouco mais velho do que o filho de alguns amigos meus. Imaginei-o alto como o pai e de ossos fortes como a mãe. Acho que fantasiei que Jacob seria aquele que conseguiria romper os restritivos grilhões de nossa família e nossa fé e atingiria o sucesso que seu pai e seu avô não conseguiram alcançar.

Mas Jacob logo seria um adolescente. E eu me lembrava muito bem do quanto Mahad tinha se transformado tragicamente durante a adolescência em Nairóbi, de como desperdiçou anos que deveria ter passado na escola, estudando. Eu sabia que agora eram muitas as células do islã radical em Eastleigh, aproveitando-se dos descontentes e oprimidos muito mais do que na época em que Mahad e eu éramos jovens.

Encontrei conforto numa conversa que tive com Suban certo dia. Como de costume, ela me pediu dinheiro, mas também pediu que eu lhe enviasse roupas. Quando pedi a ela que descrevesse quais peças tinha em mente, ela respondeu que eram saias e blusas. Isso me deu esperança, pois pensei que, se estivesse interessada na ideia de se cobrir com um *jilbab*, ela não pediria por roupas daquele tipo.

Comecei a mandar dinheiro para Mahad e também para Suban. Quando Jacob terminou o ensino fundamental, consegui que um amigo fosse até Nairóbi para encontrar uma boa escola para ele, dotada de uma biblioteca, laboratórios e bons professores. Ofereci-me para arcar com o custo do ensino. Deu certo, e desde então Jacob frequenta aquele colégio. Nos dias em que Mahad não sofre de ataques maníaco-

depressivos, ele demonstra certo interesse pelo filho. Mahad me disse que o menino tem um excelente desempenho escolar e que sua leitura, seu domínio do inglês e sua capacidade de se relacionar são excelentes.

É importante para mim que Jacob seja iniciado à modernidade com mais facilidade do que Mahad. Não tenho como influenciar seu cotidiano familiar. Posso apenas imaginar como é: tarefas confusas, sonhos nostálgicos com a vida de nômade, senhores da guerra como heróis e uma dose forte de islamização. Ele provavelmente já foi ensinado a se lavar, subir na esteira, voltar-se para Meca e rezar cinco vezes ao dia. Já lhe incutiram as noções de pecado, Inferno e além.

Não tenho uma estratégia sólida para proteger Jacob. Já tentei, sem sucesso, convencer Suban a enviá-lo a mim, para que eu possa educá-lo num ambiente ocidental. Deposito minhas esperanças para ele na educação. Torço para que o ensinem a ter fé na vida presente, terrena, e o ajudem a desenvolver as habilidades necessárias para lidar com a modernidade e abraçá-la. Quero que ele descubra autores e pensadores que lhe ensinarão a respeito da complexidade da vida, de suas muitas dificuldades, e da arte de viver, que consiste em encontrar o próprio caminho em meio a estas dificuldades. Viver não é projetar nos outros a própria incapacidade de habitar o mundo contemporâneo, nutrindo o ódio e depois partindo no rumo da autodestruição ou da aniquilação daqueles que se mostraram mais capazes.

Tenho esperança no futuro de Jacob — um futuro que é mais modesto e contém menos heróis e mais solidão do que o futuro com o qual meu irmão foi levado a sonhar, mas que será mais humano.

6. Meus primos

Nos meses que se seguiram à morte do meu pai, com as notícias de mamãe e Mahad rodopiando ao meu redor, descobri-me buscando ativamente mais informações sobre os membros da minha família por meio da minha prima Magool. Não foi apenas uma questão de educação que me levou a implorar para saber mais a respeito deles. Eu tinha feito uma jornada física e mental dos paradigmas tribais até os do Ocidente, mas então era como se uma porta tivesse sido reaberta para o mundo do outro lado do espelho de onde vim. Precisei olhar para trás e descobrir qual tinha sido o destino dos meus parentes — e quem sabe também compreender o que as raízes da minha família fizeram de mim.

Magool me contou primeiro a respeito de uma de nossas primas, Ladan, um ano mais nova do que eu. Minha avó costumava dizer que ela era a pior criança que já tinha conhecido, e me alertou para ficar longe dela, jamais brincar com ela, e principalmente nunca imitar seus desvios de comportamento.

Após aquilo que os somalis chamam de *Qabta*, "O Apocalipse", quando a guerra civil teve início e o grande êxodo dos somalis começou em dezembro de 1990, Ladan e sua mãe fugiram para Kismayo e de lá para o Quênia, onde a garota se meteu em encrencas. Grávida, ela não sabia onde encontrar uma clínica clandestina de aborto e não tinha o dinheiro necessário para pagar as despesas de um hospital de verdade. Mais ou menos naquele momento, temendo que sua gravidez se tornasse aparente, ela teve a oportunidade de viajar para o Reino Unido usando um passaporte falso e, uma vez no país, declarou-se refugiada, como todos faziam. Alguns meses depois de chegar, deu à luz uma menina.

Soube de tudo isso por meio dos canais habituais da rede de fofocas somali, assim como já tinha ficado sabendo que Ladan mascava *qat*, as leves folhas narcóticas com as quais minha mãe ficara tão preocupada quando moramos na Etiópia. Em 1998, quando eu também estava morando na Europa, fui visitar Ladan. Ela me contou histórias chocantes da sua vida. Fiquei sabendo de uma indústria abrigada nas esquinas secretas de certos bairros de Mogadíscio, onde, se uma moça estivesse em apuros e tivesse dinheiro, algumas mulheres poderiam costurar e fechar sua vagina. Pagando, essas mesmas mulheres poderiam abrir uma noiva cuja cicatriz remanescente da mutilação durante a infância fosse espessa demais para ser rompida pelo marido. (Com frequência, assim como a anestesia é dispensada no momento da mutilação, ela é dispensada também na hora de reabrir a mulher.) Elas realizam abortos secretos e fazem o parto de bebês conhecidos como *wa'al*, bastardos. Essas crianças e suas mães solteiras suportam uma vida realmente terrível.

Quando a visitei, Ladan era solteira, e a filha dela, Su'ad, tinha cerca de cinco anos de idade. Su'ad sofria de sobrepeso, tinha a língua presa e parecia incapaz de andar direito, além de ter nos olhos uma expressão de constante terror. Ladan gritava com ela, amaldiçoava a menina e às vezes batia nela. Su'ad era solitária; ela me disse que não tinha amigos e que as crianças da escola se recusavam a brincar com ela e caçoavam dela pelas costas, chamando-a de gorda. Os professores a ignoravam. Se Ladan tinha percebido aquela situação, parecia não considerá-la importante.

Em 2008, Su'ad era uma adolescente, segundo me contara Magool, e Ladan estava grávida outra vez. Levando em consideração aquilo que eu sabia a respeito da minha prima, perguntei se ela estava pronta para outro filho; Ladan ainda sobrevivia com a ajuda dos programas sociais do estado. Magool é mais jovem do que eu, mas a resposta dela soou como se tivesse saído dos lábios de uma velha senhora escolada nas dificuldades da vida. "O planejamento não está entre as habilidades de Ladan", ela disse.

Magool contou que minha prima estava agora completamente viciada em *qat*, e Su'ad estava crescendo em meio ao vício, abuso e negligência afetiva. Talvez o destino dela não fosse diferente do destino de sua

mãe. É claro que a fuga é possível, mas as condições nas quais ela vivia não facilitariam sua educação nem sua felicidade. No caso de Su'ad ter de "retornar" à Somália — um termo falso, apesar de ser usado por todos os somalis, pois ela nasceu no Reino Unido e possui cidadania britânica —, a menina não durará muito tempo. Na Somália, a mentalidade do clã da minha avó é onipresente, e Su'ad não corresponde nem mesmo ao mais baixo dos critérios da minha avó: ela é *wa'al*.

Magool me contou outra história sobre uma prima nossa, Anab, que chegou aos Estados Unidos pouco antes de mim, em 2006. Era mais jovem do que eu e, apesar de nunca tê-la conhecido, eu sabia *a respeito* dela. Todos nós sabíamos. Ela era acusada de ter esfaqueado o marido, matando-o, em algum lugar no Quênia ou na Tanzânia, onde morava como refugiada. Eu não sabia qual era a verdadeira versão dos fatos — nem quem era o verdadeiro responsável pelo episódio. Mas estava claro que a família do marido de Anab a considerava uma assassina.

Outro primo, Hassan, também tinha se instalado nos Estados Unidos. Era religioso, respeitoso e bondoso. Trabalhava como motorista de táxi. Praticamente todo centavo que ganhava era enviado para a família. O pai dele já tinha quase setenta anos, mas continuava a se casar com jovens esposas e tinha mais de quarenta filhos.

Hassan sustentava muitos desses filhos e suas mães. (Alguns deles já eram adultos, mas na Somália há pouco trabalho e muito desemprego; sem nunca ter aprendido nenhum ofício, a maioria de seus irmãos e irmãs tinha pouca ou nenhuma renda, e não tinha visto.) Hassan também tinha solicitado vistos de residência para que muitos deles pudessem entrar nos Estados Unidos sob a condição de refugiados. Senti pena dele. Como Farah Gouré, o ancião do clã em Nairóbi que ajudou minha mãe durante anos, além de outros incontáveis refugiados somalis, ele negava a si mesmo o fruto de seu trabalho, dedicando cada gota de seu sangue à satisfação das intermináveis necessidades dos outros.

Quando Anab matou o marido, a família de Hassan implorou a ele que contribuísse com o pagamento da dívida de sangue para com a família do morto. Os clãs, por questão de honra, precisam pagar pelos atos de seus membros individuais. A seguir, imploraram a Hassan para que a levasse aos Estados Unidos, evitando assim as tentativas de vingança da família do marido morto e o ciclo de sangue que poderia se seguir.

Do meu ponto de vista ocidental, tive dificuldade para compreender o que estava escutando, mas tudo aquilo fazia pleno sentido dentro da minha antiga mentalidade tribal. De acordo com a charia, a lei islâmica que é incorporada ao código dos clãs, um assassinato pode equivaler a três tipos de pena. Uma cadeia de assassinatos por vingança pode ser posta em movimento, estendendo-se por gerações e possivelmente levando até a uma guerra civil. Ou a família do criminoso é obrigada a compensar a família da vítima por meio de um pagamento feito em dinheiro, em espécie, ou com a oferta gratuita de uma ou mais noivas. Ou então os anciãos chegam a um acordo e matam o assassino, encerrando assim a possibilidade de um ciclo de vinganças.

Quando finalmente chegou aos Estados Unidos, Anab tinha vinte anos e já era mãe. Ela logo conheceu e se casou com um somali que morava no país, chamado Shu'ayb, sob a égide da charia. (Aparentemente os dois nunca se incomodaram em se casar dentro da lei americana, e por isso esse casamento pela charia não seria considerado legalmente válido.) Mas agora descobri que, apenas dois anos depois de chegar aos Estados Unidos, Anab tinha sido indiciada por tentativa de assassinato; as autoridades acreditam que ela tentou matar Shu'ayb quando o descobriu falando ao telefone com outra mulher. Ela percebeu que o conteúdo do diálogo era íntimo e que talvez os dois fossem casados. Com o bebê dormindo no quarto, Anab bisbilhotou a conversa. Então, tomada pela fúria, apanhou uma faca e começou a golpeá-lo.

O clã arrecadou dinheiro o bastante para pagar a fiança e tirá-la da cadeia. O marido de Anab sobreviveu ao ataque. O julgamento dela ainda não fora marcado, e a filha ficou sob custódia de assistentes sociais.

Durante horas, pensei a respeito dessas histórias. Hassan ainda trabalhava para a família, atendendo

com obediência às constantes demandas pelo envio de dinheiro e pelo resgate de seus parentes do desafio da fome perpétua, da doença e da incerteza generalizada que caracterizam a vida fora do Ocidente. Ele enxergava isso como compaixão e bondade: essa regra de comportamento era visceral, instilada nele até a medula óssea. Num contexto tribal, aquela era a coisa certa a se fazer. Mas veja quais são as consequências.

Quando alguém solicita um visto para morar nos Estados Unidos, a pessoa precisa apresentar uma ficha criminal limpa proveniente de cada país em que morou. Mas as autoridades da imigração americana provavelmente não perceberam que no Quênia e na Tanzânia é possível *comprar* da polícia uma ficha criminal limpa e, num lugar como a Somália, não há nem alguém de quem se possa comprar esse documento. As autoridades americanas também devem ignorar que a força dos laços de uma comunidade étnica influi negativamente na probabilidade de seus membros se adaptarem aos Estados Unidos, pelo simples motivo de tais comunidades colocarem o parentesco e a lei islâmica acima da lei secular que eles consideram alienígena ao seu modo de vida.

Alguns dias depois, numa longa conversa tarde da noite, Magool me contou a respeito de outra parente nossa, Hiran, que estava numa instituição psiquiátrica. Ela tinha enlouquecido. Minha prima me contou que Hiran descobriu em 2003 que era soropositivo. Mas então conheceu um rapaz que a tratava bem e que realmente a amava, segundo me disse Magool. Ainda assim, Hiran nunca contou a ele que era portadora do hiv nem tomou as devidas precauções. Agora ela não podia mais ocultar seu diagnóstico, pois estava com aids.

O horror das histórias contadas por minha prima me levou de volta aos anos em que fui tradutora na Holanda e às incontáveis garotas para quem servi de intérprete depois de terem se metido em encrencas por causa de sua ignorância dos costumes ocidentais envolvendo o sexo e os assuntos do coração. Uma garota desesperada se recusava a aceitar um resultado positivo para o teste de gravidez, sustentando, contra toda a evidência, que era virgem. Histérica, ela exigiu que o médico realizasse um segundo e depois um terceiro teste. No espaço de três semanas, inúmeros testes mostravam que ela estava grávida, e sua menstruação nunca chegava. Quando ela finalmente enfrentou a realidade de sua gestação, aceitando o fato de que tinha mantido relações sexuais, o médico sugeriu fazer um aborto. Ao ouvir esta palavra, que em somali é menos técnica e pode ser traduzida como “retirar” ou “descarregar” o bebê, ela caiu em prantos. Chamou a si mesma de pecadora e depravada, gritando que merecia ser açoitada e apedrejada, pois não merecia mais um lugar no Paraíso. Ela disse ao médico que não poderia redimir seus pecados acrescentando a eles o que considerava ser o assassinato de uma criança inocente. Finalmente, decidiu ter o bebê, sabendo que seria chamada de prostituta por seus parentes e que a criança seria sempre rotulada de *wa’al*.

É essa a tragédia das meninas e mulheres que, em decorrência de sua cultura e das estruturas dentro das quais foram criadas, não podem admitir o desejo sentido por seus corpos nem mesmo para si mesmas. Mas esta atitude não se restringe às mulheres. Em muitas ocasiões, fiz traduções pelo telefone — em casos assim a conversa nunca se dava pessoalmente — para homens somalis que haviam concordado em se submeter a um exame de sangue para descobrir se eram portadores do hiv. Eu ouvia o médico holandês dizer aquelas três horríveis palavras, “Você é soropositivo”, e as engrenagens na minha cabeça começavam a trabalhar na tentativa de descrever algo deste tipo no idioma somali.

Na primeira vez, reconheci minha ignorância. Disse ao médico: “Não temos uma palavra para *soropositivo* em somali. Qual seria a melhor maneira de descrever isso?”.

Ele disse: “No teste de sangue, detectamos um vírus no seu sistema imunológico”.

Tive dificuldade para encontrar uma palavra para *sistema imunológico* em somali, não consegui pensar numa correspondência para *vírus*, e finalmente disse ao homem: “No seu teste de sangue, encontramos coisas invisíveis que lentamente destruirão o exército de defensores nele”. Segui explicando que o sangue é feito de glóbulos brancos — apesar de não termos uma palavra para *glóbulos* — e

vermelhos. “Os glóbulos brancos são um exército que mantém afastados os inimigos que entram em seu corpo e o deixam doente. Mas algumas coisas, como a que foi detectada em seu sangue, são fortes demais para que seus soldados consigam vencê-la sem a ajuda de remédios.”

Minha explicação estava se alongando um pouco, e o médico holandês me interrompeu. “Isso é mesmo necessário?”

Expliquei a ele, “Não há termos somalis para palavras como soropositivo, glóbulos brancos, glóbulos vermelhos, vírus, bactérias nem aids.”

O somali, com a voz extremamente alarmada, gritou, “Aids?”. Ele pronunciava a palavra como *aydis*. “Aydis? Eu não tenho nada disso! Sou muçulmano! E sou da Somália! Não pegamos aydis!” Confusa e constrangida, mas aliviada por ver que meu cliente tinha compreendido, ative-me à palavra *aydis* e disse a ele: “Sim, eles descobriram em seu sangue aquilo que fará com que você tenha aydis mais tarde, mas você não tem a doença agora. Ainda não”.

O médico me interrompeu novamente. “Ele não tem aids no momento. É apenas soropositivo. Podemos dar a ele remédios para evitar que o vírus do hiv se transforme em aids.”

Enquanto isso, o somali gritava: “Aydis! Diga a ele que não tenho aydis! Muçulmanos não têm aydis!”.

Passei por muitas conversas como esta. Imaginei então minha prima Hiran, em 2003, submetida à mesma provação e, a despeito das palavras que os médicos tenham de fato empregado para explicar tudo a ela, ouvindo somente *Você vai morrer, e vai morrer por ter pecado, por ter fornicado, por ter rejeitado as leis de Alá*. Após finalmente aceitarem que de fato tinham aydis, ou algo que lhes daria aydis um dia, uma quantidade enorme de pacientes encarava o fato como um castigo de Alá, um açoitamento ou apedrejamento interior. Não raro eles recusavam o tratamento, pois aceitar seria agravar seu pecado original, por negar o julgamento de Alá. Outros insistiam na negação e continuavam a manter relações sexuais, até mesmo com seus inocentes cônjuges, passando o vírus adiante.

Compreendi perfeitamente o contexto em que minha prima se inseria. O islã e a cultura tribal mistificaram e negaram a ela o entendimento de algo tão natural quanto a própria sexualidade. Sendo ela agora parte da diáspora, esse mecanismo de controle religioso não a conduziria senão à negação e à hipocrisia, à perdição e à destruição de si mesma.

Imaginei o que pensaria o namorado de Hiran a respeito do custo pessoal que a confiança depositada nela teve para ele. Não conversei com o rapaz; não o conheço. Mas imagino o que ele deve ter pensado quando a conheceu: *Ela é muçulmana, usa um lenço sobre a cabeça, condena todo tipo de atividade sexual antes do casamento, logo, deve ser virgem.*

Quando os proponentes de ideais cosmopolitas e multiculturais se gabam de sua tolerância, receptividade e ternura, eles ignoram aquelas consequências, que acabam incidindo sobre pessoas como o namorado irlandês da minha prima. E são as pessoas como ele que se desiludem com a ideia de nos dar as boas-vindas à sociedade ocidental.

Como podemos julgar os atos de Hiran ou sua inação? Ela sabia que era portadora do hiv. Sabia que tinha sido contaminada por meio de relações sexuais e que podia transmitir o vírus a outros. Não contou ao namorado porque era difícil demais admitir algo assim, até para si mesma. Ela não insistiu para que ele usasse um preservativo porque negou sua condição até para si mesma. Hiran tornou sua situação irreal.

Duas pessoas de culturas diferentes se encontraram. Uma delas vinha de uma sociedade que sublinha a responsabilidade individual (neste caso, a responsabilidade sexual), a outra fora ensinada a pensar em termos grupais. Hiran foi criada com medo da própria sexualidade, mergulhada no desprezo por si mesma por ter feito sexo fora do matrimônio, ensinada a desconfiar do infiel. Ele sentiu que podia confiar nela; ela traiu a confiança dele.

Quando Hiran finalmente foi diagnosticada com aids ela não pôde mais suportar a situação e entrou numa crise temporária de psicose. Só então o namorado descobriu a doença dela, e foi imediatamente

fazer um exame de sangue. Ele descobriu que também tinha sido infectado. De acordo com Magool, depois de superar o choque e a devastação iniciais, ele continuou a visitar Hiran no hospital. Quando ela melhorou a ponto de poder falar, de acordo com Magool (que estava presente), ele perguntou à namorada por que ela nunca tinha contado a ele sobre a doença. Hiran disse: “Foi você quem me infectou. Eu peguei de você”. Só então ele parou de visitá-la.

No centro do embate de valores entre a cultura tribal do islã e a modernidade ocidental há três paixões humanas universais: sexo, dinheiro e violência. Na perspectiva ocidental, o debate travado atualmente sobre como assimilar as minorias (ou seja, os muçulmanos) à Europa e como prosseguir na “guerra ao terror” que teve início nos Estados Unidos em resposta aos ataques de Onze de Setembro se resume a duas visões fundamentalmente diferentes em relação ao sexo, ao dinheiro e à violência — ou, transpondo os termos para um vocabulário mais elegante, à demografia, ao poder de compra e à capacidade militar.

Depois de estudar a retórica do islã radical e, quando jovem, tentar viver de acordo com seus princípios, sei que estes mesmos temas compõem o tripé a partir do qual os islâmicos avaliam aquilo que consideram ser a decadência e a depravação moral do Ocidente.

Meus primos, como tantos outros indivíduos no mundo globalizado — incluindo eu —, estão presos entre dois mundos. Nunca foram preparados para a vida no Ocidente. As sociedades europeias e americanas foram fundamentalmente reformuladas pelos valores do Iluminismo do século xviii, que deslocou o equilíbrio de poder da coletividade para o indivíduo. Nos séculos transcorridos desde então, pensadores e ativistas desenvolveram e refinaram formas de permitir a máxima liberdade individual possível no campo desses três instintos sem sacrificar o bem comum. (A incumbência de definir o que seria o “bem comum” permanecerá sempre objeto de debate, tanto nas sociedades abertas quanto em todas as demais.)

Essas três paixões estão no centro da jornada dos muçulmanos da vida tribal até as sociedades ocidentais que têm como base os valores do Iluminismo. Imigrantes de sociedades tradicionais que foram dominadas durante séculos pelas linhagens e pelos valores de clãs e tribos fazem a transição física para o Ocidente em questão de horas. Muitas vezes eles são levados a buscar uma vida melhor quando seu lar se transforma num lugar perigoso onde não são mais bem-vindos. Ainda assim, tanto os imigrantes da tribo quanto os ativistas da prosperidade partilham de uma mesma ilusão: acreditam que é possível fazer essa transição sem pagar o preço de escolher entre os valores. Um lado quer mudar as circunstâncias em que vive sem abrir mão da tradição; o outro, afogado na culpa e na pena, quer ajudar os recém-chegados materialmente, mas não se sente capaz de exigir que eles exorcizem de sua mentalidade valores tradicionais e antiquados.

Ladan, Hiran, Hassan e Anab, como eu, conseguiram chegar ao Ocidente com elevadas expectativas de uma vida melhor, e ao menos no caso de Hassan, com a esperança adicional de sucesso para seu pai, sua tia, nossos tios, minha mãe e uma série de irmãos e primos. Fomos resistentes e capazes; fomos sobreviventes e (no caso de Anab) até guerreiros. Mas a falta de clareza em relação à própria posição diante dos temas centrais do sexo, do dinheiro e da violência — seu fracasso em reconhecer que o local geográfico em que vivem demanda a alteração de sua posição ideológica — os levou a tragédias humanas de doença, dívida e morte. Eu também estava pouco preparada para o Ocidente. A única diferença entre mim e meus parentes está no fato de que abri minha mente.

Ladan e Hiran cresceram em meio a um clã de mercadores. Suas famílias estavam entre as mais ricas da Somália, com investimentos internacionais. Por causa de sua riqueza e seus laços comerciais com países estrangeiros, essas famílias tinham acesso às engenhocas da modernidade. Essas garotas estavam acostumadas a ter carros, televisores, videocassetes e outras posses modernas.

O círculo de pessoas com quem interagiam na Somália seguia as modas ocidentais e proclamava (com

uma estridência que beirava a hipocrisia) suas atitudes ocidentais. Ladan, em particular, passou boa parte da adolescência com mulheres que estavam mais familiarizadas com Valentino, Armani, Prada, Gucci e Chanel do que com os capítulos do Alcorão ou com as palavras do Profeta. Mantinham uma triste competição pelo título de mais sexy, pois a moda ocidental gira em torno da exibição do corpo da mulher.

Ladan e Hiran usavam maquiagem, iam ao cabeleireiro, e até conviviam com garotos. Ainda assim, sua modernidade era superficial. Seus pais eram ao mesmo tempo extremamente bem-sucedidos e frugais, e ainda permitiam que suas filhas ostentassem os símbolos da cultura ocidental. Mesmo assim, não as educaram quanto à necessidade de ganhar dinheiro, muito menos de poupá-lo ou investi-lo. E sua aparente familiaridade com os signos mais visíveis do estilo de vida ocidental não se traduziram num senso estável de identidade nem numa abordagem coerente e resistente para as vicissitudes da vida.

Muitos ocidentais sustentam certa crença geral de que os não ocidentais que cresceram em grandes cidades com riqueza e laços culturais com países ocidentais estariam mais bem preparados para a vida nas sociedades modernas. Mas Ladan e Hiran não cresceram com um conjunto completo de valores morais, sejam islâmicos ou ocidentais. Elas pareciam modernas; sua aparência e seu comportamento condiziam com este papel, mas elas não estavam ancoradas na sexualidade ocidental. Entregavam-se aos desejos como se de fato fossem jovens do Ocidente, mas não escaparam à cultura da vergonha. Enterraram sua vergonha sob elaboradas camadas de segredo e hipocrisia; esconderam até de si mesmas o fato de que faziam sexo.

Conforme soube dos problemas da minha família, fui novamente preenchida por um sentimento de culpa e arrependimento. Mas não era como a culpa que senti quando fugi do casamento que me foi escolhido nem como o arrependimento por ter traído meu pai e comprometido sua honra; era diferente da culpa que senti por colocar minha mãe na posição de ser responsabilizada por aquilo que fiz. Eu não sentia mais aquele antigo e constante remorso, aquela culpa invariável em relação ao que eu poderia ter feito por minha família durante os anos de silêncio e raiva, depois de ter fugido do meu clã rumo a uma sociedade livre, informada e rica, um novo mundo no qual aprendi a sobreviver.

Agora minha culpa emanava de um novo sentimento: o de que eu deveria ter partilhado algumas daquelas ferramentas de sobrevivência com os membros mais próximos da minha família. Em vez de romper relações com eles, eu deveria tê-los procurado com mais frequência. Se tivesse mantido contato com Hiran e Ladan, talvez pudesse tê-las ajudado a se despojar das convicções de sua religião e seu clã — a aprender sobre os contraceptivos, por exemplo, e a assumir sua sexualidade, em vez de fingir (até para si mesmas) que não estavam fazendo sexo, e portanto sem tomar as devidas precauções.

Meus atos foram egoístas, mas não maldosos. Foram egoístas porque escolhi melhorar *minha* vida, buscar a felicidade à *minha* maneira. Foram traiçoeiros porque, ao atingir minhas metas pessoais, tive a consciência de estar ignorando antigas tradições da minha família e dos ditames da minha religião.

Certa noite, aproximadamente três meses após a morte do meu pai e depois de conversar com minha mãe e com Magool, sentei-me para jantar com um casal de americanos que tinham se tornado meus amigos próximos. Enquanto ruminava sobre as ruínas da minha família, conversamos sobre os livros de Edward Banfield, que afirmava que o foco concentrado no interior que caracteriza as sociedades tradicionais impede que seus membros progridam no mundo moderno, pois evita que estabeleçam laços fora de seu clã.

O que há na cultura somali que atua como um obstáculo para nós?, perguntei a mim mesma posteriormente. Talvez parte da resposta esteja no fato de não termos mais algo substancial que possamos chamar de cultura. Não há historiadores somalis, há poucos autores e praticamente nenhum artista. O modo de vida antigo está falido, e o novo envolve apenas a violência e a desordem. Como tribo, somos fragmentados; como clã, estamos dispersos; como famílias, somos disfuncionais.

Lentamente, busquei a reconciliação com minha família, e ainda assim cada laço refeito me trazia mais alienação e tristeza diante do quanto nossa família tinha regredido num curto período. Haweya morreu. Mahad era uma sombra de si mesmo. Ladan tinha o espírito quebrado. Minha meia-irmã, Sahra, negava a modernidade e optava por sepultar-se dentro do véu. Ladan, ignorante dos incontáveis livros, vídeos e dvds sobre a maternidade, preparava-se para trazer outra criança ao mundo, sem levar em conta os riscos que seu vício e sua pobreza representam para sua filha. Meu escrupuloso primo Hassan, gastando seu dinheiro para sustentar pessoas atreladas a valores de eras passadas.

Tive vontade de dizer a Hassan: *Poupe seu dinheiro, compre uma casa, procure se educar — acima de tudo, repense os valores de nossa avó e ensine aos seus filhos uma nova ética. Ajude-os a desenvolver as ferramentas necessárias para ser bem-sucedido e avançar nos Estados Unidos. Nossa avó era disciplinada e determinada, mas suas lições sobre a tradição e as linhagens não podem nos ajudar a atravessar esta nova paisagem. Se tentarmos nos ater a elas, seremos dilacerados, pois os costumes antigos fracassaram. Até os somalis podem aprender a adotar os valores de uma democracia liberal*.

Certa noite, olhando para a foto da minha avó sobre a lareira do meu apartamento, comecei a pensar a respeito da primeira viagem dela para longe das terras de seus ancestrais. Ela devia ter cerca de quarenta anos quando cruzou o Mar Vermelho a bordo de um bote, viajando do porto de Berbera, na Somália, até Aden. A terceira jovem esposa do marido dela acabara de dar à luz o segundo filho. A vergonha e o ciúme queimavam-na por dentro e a impeliram a fugir do deserto com a filha mais nova, que ainda não tinha se casado.

Imaginei-a talvez com medo, mas animada com o movimento do mar e o desafio do desconhecido. Quem sabe, secretamente, ela desejasse escapar da monotonia da vida de nômade, uma vida muito curta, vulnerável aos desastres naturais e à guerra.

Minha avó tinha o costume de conversar com os mortos. Ela conversava com nossos ancestrais, chamando-os pelo nome. Muitas vezes nos alertou para que não os desapontássemos, não provocássemos a ira deles. Enquanto olhava para a foto dela, percebi que eu não temia mais meus ancestrais e fiquei maravilhada com essa constatação. Olhei para os olhos escuros e penetrantes dela, cheios de julgamentos e acusações, e conversei com ela em pensamento. Então, porque a alfabetização me privou da memória infalível da minha avó, fiz o que sempre faço quando surge algo importante: apanhei um caderno.

Começou como fragmentos, parte em inglês e parte em somali. Não foi uma composição consciente, como um artigo ou um manuscrito. Eu não tinha uma ideia clara de que aquilo que estava escrevendo era uma despedida formal, uma declaração de adeus endereçada a todos os laços familiares que conheci e ao legado que me foi transmitido por meu clã, minha tribo, minha religião e minha cultura. Mas, gradualmente, percebi que estava falando com meus ancestrais, assim como ela teria feito. Eu estava escrevendo uma carta à minha avó.

7. Carta à minha avó

Querida vovó,

Não choro pela sua morte. Você estava pronta para partir. Mamãe disse que você pedia repetidas vezes para ser levada pelos ancestrais. Suas pernas se recusavam a carregá-la. Suas juntas pareciam emperradas. Quando estendidas, doíam até serem flexionadas; quando flexionadas e dobradas por alguns minutos, recusavam-se a serem estendidas. Rangiam com o esforço. A lateral de seu corpo doía de tanto ficar sentada e deitada. Sua pele enrugou-se em dobras difíceis de limpar; o suor se acumulava nelas, provocando coceira. Seus dedos, longos, magros e carinhosos, enrijeceram e se curvaram para dentro como galhos secos e tortos. Você coçava com eles a irritação em suas costas, e suas unhas abriam feridas nelas. Seus ouvidos se recusavam a continuar servindo-a; seus olhos não enxergavam mais. Suas filhas e netas a confortavam tanto quanto podiam, mas não eram capazes de aliviar a dor da velhice.

Não choro pela sua morte, mas sinto-me preenchida por um sentimento de culpa: gostaria de também ter ficado ao seu lado. Você me abraçou durante a infância quando eu sentia dor; sussurrou em meu ouvido palavras de consolo quando eu era abalada pelas febres que acometem um corpo tão pequeno que não sabe como se defender. Você pediu a ajuda de nossos ancestrais em meu nome; impediu-me de desistir; levou-me ao curandeiro, que ficou com seu dinheiro e suas ovelhas, e abriu feridas em meu peito com um comprido prego de ferreiro que segurava com pinças. Aquilo me fez mais mal do que a febre, vovó, e trago as cicatrizes até hoje. São um símbolo de seu amor por mim. Foi você, e não o curandeiro, quem me incentivou a lutar contra os demônios em meu sangue e me recuperar.

Sinto muito, vovó, por não ter estado presente durante sua velhice assim como você esteve presente na minha infância. Eu teria invocado os espíritos do meu novo mundo. Aqui, eles têm bálsamos para limpar e aliviar a coceira na pele enrugada; têm aparelhos contra a surdez; têm muletas e cadeiras de rodas para ajudar na locomoção. Eles têm todos esses recursos e muito mais, como analgésicos. Sinto muito, vovó, por tê-la abandonado quando poderia ter sido uma fonte de conforto na sua velhice.

Tenho vivido com os infiéis há quase duas décadas. Aprendi seus costumes, soube reconhecer o valor de seu estilo de vida e o adotei. Sei que isso a deixaria triste. Antes de morrer, papai tentou me convencer a mudar de ideia, e mamãe faz o mesmo sempre que conversamos pelo telefone. Acho que, no começo, você faria o mesmo que meus pais e me pediria para respeitar as tradições de nossos pais e antepassados. Mas tenho a estranha sensação de que você, vovó, acabaria entendendo meu ponto de vista.

Ainda assim, não choro pela sua morte.

Com você, vão-se as rígidas regras dos costumes. “Repita comigo: sou Ayaan, filha de Hirsi, que é filho de Magan, filho de Guleid...” Com você, vai-se a linhagem, seja isso bom ou ruim, e vai-se também a tradição idiota segundo a qual éguas e camelos são mais valorizados do que filhas e netas.

Quando nascia um menino na família, você festejava. Seus olhos brilhavam, você sorria, e num lampejo de energia tecia uma quantidade impossível de tapetes de grama para distribuir como presentes. Enquanto os tecia, você nos contava suas lendas de guerreiros — sobre coragem, resistência, conquista, e *sharaf*, *sharaf*, *sharaf*. Honra, honra, honra.

Quando recebíamos a notícia do nascimento de uma menina na família, você passava dias lamentando, demonstrando todo o seu descontentamento e evitando todos. Agachada sob um *talal* em Mogadíscio, sobre a grande esteira de palha, você tecia, os dedos alaranjados pela hena, habilidosamente manuseando sua agulha *muda*. Você impedia que nos aproximássemos e falava de acontecimentos sombrios. Então, depois de passar dias em silêncio, contava-nos a respeito das tragédias e dos infortúnios sem fim que

recaem sobre uma família com muitas meninas — fofocas, traição, filhos bastardos e *a'yb*, *a'yb*, *a'yb*. Vergonha, vergonha, vergonha.

Você apertava os olhos e cerrava os dentes enquanto entrelaçava a grama formando esteiras e tigelas, xingando se o padrão apresentasse qualquer desvio, por menores que fossem. Você era muito diligente, vovó, e tentou transmitir a nós a mesma diligência. "Aqui, menina, passe uma vassoura neste pó. Sacuda as esteiras. Vá ordenhar os bodes. Acenda o fogo. Apanhe mais água. Limpe, pique e cozinhe a carne. Lave o arroz." Ouço suas ordens intermináveis até hoje. Você nos ensinou a decorar a linhagem de nosso pai em vez do abecedário. Ficará muito triste em saber que *abeh* morreu e deixou apenas um filho, Mahad, para levar adiante a linhagem. E, apesar de Mahad já ter mais de quarenta anos, ele tem apenas um filho, Jacob, que nasceu duas semanas antes de Haweya morrer, há quase onze anos.

Jacob não pode aprender sua cultura por meio dos ensinamentos de seus parentes porque as lições que eles tentarão ensiná-lo não são mais válidas na época e no local em que ele vive. Tais lições parecerão ainda mais fragmentadas e absurdas a ele do que pareceram a mim, há tanto tempo.

Estou muito longe da sombra do *talal* agora. Como tantas hordas de nossos parentes e colegas muçulmanos, instalei-me para sempre na terra dos infiéis.

Acho difícil — como sempre achei — explicar a você o que são países. Lembro-me de depositar meu atlas escolar no seu colo em Nairóbi quando fomos morar em Kakiokor. Você estava repreendendo Haweya e eu por nos aproximarmos de nossas colegas quenianas; você as chamava de escravas. Eu lhe disse que era preciso respeitar os habitantes do país no qual vivemos. Você se mostrou confusa diante desta palavra, *país*, assim como ficou perplexa diante da ideia de um país chamado Somália. Perguntou como os orgulhosos filhos dos grandes clãs, Isaq e Darod, poderiam aceitar uma fronteira invisível cuja transposição seria proibida. Você afastou o atlas do colo e disse que, por meio de truques e ilusões mágicas como as retratadas naquelas imagens, o infiel convencia pessoas que não deveriam estar juntas a aceitar cercas tolas e limites imaginários. Você insistiu para que nos mantivéssemos fiéis em primeiro lugar a Deus e à linhagem.

Vovó, os países existem. Mas seu instinto em relação à desunião entre os orgulhosos filhos de Darod e Isaq estava correto. A Somália não existe. Hoje somos famosos pela ausência da lei em nossas terras e pelo zelo religioso de nosso povo, por nossa disposição de matar e morrer por coisa nenhuma.

Atualmente, em todo o mundo, os muçulmanos vivem sob condições desafiadoras. A maioria dos países muçulmanos é governada pela violência e por ameaças; tais países não conseguem produzir mercadorias e consciências de qualidade. Não existe união ali nem propósito em criar um futuro melhor.

Mas na *Qurbe*, na terra dos infiéis brancos, a vida é diferente. Aqui, as bandeiras representam uma união verdadeira. Você me ensinou a admirar a força, a aprender e a manter-me atenta às estratégias de sobrevivência que funcionam. Vovó, as estratégias de sobrevivência dos infiéis funcionam melhor do que as nossas.

Lembra-se de como as leiteiras de Mogadíscio passavam horas agachadas, agarrando e apertando as tetas daquelas vacas resmungonas para obter tanto leite quanto possível? Como eu queria que você tivesse estado comigo no dia em que visitei a fazenda na Holanda na qual cresceu Ellen, minha primeira amiga holandesa. A família dela possuía menos vacas do que as leiteiras hawiye, mas os animais eram muito mais gordos e pacientes. Quando chegava a hora de ordenhá-las, o irmão de Ellen trazia tubos estreitos, como os que usamos para transferir a água do barril para o balde. Ele prendia os tubos às tetas das vacas gordas enquanto elas olhavam para o feno. Então ele ligava um interruptor elétrico, como o que usávamos para ligar as luzes na Arábia Saudita. E para minha surpresa e assombro os tubos sugavam e transferiam o doce leite das tetas inchadas para os baldes vazios. Em questão de uma hora o irmão de Ellen tinha mais leite do que todas as mulheres nos mercados de Hodan e Hawlwadag.

As maravilhas dos infiéis não se limitam à ordenha das vacas. Observo o modo de vida deles em primeira mão e acho que se você tivesse a oportunidade de vê-los, como eu tive, ficaria grata por

aprender alguns dos truques deles que ajudariam a mantê-la viva.

O segredo do sucesso do holandês está na sua habilidade de se adaptar, de inventar. A abordagem que usa para solucionar os problemas o encoraja a modificar a natureza de acordo com seus desejos em vez de submeter-se a ela. No nosso sistema de valores, vovó, como as acácias, os baobás, como a aurora e o pôr do sol, mostramo-nos firmemente decididos em relação ao que somos. Curvamo-nos diante de um Deus que diz que não podemos mudar nada; nossa existência é fruto da escolha Dele. Quando nosso povo vagava pelo deserto de oásis em oásis, não criamos ambientes úmidos permanentes, não modificamos o curso de rios e lagos de acordo com nossa vontade nem escavamos a terra em busca de poços d'água.

Lembra-se, vovó, de quando você viajou de Sool, nas terras dhulbahante, até o Iêmen, atravessando o oceano? Você deve ter caminhado durante dias até chegar à estrada, imaginando o que encontraria lá. Talvez tenha pago a um carroceiro ou caminhoneiro para que a levasse pelo deserto até o porto de Berbera. Então atravessou o mar num pequeno barco. Você viajou numa máquina do tempo. Sentou-se num barco mágico que a trouxe a uma era diferente. Você não percebeu, mas, de uma só vez, sua viagem a levou para um futuro centenas de anos distante.

Você não estava sozinha naquela aventura. Milhares de outros também deixaram suas cabanas construídas à sombra das acácias, seus poços, fontes d'água, oásis e os hábitos adquiridos ao longo de milênios, deixaram amigos e parentes, deuses, espíritos, narrativas que definem o que é a vida, o que esperar dela, quais armadilhas evitar. Nos quatro cantos do mundo, milhares deram o mesmo salto súbito em direção ao futuro.

Mas mesmo que você não tivesse feito nada, permanecendo em sua cabana feita de espinhos, mesmo que passasse a vida toda desmontando a cabana, carregando seus pedaços nas costas dos pacientes camelos, viajando com a caravana até o próximo pasto verdejante com o marido e os filhos, e os filhos dos filhos, e as esposas e os filhos dos parentes e amigos do marido — mesmo assim, a vida moderna teria chegado a vocês. Sob a forma de balas e tijolos, decretos, homens uniformizados — a vida moderna alcança todas as partes do mundo.

Vovó, comparei a moral dos infiéis à moral que você nos ensinou e preciso contar que o código deles oferece, na prática, resultados melhores para os humanos do que o proporcionado pela moral de nossos antepassados.

Você nos ensinou as virtudes da suspeita e da desconfiança, e o islã nos ensinou a sobreviver pela *taqqiyah*, fingindo sermos algo que não somos. Você me tratou com rispidez quando Mahad me jogou numa latrina cheia de excremento, pois aos seus olhos a confiança, mesmo no irmão, era sinônimo de estupidez. "Esteja alerta" era o seu lema. Mas o alerta constante leva ao cansaço. É exaustivo ver-se impossibilitada de abaixar a guarda mesmo por um instante por temer que alguém se aproveite de você. Significa que não pode haver colaboração verdadeira com ninguém e que não se pode correr o risco de errar em público por medo da vergonha.

O infiel insiste na honestidade e na confiança. Aqui, para qualquer lado que nos voltemos, temos de confiar em alguém: seja no piloto do avião que nos leva numa viagem, seja na pessoa que educa nossos filhos, seja no médico que toma conta de nós quando adoecemos e oferece uma comida saudável. Em toda parte, a confiança demonstrada é justificada.

O infiel não enxerga a vida como um teste, uma passagem para o além, e sim como um fim e uma alegria em si mesma. Todos os seus recursos financeiros, mentais e organizacionais são voltados para o conforto e a saúde na vida terrena. Ele se mostra obcecado pela limpeza, por uma dieta saudável e pela quantidade certa de repouso. É leal à mulher e aos filhos; pode tomar conta dos pais, mas não encontra

utilidade numa memória preenchida por uma cadeia interminável de ancestrais. Todas as sementes de seu trabalho são gastas com seus próprios filhos, e não com os de seus irmãos e tios. Ele demonstra amor, generosidade e compaixão especiais às pessoas a quem decide estender sua amizade, com base em interesses comuns e não nos ditames do parentesco.

Por causa da confiança e do estudo dos infiéis em relação às novas ideias, existe abundância nas terras deles. Nestas circunstâncias de paz, conhecimento e previsibilidade, o nascimento de uma menina não representa um problema. Não há necessidade de lamentar e demonstrar infelicidade, e sobram motivos para celebrar e se alegrar. A menina se senta ao lado do menino na escola; pode brincar tanto quanto ele; recebem porções idênticas nas refeições; ao adoecer, ela recebe tanta atenção quanto ele; e quando amadurece tem tanta oportunidade quanto ele de procurar um parceiro.

Vovó, sei que ficará chocada e ofendida quando souber disto pela primeira vez, mas, depois de se acalmar e pensar no assunto com a cabeça mais tranquila, compreenderá que não é preciso educar uma criança para obedecer e ser escrava de outra criança quando chegarem à idade adulta. E não é preciso cortar e costurar a genitália de uma menina com o intuito de preservá-la para um homem que comprará o direito ao corpo dela.

O infiel valoriza a frugalidade, assim como você, mas aqui a demonstração de riqueza é considerada importante em todo lugar, ao ponto de haver classes de pessoas divididas de acordo com aquilo que possuem ou deixam de possuir. Elas se dividem também pelas ideias e pela ideologia. Essas divisões — pois os homens sempre viverão para discordar — são mais práticas do que a promessa falsa da irmandade em nome de um tataravô em comum. Organizada em torno de interesses comuns reais e práticos, a associação é mais genuína e direta do que as pretensões de união entre homens decorrente do simples fato de serem capazes de recitar sua linhagem até um ancestral em comum.

Lembra-se de Farah Gouré, o membro do clã que tomou conta de nós em Nairóbi? Ele trabalhou, ganhou dinheiro, investiu e viu sua riqueza crescer, mas teve de partilhá-la em nome do nosso código moral, entregar sua riqueza à família do homem que nunca saíra da cama, do homem que escolheu não trabalhar, do homem que abandonou a esposa e o filho. Todos viveram à custa de Farah Gouré até o esgotarem completamente. Isso ocorre agora com seu neto favorito, Hassan, que mora nos Estados Unidos, o país onde *abeh* frequentou a universidade antes de conhecer mamãe.

Agora *abeh* está morto, como você, e eu não choro pela sua morte nem pela morte do seu mundo.

Você recitava poemas antigos e tentava me obrigar a decorá-los. Não consegui. Fracassei com você e com a próxima geração. Não decorei aqueles versos nem os anotei. Agora você se foi, e todos aqueles poemas de adversidade e triunfo, de saudade e amor, de medo e valor, de orgulho e humilhação, de generosidade e mesquinhez foram-se com você. As parábolas de intriga e sabedoria ancestral foram enterradas com você quando seu corpo foi deixado num buraco na areia.

Lamento essa perda da memória, mas neste novo mundo tais poemas não têm mais o poder de nos sustentar. Os clãs somalis estão agora à deriva num turbulento mar de incerteza cujas ondas trazem mudanças súbitas e profundas, e não temos recursos, ferramentas e barcos para nos apoiar. A linhagem está cansada e impotente; aderir a ela conduz somente à violência. Ela não representa uma estratégia para a união e o progresso.

Seus filhos e netos ficaram sem alicerce e orientação. Veja o caso de Ladan. Você sempre a desprezou por sua desobediência, por sua atração pela música e pelo entretenimento dos infiéis. Ela está no Reino Unido, e as pessoas que um dia tiveram pena dela, oferecendo-lhe alimento, abrigo e bálsamos, agora também a desprezam. Ela não pode atender às exigências dos seus critérios nem aos critérios dos infiéis. Ela se sente parte de um clã, mas não vê significado nisso. Está perdida.

A salvação está nos costumes dos infiéis, vovó. Eles imprimiram e publicaram livros cheios de memória. Olha através de lentes que lhes permitem enxergar um mundo invisível de criaturas que vivem em nós e conosco, e pesquisaram e descobriram remédios que as atacam e defendem nosso corpo. Vovó,

febres e doenças não são causadas por djins, por ancestrais que voltam do túmulo para nos atormentar ou por um Deus furioso, mas por criaturas invisíveis com nomes como *parasitas*, *bactérias* e *vírus*. A medicina dos infiéis funciona melhor do que a nossa simplesmente porque tem como base os fatos, a pesquisa e o conhecimento real.

Quanto antes adotarmos os costumes dos infiéis em relação ao trabalho, ao dinheiro, à procriação e à diversão, mais fácil nossa vida se tornará. Sei o que você pensa a respeito da vida fácil: uma facilidade excessiva leva à perda da disciplina e da tenacidade moral. Você condenou com entusiasmo até mesmo a máquina de lavar. Se máquinas lavassem nossas roupas e nossa louça, queixava-se você, as jovens e as mulheres teriam tempo demais nas mãos. Seríamos submetidas à tentação de todo tipo de impostura, correndo o risco de nos tornarmos prostitutas.

Sob certo ponto de vista, você tinha razão a respeito das máquinas de lavar, mas, sob outro, estava errada. O melhor remédio contra a decadência é se concentrar em metas. Podemos acrescentar uma oração, mas não sei se isso ajuda. Desde que cheguei à terra dos infiéis, onde máquinas lavam nossas roupas e nossa louça, onde fazemos compras na internet e poupamos horas e horas de nosso dia, não fiquei ociosa. Tornei-me mais útil e vivi o prazer. E o prazer é bom.

Vovó, não acredito mais nos antigos costumes. O mundo começou a mudar enquanto você vivia, e agora os antigos costumes não me são mais úteis. Amo você e algumas das memórias que tenho da Somália, mas não todas. Só que não serei mais uma serva da linhagem nem de Alá. E, por saber que os antigos costumes atrapalham a vida de tantos do nosso povo, vou me esforçar para convencer meus colegas nômades a adotar os costumes dos infiéis.

segunda parte:
nômade outra vez

8. Nômade outra vez

Depois que meu pai morreu, as memórias me arrebataram sem terem sido convidadas. Algumas eram dolorosas, outras doces, mas, estranhamente, a maioria delas era da Holanda, o país que deixei recentemente.

A Holanda é o lugar mais seguro em que já morei e também o lugar em que fui mais feliz. Lembro-me do verão de 2001 com uma nostalgia particular. Eu tinha acabado de concluir o mestrado pela Universidade de Leiden. Trabalhando como tradutora do somali para o serviço social holandês, juntei dinheiro suficiente para comprar um apartamento com minha melhor amiga. Aprendi o idioma da sociedade para a qual imigrei e tinha acabado de encontrar um emprego importante num centro de estudos estratégicos associado a um dos principais partidos políticos holandeses. Eu tinha amigos com quem partilhar as dádivas e as provações da vida.

Naquela época, quando pensava no que tinha realizado e na direção que pretendia seguir, eu tinha uma sensação de conquista. É verdade que estava desobedecendo a muitas das leis de Alá e assumira um risco imenso ao deixar o mundo do meu clã. É verdade que claramente magoara meus pais e me expusera à ira de um Deus vingativo. É verdade que perdera minha irmã e aquilo me provocara uma dor profunda. Mas eu também tinha a sensação de estar progredindo em algo importante, algo que minha família sempre me alertou que eu não seria capaz de fazer.

Em todas as histórias que me contaram, a moça que abandonava a família — ou o clã, o que era ainda pior — para buscar seus próprios objetivos descobria que sua história se encerrava abruptamente em meio à horrível depravação e ao amargo arrependimento. Eu não tinha simplesmente deixado minha família e meu clã; estava sozinha *num país infiel*. Mas me parecia que eu ainda podia erguer a cabeça com orgulho. Não caí nas armadilhas da depravação; instalei-me na estrada rumo ao progresso. E tive a sensação de ainda ser, basicamente, uma muçulmana fiel, apesar dos meus pequenos lapsos. Eu não rezava, bebia álcool e fazia sexo fora do casamento, mas tinha a sensação (insegura) de ser essencialmente obediente às regras centrais de Alá e de poder um dia voltar ao seu estreito caminho.

Tinha conseguido me reconciliar com meu pai. Ele chegou a reconhecer que não deveria ter me obrigado a casar contra minha vontade e trabalhou durante meses para conseguir meu divórcio. Aquilo para mim era prova não apenas do perdão dele, mas também da sua aceitação do novo rumo que eu escolhera para minha vida. Eu me mantinha constantemente em contato com minha mãe e enviava a ela uma quantia mensal. Mahad tinha adoecido, o que me entristecia, mas nos dias em que ele se sentia melhor conversávamos ao telefone. De tempos em tempos, trocava e-mails e telefonemas com meus primos e primas: Hassan, Magool, Ladan, Hiran e outros. É claro que o círculo familiar não me recebeu de volta de braços abertos, mas senti que minha diferença começava a ser aceita. Na Holanda, meu sucesso profissional me trouxe respeito e tive a sensação de novamente pertencer à minha família, embora nos meus próprios termos.

Naquela época eu não levava uma vida muito politizada. Ainda não tinha feito as declarações públicas a respeito do islã que me renderiam notoriedade, fama, uma cadeira no parlamento holandês, a missão de melhorar a vida de milhões de mulheres que jamais conheci, bem como certa dose de dramaticidade, ameaças de morte e guarda-costas. Junto com Ellen, minha melhor amiga, eu costumava passear de bicicleta na companhia de amigas — uma multidão de jovens mulheres percorrendo cerca de dez quilômetros de bicicleta pela praia, voando pelas estradas com o objetivo de fazer um piquenique. Nós nos banhávamos nas geladas ondas do Mar do Norte e caminhávamos pelas dunas para comprar

saquinhos de *patat-oorlog*, “batatas fritas bélicas”, vestindo maiôs cobertos de areia. Sentia-me cheia de alegria, mais livre do que em qualquer outro momento da minha vida. Contemplava um futuro que não prometia grandes agitações, e sim uma existência segura, estável e previsível cercada por amigas carinhosas, um companheiro ainda não escolhido mas maravilhoso e filhos, talvez até uma menininha de olhar curioso que se parecesse comigo.

Mas minha vida na Holanda chegou a um abrupto fim em maio de 2006, numa atmosfera de elevada dramaticidade e da mais baixa hipocrisia. Apesar de na época eu ser um membro de relativo destaque na assembleia, a ministra holandesa da Imigração e da Integração, Rita Verdonk, tirou minha cidadania — apenas para ser obrigada a devolvê-la algumas semanas mais tarde, depois que um debate no parlamento levou ao colapso do governo e à realização de eleições nacionais.

Quando cheguei à Holanda pela primeira vez, alguns defensores dos refugiados me disseram que para obter permissão para ficar no país não bastaria dizer que estava fugindo de um casamento imposto. Se eu apresentasse um motivo como este, seria mandada de volta à África. Para receber a permissão de ficar na Holanda, eu tinha de dizer que era perseguida na Somália por causa das minhas opiniões políticas ou do meu clã. Assim, apesar de não ser verdade, foi essa a história que contei, recebendo o status de refugiada, como esperado.

Anos mais tarde, quando me convidaram para fazer parte do Partido Popular para a Liberdade e a Democracia (o liberal vvd), um partido fundado sobre os princípios da liberdade individual, do governo limitado, do livre mercado e da segurança nacional, e me pediram para ser candidata ao parlamento, o líder do partido perguntou se eu tinha algum segredo. “Tenho sim”, foi a minha resposta. “Quando vim à Holanda mudei meu nome e minha data de nascimento, e pode-se dizer que garanti minha permanência no país por meio de mentiras.” Contei a ele toda a história.

O líder do partido conversou com alguns dos assessores legais e advogados do vvd, mas todos trataram o caso como um episódio insignificante, uma mentirinha contada anos antes. Eles enfatizaram o fato de eu ter conseguido me adaptar à Holanda; para eles, isso era muito mais importante do que a mentira que um dia contei. Queriam fazer de mim um exemplo: se os imigrantes escolhessem se dedicar à assimilação dos valores holandeses, ao aprendizado do idioma, ao estudo e ao trabalho, seriam capazes de atingir o mesmo sucesso que eu obtivera. Além de ser um modelo de comportamento, fui vista como uma especialista nos obstáculos sociais e culturais à integração e nas maneiras de superá-los.

Rita Verdonk era minha colega no Partido Liberal; na verdade, ela e eu fomos recrutadas para a lista de possíveis candidatas ao parlamento mais ou menos na mesma época. Rita tinha sido administradora de uma prisão e foi diretora de uma unidade do serviço social, o departamento de segurança nacional do ministério de Assuntos Internos. Eu tinha escrito artigos sobre o islã. Vivíamos uma época de agitação na política holandesa. Pim Fortuyn, um poderoso e carismático orador e homossexual assumido, tinha ascendido recentemente à ribalta política, mas fora assassinado por um insano ativista defensor dos direitos dos animais quando estava prestes a assumir o poder. Ao lançar candidaturas como a minha e a de Rita, o Partido Liberal estava claramente procurando pessoas que pudessem atrair o eleitorado de Fortuyn.

Eu representaria a mulher muçulmana que buscou a liberdade e a encontrou na Holanda. Diferentemente dos comentaristas brancos, que se viam atados pelo medo de serem rotulados como racistas, eu podia manifestar minhas críticas aos mecanismos feudais, religiosos e repressivos que subjugavam as mulheres provenientes de comunidades muçulmanas. Por sua vez, Rita Verdonk representaria o rosto e a voz daqueles holandeses que votariam em Pim Fortuyn, que tinham a sensação de serem privados de seus direitos em seu próprio país, que se sentiam invadidos, vendo sua sociedade ser empurrada na direção do caos.

Mulher de cinquenta e poucos anos que aparentava a idade que tinha, com cabelos pretos e curtos moldando seu rosto, Rita era corpulenta no sentido musculoso da palavra, o que lhe conferia um aspecto

ao mesmo tempo firme e caloroso, até maternal. Ela representava a retidão holandesa de forma perfeita, exalando competência e disposição para trabalhar duro, com aquele olhar direto e claro, levemente reprovador, que é característico de certos tipos de holandeses. Isso conferia a ela uma capacidade intrínseca para atrair o eleitorado de Fortuyn. Além disso, Fortuyn fora um acadêmico assumidamente homossexual, que pronunciava as vogais com a empáfia peculiar da classe dominante; Rita se mostrava uma representante mais genuína dos maneirismos e valores desse eleitorado, e partilhava boa parte das suas opiniões. Claramente, o plano era que juntas, a portas fechadas, eu e ela fôssemos capazes de chegar a um consenso em relação a cada tema. No establishment político, muitos nos viam como rebeldes; outros, como fantoches. Mas a meta era que tornássemos desnecessários partidos rebeldes e independentes como o de Fortuyn, pois reuniríamos seus eleitores, agora domesticados, dentro do abraço firme do Partido Liberal, de comportamento impecável, e tudo acabaria de acordo com os moldes holandeses: num consenso.

Quem eram os eleitores de Fortuyn? Policiais, professores, funcionários públicos, proprietários de pequenas empresas de família — o padeiro, o açougueiro, o florista — que se sentiam tiranizados pela regulação e pelos impostos e viam os imigrantes marroquinos e turcos tanto como concorrentes (com suas pequenas lojas capazes de vender artigos a preços mais baixos por contratar trabalhadores ilegais de salário mais baixo) quanto como funcionários incompetentes (indolentes sem respeito nem pontualidade que não se dignavam a aprender o holandês). Eles viam os imigrantes como *verloedering*, responsáveis pela degradação e corrupção da sua sociedade. Os imigrantes, diziam, não separavam cuidadosamente o lixo reciclável do lixo comum. Seus filhos circulavam com bicicletas fora das ciclovias devidamente assinaladas. Eles não demonstravam respeito pela propriedade pública nem pela privada. Vandalizavam lojas, cometiam crimes, molestavam e importunavam as mulheres, e transformavam bairros antes impecáveis em ambientes sujos e inseguros. Quando apanhados pela polícia, eram libertados pelo juiz por serem menores de idade. Não frequentavam a escola. Suas famílias mentiam para obter generosos benefícios do sistema de bem-estar social e para evitar o pagamento dos impostos devidos; furavam a fila de espera no departamento de habitação pública. Nenhuma dessas generalizações era exata ou universalmente verdadeira, mas eram reais o bastante para que tais percepções fossem partilhadas por muitos holandeses.

Havia uma tensão autêntica entre o eleitorado do “tipo Rita” e a elite da classe dominante. Os eleitores de Fortuyn não confiavam mais nos seus governantes, que tinham aberto as fronteiras da Holanda aos estrangeiros. Apesar de as classes média e alta ainda poderem arcar com o custo de se mudar para um bairro de alto padrão e enviar os filhos a escolas seguras, fazendo lobby por favores informais para mantê-los relativamente a salvo da interferência maléfica dos imigrantes, os eleitores do tipo Rita tinham a sensação de que seus bairros estavam suportando a maior parte do impacto da imigração. Mas quando manifestaram suas preocupações foram tachados de provincianos e intolerantes.

Tendo administrado uma prisão, “Rita de Ferro” era de uma franqueza que beirava a grosseria e demonstrava respeito absoluto pela lei. Eu até que gostava dela. Rita se tornou a política mais popular entre os eleitores do meu partido. Como ministra da Imigração e da Integração, ela era um membro poderoso do gabinete. Eu era apenas uma parlamentar, mas tinha sido nomeada porta-voz do nosso partido para questões de integração e emancipação. (Meu título não especificava a quê deveria ser esta integração nem em relação a quê deveria ser esta emancipação.)

Todos sabiam que minha opinião a respeito da imigração era diferente da de Rita. Eu apoiava, por exemplo, uma anistia para os 26 mil imigrantes que, depois de passar mais de cinco anos morando e trabalhando na Holanda, tinham sua pretensão ao status de refugiados negada, não podendo mais morar legalmente no país. Mas concordávamos em relação a outros temas. Apoiávamos cotas de imigração que favoreceriam a entrada de pessoas da Polônia e de outros países do Leste Europeu em detrimento dos imigrantes do Marrocos e da Turquia. Defendíamos que a Holanda deveria atrair imigrantes que tinham

uma profissão; precisávamos de enfermeiros, acompanhantes para idosos, colhedores de frutas, legumes e flores, funcionários para restaurantes e hotéis, eletricistas, pintores e trabalhadores da construção civil. Os imigrantes do Norte da África e da Turquia eram admitidos no país com base no critério da reunião familiar. Eles procuravam imediatamente os programas de bem-estar social ou se inscreviam para receber benefícios do seguro-desemprego antes de passar um ano na força de trabalho. Em sua maioria eram impossíveis de empregar, pouquíssimo qualificados ou possuíam uma ética de trabalho considerada imprópria pelos empregadores.

Como eu, Rita desejava confrontar diretamente o tratamento dispensado às mulheres pelo islã. Eu a aplaudi em 2004 quando entrou numa mesquita e estendeu a mão a um imame sabendo que ele rejeitaria o cumprimento. Foi uma imagem que causou muita raiva e confusão na Holanda, mas o gesto que ela provocou — uma expressão flagrante de desprezo por uma ministra do governo — encapsulou não apenas aquilo que alguns imames da Holanda estavam dizendo a respeito das mulheres, como também o seu desprezo pelos valores holandeses, suas leis e sua sociedade. Como Rita, eu era da opinião de que as pessoas precisavam ver isso; uma vez que presenciassem a cena, não poderiam mais fingir que coisas como essa não estavam ocorrendo ao seu redor.

Assim, Rita e eu tínhamos um relacionamento de trabalho amistoso. Às vezes conversávamos ao telefone, trocávamos informações antes de participar de um debate, dividíamos as refeições; e às vezes nos encontrávamos para tomar um drinque.

Quando o líder do nosso partido, Gerrit Zalm, deixou o posto em 2006, Rita decidiu fazer campanha pela liderança. Seu concorrente era Mark Rutte, um homem muito mais jovem e atraente, que era considerado um astro em ascensão dentro do partido. Pouco antes de o parlamento entrar em recesso no início da primavera, conversei com ela em seu escritório sobre os programas do partido. A discussão se voltou para a política, algo muito diferente, e ela me pediu que a apoiasse publicamente, um pedido que me causou desconforto. Gerrit Zalm e Jozias van Aartsen, outros dos principais nomes do Partido Liberal, tinham pedido a todos os membros do partido que se abstivessem de apoiar publicamente algum dos candidatos para evitar que se tornassem públicas as cisões que começavam a surgir dentro da agremiação. O consenso é algo sagrado para a fé holandesa, e apesar de a mídia adorar o menor sinal de dissensão, aproveitando-o e amplificando-o com gosto, qualquer tipo de desentendimento público dentro de um partido político é malvisto pelos líderes do partido, que consideram isso falta de profissionalismo e algo que prejudica as metas do partido.

Eu disse a Rita: “Não farei declarações públicas de apoio a ninguém. Você sabe o que Gerrit e Jozias dirão”.

O sorriso dela pareceu forçado. “Vamos, Ayaan, não me venha com essa! Desde quando você respeita o que Gerrit e Jozias têm a dizer?”

Inclinando-me, apanhei meu drinque. “Sabe, já existe tensão de sobra entre Jozias e eu. Gerrit tem sido muito paciente comigo. Não estou procurando encrenca.”

Rita contestou: “Ayaan, você sabe que a questão não se resume a mim. É o povo. As pessoas estão com raiva. Quando viajo pelo país, elas me recebem em seus lares e me contam seus problemas. Não se trata apenas do Estado de bem-estar social, da globalização e de outros temas grandiosos. Trata-se do lixo na rua. De filhas sendo estupradas. De ver sua renda desaparecer. Elas estão sofrendo. São os homens e mulheres que votariam em Pim Fortuyn e que ficaram órfãos com a sua morte. Jozias e Gerrit não admitem em público, mas pretendem apoiar Rutte. Você acha que ele é capaz de conquistar esse eleitorado para o nosso partido?”.

Tive vontade de dizer a ela aquilo que eu realmente pensava: que nem ela nem Rutte apresentavam as qualidades necessárias para esta tarefa. Os dois eram iniciantes na política (como eu), e nenhum deles

parecia ter a mínima ideia de como gostariam de mudar o país; pareciam impulsionados apenas pela ambição pessoal. O homem que eu considerava mais preparado para a candidatura, Henk Kamp, tinha décadas de experiência na política e já liderara dois ministérios. Negociador político muito mais habilidoso que Rita, ainda assim demonstrava humildade nas suas atitudes e uma inteligência silenciosa. A opção dele por não se candidatar me parecia uma infelicidade. Mas eu não queria ofender Rita ao explicar isso. Comecei a discorrer num extenso solilóquio a respeito da natureza da política holandesa quando ela me interrompeu, com o olhar firme. “Morei aqui durante toda a minha vida. Conheço este país melhor do que você.”

Assenti e consegui disfarçar a dor instantânea do sentimento de exclusão que suas palavras provocaram. Rita não era a única a fazer comentários do tipo. Os que discordavam de mim invocavam amiúde sua ascendência holandesa, sua compreensão instintiva e superior de tudo o que dissesse respeito à Holanda. Trata-se de uma saída fácil: você é a forasteira, eu nasci aqui, logo, quem ganha sou eu.

A atitude dela passou de uma charmosa sedução para uma impaciência indignada diante da minha recusa em ceder e declarar meu apoio. Esse trabalho precisava ser feito — ela repetiu a frase mais de uma vez —, e eu a estava impedindo.

Ela se tornou mais ríspida. Confidenciou a tensão existente entre ela e nosso colega Piet Donner, o ministro da Justiça, e também com o prefeito esquerdista de Amsterdã, Job Cohen, representantes do que ela enxergava como uma pequena claque, composta principalmente por homens que tinham frequentado as mesmas universidades, pertenciam às mesmas fraternidades, falavam com o mesmo sotaque e que, apesar de serem identificados individualmente com diferentes ideologias políticas, serviam apenas aos interesses de sua classe em comum. Rita muitas vezes atribuía as manifestações de hostilidade a ela como fruto do desdém esnobe e privilegiado das classes superiores por uma mulher que não hesitava em meter as mãos na massa, de modo que eu já tinha ouvido dela esse tipo de comentário. Havia certa dose de verdade naquelas palavras.

Pim Fortuyn tinha chamado a classe que lidera a política holandesa de *regenten*, os regentes, que detêm o poder real a partir dos bastidores. Os *regenten* formam uma elite tripartite: a classe dominante e a realeza (apesar de os holandeses gostarem muito de dizer que vivem numa sociedade sem classes, a realidade é bem diferente), líderes sindicais e diretores de corporações. Esses três grupos têm interesses divergentes, mas seus destacados líderes se reúnem em hotéis cinco estrelas, clubes de elite e instituições do governo, e de vez em quando a rainha abre o palácio para recebê-los. Estes homens e mulheres — principalmente homens — estão imersos na cultura da celebrada política holandesa de consenso. Sempre que uma divergência se instaura entre eles, suas posições são confrontadas a partir de uma distância segura, por meio da mídia; os jornalistas registrarão com entusiasmo a existência de um impasse. Passado esse ritual de esgrima política por procuração, as partes em conflito vão se reunir em qualquer salão que estiver disponível no momento para emergir dias mais tarde acenando com um acordo: a cisão foi superada. Os poderosos membros de todos os vértices desse triângulo são treinados nas universidades e na mídia: não é incomum que o diretor de uma faculdade se torne ministro ou que o editor-chefe de um jornal seja nomeado diretor de uma faculdade e depois prefeito.

Pim Fortuyn, um professor de Roterdã que construiu sua carreira escrevendo livros e publicando artigos, pertencia à classe dos *regenten*. Rita não pertencia à classe política, e era desprezada por isso. Também eu não pertencia a essa classe, mas era alvo de certa simpatia por parte de membros importantes do partido, principalmente de Frits Bolkestein, nosso guia. Foi isto que atiçou as suspeitas de Rita.

Chegara a hora de eu me despedir. “Rita”, eu disse, “vou pensar no assunto.” Meu desconforto era agudo, pois nós duas sabíamos que, nos termos da política holandesa, aquela tinha sido uma mensagem clara, cujo significado era *Já me decidi e não pretendo apoiá-la*.

Passou pela minha cabeça que eu poderia perder o apoio político dela, mas aquilo não importava muito. Eu já tinha me decidido a abandonar a política; na verdade, cheguei a confessar a Rita que não

planejava me candidatar ao parlamento nas eleições seguintes.

Quando saí da sala, trocamos três beijinhos no rosto, como é costume na Holanda, e desejamos uma feliz primavera uma à outra.

Tenho certeza de que Rita sabia, havia muito tempo, que eu tinha mentido ao pedir asilo sob a condição de refugiada quando tinha 22 anos. Mesmo que ela não tivesse lido as muitas entrevistas e pronunciamentos publicados em vários jornais e revistas da cidade, do país e de todo o mundo nos quais eu admitia livremente este fato, nós duas já tínhamos falado sobre isso muitas vezes. A última se deu apenas alguns dias depois da desconfortável conversa que tivemos no escritório dela. Eu tinha telefonado para pedir que voltasse atrás na decisão de deportar uma moça kosovar de dezoito anos, Taida Pasic, que estava prestes a fazer os exames de fim de ano e se formar no ensino médio.

"Ela mentiu", disse Rita. "Minhas mãos estão atadas."

"Mas, Rita, você não entende", implorei. "Quase todos os solicitantes de asilo mentem. É assim que o sistema funciona. Eu também menti."

Rita mostrou-se inflexível. Ela disse — talvez tenha sido um alerta a mim: "Se eu fosse a ministra na época em que você pediu asilo, eu a teria deportado também".

Duas semanas mais tarde, durante o recesso parlamentar da primavera, o programa televisivo *Zembla* transmitiu um documentário que destacava o fato de eu ter mentido no meu pedido de asilo. A apenas duas semanas da eleição para a liderança de nosso partido, Rita deu a conhecer o fato de estar investigando minha documentação de imigração e declarou que meu status na Holanda — não apenas como parlamentar, mas como cidadã — estava sendo questionado. Poucos dias depois ela anunciou que estava me privando da cidadania holandesa. Mais precisamente, disse que eu nunca havia recebido a cidadania, porque a solicitara sob falso pretexto.

A decisão tomada por Rita de Ferro de me deixar sem país foi vista por muitos dos meus colegas parlamentares (até por alguns que raramente concordavam com minhas decisões e opiniões em relação às medidas públicas) como arbitrária, vingativa e até estranha. Havia algo de "república das bananas" no episódio todo. Após semanas de um furor nada holandês no parlamento, a imprensa, o público, o primeiro-ministro, os ministros do gabinete e uma vasta maioria dos parlamentares obrigaram Rita a restaurar minha cidadania. Ela finalmente o fez, mas apenas sob a condição de que eu assinasse uma carta afirmando que tinha mentido a ela a respeito de ter mentido no meu pedido de asilo. Assinar aquela carta fez com que eu mentisse de novo, mas não havia escolha; se eu não o fizesse, Rita não seria capaz de recuperar o moral.

Mas o consenso não foi tão fácil de restaurar. O partido D66, pequena agremiação pseudolibertária que também fazia parte da coalizão do governo, classificou o procedimento de ultrajante e exigiu a renúncia de Rita, ou o D66 abandonaria a coalizão e o governo cairia. Ela se recusava a fazê-lo. Rita tinha sido levada àquela situação por um traço de sua personalidade que fora, em outros momentos, sua maior força: a inflexibilidade, que era também uma inabilidade de se adaptar às circunstâncias ou reconhecer um erro.

O governo caiu. Novas eleições nacionais foram marcadas. Rita foi derrotada na escolha do líder do partido. Alguns meses mais tarde o vvd perdeu espaço nas novas eleições; o partido não pôde mais exigir um ministério no gabinete. Em setembro de 2007, depois de ter criticado a "posição invisível" do partido em relação à imigração, ela foi expulsa do Partido Liberal por seu antigo rival, Mark Rutte, que agora era líder do partido, e por aquele enfeitiçado e liso triângulo que compõe o establishment político holandês. Ela fundou seu próprio partido, batizado de "Orgulho da Holanda". O apoio político à nova agremiação se esgotou lentamente. Rita se tornou uma pária política.

O episódio me ensinou uma lição importante a respeito da natureza da política holandesa. Percebi que

Rita violou o tabu mais sagrado da elite política, os *regenten*, nem tanto com o que ela disse quanto com a forma como disse. Uma sociedade consensual como a holandesa exige muita conformidade: o tom, o sabor, o momento e o contexto escolhidos para a articulação de uma mensagem determinam seu sucesso ou fracasso. Quando indivíduos historicamente desprovidos de poder são convidados a participar da classe dos *regenten*, eles aprendem a expressar seus anseios e queixas na mesma linguagem usada pelos *regenten*. Na Holanda, é preciso negociar e fazer concessões; sua liberdade de expressão é limitada pelos parâmetros daquilo que os *regenten* consideram aceitável. Isso seria inevitavelmente difícil para uma pessoa da mesma classe de Rita e dotada do mesmo temperamento que ela, pois Rita não suportava a ideia de conceder e não reconhecia esses sutis parâmetros de conformidade. Sua crítica aos imigrantes, independentemente dos méritos da questão, soou inaceitavelmente rude, paroquial ou simplesmente racista.

Outra lição que aprendi foi que tinha chegado a hora, uma vez mais, de fazer as malas e partir. Assim, deixei a Holanda pouco depois da erupção da crise envolvendo minha cidadania. Como se para adicionar a infâmia ao insulto da minha perda de cidadania, meus vizinhos no condomínio em que eu morava tinham recentemente obtido vitória num caso que tramitava pelos tribunais solicitando meu despejo. De acordo com eles, a presença da minha equipe de seguranças era invasiva, e as ameaças de morte endereçadas a mim representavam um perigo também para os vizinhos. Agora eu não era apenas uma sem-país, era também uma sem-teto. Em vez de ser vista como alguém que contribui para solucionar os problemas envolvidos na chegada de vastas ondas de imigrantes à sociedade holandesa — coisa que eu tentei fazer —, eu era considerada parte do problema.

Na verdade, eu já explorava a possibilidade de deixar a Holanda para o meu próprio bem antes mesmo do ataque de Rita. Naquele país, tornei-me conhecida demais para poder preservar minha própria sanidade. No início daquele ano eu tinha decidido me mudar para os Estados Unidos, onde pensei que teria mais liberdade, e pedi a um amigo meu, um ex-diplomata americano que hoje é professor universitário, que me ajudasse a encontrar um emprego. Eu já tinha marcado uma visita aos Estados Unidos durante o recesso parlamentar da primavera para promover o livro de ensaios que acabara de publicar, *A virgem na jaula*, e meu amigo propôs me apresentar a pessoas que trabalhavam em centros de estudos estratégicos de diferentes orientações na Costa Leste, entre eles a Brookings Institution e a rand, além das universidades Johns Hopkins, Georgetown e George Washington.

Todas as pessoas com quem me reuni foram efusivamente educadas, mas tive a sensação de que hesitavam em seu apoio a mim e às minhas ideias. O homem que me entrevistou para a Brookings Institution parecia excessivamente preocupado com a possibilidade de eu ofender os árabes muçulmanos, frustrando uma série de programas recém-iniciados em Doha, no Qatar. Então meu amigo me levou ao American Enterprise Institute.

O papel de centros americanos de estudos estratégicos como o aei é mal compreendido por muitos. À semelhança dos seus pares em instituições liberais e libertárias como a Brookings Institution e o cato Institute, os estudiosos do aei não elaboram as medidas públicas, e sim publicam suas opiniões a respeito dessas medidas e políticas. Tais opiniões muitas vezes apresentam grande diversidade. Mas ao longo dos anos conheci muitas pessoas na mídia que enxergam o aei como um clube de conservadores, e eu não me considero uma conservadora. (Meus motivos para não sê-lo são os mesmos que Friedrich Hayek expôs de maneira tão convincente em *The constitution of liberty* [A constituição da liberdade]: essencialmente, não pretendo *conservar* o statu quo, e sim alterá-lo de forma radical.) Assim, dirigi-me ao aei com reservas.

Para minha surpresa, eles me ofereceram apoio total logo no início. Não houve discussão a respeito daquilo que eu poderia falar ou não. Fui informada quanto à necessidade de apresentar dados empíricos e

argumentos consistentes e para pensar nas vantagens e desvantagens das minhas propostas. Perguntei se minhas opiniões a favor do direito ao aborto e dos direitos dos homossexuais representariam algum tipo de problema, e Christopher DeMuth, presidente do aei, respondeu que eu tinha a liberdade de manter as opiniões que quisesse. Não havia restrição para aquilo que eu poderia pensar, dizer e escrever.

Aquilo foi outra lição política, uma das primeiras que aprendi nos Estados Unidos. Em relação à maioria dos conservadores, os liberais americanos parecem apresentar um desconforto diante das minhas condenações ao péssimo tratamento dispensado às mulheres pelo islã. Em vez de defender as liberdades ocidentais e se colocar contra o sistema totalitário das crenças islâmicas, muitos liberais preferem jogar o peso do corpo de uma perna para a outra e olhar para os próprios sapatos quando enfrentam questões sobre as diferenças culturais. Comecei a compreender que a palavra *liberal* tem significados diferentes em cada um dos lados do Atlântico. Aqueles que os europeus chamam de esquerdistas são, nos Estados Unidos confusamente rotulados de liberais, com . minúsculo, enquanto na Europa os liberais são aqueles que os americanos chamam de liberais clássicos: defendem o livre mercado, o respeito ao direito à propriedade, o Estado de direito, o governo limitado e a responsabilidade individual. Os conservadores europeus também apoiam tudo isso. Mas os conservadores americanos costumam acrescentar a essa lista uma série de valores culturais e sociais associados à sua fé cristã. Apesar de seus predecessores terem lutado pelos direitos dos trabalhadores, das mulheres e dos negros, os liberais americanos da atualidade hesitam em falar contra a negação dos direitos que é perpetrada em nome do islã. Assim, o Brookings me disse não, e o aei me disse sim.

Depois de termos nos conhecido em 2006, Chris DeMuth me convidou formalmente a me tornar bolsista residente do aei em setembro. Quando Rita subitamente tomou meu passaporte, esta oferta ainda não tinha sido formalizada; Chris DeMuth não tinha tido a oportunidade de consultar o conselho de associados do aei. Mas eu claramente não poderia mais ser membro do parlamento holandês, pois não era considerada holandesa. Na manhã da coletiva de imprensa na qual eu tinha decidido anunciar minha renúncia do parlamento, recebi um telefonema do diário *Volkskrant*: era verdade que eu passaria a trabalhar no aei, por mais estranho que a ideia soasse?

Não pude responder. Não sabia se o aei voltaria atrás na oferta feita. Telefonei para Chris e disse a ele que estava sendo cercada pelos repórteres e precisava responder a eles; Chris me disse que teria de consultar o conselho de associados antes de poder anunciar formalmente meu novo emprego. Meu coração afundou dentro do peito, pois pensei que o conselho seria levado a indagar por que importar um escândalo. Meia hora depois, no entanto, Chris retornou a ligação e disse que eu seria bem-vinda ao aei a partir de 1º de setembro.

Quando os jornais holandeses publicaram que eu estava indo para lá, muitas pessoas me alertaram que aquele seria o maior erro de toda a minha vida. Eles me disseram que tinham procurado o aei no Google e descoberto que se tratava de uma organização maligna, um ninho de neoconservadores que conspiraram para criar a presidência de Bush e inventaram a guerra do Iraque. Que motivo eu poderia ter para me envolver com um conjunto tão nefasto de pessoas? Bem, depois de perder o lar, o trabalho e quase a cidadania, respondi que correria o risco e novamente confiaria na gentileza dos desconhecidos.

Eu era uma figura pública. Antes de deixar a Holanda tive três festas de despedida, pois pelo menos 150 pessoas disseram se considerar minhas melhores amigas. Alguns dos discursos feitos pelos meus amigos quase compensaram a dor que eu sentia. Eles me ajudaram a lembrar que ainda havia ao menos algumas pessoas na Holanda que não apenas concordavam comigo como enxergavam além do meu estilo e tom de inconformismo. Fiquei profundamente comovida e compreendi uma vez mais por que amo o país que estava deixando para trás.

Nasci numa família envolvida com a política e sempre compreendi que nela as coisas nunca são o que parecem. Comparada às minhas experiências na Somália, Etiópia, Arábia Saudita e no Quênia, minha colisão com o poder foi bastante benigna na Holanda. Não fui torturada nem jogada no cárcere. Na

verdade, uma das festas de despedida ocorreu no edifício do parlamento com a presença de alguns dos meus críticos mais mordazes. De acordo com os costumes holandeses, recebi de cada um deles um pequeno presente e três beijos no rosto. Foi uma partida bastante consensual.

Eu era uma nômade outra vez.

9. América

Alguns dias depois, acordei num hotel em Washington e me vesti para o primeiro dia de trabalho no American Enterprise Institute. Mas descobri que o escritório estava fechado: era Dia do Trabalho. O primeiro sinal de saudades da Holanda veio quando percebi que o Dia do Trabalho não era celebrado no 1º de maio, como em toda a Europa, mas na primeira segunda-feira de setembro. Eu tinha muito a aprender.

Não se tratava apenas de um novo emprego, mas de um novo país: nova cultura, novos feriados, nova história. Até o meu velho amigo do Quênia, o idioma inglês, parecia muito diferente nas ruas do distrito de Columbia. Será que um dia eu seria capaz de fixar minhas raízes ali?

Voltei para o hotel e pensei no assunto. A característica dos Estados Unidos que causa o maior impacto inicial é sua diversidade étnica; esta foi a primeira coisa em que reparei no aeroporto quando fiz minha primeira visita a Nova York. Por toda parte eu via africanos, asiáticos, hispânicos e tantas misturas étnicas que nem em sonho seria capaz de identificar todas. Percebi também como eram positivos os comentários que eles tinham a fazer a respeito dos Estados Unidos. Os imigrantes falavam com facilidade sobre a *felicidade* que sentiam por estarem naquele país, dizendo não ter intenção de voltar para o local de origem porque a América oferecia aos seus filhos oportunidades inimagináveis em sua terra natal. Isso diferia muito das constantes queixas em relação à Holanda que eu estava acostumada a ouvir dos imigrantes que enviavam dinheiro para casa e se mantinham como estrangeiros culturais e emocionais por gerações a fio.

Diferentemente de muitos imigrantes que procuravam a Holanda, quando imigrei para os Estados Unidos eu já falava o idioma do meu novo país e conhecia algumas pessoas por lá. Possuía um visto em meu passaporte reservado para pessoas dotadas de “talentos extraordinários”, que eram consideradas “indispensáveis” aos Estados Unidos da América, um visto para “imigrantes excepcionais”. Achei graça no termo, mas me perguntei: quais seriam os meus talentos extraordinários? Aquele visto significava que eu estava sendo recebida com facilidades e privilégios num país que muitas pessoas em todo o mundo dariam tudo para conhecer. Outros imigrantes são submetidos a um processo muito mais árduo e extenso antes de serem admitidos no país.

Disse a mim mesma que era merecedora daquele visto. Ele me fora concedido porque eu era uma muçulmana que tinha encontrado o rumo da liberdade e da independência, que estava ativamente difundindo os ideais da democracia.

Logo tive a sensação de que o aei era o meu lugar. Na mesma semana em que cheguei a Washington fui apresentada a um homem que há muito queria conhecer, Charles Murray, que em 1994 foi coautor de *The bell curve* [A curva do sino]. Quando esse livro foi publicado eu ainda era estudante na Universidade de Leiden, onde todos falavam a respeito dessa obra de claro viés racista que sugeria que os negros eram geneticamente menos inteligentes do que os brancos. Li o livro, claro, e o considerei o oposto do racismo, um livro escrito de forma apaixonada sobre os desafios urbanos que assolam os negros mais do que os brancos. Todos os negros deveriam lê-lo.

Quando fui apresentada a Murray, não pude deixar de reparar que até mesmo o crânio dele parecia seguir o formato preciso de um sino. Enquanto trocávamos cumprimentos, mencionei que tinha reconhecido o nome dele por ter lido seu livro, e naquele momento ele travou o maxilar, sem dúvida se preparando para outro ataque feito por uma pessoa negra ofendida. Quando disse o quanto admirava seu trabalho, seu sorriso foi tão largo quanto surpreso. Tornamo-nos amigos instantaneamente.

Apesar das minhas suspeitas iniciais e do preconceito dos meus amigos holandeses contra o aei, meus colegas bolsistas eram muito lidos e estudiosos, além de amistosos. Longe de serem dogmáticos arautos da guerra, eles se mostraram plenamente capazes de criticar o governo Bush. Chris DeMuth se mostrou um homem de excepcionais largura e profundidade intelectuais, fazendo perguntas incisivas sobre questões que iam desde o programa nuclear iraniano até a crise moral do feminismo.

Na maioria dos casos, o foco do aei se detém sobre a economia, e os grandes princípios morais em relação aos quais os estudantes pareciam estar de acordo eram a responsabilidade individual e o governo limitado. Trabalhar no aei não era como trabalhar para o centro de estudos estratégicos de um partido europeu, onde as pessoas ficam obcecadas com os preparativos para as eleições e com a meta de evitar controvérsias. Pude escrever, ler, pensar e participar de discussões presididas por outros estudiosos sobre temas que iam da segurança nacional a religião, genética, sistema de saúde, aquecimento global e auxílio ao desenvolvimento de outros países.

O prazer que encontrei na minha nova vida foi ampliado pelo fato de Washington ser uma cidade na qual é extremamente fácil se localizar, disposta em linhas retas, com ruas cujos nomes passam pelas letras do alfabeto e pelos números de um a 26. Tive a sensação de que seria impossível me perder.

Quando meu livro de memórias, *Infiel*, foi publicado nos Estados Unidos em fevereiro de 2007, comecei a promovê-lo em todo o país. Foi uma experiência muito instrutiva. Para meu assombro, os voos de uma cidade a outra podiam durar até cinco ou seis horas; havia quatro fusos horários diferentes (cinco, contando o Havaí) e muitas zonas climáticas distintas. É claro que eu já sabia disso desde a época do colégio, mas foi somente naquele período que finalmente me dei conta das impressionantes dimensões físicas dos Estados Unidos.

Na Holanda, depois de dirigir por duas horas, já estamos em outro país. O terreno é plano e todos os campos são quadrados cuidadosamente definidos; cada hectare foi tocado e transformado pelo homem. Em comparação, países europeus inteiros caberiam dentro de um grande estado americano como o Texas ou a Califórnia. A paisagem acidentada da América, com seus vales, montanhas, córregos, desfiladeiros e cânions, é quase tão indomada e desafiadora quanto a da Somália. Sobrevoando o país, olhando pelas pequenas janelas dos aviões, comecei a perceber por que os habitantes da zona rural acreditam ter o direito de portar armas.

Sempre fico maravilhada quando enfrento a geografia americana. Viajei por mais de uma hora de Santa Fé a Albuquerque sem ter visto um único ser humano. A paisagem era lunar, composta por estranhas formações rochosas e crateras salpicadas de cactos e, apesar do calor que fazia dentro do carro, o horizonte era dominado por montanhas nevadas.

Não há nada de selvagem em relação à Holanda. Lá as espécies protegidas são o rato almiscarado e certos tipos obscuros de insetos; os animais maiores foram eliminados séculos atrás. Nos Estados Unidos, uma simples caminhada pelas colinas me fez encontrar árvores tão altas que parecem ter séculos de vida, com alces e coiotes entre elas.

Fiquei admirada com a vasta paisagem americana e gostei do meu trabalho em Washington, mas me senti mais em casa na cidade de Nova York, que costumo visitar para ficar com amigos. Num belo fim de semana no fim de junho de 2007 fiz uma caminhada pelo Central Park. O verão estava prestes a começar — anunciado pelas tempestades e pela chuva torrencial dos últimos dias —, mas aquela manhã foi gloriosa: clara e ensolarada, quase sem vento. Era um dia perfeito para correr pelo parque de biquíni.

Passei pela estátua de bronze do anjo das águas com seus quatro querubins e avancei na direção do lago. Um casal de patinadores passou por mim em alta velocidade; uma mulher empurrando duas crianças

num carrinho duplo corria perto de mim. Ao meu redor, europeus falavam em idiomas que eu conhecia: italiano, francês e escandinavo. O dólar estava baixo e o clima estava ótimo.

Alguém cutucou meu ombro, o que quase me fez saltar. Um jovem casal de holandeses, usando calça jeans e jaqueta de couro, estampava no rosto um largo sorriso e trazia nas mãos a câmera fotográfica. Eram um lembrete do meu último lar, perdido. Foram também um lembrete da minha contínua falta de segurança. Meus guarda-costas se aproximaram. Fiz um gesto sinalizando a eles que estava tudo bem.

"*Mevrouw* Hirsi Ali", disse o homem, em holandês, "podemos tirar uma foto com você?" Em holandês, *mevrouw* pode significar "senhorita" ou "senhora".

"É claro", eu disse, devolvendo o sorriso, e um dos guarda-costas se ofereceu para tirar a foto com a câmera deles. Enquanto fazíamos pose a mulher me perguntou: "Será que um dia isso chegará ao fim?". Ela se referia à minha necessidade de proteção e guarda-costas.

"Não sei. Não sei quando isso vai acabar."

"Você ainda recebe ameaças de morte?"

"É difícil dizer. Recebo ameaças por e-mail. Mas não creio que os que realmente queiram me ferir se dariam ao trabalho de enviar um aviso."

Durante a turnê de divulgação de *Infiel* eu deveria fazer uma palestra na Biblioteca Pública da Filadélfia. Uma semana antes da data marcada, fui informada pela minha equipe de segurança que ameaças tinham sido interceptadas num site muçulmano. Eles explicitavam o local e o conteúdo da palestra e expunham seus planos para me impedir de falar àquele público. Recebi esta notícia quando estava num restaurante de Los Angeles e fui aconselhada a cancelar a palestra. Sem hesitar, exclamei: "Não podem estar falando sério. Estamos num país livre e democrático. Farei o discurso, e poderei fazê-lo porque disponho de proteção. É exatamente por isso que tenho proteção!". Depois de me acalmar, telefonei para Chris DeMuth no aei para pedir seus conselhos. Não era minha intenção colocar em risco a vida de outras pessoas. Sem hesitar, ele disse: "Vá em frente e faça o que deve fazer".

A palestra prosseguiu como planejado, graças ao esforço conjunto de um número de organizações de segurança, incluindo a polícia local.

Com frequência, as pessoas me perguntam como é viver cercada por guarda-costas. A resposta é curta: é melhor do que estar morta. Também é melhor do que usar um lenço na cabeça ou um véu, coisas que para mim representam as restrições mentais e físicas às quais tantas muçulmanas são submetidas. Ainda assim, não deixei de reparar na ironia da minha situação: eu deveria ser um grande ícone da liberdade das mulheres, mas, por causa das ameaças feitas à minha vida, tenho de viver de uma forma que, em certo sentido, contradiz a liberdade. Não é divertido ser seguida o tempo todo por uma equipe de homens armados fisicamente intimidadores. É um pouco como andar usando uma roupa de astronauta, um invólucro protetor que impede o contato com os elementos. Trata-se de algo que restringe os movimentos e nos torna conscientes de cada gesto desajeitado. Não gosto de ser observada noite e dia.

Mas os guarda-costas me mantêm segura. Fazem com que eu tenha menos medo. Quando somos obrigados a conviver o tempo todo com ameaças de morte, sentimos medo e temos pesadelos horríveis. Quando um carro fica muito tempo estacionado do lado de fora de casa, pergunto a mim mesma se estou sendo observada. Se o homem da banca de jornais fica me encarando, pergunto-me se ele sabe quem sou. Se o entregador toca a campainha, hesito em abrir a porta: será ele realmente quem parece ser? Devo abrir a porta?

Tento me manter vigilante. Não sigo uma rotina. Mas decidi não parar de escrever, não parar de chamar atenção para o sofrimento das muçulmanas e para a ameaça que os extremistas representam para a liberdade de pensamento, para a liberdade de expressão e para os governos democráticos. Se eu parasse, não acho que minha situação seria resolvida, pois uma vez considerada inimiga serei para sempre

apontada como tal. Sempre haverá alguém disposto a me levar consigo para o além.

Em certo sentido, essas ameaças me servem como motivação. Elas conferiram à minha voz uma legitimidade *ainda maior*.

Naquela tarde no Central Park permaneci durante algum tempo conversando com o casal de holandeses à luz do sol. Eles me contaram como tinham ficado desapontados com o tratamento que me foi dispensado e o quanto gostariam de ter me apoiado. Foi um encontro delicioso, completamente surpreendente, como costuma ser quando vejo holandeses; alguns se mostram hostis em relação a mim, mas a maioria é muito afetuosa e terna. Esse encontro casual fez com que eu sentisse saudades da Holanda. Ao ouvir o idioma holandês em Manhattan, tive a sensação familiar, afetuosa e quase incondicional de estar *conectada* que as pessoas partilham quando vêm do mesmo lugar. Trata-se de uma sensação pela qual um nômade anseia sempre: a fugidia sensação de fazer parte de uma família.

Quando chegou o Natal de 2009, três anos após minha imigração para os Estados Unidos, eu vivia mais do que nunca a vida de uma nômade. Não passava muito do meu tempo em Washington. Meu emprego era um misto de trabalho acadêmico e ativismo. Pesquisando, descobri que os debates acerca do islã, do multiculturalismo e das mulheres tinham sido esgotados no fim dos anos 1980 e nos anos 1990, muito antes do Onze de Setembro de 2001. Ao que me parecia, não havia nenhuma contribuição original que eu pudesse fazer ao volume existente de obras acadêmicas. Defini meu trabalho acadêmico como o acompanhamento cuidadoso de novos ataques feitos em nome do islã. Meu trabalho de ativista me levou a todos os cantos do país como palestrante. Isso significava que eu passava muito do meu tempo viajando de uma cidade a outra no circuito de palestras e conferências.

A globalização e a ameaça do terrorismo podem ser mais bem vivenciadas nos aeroportos. A maioria dos aeroportos americanos que usei são melhores que os da África e muito piores que os da Europa, com exceção de Heathrow, em Londres. Os aeroportos de Dallas, Denver e Los Angeles são excelentes, enquanto o aeroporto O’Hare, de Chicago, é tão confuso quanto o Charles de Gaulle, em Paris, mas não chega a ser um pesadelo como os aeroportos Dulles e jfk. Quanto mais avançamos para o interior e para as pequenas cidades como Aspen, Beaver Creek e Sun Valley, melhores os aeroportos e maior sua eficiência. Viajar por esses pequenos aeroportos é quase um alívio.

A primeira vez que estive num aeroporto americano foi em 2002. Aterrissei no Kennedy, a caminho de Los Angeles. Por um instante tive a impressão de ter havido um erro, de ter tomado o voo errado e chegado a algum lugar da África. Multidões se aglomeravam em grandes grupos, alguns em trânsito, outros recém-chegados. No departamento de imigração havia postes definindo filas separadas por fitas que serpeavam por centenas de metros para manter as pessoas organizadas. O funcionário que conferiu meu passaporte falava um inglês ruim e parecia estar bravo, provavelmente por se ver preso num cubículo tão pequeno. As filas pareciam se estender eternamente; as esteiras de bagagem transbordavam de malas, e alguns homens as jogavam de volta aos poucos espaços vazios restantes. Pessoas uniformizadas gritavam com passageiros e uma cacofonia de vozes saía dos alto-falantes, admoestando-nos, bem como os televisores instalados em cada portão: “Não se afaste de sua bagagem. O alerta de terrorismo está no nível laranja”.

Logo me acostumei a cenas como esta nos grandes aeroportos de conexão. As áreas de embarque eram ainda piores: filas intermináveis de pessoas enredadas nas novas regras de segurança; laptops retirados das malas; sapatos, cintos e até paletós tediosamente colocados em bandejas de plástico cinza. Voos operados por empresas aéreas quase falidas invariavelmente partiam com grande atraso. Periodicamente, o errático clima americano — tempestades, furacões, lufadas de vento e nevascas — lançava tudo no caos.

Vim para os Estados Unidos em busca de um novo lar, mas logo percebi que vivia em trânsito, de

aeroporto a aeroporto, de hotel em hotel. Comecei a considerar os obstáculos da viagem moderna semelhantes àqueles enfrentados pelas caravanas dos relatos de vovó. Na época dela, o risco estava nos ataques dos senhores da guerra e seus milicianos, nas agudas secas e enchentes, nos animais domésticos que trabalhavam muito e tinham pouco para comer. Nos Estados Unidos de hoje, os perigos equivalentes eram os alertas contra terroristas e as nevascas.

Depois de meses desse nomadismo, meus amigos americanos ficaram com pena de mim. Já era hora de descobrir que a vida nos Estados Unidos não se resumia a trabalhar, disseram. Uma amiga me perguntou se eu já tinha visitado Las Vegas. Pensei imediatamente na jogatina. Aquele era o único pecado expressamente proibido pelo islã que eu ainda não tinha cometido. "Las Vegas, não", gaguejei. "É um um antro do crime, da jogatina e do neon. Acho que não quero ir até lá."

"Ora, vamos", respondeu minha amiga Sharon. "Você não sabe o que está perdendo. A cidade é parte importante da vida americana, você precisa conhecê-la."

Então, num fim de semana, ela me levou de carro de Los Angeles até Las Vegas. A imensidão urbana de Los Angeles pode parecer infinita, mas conforme acelerávamos pela estrada os edifícios se tornaram cada vez menos numerosos e a paisagem cada vez menos verde até que ficamos cercadas apenas pelo deserto, um panorama desolado com montanhas, pedras duras, montes fofos de areia de uma coloração que variava entre o branco, o marrom e o cinza. Passamos por lugares com nomes bizarros como Zzsyk. Minha atenção foi atraída por uma placa que dizia estrada das cidades-fantasma.

"Assustador", eu disse, apontando para a placa.

"Talvez devamos parar em um desses lugares no caminho de volta", respondeu minha amiga.

Depois de horas de paisagem desértica finalmente chegamos a Las Vegas. Fiquei pasma. Virar à direita em Mandalay Bay era como entrar numa ilha mágica com réplicas surreais de Nova York, Paris e Roma. No hotel Wynn, no qual nos hospedamos, havia não apenas quartos e restaurantes como também shoppings inteiros; lojas europeias de alto padrão com vitrines cheias de artigos da última moda, joalherias mostrando ouro, platina, diamantes e outras pedras preciosas; e no centro de todo esse esplendor fileiras e mais fileiras de mesas de jogo e máquinas caça-níqueis. Além de boates de striptease para os homens e spas para as mulheres.

Sharon insistiu que eu experimentasse brincar com um dos caça-níqueis. Perdi oito dólares e ganhei um dólar e 25 centavos numa das máquinas; em outra ganhei dez dólares e perdi vinte; numa mesa, jogamos um jogo chamado vinte e um. Sharon e eu apostamos cem dólares. Perdemos sessenta. Foi estranho. Tivemos de comprar fichas que valiam cinco ou dez dólares cada; o jogo começava com uma aposta de quinze dólares. O crupiê distribuía duas cartas a cada jogador enquanto ficava com outras duas. Era possível jogar com as cartas recebidas ou pedir uma adicional. Se a soma das três cartas fosse vinte e um, o jogador ganhava — isto é, ganhava mais fichas.

Devo ter transmitido a impressão de que tinha acabado de sair da selva. Para jogar, era preciso fazer gestos minúsculos, como mover o dedo indicador para lá e para cá ou gesticular lentamente com a palma da mão para a frente e para trás num movimento ondulado, como se o jogador estivesse acariciando a mesa sem tocá-la. O crupiê fazia gestos com a cabeça e minha amiga os devolvia de forma estranha. O vinte e um é tido como o mais simples dos jogos de cartas, mas tive a sensação de que seria necessário muito tempo até que eu compreendesse todos os sinais secretos, e um tempo ainda maior para analisar qual seria a próxima carta mais provável. Mas então já teríamos ficado sem dinheiro. Assim, paramos de jogar.

Para encerrar a noite fomos ao hotel Palace assistir ao musical *Jersey Boys*, que conta a história de uma banda de garotos pobres crescendo em Nova Jersey. Logo fui cativada por esse clássico relato americano do preço da fama. De início, montar uma banda parecia ser uma boa ideia, apesar do caminho

rumo ao sucesso ser repleto de obstáculos. Quando a fama finalmente chega, não apenas a banda chegou ao fim, como também o casamento do protagonista entra em crise, a namorada o deixa e ele perde a filha para as drogas; triste, ele canta sobre ter sido abandonado por todos. O espetáculo termina com solos dos quatro músicos enquanto analisam suas trajetórias.

Na volta para Los Angeles paramos para abastecer o carro muito perto do acesso à rota das cidades-fantasma, que subia por uma colina formada por rochas coloridas. “Gostaria de dar uma olhada na cidade?”, perguntou Sharon, lembrando-se da curiosidade que demonstrei anteriormente.

Por que não? Eu estava disposta a viver mais aventuras. Dirigimos então até a cidade-fantasma de Calico.

Na entrada do que antes fora a cidade há um cubículo com teto de palha no qual fica um guarda que cobra uma pequena taxa dos turistas. A cidade-fantasma é um museu a céu aberto. Um século e meio antes, Calico era conhecida pela mineração da prata e atraía multidões de garimpeiros que sonhavam em enriquecer rápido. Havia um par de lojas de mantimentos, algumas lojas de roupas e artigos para o lar, e um saloon acompanhado de bordel. O simples lar de uma família foi restaurado para dar ao visitante uma ideia de como as pessoas viviam no Velho Oeste.

Um fogão do século xix chamou minha atenção por ser muito superior aos braseiros de carvão vegetal que usávamos em Mogadíscio e Nairóbi e que ainda são usados em muitos lares africanos contemporâneos. Até a mobília rústica daquela casa antiga e abandonada era mais bem projetada e mais resistente do que a nossa. Os cidadãos de Calico tinham de caminhar cerca de três quilômetros para encontrar água, como fazem atualmente muitos africanos; lavavam suas roupas (incrivelmente parecidas com muitas peças que ainda são usadas na África) à mão. Suas esteiras de palha entrelaçada, tigelas e tapetes me transportaram de volta a Mogadíscio, a Adis Abeba e a Nairóbi. Vovó costumava passar horas confeccionando tais esteiras.

A cidade-fantasma ilustrava vivamente a diferença entre as tradições da minha avó, que insistem em manter as coisas como são, e as tradições americanas, que buscam continuamente a inovação. A mente americana busca novas, melhores e mais eficientes formas de cozinhar, lavar e encontrar combustível, as atividades mais básicas e universais da vida humana. Na tradição da minha avó as pessoas se veem encalhadas, quase aprisionadas, pelo ciclo de encontrar alimento, prepará-lo e comê-lo. Não consigo pensar em nada de útil que um homem ou mulher da Somália tenha criado para tornar esse ciclo menos penoso.

Mesmo essa cidade-fantasma há muito abandonada na terra de ninguém entre Nevada e Califórnia continha mais luxo do que a casa da minha mãe. Saindo daquela cidade e voltando para Los Angeles, percebi a incrível rapidez com a qual os primeiros colonos da América avançaram, e como o seu progresso foi ágil.

Poucos meses antes da minha viagem a Vegas eu ainda estava na Costa Leste, no Metropolitan Museum of Art, em Nova York. O diretor do Rijksmuseum de Amsterdã, Wim Pijbes, e a Corporação de Cultivadores de Tulipas tinham proposto a realização de uma pequena cerimônia em minha homenagem. Eu receberia cem botões de tulipa negra como símbolo da diversidade na Holanda (de acordo com a explicação de Pijbes). Convidei alguns dos meus amigos americanos mais próximos; Pijbes convidou alguns visitantes holandeses. Mencionei que Chris DeMuth tinha um fraco pelo artista Vermeer. Coincidentemente, o Met tinha acabado de reunir a mais completa exposição de Vermeer que o museu foi capaz de organizar.

Chris se atrasou, mas eu fui ver os quadros, conduzida por Pijbes. Paramos durante algum tempo diante da obra *A leiteira*, de Vermeer. Pijbes começou uma explicação aprofundada a respeito da genialidade contida naquele pequeno quadro: a precisão, a luz, as cores, as sombras e a escolha da leiteira como

tema. Mas, enquanto eu olhava para a pintura, reparei mais no cômodo; era pobre, escuro e pequeno. Nos bairros da minha infância, muitos cômodos eram tão pequenos quanto aquele.

Depois do breve passeio pela exposição comecei a conversar com outra das visitantes holandesas. Fiquei desapontada ao ouvi-la recitar a ladainha de preconceitos habituais que retratam os americanos como *plat*. É uma palavra muito difícil de traduzir; significa algo como “plebeus”, grosseiros, desprovidos de uma verdadeira história da arte e de uma cultura propriamente dita. De acordo com essa opinião, toda a cultura americana é pop, rala, produzida para as massas. É verdade que muita tolice é considerada cultura nos Estados Unidos, como a obsessão com as celebridades de todo o tipo. Mas isso é pouquíssimo representativo da vasta e extraordinária riqueza da arte, da literatura e da música produzidas pelos americanos desde sua constituição como país independente.

Como estrangeira na América, com frequência me vejo excluída das conversas por causa das inúmeras referências a musicais e filmes dos quais nunca ouvi falar. Certa vez, enquanto conversava com alguns amigos em Boston, deixei escapar que não tinha compreendido algumas das referências culturais feitas no decorrer da conversa que estávamos tendo a respeito do preconceito. “Você já viu o musical *South Pacific*?”, perguntou uma amiga. Por algum motivo o nome me pareceu familiar, mas eu nunca tinha visto aquele musical. (É típico que muitas das referências americanas nos pareçam familiares sem de fato sê-lo.) Prontamente, ela e o marido me convidaram para acompanhá-los até Nova York para ver o espetáculo.

O musical *South Pacific* — uma história de amor em tempos de guerra contada no palco com canções e interpretações que deixam o espectador mais animado do que se tivesse ido a um espetáculo de comédia — me encantou. Depois da ópera europeia, aquilo foi também um alívio. Na ópera, as histórias de amor quase sempre acabam em tristeza, mesmo que os amantes sejam acompanhados na perdição pela mais esplêndida das músicas. Em comparação, os casais dos musicais americanos são capazes de cantar e dançar como forma de superar questões imensas como a guerra e o racismo, terminando sua história de amor num clima feliz. Ao fim do espetáculo, percebi que estava cantarolando a música “You’ve got to be carefully taught”.

You’ve got to be taught
To hate and fear,
You’ve got to be taught
From year to year,
It’s got to be drummed
In your dear little ear,
You’ve got to be carefully taught.

You’ve got to be taught to be afraid
Of people whose eyes are oddly made,
And people whose skin is a different shade,
You’ve got to be carefully taught.

You’ve got to be taught before it’s too late,
Before you are six or seven or eight,
To hate all the people your relatives hate,
You’ve got to be carefully taught! [1]

Esse espetáculo e a conversa que se seguiu me proporcionaram uma janela para o aparentemente eterno conflito da questão racial nos Estados Unidos. Mais do que qualquer sermão feito por estudiosos ou políticos, as canções criadas para o consumo das massas serviram para enfraquecer o preconceito racial, ridicularizando-o.

Outro casal me levou ao concerto de gala que celebrava o nonagésimo aniversário de Leonard Bernstein em Nova York. Fiquei um pouco constrangida ao admitir que não sabia quem era ele. Sem

problemas, disseram numa só voz. Aquela noite serviria como uma boa apresentação à obra dele. Uma das interpretações que me intrigou foi a de um par de adolescentes malvestidos que imitam o encontro que tiveram com o policial do bairro e então cantam a respeito do episódio:

> *Dear kindly Sergeant Krupke,*
> *You gotta understand,*
> *It's just our bringin' up-ke,*
> *That gets us out of hand.*
> *Our mothers all are junkies,*
> *Our fathers all are drunks,*
> *Golly Moses, natcherly we're punks!*[2]

Depois do espetáculo perguntei aos meus amigos a respeito da canção com os adolescentes. Eles ficaram pasmos. "Você nunca viu *West Side Story*?" Poucos dias depois eu estava assistindo ao espetáculo em dvd e saboreando as críticas que o letrista fazia à sutil psicologia que convencia os delinquentes juvenis de que eram "vítimas da sociedade". Também ouvi pela primeira vez a inesquecível canção dos imigrantes, *America*. Trata-se de uma conversa entre homens e mulheres que tinham deixado Porto Rico. Abaixo transcrevo alguns dos versos que considero atemporais; ilustram também as diferentes perspectivas que pessoas vindas do mesmo lugar e até da mesma família têm dos Estados Unidos. Para as mulheres é uma terra de oportunidades e liberdade ilimitada; para os homens, sempre saudosos da terra natal, é um lugar de pobreza e preconceito para quem não é branco.

> *I like to be in America...*
> *Everything free in America....*
> *Buying on credit is so nice.*
> *One look at us and they charge twice.*
> *I have my own washing machine.*
> *What will you have, though, to keep clean?...*
> *Industry boom in America.*
> *Twelve in a room in America.*
> *Lots of new housing with more space.*
> *Lots of doors slamming in our face....*
> *Life is all right in America.*
> *If you're all white in America.*
> *Here you are free and you have pride.*
> *Long as you stay on your own side.*
> *Free to be anything you choose.*
> *Free to wait tables and shine shoes.*
> *Everywhere grime in America,*
> *Organized crime in America,*
> *Terrible time in America....*
> *I think I'll go back to San Juan.*
> *I know a boat you can get on.*
> *Everyone there will give big cheer!*
> *Everyone there will have moved here!*[3]

Este diálogo ainda soa verdadeiro nos dias de hoje. Para a maioria dos imigrantes, vir aos Estados Unidos significa trocar um lar afetado pelo desemprego, pela violência e pela apatia por uma nova terra na qual as sedutoras oportunidades são acompanhadas pela rudeza local, pelas gangues e pelo crime organizado.

Em comparação, tive muita sorte em ver muitos dos meus sonhos americanos se tornarem realidade quase imediatamente após a minha chegada. Além de ter viajado para Las Vegas, estive também num cruzeiro pelo Alasca, onde vi montanhas altas, geleiras, ursos-negros e marrons, e baleias que espirravam água no ar a uma altura de muitos metros para depois mergulhar e mostrar as nadadeiras. No Dia de Ação de Graças, um amigo sugeriu, como quem oferece uma xícara de chá, que fôssemos passear

de quadriciclo num rancho texano. Acabei recebendo também lições de equitação no cavalo de um caubói. Participei de conferências nas quais as opções de atividades complementares incluíam jogos de golfe, clínicas de tênis e canoagem.

Tenho sorte por ter chegado aqui da maneira que cheguei. Tenho sorte por ter os amigos que tenho. Mas isto não significa que subestime o significado de se chegar aos Estados Unidos como imigrante ilegal, esgueirando-se pela fronteira com o México, nem o de nascer nos centros urbanos de Chicago, Los Angeles e Nova York. Em minhas visitas ao Bronx vi que há bolsões na América onde as pessoas mal têm o que comer, onde as meninas engravidam aos treze anos, onde adolescentes compram armas com facilidade e atiram uns nos outros, onde as portas das escolas precisam ser à prova de balas e os estudantes passam por detectores de metal. Em determinados guetos a expectativa de vida de um jovem negro é de apenas dezoito anos.

Sem dúvida há grandes problemas sociais e políticos. Em certos casos eles são claramente mais graves do que os problemas encontrados nos centros urbanos europeus. Mas não afetam o cotidiano do país da mesma maneira que problemas semelhantes afetam o continente africano.

O que torna a América diferente da Europa e da África? A resposta não está no índice de homicídios nos bairros negros e pobres. Para responder a essa pergunta, preciso que você me acompanhe a um casamento. Na igreja Stanford Memorial, em Palo Alto, Califórnia, uma semana antes do meu quadragésimo aniversário, assisti ao casamento dos meus amigos Margaret e John.

Aos 31 anos, Margaret tinha uma aparência impecável. John tinha os ares de um homem prestes a embarcar numa importante missão. Eu nunca tinha participado de um casamento tipicamente americano antes. Os filmes tinham me transmitido a impressão de que a noiva é invariavelmente loira e o noivo é sempre moreno. Margaret é loira, John é moreno, mas, fora isso, nada no casamento deles foi como nos filmes que vi. No cinema, os casamentos costumam ser comédias: o padre se confunde na hora dos votos (*Quatro casamentos e um funeral*); a noiva foge (*Noiva em fuga*); os pais se metem numa confusão (*Entrando numa fria*). Aquele casamento nada tinha de cômico. A cerimônia foi impecável. A comida era farta e deliciosa, o vinho era excelente, a igreja era de tirar o fôlego, a noiva usava o vestido de casamento de sua avó e tinha lágrimas nos olhos, e o noivo estava visivelmente comovido. Solenemente, eles fizeram seus votos. Em silêncio, perguntei a mim mesma se algum ser humano seria capaz de honrar tais promessas: “Amar e respeitar, na saúde e na doença, na riqueza e na pobreza, até que a morte os separe”.

Fiquei tão impressionada com a intensidade dos votos que perguntei à convidada que estava ao meu lado: “Não acha que tudo isso é sério demais para um casal tão jovem?”.

“Sim”, ela respondeu. “O casamento tem pouco a ver com a idade e tudo a ver com a família, e aqui, nos Estados Unidos, a família é uma coisa séria.”

Aprendi naquele dia que a unidade central da sociedade americana é de fato a família. Em teoria, é claro, a unidade central de qualquer sociedade realmente livre é o indivíduo, que é o ponto de partida numa constituição democrática e nas suas leis. A responsabilidade individual é exigida e incentivada o tempo todo. Mas logo percebemos que para atingir a felicidade e a realização o indivíduo precisa estar incorporado a uma família. Os americanos perguntam constantemente a respeito das famílias uns dos outros. A família americana não é tão abrangente quanto na cultura de clãs na qual cresci nem é tão atomizada e nuclear quanto o modelo holandês. E não pode ser encontrada nela a experimentação que há na Holanda.[4] Na América conheci casais, solteiros em busca de um parceiro ou parceira, pares de noivos prestes a se casar, e pessoas divorciadas que constantemente falavam em como recomeçar todo o processo. Com a exceção de determinados círculos, a coabitação não é vista como opção a longo prazo, e com frequência os casais que moram juntos já são noivos. Somente em Nova York parece ser aceitável permanecer solteiro por muito tempo.

A outra lição que aprendi em Stanford foi que as famílias são os tijolos com os quais a sociedade

americana é construída, pois é a partir delas que as comunidades crescem e formam a nação americana. O casamento de Margaret e John foi para mim um exemplo de muitas das características dos Estados Unidos cujo valor aprendi a reconhecer.

Os Estados Unidos são um país que tem seu próprio mito fundador, o de uma nova e virtuosa república, construída em território virgem por pioneiros corajosos e resistentes. Esse mito fundador é contado e recontado de inúmeras maneiras e por meio de todas as formas de expressão disponíveis, mas para mim o casamento americano é sua versão mais poderosa. Está tudo lá: a fé otimista no sucesso de uma nova parceria, os elevados ideais e votos cristãos, e o patriotismo que consegue se fazer presente em todos os rituais da família americana. O mais impressionante de tudo é a forma com a qual tantos casamentos americanos representam o epítome do ideal da união entre povos diferentes.

Margaret cresceu no Colorado e é bisneta de Herbert Hoover, presidente dos Estados Unidos entre 1929 e 1933; os antepassados do marido dela vieram da Grécia. Entre os convidados, a diversidade era ainda maior: somente entre as damas de honra havia seis tons de pele diferentes. Em termos de classe e religião, havia na igreja desde agricultores locais até professores de Stanford. Não havia em parte alguma o menor traço de esnobismo. Nos muitos discursos feitos, esse coquetel de raças, religiões e classes foi mencionado repetidas vezes com um orgulho não disfarçado. *Veja*, eles pareciam querer me dizer, *é assim que somos: uma família que dá as boas-vindas a todos os povos que partilham de nossos valores*. Para mim, a América é isso: uma grande família da qual todos podem fazer parte, desde que aceitem esses valores.

A grande pergunta, claro, é: quais são exatamente esses valores, e o que ocorre quando não os aceitamos ou não os levamos a sério?

Admito que cheguei aos Estados Unidos cheia de preconceitos africanos e europeus. Um desses preconceitos era o de que os americanos agiam com hipocrisia ao elogiar os valores da família, principalmente a monogamia. Em meus primeiros três anos nos Estados Unidos, era difícil haver um mês no qual um grande personagem público não fosse denunciado por trair a esposa. A proporção de divórcios parecia corroborar minha suspeita de que os discursos elevados sobre os valores da família na América não passavam disso: discursos e palavrório.

Mas a América não é uma utopia, e os americanos não aspiram à perfeição. Acima de tudo, eles desejam ser felizes. E isso significa que se as coisas não derem certo num novo projeto, seja ele um casamento ou uma cidade voltada para a mineração da prata, os americanos são muito mais ágeis do que as pessoas de sociedades tradicionais em decretar o fim da tentativa e partir para a próxima, com o menor ressentimento possível.

O que os americanos costumam relutar em fazer — e esta é provavelmente a principal diferença entre americanos e europeus — é recorrer ao Estado (ou ao “governo”, como preferem dizer os americanos) para que lhes ajude quando as coisas dão errado. Eles o fazem, é claro, e sem hesitar muito, quando confrontados a uma crise financeira como a que acometeu o país enquanto eu escrevia este livro. À diferença dos europeus, porém, os americanos sentem instintivamente que uma intervenção do governo em larga escala é algo errado; na melhor das hipóteses, é uma medida de emergência. Num mundo ideal, os americanos formariam suas famílias e empresas, construiriam seus lares e ambientes de trabalho, comprariam e venderiam seus bens e serviços, iriam à pizzaria no sábado e à igreja no domingo, e em geral prosseguiriam em suas vidas com a mínima interferência possível por parte do Estado.

Isso faz dos Estados Unidos um alvo muito diferente para o maior desafio ao mundo ocidental desde o comunismo soviético: a ameaça do islã radical.

1 Você tem que ser ensinado/ A odiar e temer,/ Você tem que ser ensinado/ a cada ano,/ Tem que ser tamborilado/ Na sua orelhinha,/ Você tem que ser ensinado com cuidado./ Você tem que ser ensinado a ter medo/ De pessoas que têm olhos esquisitos,/ E de pessoas cuja pele tem outra cor,/ Você tem que ser ensinado com cuidado./ Você tem que ser ensinado antes que seja tarde demais,/ Antes que você tenha seis, sete ou oito,/ A odiar todos aqueles que seus parentes odeiam,/ Você tem que ser ensinado com cuidado! (N. T.)

2 Caro sargento Krupke,/ Você tem que entender,/ Foi nossa criação,/ Que nos deixou assim./ Nossas mães são drogadas,/ Nossos pais são bêbados,/ Santo Deus, é claro que somos delinquentes! (N. T.)

3 Gosto de estar na América.../ Tudo é de graça na América.../ Comprar a crédito é muito bom./ Olham para nós e cobram em dobro./ Tenho a minha própria máquina de lavar./ Mas o que você tem para lavar?.../ A indústria cresce na América./ Doze em um quarto na América./ Muitas casas novas com mais espaço./ Muitas portas fechando na sua cara.../ A vida é boa na América./ Se você é um branco na América./ Aqui você é livre e tem orgulho./ Desde que fique entre os seus./ Livre para ser o que quiser./ Livre para atender mesas e engraxar sapatos./ Tudo é sujo na América,/ Crime organizado na América,/ Péssima vida na América.../ Acho que vou voltar para San Juan./ Sei de um barco que você pode pegar./ Todos de lá vão me saudar!/ Todos de lá vão ter mudado para cá! (N. T.)

4 Na Holanda, depois dos anos 1960, todo tipo de novo modelo familiar se tornou aceito: a *bewust ongehuwde moeder* (a mãe deliberadamente solteira), o *bewust ongehuwde vader* (o pai deliberadamente solteiro), os que moram juntos em casas separadas, as famílias gays (formadas por duas lésbicas e filhos de quem uma das parceiras é a mãe ou por dois gays que adotam filhos) e as famílias comunitárias experimentais, que variam em tamanho e longevidade, mas se opõem ao modelo familiar tradicional pai-mãe-filhos.

10. O islã na América

Quanto mais eu viajava pelos Estados Unidos, conversando com as pessoas a respeito da minha vida, mais eu ficava impressionada com outras diferenças entre os dois lados do Oceano Atlântico. Assim como os europeus, o público americano sentia uma clara indignação diante das injustiças cometidas contra meninas, apóstatas e infiéis em nome do islã, mas os americanos pareciam muito mais interessados em encontrar soluções, em se voluntariar, mobilizar — e agir.

Contudo, apesar de faminto de curiosidade — em todas as palestras que fiz algumas pessoas acabavam sendo impedidas de entrar porque os salões eram pequenos demais —, o público americano também parecia muito menos consciente do que os europeus em relação aos problemas dos quais eu estava falando.

Um exemplo: na Europa praticamente todos já ouviram relatos de famílias muçulmanas que castigam e assassinam mulheres que ultrapassam as fronteiras de seus costumes e sua fé. Relatos assim são publicados com regularidade nos jornais. As pessoas de quase todos os públicos europeus com quem conversei já haviam tomado conhecimento de pelo menos um caso de assassinato brutal de meninas. Assim, a maioria do público europeu já compreendia que os imigrantes muçulmanos criam problemas sociais específicos nos seus países, problemas que com frequência envolvem a opressão das mulheres em solo europeu. Mas, nos Estados Unidos, fui constantemente surpreendida ao ver que a maioria do público enxergava o islã principalmente como uma questão de política externa — uma questão importante para a segurança do país, talvez, mas essencialmente uma questão que envolve pessoas vivendo *no exterior*.

Sempre que eu fazia uma palestra, os ouvintes americanos se mostravam pasmos, surpresos e indignados diante de conceitos como o casamento infantil, assassinatos cometidos em nome da honra e a mutilação feminina. Raramente ocorria ao público, se é que ocorria, que muitas mulheres e meninas sofrem precisamente esse tipo de opressão em casas e apartamentos em todo o território dos Estados Unidos.

Aproximadamente 130 milhões de mulheres em todo o mundo tiveram sua genitália mutilada. Estima-se que a operação seja feita em cerca de 6 mil garotinhas todos os dias. Se 98% das somalis foram mutiladas, bem como 95% das malinesas e 90% das sudanesas, qual é a proporção de mulheres mutiladas em cada vagão do metrô de Nova York ou em cada estrada do Colorado e do Kansas? Se 97% das egípcias são alvo de mutilação genital, quantas egípcias nascidas nos Estados Unidos são submetidas ao mesmo destino? Nenhuma? Duvido muito disso.[1] Mas o público das minhas palestras não podia acreditar.

Já tinha me deparado com esse tipo de incredulidade, claro. Dez anos antes, quando comecei a discursar na Holanda contra a mutilação genital, os holandeses se mostraram tão horrorizados quanto os americanos ao tomar conhecimento do problema. Disseram-me muitas vezes que os imigrantes que procuravam a Holanda *sabiam* que essa prática ia contra as leis europeias, e portanto isso *simplesmente não ocorria* com as meninas uma vez que chegavam ao país. Não acreditei que fosse assim. Na verdade, depois de me tornar membro do parlamento e ajudar a aprovar uma lei exigindo das autoridades que investigassem a situação, confirmamos que meninas eram mutiladas sem anestesia em mesas de cozinha de Roterdã e Utrecht.

Há muitas mulheres e meninas que tiveram a genitália mutilada na América, e muitas outras ainda correm esse risco. Tomando como parâmetro a cultura que conheço melhor, é raro encontrar uma família somali que se abstenha de mutilar as filhas, independentemente de onde more. Com exceção dos poucos

imigrantes mais assimilados, os pais querem que seus filhos se casem dentro da comunidade somali e acreditam que uma menina "impura", que tenha o clitóris e a vagina intactos, não poderá encontrar um marido. Talvez optem por uma circuncisão "menor", que envolve cortar apenas a pele do clitóris, mas a maioria faz como nossos pais (e mães e avós) sempre fizeram: cortam fora o clitóris e também os lábios da vagina para que a cicatrização a feche, criando um cinto de castidade embutido. Nem sempre é necessário voar de volta à África para fazer isso. Toda comunidade somali conta com membros que podem oferecer esse serviço perto de casa ou conhecem alguém em algum lugar que o fará.

Já há escolas muçulmanas na América onde as meninas aprendem durante todo o dia a serem subservientes e a abaixar os olhos, a se cobrir com um véu para simbolizar a supressão de sua vontade individual. São ensinadas a internalizar a superioridade masculina e a entrar silenciosamente na mesquita pela porta dos fundos. Em escolas que ensinam o Alcorão nos fins de semana as meninas aprendem que Deus exige delas obediência, que elas têm valor menor ao dos homens e menos direitos perante Ele. Isso também está ocorrendo nos Estados Unidos.

Mas em um ponto o público foi insistente. Os crimes motivados pela honra, os espancamentos sistemáticos e até o assassinato para punir uma filha, irmã ou mãe cujo "mau comportamento" envergonha a família não poderiam ocorrer nos Estados Unidos, a terra da liberdade, não é?

Como recém-chegada ao país, eu não fazia ideia se isso era verdade. Mas logo descobriria que esse aspecto da cultura disfuncional do islã já tinha chegado ao coração da América.

Apesar de ter deixado alguns americanos indignados com as histórias que contei a respeito da institucionalização da misoginia no islã, eu era assombrada pelo medo de que pudesse inspirá-los a ter pena de mim. Tentei explicar que o objetivo do meu livro de memórias era mostrar como tive *sorte*. Consegui sair do mundo de dogmatismo e opressão e chegar ao calor da luz da independência e da liberdade de pensamento. Eu *escapei*, e em cada estágio do processo de fuga fui auxiliada pela boa vontade de não muçulmanos comuns, semelhantes às pessoas que compunham aquelas plateias.

É verdade que tive de pagar um preço por deixar o islã e por dizer o que penso. Tenho de pagar por uma equipe de seguranças que me acompanha 24 horas por dia, por exemplo, por causa das ameaças de morte feitas contra mim. Mas, como o islã exige que todos os que deixarem a religião sejam punidos com a morte, este medo constante é até certo ponto partilhado por *todos* os muçulmanos que abandonam a fé e também por aqueles que praticam uma forma menos rígida de islamismo.

Em meus livros e palestras procuro inspirar os leitores e ouvintes a pensar nos *outros*, naqueles que ainda estão trancafiados no mundo que deixei para trás. Uso casos da minha vida e histórias das mulheres que conheço, que entraram em contato comigo por e-mail ou que se aproximaram de mim e fizeram seus relatos. Ao fazer retratos verbais delas, tento ajudar o público a vê-las como pessoas reais. Por trás do véu há seres humanos de carne e osso, de mente e alma, e uma vez que nos damos conta do sofrimento que o véu oculta é difícil olhar para o outro lado.

Estou falando de meninas que adoram aprender, mas que são tiradas da escola quando começam a menstruar porque suas famílias temem que sofram influências impróprias na escola e manchem sua pureza. Meninas são casadas com adultos que jamais conheceram. Mulheres anseiam por vidas produtivas de trabalho, mas em vez disso veem-se confinadas entre as paredes da casa do pai ou do marido. Meninas e mulheres são espancadas, com força e frequência, devido a um olhar de soslaio, à suspeita de que usaram batom, por uma mensagem de texto; não têm para onde correr porque seus pais, sua comunidade e seus pregadores aprovam esses castigos humilhantes.

A primeira reação da maior parte do público americano era de espanto; a segunda era de compaixão diante da história dos horrores rotineiros da vida de uma muçulmana, mesmo quando resistiam a acreditar que aquilo pudesse ocorrer no seu próprio país. Mas havia uma exceção, um público que não reagia

dessa forma. Eu o encontrei nas universidades, exatamente o tipo de ambiente no qual esperava encontrar curiosidade, um debate animado e, por que não, a animação e a energia de ativistas que pensassem como eu.

Em vez disso, o público que encontrei em cada campus parecia transbordar de raiva e protesto. Eu já estava acostumada a estudantes muçulmanos radicais por causa da minha experiência como ativista e política na Holanda. Sempre que eu fazia um discurso público, eles apareciam como um enxame que gritava contra mim e se queixava usando frases num holandês tão precário que levava uma pessoa a se perguntar como aquelas pessoas poderiam ser consideradas estudantes.

Nos campi universitários dos Estados Unidos e do Canadá, jovens extremamente articulados de associações estudantis muçulmanas simplesmente sequestravam o debate. Com antecedência, enviavam e-mails de protesto aos realizadores, como uma mensagem (encaminhada por um seminarista de Harvard) que se queixava do fato de eu não "abordar nada de substancial que realmente afete a vida das muçulmanas" e de que eu simplesmente desejava "difamar" o islã. Pregavam cartazes e distribuíam panfletos no auditório. Antes mesmo de eu encerrar minha fala já faziam fila diante do microfone, sem deixar espaço para os não muçulmanos. Falavam um inglês irretocável, mostravam-se em geral muito educados e pareciam ter se tornado muito mais bem assimilados do que os imigrantes que viviam na Europa. Era muito pequeno o número de homens barbados usando batas que só deixavam os tornozelos à mostra, imitando a tradição segundo a qual os companheiros do Profeta se vestiam assim por humildade, e eram poucas as mulheres que usavam os horríveis véus negros. Nos Estados Unidos, um muçulmano radical pode usar um cavanhaque; uma menina pode usar um lenço leve e atraente sobre a cabeça. Todo o seu comportamento era muito menos ameaçador, mas eles eram onipresentes.

Alguns deles começavam dizendo como sentiam por todo o terrível sofrimento de que fui alvo, mas acrescentavam então que os chamados traumas que eu vivera eram uma aberração, uma "questão cultural" que não tinha nada a ver com o islã. Ao culpar o islã pela opressão contra as mulheres, diziam eles, eu os estava vilipendiando pessoalmente, como muçulmanos. Eu não teria sido capaz de compreender que o islã é uma religião de paz, que o Profeta tratava muito bem as mulheres. Muitas vezes fui informada de que atacar o islã serve apenas aos propósitos de algo chamado "feminismo colonial", que seria um pretexto para a guerra contra o terror e os planos malignos do governo americano.

Fui convidada a ir a uma universidade para participar de uma série de palestras sobre as muçulmanas. Fiquei surpresa e contente que uma universidade americana dedicasse uma série de discussões àquele tema, mas, quando recebi o cartaz de divulgação do evento, fiquei frustrada.

> O véu, os assassinatos em defesa da honra e a mutilação genital feminina são agora comumente vistos no Ocidente como símbolos da opressão contra as muçulmanas.

Até aí, tudo bem. Mas o texto prosseguia:

> A libertação das muçulmanas serviu para justificar intervenções na Guerra ao Terror. Mas isso não é novidade. Desde os dias do colonialismo britânico, a questão das mulheres foi usada para justificar o domínio. Foi isso que Leila Ahmed rotulou como feminismo colonial — a preocupação seletiva com o sofrimento da mulher muçulmana, concentrando-se no véu em vez da educação, e ao mesmo tempo opondo-se ao sufrágio feminino na metrópole, a Inglaterra imperial. Por que o véu e não a educação, a saúde, a sexualidade, os direitos econômicos e legais, a igualdade religiosa e entre os gêneros? Essas questões posteriores são sem dúvida mais difíceis do que uma icônica questão cultural. Elas pertencem a uma complexa teia de dinâmicas e interações políticas e históricas que nos desafia a, nas palavras de Lila Abu-Lughod, "levar em consideração nossa responsabilidade maior em relação à luta contra as formas de injustiça global que são poderosos fatores moldadores do mundo no qual [as muçulmanas] se encontram".

E assim por diante. Imediatamente depois de levantar uma questão importante, este pequeno pôster se perdia em baboseira acadêmica. Todas as suas suposições eram vazias, seja do ponto de vista factual, seja do moral. Em primeiro lugar, o termo *feminismo colonial* carrega a implicação cínica de que essa suposta vertente do feminismo de alguma maneira subjuga as mulheres em vez de libertá-las. A

preocupação com o sofrimento das muçulmanas não estava remotamente associada à colonização europeia daquilo que hoje é chamado de mundo em desenvolvimento. A disputa frenética pela África era uma vergonhosa competição, motivada abertamente pelo ouro, por Deus e pela glória, e não uma tentativa graciosa de emancipar menininhas.

Um efeito colateral importante da colonização, entretanto, foi o fato de os países europeus terem trazido sua infraestrutura política e legal a muitos países muçulmanos, o que melhorou a situação das mulheres de maneira significativa. Ignorar isso e insistir monotonamente na tecla da opressão colonial e do preconceito é uma forma que os povos anteriormente colonizados encontram de escapar do escrutínio e das críticas por seus próprios fracassos. Afinal, depois que os colonizadores foram embora, muitos países reintroduziram a lei da charia — primeiro como “Lei da Família” (em outras palavras, lei das mulheres) —, e a situação das mulheres piorou em todos os casos.

Da mesma forma, a ideia de que algo chamado *feminismo colonial* (às vezes *neocolonial*) tenha servido como pretexto para a guerra de George W. Bush contra o terror não se sustenta diante das críticas. É algo que se assemelha às suspeitas de conspirações judaicas: uma tentativa de deslocar a culpa. Eu era membro do Parlamento holandês na época da invasão americana do Iraque, servindo a um partido que fazia parte do governo, e quando debatemos a questão de apoiar ou não a guerra (eu votei a favor), os argumentos envolviam as armas de destruição em massa e a recusa de Saddam Hussein de aceitar inspetores da agência internacional de energia atômica em seu país. Assim como no caso da invasão do Afeganistão, ninguém mencionou as muçulmanas e sua libertação como motivo para a guerra. Além disso, quando os Estados Unidos instalaram novas constituições no Afeganistão e no Iraque, foram feitas *concessões* aos clérigos islâmicos, subordinando a lei familiar à charia.

O argumento segundo o qual a crítica ao islã seria também uma difamação dos muçulmanos crentes é suspeito. Se eu criticar George Bush, não estarei difamando os americanos; se eu deplorar a mentira contada por Abraão a Faraó a respeito de sua esposa ser sua irmã, não estarei maldizendo os judeus — nem os muçulmanos, por sinal, que reconhecem Abraão como Patriarca. Mas uma religião, o islã, que tem como base um livro, o Alcorão, que nega às mulheres os direitos mais básicos . atrasada, e dizer algo assim não é um insulto, e sim a manifestação de uma opinião. Se a crítica é válida, então ignorar a visão do livro e a prática de fazer das mulheres vítimas que decorre dela aumenta o sofrimento dessas mulheres. Minha opinião não difama os muçulmanos que não acreditam nisso nem aqueles que não oprimem as mulheres.

Da mesma forma, muitos dos defensores do islã nas universidades também ampliavam o horror do histórico americano na questão dos direitos civis: o extermínio e a substituição dos americanos nativos, o comércio de escravos, leis cruéis e absurdas de segregação. Esse histórico é verdadeiro. Entretanto, é verdade também que, especialmente em comparação aos outros países desenvolvidos, os Estados Unidos estiveram na vanguarda da promoção, primeiro dentro de suas fronteiras e depois além delas, da ideia de que todos nascem livres e iguais. Desse histórico faz parte também o fato de que o movimento americano pelos direitos civis foi capaz de superar pacificamente as diversas formas de discriminação contra os afro-americanos que persistiram por muito tempo após o fim da escravidão. Do avantajado ponto de vista de uma chegada relativamente recente aos Estados Unidos, não se trata de um histórico nada ruim. Mas, aparentemente, não era isso o que muitos estudantes universitários estavam aprendendo.

A cada campus que visitava, eu olhava desesperada para esses confiantes jovens muçulmanos de ambos os sexos nascidos nos Estados Unidos que claramente tinham se beneficiado das vantagens da educação ocidental e ainda assim se mostravam determinados a ignorar as profundas diferenças entre a mentalidade teocrática e a democrática. No passado eu também me assemelhei a eles, na época em que usava um lenço na cabeça e me esforçava para me submeter completamente em vez de me manifestar contra aquilo. Mas acredito que há uma diferença entre esses estudantes e a versão mais jovem de mim mesma. A eles parece faltar uma empatia humana básica em relação às outras muçulmanas — mulheres

iguais a elas, mas que não podem sair em público nem ir à escola. Se morassem na Arábia Saudita e vivessem sob a charia, essas universitárias envoltas em belos lenços não teriam a liberdade de trabalhar, dirigir nem caminhar pelas ruas. Na Arábia Saudita, moças da idade delas ou até mais novas vivem confinadas, são obrigadas a se casar e se fizerem sexo fora do casamento serão sentenciadas à prisão e açoitadas. De acordo com o Alcorão, o marido pode espancá-las e decidir se trabalharão ou até mesmo sairão de casa; ele pode se casar com outras mulheres sem solicitar a aprovação delas, e se escolher divorciar-se elas não têm o direito de resistir nem de pedir a guarda das crianças. Será que nada disso importa para as inteligentes e jovens muçulmanas da América?

Eu olhava ao meu redor nos auditórios bem mobiliados das universidades americanas de elite, ricas sob tantos aspectos, e pensava nas pequenas tragédias contidas entre aquelas paredes. Estes jovens, que conheceram apenas a liberdade individual, a educação liberal e as oportunidades econômicas, poderiam se tornar os vetores dos valores democráticos, os porta-estandartes de um islã novo e mais moderno, misturando características muçulmanas com a abertura ocidental. Mas, apesar de terem sido claramente expostos a uma educação da melhor qualidade, eles se recusam a encarar a realidade, a ver que o simples fato de algo ter sido escrito não significa que esteja necessariamente correto. Em vez disso, insistem numa visão monocromática do islã. Concentram-se em defender a imagem do profeta Maomé, um homem morto, dos “insultos”. Por que, eu perguntei, eles não se organizavam para defender outros muçulmanos, outras mulheres? Apesar de muitos frequentarem faculdades em que todo o éthos educacional se erguia em torno da necessidade de justiça e solidariedade para com os pobres e oprimidos, o sofrimento das mulheres sob o islã era simplesmente ignorado.

Há grupos ativistas de praticamente todas as matizes nas universidades, mas nenhum que defenda as mulheres que fogem do islã, nenhum que lute pelos direitos das muçulmanas. Quando a violência é cometida em nome do islã esses estudantes ativistas se calam. Mesmo quando muçulmanos explodem outros muçulmanos que diferem da sua interpretação dessa religião supostamente pacífica; mesmo quando crianças são usadas em atentados suicidas; mesmo quando uma muçulmana devota é estuprada, procura as autoridades e é condenada a ser apedrejada por ter mantido relações sexuais fora do casamento — ainda assim, esses estudantes se calam.

Há um problema no islã, eu dizia aos estudantes muçulmanos que me intimidavam. Ao ignorá-lo, vocês, sejam estudantes ou adultos, prestam um desserviço à nossa comunidade. Se o seu objetivo é buscar a verdade, que é a meta da educação, então não podemos negar que uma interpretação estrita do islã é um preparativo para o preconceito, a violência e a opressão. Não se pode negar que o fracasso das sociedades muçulmanas no mundo contemporâneo no sentido de proporcionar paz e oportunidades aos seus habitantes está ligado a essas crenças. Independentemente de qual seja o seu país de origem, Paquistão, Marrocos ou Somália, há um motivo pelo qual vocês não vivem lá. Por favor, reconheçam a razão que levou vocês e os seus pais a comprar uma passagem de avião com destino aos Estados Unidos: a promessa de justiça e de uma vida melhor, num lugar onde possam estar a salvo da tirania, manter os frutos do seu trabalho e manifestar sua opinião em relação à administração do país. E se vocês acreditam que a charia deveria valer nos Estados Unidos, por favor, voem de volta para casa e vejam o que significa essa realidade.

Eu citava o Alcorão, especificando os capítulos e os versos nos quais é ordenado que as mulheres sejam submetidas a um tratamento cruel e desigual. O 34º verso do quarto capítulo, por exemplo, instrui os homens a bater nas mulheres de quem temem desobediência. Em resposta, alguns gritavam dizendo que outras religiões também têm nos seus livros sagrados passagens que são hostis às mulheres. Outros diziam, absurdamente, que bater era apenas uma referência a um cutucão simbólico com uma vareta do tamanho de uma escova de dentes. A maioria logo voltava ao seu tema favorito: os excepcionais traumas da minha juventude, minha vingança pessoal contra todos os muçulmanos.

Encontros desse tipo, com antagonistas pouco numerosos mas convictos, não costumavam ser

divertidos. Mas de tempos em tempos eu percebia que meus argumentos estavam dando algum resultado. Talvez eu não fosse capaz de fazer os autoproclamados defensores do islã mudarem de ideia, mas eu estava abrindo os olhos da maioria dos estudantes não muçulmanos da plateia. Muitas vezes vi expressões de horror nos seus rostos enquanto percebiam que aqueles jovens de véu e barba, com quem durante anos eles tomaram café, dividiram livros e frequentaram aulas, não partilhavam de seus valores mais essenciais.

Certa vez, numa palestra que fiz na Scripps College, uma faculdade feminina de artes liberais em Claremont, Califórnia, o auditório estava lotado, e antes mesmo de eu terminar de falar uma comprida fila de muçulmanas começou a se formar na frente do microfone para fazer perguntas. Mas antes que alguém pudesse fazer o primeiro comentário, uma moça com um lenço sobre a cabeça gritou da plateia: “quem lhe deu o direito de falar a respeito do islã?”.

Uma jovem ruiva que estava na fila retrucou: “a primeira emenda constitucional!”.

Foi inspirador.

Em março de 2008 o *New York Times* publicou um artigo intitulado “Decididos ou temerosos, muitos muçulmanos se voltam para o ensino doméstico”. Li, horrorizada, que 40% das famílias vindas do Paquistão e do Sudeste Asiático e que residem no distrito de Lodi, a leste de São Francisco, optaram pelo ensino doméstico para suas filhas. Muitos motivos para tal decisão eram listados no artigo: evitar que as crianças muçulmanas sejam provocadas, escarnecidas, obrigadas a comer carne suína, “corrompidas” pelas influências americanas — mas principalmente evitar que as meninas se envolvam em comportamentos que possam “desonrar” suas famílias e torná-las inadequadas para o matrimônio.

Fotos de meninas sorridentes envoltas em véus, lendo e brincando com seus ioiôs, lembrando um quadro de Vermeer, amenizavam o choque que essa informação poderia provocar. Mas por que cidadãs americanas e futuras cidadãs americanas deveriam aprender que as meninas precisam cobrir o cabelo e até o rosto? Que os meninos e os homens têm direito de mandar nas meninas? Que a lealdade a uma outra lei, superior, é mais importante do que a lealdade à Constituição americana? Que uma educação mínima e um casamento arranjado com o primo são tudo o que uma muçulmana americana necessita? Por que essas pessoas vivem nos Estados Unidos se querem manter as meninas no analfabetismo cultural?

É importante lembrar que as escolas muçulmanas são diferentes das chamadas “escolas normais” cristãs e judaicas. Quando as chamo de normais, refiro-me a escolas que são cristãs ou judaicas na sua identidade, mas que contam com um currículo secular. Em comparação, as escolas muçulmanas se assemelham mais aos madraçais, enfatizando a religião acima de qualquer outro tema. Os estudantes são ensinados a se distanciar da ciência e dos valores da liberdade, da responsabilidade individual e da tolerância. O estabelecimento de uma escola muçulmana em qualquer lugar do mundo, especialmente no Ocidente, proporciona aos wahabitas e a outros ricos muçulmanos extremistas a oportunidade de isolar e doutrinar grupos vulneráveis de crianças.

Quando eu estava no Quênia, durante a infância, minha melhor amiga, Amira, era de uma família iemenita. Eles viviam em Nairóbi como se ainda estivessem no Iêmen. Apesar de Amira ter permissão de frequentar a escola — uma escola muçulmana —, ela foi obrigada a se casar com um iemenita que não sabia ler nem escrever e não demonstrava o menor respeito por ela. A prima dela, Muna, era de uma inteligência espetacular — aos onze anos obteve a sétima colocação num exame nacional —, mas aos quinze anos teve que se casar com um homem gorducho com o dobro de sua idade que a levou consigo para a Arábia Saudita.

Amira e Muna, como tantas garotas muçulmanas, eram vistas por suas famílias como pouco mais do que incubadoras de filhos. Elas não tinham valor e eram poucas as suas escolhas. É isto o que está por trás da fotografia desfocada daquelas três meninas de *jilbab* sentadas num sofá nos Estados Unidos.

Atualmente, a maioria dos muçulmanos nos Estados Unidos é inquestionavelmente diferente da maioria dos muçulmanos que residem na Europa. Por chegarem principalmente pelos aeroportos, sendo portadores de vistos, eles passaram por um processo de pré-seleção com base em escolaridade, prosperidade e domínio dos idiomas. Nos Estados Unidos esse processo é muito mais crítico e atento às habilidades do imigrante e aos benefícios que ele trará ao país anfitrião do que na Europa, onde o foco é lançado sobre os benefícios que o imigrante obterá. Por causa da simples proximidade geográfica, os muçulmanos podem chegar à Europa por meios ilegais e quase invariavelmente baratos em busca de ocupações servis. Essa diferença não impede necessariamente que as meninas muçulmanas sejam oprimidas na América, mas significa que aqui é maior a probabilidade de os imigrantes muçulmanos serem profissionais de classe média que sabem falar inglês e tomaram a decisão consciente de assimilar alguns dos valores americanos mais básicos.

Nos Estados Unidos, por causa dos rigorosos requisitos para a concessão de visto, é muito mais difícil para um imigrante trazer posteriormente uma noiva do seu país de origem, como costumam fazer na Europa. Os muçulmanos americanos se casam com muçulmanas americanas; este é outro motivo pelo qual a situação das muçulmanas é melhor aqui.

Entretanto, meninas em idade escolar vestidas com véus são um indício muito evidente da ascensão de um islã purista e evangelizador. Elas são muito menos numerosas nos Estados Unidos do que na maioria das cidades europeias, mas esse número está crescendo a olhos vistos. E agora é comum encontrar nas ruas americanas jovens com vestidos que cobrem todo o corpo e pesados lenços sobre a cabeça, com frequência empurrando carrinhos de bebê. O aumento no número de muçulmanos (sejam eles turistas, cidadãos americanos ou residentes no país) determinados a demonstrar sua fé é ao mesmo tempo uma medida da sua convicção e das crescentes tentativas de impor o controle social às muçulmanas que poderiam facilmente ser desviadas do rumo virtuoso. Conforme um número cada vez maior de imigrantes chega aos Estados Unidos vindo de países muçulmanos, eles mantêm enclaves de tradição que são muito mais fortes do que aqueles de outros grupos comparáveis de imigrantes. E conforme o *dawa*, trabalho missionário, é desempenhado por grupos evangelizadores financiados pela Arábia Saudita, os muçulmanos nos Estados Unidos estão se tornando cada vez mais linhas-duras.

É provável que metade das mesquitas nos Estados Unidos tenha recebido dinheiro saudita, e muitos professores e pregadores do islã (talvez a maioria) tenham sido sustentados por instituições sauditas de caridade como a Liga Mundial Muçulmana. Por meio da Sociedade Islâmica da América do Norte, de associações estudantis muçulmanas, do Círculo Islâmico da América do Norte e da Liga Mundial Muçulmana, patrocinada pelos sauditas, eles financiaram acampamentos de verão para as crianças, institutos para o treinamento de imames, a distribuição da literatura islâmica, a construção de mesquitas, palestras e o trabalho *dawa* em todo o território americano. De acordo com uma pesquisa realizada pelo lobby muçulmano Conselho de Relações Americano-Islâmicas, 33% das mesquitas nos Estados Unidos não permitem mulheres no seu conselho e 66% delas segregam as mulheres atrás de uma parede, onde podem ouvir o sermão por meio de alto-falantes, mas não podem ver o imame falando. Na verdade, este último número *aumentou* desde 1994, quando era de “apenas” 54%.

Acredito que ser complacente com o islã na América seja um grave erro. De acordo com o Mosque Study Project 2000, o número de frequentadores regulares das mesquitas praticamente dobrou entre 1994 e 2000, e a associação ativa com as mesquitas quadruplicou. Jovens muçulmanos nascidos ou criados nos Estados Unidos muitas vezes são mais observadores das práticas islâmicas do que seus pais. Nos Estados Unidos, 50% dos muçulmanos com idade entre dezoito e 29 anos dizem que vão à mesquita toda semana, um percentual muito mais expressivo do que o verificado em gerações mais velhas.

A pesquisa não chegou a especificar o *tipo* de mesquita. Suspeito que, assim como certa vez sucumbi ao islã radical durante a adolescência no Quênia, os jovens muçulmanos da América são atraídos por pregadores jovens, bonitos, inteligentes, que parecem ecoar a sensação de serem incompreendidos pelos

demais, que dão a eles uma injeção de autoestima e conferem a suas vidas um sentido especial. Eles rejeitam o islã de seus pais, cheio de djins e imames de pronúncia ininteligível, mais próximo da tradição folclórica do que dos dogmas do Alcorão, e buscam a pureza intelectual imaginária do verdadeiro caminho do Profeta. Na universidade eles se juntam às associações estudantis muçulmanas, que transcendem as diferenças étnicas. Entre eles é muito maior a probabilidade de frequentar uma mesquita onde haja uma mistura de etnias, reunindo jovens somalis, paquistaneses e iemenitas sob a bandeira do Profeta.

Durante décadas os europeus ignoraram uma tendência semelhante, e os jovens muçulmanos da Europa foram progressivamente radicalizados sem que fosse feita nenhuma tentativa organizada de convencê-los a adotar atitudes menos tóxicas. Agora eles são praticamente uma quinta-coluna.

Será possível ser ao mesmo tempo um muçulmano e um americano patriota? Sim, desde que a pessoa não esteja muito preocupada em ser muçulmana. Se ela apertar os olhos e afastar o olhar, talvez consiga evitar pensar nos conflitos básicos entre os valores submissos e coletivistas do islã e os valores individualistas e libertários do Ocidente democrático. Numa pesquisa realizada em 2007 pelo Pew Center, 63% dos muçulmanos americanos disseram não enxergar conflitos entre a devoção ao islã e a convivência numa sociedade moderna. Mas 32% concordaram que tal conflito existe e quase 50% disseram se considerar primeiro muçulmanos e depois americanos. Somente 28%, pouco mais de um quarto dos entrevistados, disseram se considerar primeiramente americanos.

Indagados se os atentados suicidas poderiam ser justificados como medida para defender o islã, 26% dos muçulmanos americanos de idade entre dezoito e 29 anos responderam que sim. Trata-se de um quarto dos muçulmanos americanos adultos com menos de trinta anos e, independentemente do critério adotado para contabilizar os muçulmanos nos Estados Unidos (as estimativas variam entre 2 milhões e 8 milhões), trata-se de muitas pessoas.

Ainda estamos num estágio inicial da radicalização dos jovens muçulmanos nos Estados Unidos, mas os primeiros sintomas de desordem já estão se manifestando, assim como ocorreu na Europa. Já houve numerosos relatos de jovens muçulmanos americanos — muitos deles somalis, outros convertidos — que deixaram os Estados Unidos para treinar no exterior e empreender uma violenta jihad. Duas dúzias de jovens somalis de Minnesota, por exemplo, teriam ido à Somália para combater na guerra civil que acomete o país. Nada ilustra meus argumentos com mais clareza do que o fato de a ameaça que o islã radical representa ser ao mesmo tempo interna e externa.

Em algumas ocasiões fui convidada a falar em edifícios do governo americano sobre aspectos culturais do islã, algo que os militares chamam de “informações de inteligência cultural”. Meus entrevistadores queriam saber mais a respeito dos costumes e hábitos muçulmanos para serem capazes de distinguir entre os costumes tradicionais e inofensivos e as novas práticas dos muçulmanos politizados, para conseguirem detectar instâncias nas quais algo que ameace os interesses americanos possa estar se formando.

Eles fizeram muitas perguntas sobre minha adolescência. Quando eu tinha dezesseis anos, minha professora de estudos religiosos em Nairóbi, a irmã Aziza, começou a encorajar minhas colegas e eu a rejeitar o islã de nossas avós, repleto de amuletos, e as orações supersticiosas de nossos antepassados. Ela nos apresentou uma interpretação literal do Alcorão. A irmã Aziza nos convenceu a usar o véu e a buscar a emulação, em todas as instâncias, da intenção original e do comportamento do profeta Maomé e dos seus seguidores. O Pentágono queria saber mais a respeito de como esse movimento afetava as pessoas ao meu redor, como eles se transformaram de “muçulmanos normais” em muçulmanos *politicamente ativos*, hostis aos judeus e ao Ocidente. Esses analistas militares estavam interessados não apenas nos combatentes jihadistas, mas também no processo que radicaliza comunidades inteiras para

que auxiliem, ocultem, sustentem e apoiem militantes jihadistas.

Primeiro, contei como as mesquitas mudaram. Somente homens frequentavam as mesquitas de estilo antigo em Nairóbi — em Eastleigh, em Juja Road, em Park Road —, e nelas o sermão era entoado uma vez por semana em árabe, idioma que quase ninguém compreendia, numa entonação monótona, quase soporífera. Nos anos 1980, um novo tipo de fiel e de pregador se infiltrou nessas mesquitas de estilo antigo e estabeleceu novas mesquitas em porões e salas de estar. Os sermões não se limitaram mais às sextas-feiras, e grupos de estudos foram estabelecidos para os jovens, nos quais líamos e analisávamos o Alcorão e o Hadith. O tom dos sermões se tornou estridente e alto, com traços evangelizadores, sussurros e momentos de clímax para acrescentar uma dose de dramaticidade. Seu conteúdo tornou-se político. O vocabulário dos sermões mudou; os novos imames gritavam palavras como *yahud* (judeu), *kaffir* (infiel) e *munafirq* (hipócrita), usadas para se referir aos muçulmanos que não concordavam com eles.

Descrevi uma visita que fiz ao Chipre como membro do Parlamento holandês em 2006. Visitamos o gabinete do arcebispo Chrysostomos. No edifício adjacente havia uma mesquita, e ao ouvir tais palavras gritadas durante o sermão eu soube que ali pregava não um imame “normal” e tradicional, e sim um professor do islã politizado e radicalizado. Quando eu disse isso ao bispo, ele suspirou e me contou que a mudança ocorrera anos atrás. Antes, ele disse, os sermões eram um discurso monótono e pacífico, mas o tom se tornou mais estridente e hostil.

Outra característica de uma mesquita evangelizadora, expliquei, era a presença de um grande número de mulheres, que quase nunca frequentavam as mesquitas. Quando eu estava crescendo, a presença das mulheres não era necessária nem especialmente desejável, a não ser que se tratasse de um dia especial, como o festival Eid, após o ramadã. Mas, nas mesquitas radicais, classes especiais envolvem as mulheres nas jihads de maior e menor alcance pela glória do Profeta. Se você vir mulheres se reunindo na mesquita para orar, pode considerar suspeito.

Os representantes do governo americano com quem conversei queriam analisar a maneira pela qual o islã é usado como ferramenta política para mobilizar massas de jovens e transformá-las numa ameaça; eles queriam compreender como o proselitismo, ou *dawa*, funciona. A esperança deles era de que eu os ajudasse a distinguir entre a prática pacífica e regular do islã e algo mais ameaçador. Era o mesmo tipo de pergunta que me fora feito na Europa muitas vezes antes: como as pessoas ultrapassam esse limiar? Como podemos saber quando essa escolha é feita?

Recomendei em minha resposta que eles parassem de se concentrar tanto nos atos de um pequeno número de radicais proselitistas. Com isso não quero dizer que não devam mais prestar atenção aos indivíduos radicais que pregam o islamismo. Quero dizer que, na tentativa de compreender por que tantos jovens muçulmanos são suscetíveis à persuasão dos agentes radicais, é preciso primeiro estudar o conteúdo, o contexto e os métodos pelos quais quase todos os muçulmanos são criados para se tornarem muçulmanos praticantes: o agente utiliza uma memória já existente, desperta as lembranças adormecidas das aulas da primeira infância. De início tais memórias são reforçadas, depois vem o estágio seguinte, da politização, e somente mais tarde a violência ou o martírio.

Se você é muçulmano, desde o momento do seu nascimento sua mente é preparada. Você é instruído a se submeter, e não a questionar. Então, quando os pregadores lhe falam a respeito de um retorno ao rumo verdadeiro e puro da jihad e da moralidade pessoal estabelecidos pelo profeta Maomé, eles não estão lhe apresentando algo de novo e alienígena. Estão recorrendo aos alicerces de camadas de uma estrutura mental que foram absorvidas dos seus pais, de sua comunidade, do professor que lhe ensinou o Alcorão durante a infância. Assim, o estágio que precede a radicalização da consciência muçulmana, o estágio no qual o islã “normal” é ensinado, é de extrema importância. Apesar de estes ensinamentos serem a princípio focados na oração, na caridade e no jejum, o método por meio do qual os muçulmanos aprendem é a memorização, e os fiéis não têm autorização para questionar o texto nem os ditados de Maomé. Depois de anos de uma atitude acrítica em relação aos ensinamentos islâmicos em geral e da

exigência de obediência, a mente muçulmana está pronta, preparada para a chegada do agente radical. Além disso, o mecanismo de recompensa e castigo nos ensinamentos islâmicos, reforçado pela exigência tribal de lealdade inquestionável ao grupo, torna difícil um indivíduo muçulmano resistir a ou até reconhecer o agente radical como um suspeito.

Todos aqueles que estão preocupados com a relativa facilidade com a qual os jovens muçulmanos optam por seguir os radicais precisam se concentrar nesses estágios anteriores. Já que a maioria dos políticos e pesquisadores acadêmicos define o islã como uma religião inofensiva e enxerga os radicais como desvios, eles subestimam a importância de dissecar o processo de socialização do muçulmano.

As agências americanas, os acadêmicos e os psicólogos sociais cometem um grave erro quando tentam compreender uma mente que foi alvo de lavagem cerebral somente a partir do momento de sua radicalização. O islã radical é vendido em etapas, e isso é verdadeiro também nos Estados Unidos. Inicialmente a religião é anunciada como programa do comportamento virtuoso, da bondade. Então você é encorajado a procurar outros muçulmanos, a tornar-se amigo apenas de seus correligionários. O pútrido tema da jihad violenta só é apresentado nos estágios posteriores. Mas a pré-história do radicalismo é uma suave lavagem cerebral no sentido da *submissão* — o verdadeiro significado da palavra *islã* —, que começa no nascimento.

No início de novembro de 2009, eu estava em Nova York para participar de uma série de reuniões. Fazia exatamente cinco anos desde o assassinato do meu amigo Theo van Gogh nas mãos de um jovem jihadista em Amsterdã. Na quinta-feira daquela semana eu estava saindo de um encontro para o almoço quando chegou pelo rádio do carro a notícia de um tiroteio numa base do Exército no Texas. Soldados americanos tinham sido mortos nos Estados Unidos. Havia grande confusão em torno da identidade do agressor: seria ele um psiquiatra ou um paciente psiquiátrico? Teria sido morto ou ainda estaria vivo? Fiquei intrigada pela combinação entre o nome dele, Nidal Malik Hassan, e sua patente militar de major.

Assim que minhas reuniões e encontros chegaram ao fim eu corri para a internet, ansiosa por saber mais detalhes da história. As reportagens que vi na tv esclareceram muita coisa. O assassino fora capturado e estava no hospital; era um psiquiatra, e não um paciente; havia treze vítimas. Enquanto assistia aos vídeos, não pude deixar de pensar: *O martírio islâmico chegou aos Estados Unidos*. E não só isso: tinha se infiltrado no próprio Exército americano.

A história de Nidal Malik Hassan é sob muitos aspectos semelhante à de Mohammed Bouyeri, o assassino de Theo van Gogh. Claro, há também diferenças notáveis. Bouyeri nasceu em Amsterdã; o pai dele se mudou do Marrocos para a Holanda como trabalhador convidado, com o objetivo inicial de voltar para casa depois de ganhar dinheiro suficiente. O Marrocos é um país pobre, mas relativamente pacífico. Já Malik Hassan nasceu nos Estados Unidos, filho de um casal de origem palestina que se instalou na Virgínia e abriu um restaurante. Os territórios palestinos vivem uma situação perpétua de guerra, e as famílias são expostas a suas violentas erupções. Os pais de Malik Hassan escolheram começar uma nova vida nos Estados Unidos e se tornar americanos.

Bouyeri tinha apenas 26 anos quando embarcou na sua missão de martírio, enquanto Malik Hassan tinha 39. Essa diferença é interessante, porque desafia a teoria amplamente aceita segundo a qual homens da idade de Malik Hassan são mais propensos a facilitar um ataque suicida do que a participar diretamente de algo do tipo. A carreira de Bouyeri não ia além de exigir subsídio governamental para um centro comunitário onde trabalhava como voluntário, enquanto Malik Hassan chegou à patente de major e obteve um diploma de psiquiatria. Hassan matou treze pessoas; Bouyeri investiu toda a sua paixão assassina na morte de um único homem, apesar de também ter declarado sua intenção de me matar.

As semelhanças, entretanto, eram notáveis. Ambos foram apresentados ao islã radical fora de um país muçulmano (do Marrocos, dos territórios palestinos ou da Jordânia), em democracias seculares como os

Estados Unidos e a Holanda. Ambos aprenderam a detestar o país em que moravam, ao ponto de desejarem matar seus concidadãos. Ambos invocaram o nome de Alá enquanto cometiam seus assassinatos e disseram ter sido levados a matar como forma de servir a ele. Ambos pensaram que seriam mortos no processo e se tornariam *shaheed*, ou mártires. Mas ambos acordaram no hospital, nas mãos dos infiéis. Um deles passará o restante da vida numa prisão holandesa, e o outro provavelmente será conduzido ao corredor da morte.

Uma semelhança ainda mais notável entre os dois casos é a impressionante reação a cada um deles, tanto na mídia holandesa em 2004 quanto na mídia americana de 2009 — notável porque parecia que todas as explicações eram plausíveis com exceção daquela explicitamente apresentada pelo assassino, ou seja, a sua religião.

Em ambos os países os assassinos foram apresentados como pessoas que não podiam mais suportar o tratamento ofensivo e discriminatório de que eram alvo. Bouyeri disse ter agido por causa de um comentário de Theo van Gogh, que teria chamado os jovens marroquinos de “violadores de bodes”. Nos Estados Unidos, um significado semelhante foi associado às gírias empregadas pelos militares para se referir aos árabes no Iraque, como “jóqueis de camelo”. Em ambos os países os analistas buscaram uma resposta para o desequilíbrio psicológico dos agressores. Grande importância foi atribuída ao fato de dias antes de Bouyeri cometer o assassinato sua mãe ter morrido de causas naturais; o choque e o pesar sentidos por ele diante da morte dela foram vistos como possíveis motivos para matar Van Gogh. Da mesma forma, no caso de Malik Hassan, foram feitas alusões ao estresse pós-traumático decorrente do combate, até vir à luz o fato de ele nunca ter se aproximado de um.

Em ambos os países, o debate voltou-se então para quem seria o responsável por não ter evitado que o assassino matasse suas vítimas. Na Holanda, a Agência de Segurança e Espionagem estava investigando uma célula radical islâmica chamada Grupo de Hofstad, mas os investigadores não se deram conta do papel que Bouyeri desempenhava dentro do grupo. Somente depois do assassinato de Theo, tornou-se claro que Bouyeri era o líder daquela célula. Nos Estados Unidos havia informações segundo as quais o fbi teria interceptado e-mails entre Malik Hassan e seu mentor, Imam Al Awlaki, mas nenhuma medida foi tomada.

Por que, perguntei a mim mesma, havia tamanha conspiração para ignorar a motivação religiosa por trás desses assassinatos? E foi então que comecei a compreender. Primeiro, as agências de espionagem precisam desesperadamente recrutar agentes e informantes muçulmanos para serem capazes de penetrar nas redes islâmicas radicais. E todos os muçulmanos se sentem ofendidos pela acusação de que o islã é uma religião violenta; a política oficial é de evitar declarações como esta. O mesmo se aplica ao Exército: os soldados americanos e seus aliados não vão até lugares como o Iraque e o Afeganistão simplesmente para combater homens uniformizados que podem ser facilmente identificados como inimigos. Sua missão é agora uma complexa mistura de combate, policiamento, serviço social e “construção nacional”. Eles também necessitam desesperadamente da cooperação dos habitantes locais, cuja esmagadora maioria é composta por muçulmanos. Assim, o Exército adota a mesma linha dos serviços de espionagem: não são as escrituras islâmicas nem o Profeta nem o Alcorão que representam um argumento coerente em defesa do ativismo jihadista, e sim um pequeno punhado de fiéis sem rumo que usurparam os ensinamentos puros e pacíficos do islã.

Na quinta-feira imediatamente posterior ao tiroteio fui ao aeroporto para viajar de Nova York a Boston. Os televisores próximos ao portão de embarque eram dominados pela imagem de Nidal Malik Hassan. Uma mulher sentada ao meu lado olhava fixamente para a tela.

“Está preocupada com o terrorismo?”, perguntei.

“Estou”, ela respondeu, “mas é com os Estados Unidos que eles estão se metendo, e serão derrotados.”

“Mas ele era do Exército”, eu disse, “um inimigo interno.”

Ela demonstrou certo nervosismo e me respondeu com uma frase que eu esperaria ouvir de um funcionário do governo. “Valorizamos a diversidade neste país”, ela me disse antes de sermos interrompidas pela chamada de embarque.

A diversidade é um conceito maravilhoso, pensei, e *E pluribus unum*, “De todos, um”, é um dos lemas orgulhosamente apresentados no Grande Selo dos Estados Unidos (figurando, portanto, em cada nota de dólar). Mas os americanos ainda têm muito a aprender antes de realmente compreender a ameaça que o islã radical representa para o seu país, uma religião que rejeita não apenas os princípios do Iluminismo que tanto inspiraram os fundadores da nação como também a própria noção de que os muitos e diversos deveriam se tornar um povo unido.

1 Todos os indicadores aqui mencionados foram tirados de Radhika Coomaraswamy, “Integração dos direitos humanos das mulheres e questões de gênero/violência contra a mulher”, informe do relator especial de violência contra as mulheres, suas causas e consequências, 2003, submetido de acordo com a resolução 2002/52 da Comissão de Direitos Humanos.

terceira parte:
sexo, dinheiro, violência

11. Escola e sexualidade

Quando eu tinha cerca de cinco anos, minha avó me acordava pela manhã, às vezes me cutucando com um pedaço de pau, outras vezes gritando meu nome. O objetivo dela era me ensinar a acender o fogo que usávamos de manhã e a fazer chá para os adultos. “Acorde!”, ela gritava. “Com a sua idade minhas filhas ordenhavam cabras e levavam os bodes para pastar nos campos, e você não é nem capaz de acordar!”

Assim, cabia a mim acender o fogo. Para isso, eu caminhava feito uma sonâmbula até o braseiro, que ficava no cômodo que fora quase arbitrariamente escolhido por minha mãe para ser a cozinha. Com a porta e as janelas abertas, a luz da aurora invadia o cômodo, cujas paredes eram pretas de fuligem. Eu apanhava o banquinho de madeira e o carregava até o fogão de pedra, cuja altura chegava aos meus joelhos, em formato de ampulheta e do tamanho de um grande caldeirão. A parte inferior da ampulheta sustentava o fogão, enquanto a superior abrigava um montinho de cinzas que cobriam as brasas ainda vivas da noite anterior. Minha avó me ensinou a recuperar as brasas usando uma pinça metálica e uma pá de lixo de ferro.

Ela pairava ao meu redor, insistindo para que eu trabalhasse rápido, pois, quanto mais eu demorasse para encontrar e juntar as brasas, mais rapidamente elas se apagariam. Quando não havia mais brasas acesas para encontrar eu levava o braseiro para longe da cozinha e jogava fora a maior parte das cinzas. Então devolvia o braseiro para o seu canto de origem, amassava as cinzas restantes, colocava parte das brasas acesas sobre o montículo, enchia o braseiro de carvão e punha sobre ele as brasas que sobraram. Em seguida, abanava o fogo e o assoprava. Por não ter chaminé nem janela, o braseiro era muito difícil de acender, motivo pelo qual vovó gritava que eu deveria agir rápido antes que as brasas se apagassem. Então eu escolhia uma chaleira de alumínio, enchia-a de água, equilibrava-a precariamente sobre as três pontas do braseiro e seguia assoprando e abanando até que a água fervesse.

Quando a água fervia, eu apanhava um pacote de chá inglês Lipton e derramava um punhado de folhas na chaleira fumegante. Muitas vezes a água transbordava, apagando o fogo que me custara tanto acender. O tempo todo, vovó cuspia em mim e me amaldiçoava por minha incompetência. Com frequência ela assumia o trabalho por medo de que eu deixasse o fogo apagar ou estragasse o chá. Na verdade, eu tinha tanto medo de que a chaleira transbordasse e apagasse o fogo que muitas vezes eu punha as folhas cedo demais, arruinando o chá.

Vovó poderia ter feito tudo isso sozinha, mas estava convencida de que a filha mais velha tinha a obrigação de dominar a habilidade de preparar o café da manhã antes de completar a idade de seis anos.

Depois que me tornei razoavelmente competente na tarefa de ferver a água, vovó me ensinou a ordenhar a cabra dela. Primeiro fez uma demonstração: prendeu a cabra com uma coleira e pôs um banco de madeira logo atrás dela, afastou suas patas, pôs um balde sob suas tetas e começou a apertá-las. Mas, quando me sentei no banquinho pela primeira vez e procurei as tetas, a cabra me deu um coice na testa, jogando-me no chão. Todos os dias me cobria de coices, até que eu ficasse com hematomas por todo o corpo, até no bumbum, por causa das quedas. Havia manhãs nas quais eu me recusava a me aproximar da cabra. Vovó me puxava, me cutucava e às vezes até me batia, mas aquilo era muito mais suportável do que um coice do animal.

O ritual era uma forma de ensinar a subserviência. Vovó lamentava continuamente a perda do nosso estilo de vida nômade — nossa alma, aos olhos dela — e o fato de nossa cultura começar a dar espaço a um novo e decadente estilo de vida. Ela tentava recuperar o que podia ao me obrigar a viver de acordo com a sua sabedoria; assim, eu era obrigada a dominar todas as habilidades necessárias para ser uma boa

esposa. Para ela, o fato de eu chorar quando a cabra me dava um coice, de eu fazer uma enorme bagunça na hora de acender o fogo ou de ela ter dificuldade em me tirar da cama eram sinais da minha corrupção, indícios de que eu estava destinada à ruína. “Quem aceitará se casar com essa menina quando ela se tornar mulher?”, lamentava-se ela. “Ayaan é uma inútil.”

Todas as meninas que conheci em Mogadíscio tinham de aprender essas habilidades. Quando moramos na Arábia Saudita, as meninas sauditas que eram nossas vizinhas, apesar de terem servos trabalhando para si, eram também obrigadas a aprender a cozinhar. Na Etiópia, as meninas e mulheres somalis estavam sempre cozinhando, limpando, lavando ou servindo de outras formas. Quando nos mudamos para o Quênia, fiquei contente ao descobrir que os braseiros de carvão eram diferentes naquele país; mais fáceis de acender, feitos de metal e dotados de aberturas, de modo que eu não tinha que assoprar tanto. Além disso, naquela época eu já era mais forte e mais capaz de tirar a chaleira do fogo antes de ela ferver e transbordar, sem me queimar nem apagar o fogo.

Às vezes eu pensava que minha vida era difícil, mas então pensava na de meninas como Ubah, uma órfã que morava em uma das casas do nosso quarteirão em Nairóbi. Ela fora levada da Somália até Nairóbi para morar com a tia, que engravidava todos os anos e fazia Ubah trabalhar feito uma escrava. Ubah tinha de dormir numa esteira fina que ficava na cozinha, coberta de fuligem e manchas de comida. Ela parecia ter um único vestido, cheio de furos. Durante todo o dia Ubah cuidava das crianças, fazia as compras, lavava pilhas de fraldas de pano, sendo tratada aos gritos enquanto se ocupava de cada uma dessas tarefas. Minha mãe e minha avó nunca deixavam de me lembrar das circunstâncias em que vivia Ubah. “Olhe ao seu redor! Comparada a Ubah, você vive no luxo extremo”, destacavam elas. “Ubah é uma escrava porque não está com a mãe. Você é muito bem cuidada por nós.” Mais importante do que tudo, eu frequentava a escola, enquanto Ubah, não.

Sempre que ouço os ocidentais dizerem hoje que “a educação é a resposta”, só preciso me lembrar daquela época para reconhecer a absoluta verdade contida nessas palavras. As mulheres da vizinhança se reuniam para se queixar de que a escola estava corrompendo meninas como eu e nos tornando mais rebeldes. Elas percebiam que Ubah e outras meninas que não frequentavam a escola simplesmente obedeciam. Essas meninas estavam tão acostumas à subserviência que jamais questionavam a própria situação. Em algumas raras ocasiões flagrei Ubah tentando abafar o som dos seus soluços, pois até o choro era considerado uma forma de protesto. Os homens somalis também se queixavam: “É porque vão à escola que elas agora respondem. É por irem à escola que agora fazem todas essas exigências, tripudiando a tradição e ignorando a religião”.

Algumas meninas eram tiradas da escola logo após terem menstruado pela primeira vez, e passavam então a ser mantidas em casa para conservar a obediência, ou eram obrigadas a aceitar casamentos precoces. Mas para aquelas que permaneciam na escola era verdade que a educação nos dava uma voz e também a consciência do mundo exterior. Eu e minha irmã Haweya falávamos uma com a outra em inglês ou suaíli; os dois idiomas eram estranhos para minha mãe e minha avó. Aquilo nos conferia um poder sobre as duas que elas não tiveram sobre seus pais.

Nas escolas quenianas temos também outra coisa que meninas como Ubah não têm: educação sexual. A abordagem do assunto, claro, não chegava nem perto, em termos de abertura e detalhamento, do que encontrei posteriormente na Holanda, mas já era suficiente para intimidar minha mãe.

A educação sexual estava incorporada ao nosso livro didático de biologia. Na verdade, minha professora, a sra. Karim, tentou pular o capítulo. Mas, igualzinho às minhas amigas, pulei as páginas sobre amebas, protozoários e a reprodução de organismos unicelulares e fui direto para a procriação humana e os diagramas das tubas uterinas e do útero, dos testículos e do pênis. Tudo era muito científico, mas ainda assim boa parte da mecânica do sexo permanecia um mistério. Com aquelas informações, porém, pudemos ao menos começar a entender por que éramos ensinadas a evitar os homens e também como era o funcionamento básico de nosso corpo. Novamente, isso nos conferiu certo poder em relação

aos nossos pais. Minha mãe se recusava a conversar sobre estes temas e me bateu quando tive minha primeira menstruação. Ela me bateu por puro desamparo, pois ela mesma nunca foi armada com a compreensão de como funciona o corpo e temeu que meu primeiro entendimento básico dos simples fatos tivesse me corrompido de alguma maneira misteriosa.

À semelhança da minha avó, as outras muçulmanas da minha vida, as mães das minhas colegas e de outras meninas somalis da vizinhança acreditavam que a melhor estratégia era manter as meninas em casa, cobri-las, circuncidá-las e, se as meninas se rebelassem demais, envolver os irmãos, os pais e até os primos na tarefa de castigá-las. Esses castigos variavam de surras até casamentos forçados. Ouvimos também histórias de meninas que foram mortas por suas famílias.

Há muito tempo, no deserto, nômades de sociedades organizadas em clãs se associavam de acordo com os laços familiares, respeitando antigas linhagens que lhes conferiam proteção e assistência que abrangiam vastas distâncias. Fora da linhagem do clã havia perigo e caos, era cada um por si. Numa sociedade organizada em clãs, todo tipo de relacionamento humano gira em torno da honra de uma pessoa dentro do clã; fora dele não existe nada — a pessoa é excluída de qualquer tipo de existência significativa. Essa era a mais preciosa das lições que vovó tentou ensinar aos netos.

A honra de um homem no interior de uma sociedade organizada em clãs — e estas sociedades são, em sua maioria, centradas nos homens — reside na sua autoridade. Os homens têm que ser guerreiros; a vergonha consiste em ser visto como fraco. Parideiras de homens, a honra das mulheres jaz em sua submissão, em sua obediência. Sua vergonha reside na impureza sexual, esta é a maior de todas as vergonhas, pois a desobediência sexual de uma mulher é uma profanação de si mesma, de suas irmãs e de sua mãe, bem como dos parentes homens cujo dever é controlá-la.

Nenhum muçulmano pode gozar de prestígio na sociedade sem sua honra. E não importa quão honrado ele se torne por meio de suas decisões sábias e atos bondosos: tudo pode ser posto a perder se sua filha ou sua irmã for profanada sexualmente. Isso pode ocorrer se ela perder a virgindade antes de se casar ou se tiver relações sexuais fora do casamento — o que inclui o estupro. O simples *boato* de que ela tenha feito sexo é motivo o bastante para rotulá-la de “impura” e levar à perda da honra de toda a família. Um pai que não seja capaz de controlar as filhas, um irmão que não consiga controlar as irmãs, são figuras que cairão na desgraça. Tal homem se verá falido, tanto social quanto economicamente. Sua família será arruinada. A menina não poderá noivar e ganhar um dote nem suas irmãs e primas, pois a mera suspeita de sentimentos independentes e ação feminina na família as mancha também. Tal homem sofre uma morte social, sendo excluído da assistência e do respeito mútuos do clã — o pior destino que pode recair sobre uma pessoa, seja criança ou adulta, homem ou mulher.

Controlar a sexualidade das mulheres e limitar o acesso dos homens ao sexo com elas é o foco central do código da honra e da vergonha. As muçulmanas são escravas, e toda menina muçulmana deve se manter virgem até o casamento. Depois de casada (com ou sem o consentimento dela própria), deve se manter fiel ao marido, a quem, nas sociedades tradicionais, nunca chamará pelo primeiro nome, usando em vez disso a palavra *rajel*, meu lorde. Em caso de divórcio ou viuvez, a tarefa de monitorar sua atividade sexual é assumida por seus novos guardiões: seus filhos, se forem adultos, ou o pai do marido e seus descendentes do sexo masculino. Esses homens podem escolher um novo marido para ela. Poucas muçulmanas têm a liberdade de escolher com quem farão sexo.

Um elemento tão poderoso e potente quanto a virgindade de uma muçulmana também tem seu valor comercial, o que significa que a virgindade é acima de tudo uma indústria masculina. Filhas são iscas para atrair alianças, e podem ser reservadas para aquele que fizer a oferta mais alta. O poder, a riqueza e a consolidação das relações do clã podem depender de uniões matrimoniais, e por isso é importante educar filhas de qualidade, que sejam modestas e dóceis. Usar a violência para garantir a obediência

delas e alertá-las contra os desvios é um lembrete perfeitamente legítimo da lei num sistema de valores que confere às mulheres um pouco mais de livre-arbítrio do que aos rebanhos. Na sua noite de núpcias, deve haver sangue resultante do rompimento do seu hímen, caso contrário ela será condenada como devassa.

Esse código antigo de moralidade sexual deriva da cultura árabe tribal. Sua origem precede em muito a data em que o profeta Maomé começou a receber as revelações do anjo Gabriel, que foram escritas por seus discípulos em páginas que se tornaram pó muito tempo antes. Naquela época e naquele lugar — em pleno deserto, nas cidades de Meca e Medina, cujas tribos adoravam muitos ídolos e deuses —, honra e vergonha eram as ideias centrais que regiam a vida de homens e mulheres. O islã fixou isso sob a forma de uma regra eterna. Com seu crescimento e expansão, os costumes sexuais foram levados a outros países, de Mali até a Indonésia. Sob a charia, uma muçulmana é efetivamente propriedade do seu marido, seus irmãos, tios, avós. Esses homens são seus guardiões, responsáveis pelo seu comportamento, encarregados de suas escolhas. Acima de tudo, ela deve manter-se sexualmente pura.

Uma massa inextricável de ditados e rituais tradicionais foi incorporada ao islã e está se ampliando cada vez mais pelos movimentos de pregação islâmica que varrem o mundo muçulmano atual. Os fundamentalistas parecem assombrados pelo corpo feminino e debatem de forma neurótica quais frações dele deveriam ser cobertas, até declararem a forma toda, dos pés à cabeça, uma gigantesca zona de pudor.

Quando e por que as sociedades árabes, e subsequentemente muçulmanas, se tornaram tão obcecadas com o controle da sexualidade da mulher? Talvez tenha havido um dia alguma lógica por trás disso. Para que uma tribo seja forte, seus guerreiros devem ser leais. Talvez a sexualidade feminina independente prejudicasse essa lealdade. Talvez a luta por mulheres fosse um fator de divisão mais incisivo nas sociedades masculinas do que a disputa por camelos, e assim, certa vez, no deserto, determinou-se que elas deveriam ser controladas, confinadas aos seus lares, banidas da esfera pública, cobertas com um véu para que se tornassem invisíveis, e que sua genitália deveria ser mutilada para limitar seu desejo sexual e depois costurada para fazer do sexo algo insuportavelmente doloroso.

Vovó não se ocupava com questões como esta. Ela compreendia apenas que tínhamos de seguir as regras como se nossa vida dependesse disso — como, talvez, a própria vida dela certa vez dependeu dessa obediência. Ela explicava e policiava o respeito àquele código em nosso lar. E nunca se cansava de dizer: “Estou apenas tentando ensiná-la a sobreviver”.

Mesmo hoje a virgindade continua a ser o eixo da educação de uma menina muçulmana. Enquanto crescia, ensinaram-me que é mais importante permanecer virgem do que continuar viva, que é melhor morrer do que ser estuprada. O sexo antes do casamento é um crime impensável. Toda muçulmana sabe que seu valor reside quase que exclusivamente no seu hímen, a parte mais essencial do corpo, muito mais importante do que seu cérebro e membros.

Rompido o hímen, a menina torna-se uma coisa usada, quebrada, suja, de uma sujeira contagiosa. Foi isso que minha prima Hiran se considerou depois de sucumbir ao desejo e ser diagnosticada portadora do hiv. Foi assim que Ladan se sentiu a respeito de si mesma e foi por isso que perdeu o amor-próprio. Ela passou a se enxergar pelos olhos das pessoas que lhe eram mais próximas, pessoas como minha avó, e aqueles velhos fantasmas pareciam culpá-la e gritar para ela: “Meretriz!”.

As culturas muçulmanas desenvolveram vários meios de policiar a mulher e garantir sua virgindade. Muitas confinam as mulheres, privando-as do trabalho fora do lar e monitorando obsessivamente seus movimentos. O constante disse me disse, a contínua vigilância de cada gesto impróprio e olhar erguido, é também uma forma de confinamento, estrangulando cada movimento. Quando uma mulher deixa o lar, ela usa um véu, outra forma de confinamento: cada inspiração exterior às quatro paredes do lar é sufocada por um pano espesso e pesado; cada passo leva a um obstáculo, cada centímetro da pele é protegido do sol. Mesmo do lado de fora, uma mulher de véu está sempre do lado de dentro. O ar que ela respira é

abafado; um tecido espesso pesa contra seus olhos, seu nariz e sua boca. Tudo que ela faz é oculto e furtivo. Vendadas e reduzidas, apagadas do contato público, as muçulmanas muitas vezes perdem a confiança na própria capacidade de agir com independência. Mesmo o *movimento* independente parece estranho. Toda mulher que já usou um véu como esse durante anos e depois o retirou pode atestar que no início é difícil caminhar. É como se, descobertas, suas pernas não funcionassem da mesma maneira.

Depois que uma menina menstrua pela primeira vez, ela deve ter o mínimo contato possível com homens de fora da família mais imediata. Na Arábia Saudita, as mulheres são confinadas em suas casas por lei; o mesmo não ocorre em outros países, mas o confinamento ainda é comum onde quer que haja muçulmanos. Mesmo depois de casadas, muitas mulheres árabes são proibidas de manter contato com um homem de fora de sua família. Até mesmo olhar nos olhos de um homem é considerado uma ofensa.

Outras sociedades, pobres demais para sobreviver sem o trabalho feminino fora do lar, precisam policiar sua castidade por outros meios: ela deve ser inscrita em seus corpos. Esta pode ser a origem da mutilação feminina, a única prova incontestável possível da virgindade. E a castidade deve ser inscrita nas suas mentes. As vítimas de estupro não relatam o caso às autoridades quando sobrevivem; mulheres que engravidam sem serem casadas são banidas ou mortas. Com frequência as meninas tiram a própria vida depois de perder a virgindade de uma maneira considerada ilícita.

Apesar de a doutrina muçulmana ter certamente amplificado e confirmado essa atitude, a estreita rede de restrições ao comportamento feminino que caracteriza os clãs árabes e muçulmanos é mais ancestral do que o islã wahabita, a escola muçulmana mais comum na Arábia Saudita. A própria palavra *harém*, a parte da casa que as mulheres habitam (*hareem*, em árabe), deriva da palavra *haram*, que significa “proibido”. Na maioria dos países muçulmanos as pessoas mantêm memórias das crenças mais ancestrais e pré-islâmicas, cheias de djins e espíritos demoníacos. (Isso é reprovado enfaticamente pela maioria dos puristas islâmicos, pois abriria espaço para a possibilidade de outras divindades que não Alá.) Esses espíritos demoníacos costumam ser velhas carcomidas ou jovens moças sexualmente vorazes, que inspiram temor e ojeriza em igual medida. Profanada mensalmente pela menstruação, a mulher é naturalmente mais próxima do mal.

Em meu trabalho de tradutora de somali na Holanda fui muitas vezes chamada a intervir em casos nos quais os pais reagiam com violência à ocidentalização de suas filhas adolescentes somalis. Lembro-me de uma menina na secretaria de proteção à criança e ao adolescente perto da cidade de Haia. Ela tinha cerca de dezesseis anos, mas aparentava ter 25. O cabelo fora alisado e pintado de vermelho com luzes castanhas. As unhas eram extremamente longas, curvas e pintadas com um verde reluzente. Ela usava a blusinha mais justa possível com o decote mais generoso que se possa imaginar e uma saia preta tão curta que sua roupa de baixo podia ser vista quanto ela cruzava as pernas, que estavam envolvidas por uma meia arrastão que terminava em botas de salto alto.

Seu pai teve que ser fisicamente contido para que não batesse nela. Ele gritava: “Ela parece uma prostituta! Olhe sua boca! Parece que caiu sobre o pescoço de um cordeiro sacrificado! Ela me matou, essa menina me matou!”. Isso era verdade, ao menos do ponto de vista metafórico. Eu sabia que, com uma filha como aquela, o homem estava agora socialmente morto para o seu clã; ele tinha se tornado objeto de piadas e pena. Só poderia sair de casa e frequentar locais públicos com a cabeça abaixada e os dentes cerrados. Mas a filha dava de ombros em resposta, gesticulando com as mãos como quem afasta tudo aquilo.

O agente social holandês disse ao pai: “Isto é o que chamamos de se expressar. Sua filha não está fazendo nada de estranho para a idade dela”. A mãe da menina afirmava que a filha tinha sido possuída, e o agente social acrescentou, ponderadamente: “Nós a submetemos a testes psicológicos. Ela não está louca”.

Essa cena específica acabou com a menina sendo conduzida a um lar adotivo. Trata-se de um desfecho comum e de uma situação frequente, não apenas para mim, mas também para os colegas que traduziam do holandês para o árabe, turco, berbere e persa. Todos nós trabalhamos muito em parceria com os serviços de proteção à criança e ao adolescente, a polícia e outras instituições que lidam com as adolescentes muçulmanas que fogem de casa porque seus pais e sua comunidade não aceitam sua experimentação com aquilo que é interpretado como cultura ocidental.

Mais tarde, quando entrei para a política e práticas como os assassinatos cometidos em nome da honra e os casamentos forçados tinham chegado ao conhecimento público na Holanda, muitas vezes eu debatia com pais muçulmanos que imploravam que eu compreendesse a situação a partir de sua perspectiva. Eles afirmavam que as muçulmanas abandonavam a escola não por serem obrigadas a se casar, mas por serem atraídas por "jovens sedutores" que as conduziam à prostituição. Eles diziam que as agências de proteção à criança e ao adolescente não poderiam substituir a família, pois somente os pais poderiam ensinar aos filhos a diferença entre certo e errado. Nas escolas holandesas, diziam eles, as crianças aprendiam apenas a pecar e a desobedecer. Elas também afastavam as crianças do aprendizado por sua atmosfera de hostilidade ao islã e discriminação contra os muçulmanos, e este seria o motivo de tantos muçulmanos apresentarem resultados insuficientes e desistirem de estudar com tamanha frequência. De acordo com esses pais, a solução seria o estabelecimento de escolas muçulmanas para que as meninas recebessem educação sem serem ensinadas a desobedecer.

Eles tinham razão quanto à alta evasão escolar de crianças vindas de famílias muçulmanas imigrantes e à baixíssima frequência com que estas eram aprovadas nos exames e provas. Mas eu não achava que o motivo disso fosse a discriminação holandesa, julgando que se devesse ao fato de os pais não terem preparado os filhos para receber um ensino moderno num país moderno.

Como minha mãe e minhas tias, aqueles imigrantes se recusaram a dar às filhas acesso à educação sexual, a conversar com elas a respeito de como seus corpos estavam se transformando ou dizer a elas que o interesse pelos meninos era coisa natural. Diferentemente dos pais holandeses, eles não conseguiam ensinar às filhas que se expressar é algo positivo, mas tem seus limites, para que as filhas pudessem descobrir formas de mostrar atitude sem exibir a genitália. Eles não as ensinaram como administrar gradualmente os desafios da independência. E, talvez de igual importância, eles não ensinaram seus filhos a respeitar as mulheres — e, nas escolas holandesas, a maioria dos professores são mulheres.

Não acho que houvesse algo de errado com as escolas holandesas, que não pareciam estar preparando as garotas *holandesas* para uma vida de devassidão e prostituição. Ao contrário, a maioria das adolescentes que eu conhecia me parecia estar bem, a caminho de se tornarem cidadãs independentes, produtivas e respeitadoras da lei, dotadas de bom humor e graça. Mas os pais muçulmanos com quem conversei não concordavam comigo. Com frequência eles se concentravam nas aulas de educação sexual que eram ministradas nas escolas. Eles insistiam que não se tratavam de aulas que ajudassem a compreender sua sexualidade e seu corpo; elas ensinavam a fazer sexo. Os professores punham um grande pênis de madeira ou de plástico na mesa diante de suas filhas e demonstravam como cobri-lo com uma camisinha. Isso era abominável, um verdadeiro convite à prostituição.

Eu não tinha estado em escolas nas quais havia educação sexual, mas estive em centros para solicitantes de asilo em que havia programas de higiene, educação sexual, gravidez, educação pré-natal e mais. Vi como os holandeses podem ser explícitos e já tinha me acostumado com a maneira direta como abordam as questões sexuais. Quando os filhos dos meus amigos holandeses procuram seus pais e fazem a eles perguntas sobre o sexo — coisa que de início me deixou pasma, levando-se em consideração a improbabilidade de eu ter feito algo semelhante —, meus amigos descreviam o sexo para a criança curiosa com paciência e sem pânico, em detalhes, recorrendo a livros com imagens bastante explícitas do corpo humano.

Os pais holandeses abordavam a questão do álcool e das drogas da mesma maneira. Quando uma criança perguntava: “Mãe, o que é um baseado?”, a mãe explicava como era a aparência de um cigarro de maconha, como era feito, quais eram seus efeitos no cérebro. Ela mencionava os viciados que havia na calçada. Toda essa educação não impedia que alguns adolescentes experimentassem as drogas nem que engravidassem acidentalmente, mas a maioria da população holandesa desenvolveu uma abordagem extraordinariamente saudável para o sexo, as drogas e o álcool.

Convenci-me de que essa educação calma e bastante explícita a respeito dos possíveis perigos da liberdade era muito mais eficaz na prevenção do desastre do que a mistificação na qual fui criada. Não se trata de uma opinião tendenciosa que desenvolvi; isso foi empiricamente comprovado. O benefício de uma abordagem iluminista para o sexo e as drogas era algo que os holandeses nunca se cansavam de explicar. Meus colegas parlamentares, cuja responsabilidade era tornar o sistema de saúde universal, confiável e acessível, eram unânimes na sua convicção de que a prevenção é invariavelmente melhor do que a cura.

O porta-voz do meu partido para temas relacionados à saúde me mostrou o número de casos de doenças sexualmente transmissíveis, como a aids, e quais eram os segmentos da população mais afetados. A comunidade gay fora duramente atingida; os imigrantes, também. Dentro da comunidade gay, aqueles que eram imigrantes tinham sido atingidos com um rigor especial. Analisamos também o número de abortos realizados todos os anos. O número de mulheres nascidas na Holanda que tinham passado por abortos estava se reduzindo drasticamente, com exceção dos pequenos bolsões formados por comunidades cristãs radicais, cuja atitude diante da sexualidade é comparável à de muitos muçulmanos. (Apesar de estes cristãos proibirem tanto homens quanto mulheres de fazer sexo antes do casamento, é grande o número de gestações acidentais, e as mulheres procuram em segredo as clínicas de aborto.) O número de imigrantes que fazia abortos estava aumentando acentuadamente.

O uso de drogas apresentava um padrão comparável, e era fácil ver com os próprios olhos que a maioria dos clientes de prostitutas no bairro da luz vermelha de Amsterdã não era composta por turistas, e sim por homens imigrantes. Muitos — talvez a maioria — eram árabes, berberes, turcos e somalis. A maior parte das estatísticas se referia apenas aos imigrantes como uma categoria ampla, mas uma investigação aprofundada revelaria que os funcionários do sistema de saúde, pesquisadores, médicos e epidemiologistas não queriam figurar em relatórios nos quais “imigrantes” era uma categoria usada quase como sinônimo de “muçulmanos”. Imigrantes não muçulmanos da China ou de partes cristãs da África também eram afetados, mas os muçulmanos sofriam muito mais com tais problemas.

Não acho que é apenas uma coincidência. Em geral, onde quer que a sexualidade seja tratada como um mistério, onde o sexo e as drogas sejam censurados como temas impossíveis de serem mencionados, as pessoas tendem a abusar de ambos em franco excesso. Como minha prima Hiran, que se tornou soropositivo, eles não são capazes de encarar francamente os próprios atos e assim fracassam em se proteger das terríveis consequências. Para as mulheres das culturas árabes e islâmicas, ser capaz de dizer “Nada sei sobre as questões do sexo” é uma questão de honra, motivo de orgulho. Pois saber até os fatos mais elementares equivale a pecar.

Os pais muçulmanos que moram na Europa têm razão ao se preocupar com o futuro dos seus filhos, mas o fazem pelos motivos errados. Eles insistem na convicção de que seu próprio estilo de vida nada tem a ver com o terrível destino que tanto temem para os descendentes. Não estão dispostos a mudar suas opiniões e não questionam a insistência na preservação da virgindade até o casamento, em manter os meninos separados das meninas, na sua inclinação a forçar as meninas a aceitar casamentos precoces e forçados, além de árduos castigos. Para eles, é mais fácil culpar os que não pertencem à sua comunidade do que questionar o Alcorão, o exemplo do Profeta e a antiga tradição. De acordo com a perspectiva deles, a estratégia mais sábia é sufocar a voz de suas filhas, ensiná-las a se submeter, confiná-las em seus lares e casá-las tão cedo quanto possível. Talvez isso não torne suas filhas felizes, mas a honra da família

é mais importante do que a felicidade das crianças.

Acredito que a subjugação das mulheres dentro do islã seja o maior obstáculo para a integração e o progresso das comunidades muçulmanas no Ocidente. Trata-se de uma sujeição cometida pelos parentes mais próximos, no ambiente mais íntimo, o lar, que é sancionada pela maior das figuras que habitam o imaginário dos muçulmanos: o próprio Alá.

Muitos pais muçulmanos acreditam que a educação ocidental corrompe o estilo de vida muçulmano. Isto é de fato verdade. Ensinar as meninas a pensar por conta própria . uma afronta aos ensinamentos islâmicos, assim como já foi uma afronta aos ensinamentos cristãos e aos ensinamentos do judaísmo ortodoxo. Um programa de constante ensino da curiosidade e do pensamento independente é um programa de erosão contínua do estilo de vida muçulmano. O desenvolvimento desse programa vai demorar bastante nos países muçulmanos. Para os muçulmanos nos países ocidentais talvez não demore tanto.

Podemos nos inspirar no exemplo de outras sociedades. Houve uma época em que a cristandade também tratava a virgindade feminina como um totem mágico. As meninas eram confinadas, privadas de educação, oferecidas em matrimônio como se fossem uma posse. Ainda assim, as sociedades cristãs atuais estão em boa medida livres dessa mentalidade. As culturas mudam, muitas vezes a um ritmo acelerado. Elas o fazem sob a influência do pensamento crítico, e isso pode ser ensinado na escola.

É fácil sentir-se descontente quando lhe são negados direitos e liberdades dos quais você acredita ser merecedor. Mas, se não houver coerência, se não se sabe enunciar em palavras aquilo que incomoda, o motivo pelo qual algo seria injusto e deveria mudar, considera-se que a pessoa reclama demais e não tem argumentos. A pessoa pode ser obrigada a ouvir um sermão sobre a perseverança e a paciência, a vida como um teste, a necessidade de aceitar a sabedoria dos outros. Isso ocorreu comigo. Quando meu pai decidiu me casar com um primo distante que ele acabara de conhecer (e que eu nunca tinha visto), pensou estar tomando uma decisão maravilhosa em meu nome. Esse homem, meu pretendente, era um parente (partilhávamos uma geração de avós em oitavo grau), e portanto era menor a probabilidade de ele se comportar de maneira abusiva (ao menos este era o raciocínio seguido pelo meu pai); ele partilhava os valores do nosso povo (fossem eles quais fossem) e me manteria em segurança num período de guerra civil e pobreza. Um consorte como o que meu pai encontrou lhe pareceu uma bênção.

Eu, por outro lado, tinha a sensação de que meu pai me roubara o corpo e a juventude, impulsionando-me para uma vida de esposa e mãe — responsabilidades que eu ainda não estava pronta para assumir — ao lado de um homem que eu considerava absolutamente repulsivo. Mas eu não possuía o vocabulário nem a lógica necessária para convencer meu pai da legitimidade da minha posição. Apesar de ele ter me mandado para a escola e de ser uma das poucas meninas da minha geração de somalis que aprendeu a ler e escrever em inglês, eu não tinha a força de vontade e a eloquência necessárias para expor um argumento coerente. As principais críticas que fui capaz de fazer ao meu pretendente envolviam o fato de ele não ler romances e ser careca. A partir da perspectiva do meu pai, estas asserções confirmavam que eu precisava ser posta sob a autoridade de alguém mais confiável e maduro.

E assim eu fugi. Foi somente depois de entrar para a Universidade de Leiden, onde participei de aulas que giravam em torno dos conceitos da liberdade individual e da responsabilidade pessoal, que pude enfrentar meu pai em pé de igualdade intelectual. Consegui articular diante dele a opinião de que ao procurar o ensino superior eu estava seguindo o seu exemplo e aprendendo a criar meu próprio destino. Diante dos seus protestos quanto ao desrespeito que eu estava demonstrando e a provável erosão de nossa religião e cultura dentro de mim causadas por ambições egoístas, pude responder que ele próprio dedicou menos atenção a estes temas quando tinha a minha idade. Nas conversas que tive com meu pai na primavera de 2000 na Alemanha, onde nos encontramos enquanto ele era submetido a tratamento numa clínica oftalmológica, tive consciência do seu respeito ressentido e possível admiração por mim. Ele foi condescendente e me fez sermões sobre o além no estilo rápido e extenso de seus monólogos intermináveis. Mas não desmerecia meus desejos com a mesma facilidade nem protestava como fizera em

1992.

Para resistir à sujeição e à privação de direitos, uma expressão de ressentimento e raiva não é suficiente. É preciso falar a mesma linguagem do opressor e ter clareza nas ideias para identificar os princípios que justificam a opressão para então desmantelá-los intelectualmente. Os escravos precisam ter consciência do fato de que são escravos, e então transcender a raiva e a dor para convencer seus senhores do caráter fundamentalmente errado de sua condição. Se não for possível vencer pela força, talvez seja possível vencer no longo prazo por meio do apelo à razão.

Meninas como minhas primas Hiran e Ladan, que numa poderosa ânsia de liberdade conseguem se livrar do controle de seus pais, muitas vezes acabam em circunstâncias desastrosas porque não possuem essas habilidades vitais nem a consciência da própria condição. Moças como elas se tornam o exemplo invocado pelos pais muçulmanos tradicionais quando eles afirmam que a adoção do estilo de vida ocidental leva a resultados terríveis. Os fundamentalistas, cuja pretensão é reviver um passado imaginário de um islã puro, ganham muitos simpatizantes entre as famílias muçulmanas quando apontam para moças como Hiran e Ladan.

Se tivessem crescido no Ocidente, talvez as coisas fossem diferentes. Em todos os países ocidentais existe uma lei exigindo que as meninas frequentem a escola mesmo depois de terem chegado à puberdade; o respeito a essas leis pode ser garantido. Programas especiais podem ser desenvolvidos no sentido de preencher o vácuo criado pelos pais muçulmanos em relação ao sexo, às drogas e à independência financeira. Quanto mais as meninas muçulmanas conseguirem acesso ao ensino, maior a probabilidade de se tornarem financeiramente independentes e bem-sucedidas, permitindo que os pais muçulmanos vejam que a emancipação de suas filhas por meio do ensino faz parte de seus interesses materiais, mesmo que isso se choque com seus valores tradicionais.

Um último raciocínio precisa ser exposto em relação ao tema dos complexos sexuais dos imigrantes muçulmanos. Afirmar que a opressão das mulheres nada tem a ver com o islã e é “apenas” um costume tradicional consiste numa desonestidade intelectual, numa falácia. Os dois elementos são indissociáveis. O código de honra e vergonha pode ser tribal e pré-islâmico nas suas origens, mas é hoje uma parte integral da religião e dos costumes do islã. Os assassinatos cometidos em nome da honra afirmam aquilo que o islã também afirma: que as mulheres são subordinadas aos homens e devem manter-se como propriedade sexual deles.

No texto do Alcorão e da charia, homens e mulheres não são iguais, evidentemente. As muçulmanas são consideradas física, emocional, intelectual e moralmente inferiores aos homens, e possuidoras de um número menor de direitos legais. O Alcorão decreta que as filhas herdam metade daquilo que herda um filho: “Alá recomenda-vos, acerca da herança de vossos filhos: ao homem, cota [na divisão dos bens] igual à de duas mulheres” (4:11). O valor do seu depoimento num tribunal é definido como valendo metade do testemunho de um homem. Mesmo em casos de estupro, o depoimento da vítima tem metade do peso do depoimento do seu estuprador.

A autoridade do pai muçulmano sobre suas filhas é comparável à de um senhor feudal sobre seus servos. O casamento transfere essa autoridade para o marido da moça, e em última análise ao pai deste. É um pacto entre homens, implicando assistência mútua e dívidas uns para com os outros no futuro. Pode ser uma transação financeira significativa e um gesto de aliança para consolidar as relações entre os clãs e eles. O lamento da noiva relutante entregue às mãos de um desconhecido é um aborrecimento menor. O Alcorão e o Hadith (os ditados do Profeta, considerados uma escritura sagrada) concordam que o consentimento da mulher não é essencial para o casamento; basta o consentimento do seu guardião.

O Alcorão ensina que um marido pode confinar a esposa ao lar — até a morte dela, se ele assim desejar: “E aquelas de vossas mulheres que cometerem obscenidade, então, fazei testemunhar contra elas,

quatro de vós. E, se o testemunharem, retenha-as nas casas, até que a morte lhes leve a alma, ou que Alá lhes trace um caminho” (4:15).

As mulheres que vivem sob a lei islâmica são proibidas de viajar, trabalhar, estudar, casar, assinar a maioria dos documentos legais e até de sair de casa sem a permissão do pai. Pode não ser permitido a elas participar da vida pública, e sua liberdade de tomar decisões relativas à sua vida particular é severamente limitada, muitas vezes com brutalidade. Elas não podem escolher com quem farão sexo e, depois de casadas, nem mesmo quando fazê-lo, se é que o desejam. Elas não podem escolher o que vestir nem decidir se querem trabalhar ou mesmo caminhar pela rua.

A regra determina que uma mulher tem que obedecer ao marido, a não ser, é claro, que ele lhe peça para abandonar a religião muçulmana. Ele é seu guardião, e se a mulher o desobedecer pode bater nela: “E àquelas de quem temeis a desobediência, exortai-as, pois, e abandonai-as no leito, e batei-lhes” (4:34). É sempre instrutivo ler as transcrições dos debates televisionados entre os imames, nos quais são discutidos os tipos de castigo (como os golpes contra os membros ou desferidos com um pequeno pedaço de pau) considerados aceitáveis quando os maridos admoestam suas esposas.

Quando ocidentais bem-intencionados ansiosos para promover o respeito pelas religiões e culturas minoritárias ignoram práticas como o casamento forçado e o confinamento com o objetivo de “impedir a sociedade de estigmatizar os muçulmanos”, eles negam a incontáveis garotas o direito de se libertar da cultura de seus pais. Eles deixam assim de honrar os ideais de nossa sociedade democrática, e prejudicam a mesma minoria vulnerável que buscam proteger.

12. Dinheiro e responsabilidade

Os desafios de se tornar um cidadão são diferentes dos enfrentados pelo membro de uma tribo. Sob muitos aspectos, é muito mais simples lidar com os desafios da cidadania do que com as complexidades dos tabus e superstições das sociedades tradicionais. Mas o que torna a modernidade algo tão fugidio e até traiçoeiro para alguns é precisamente sua suposta facilidade. A modernidade, porém, não é fácil. Os que não estão preparados para ela — que não foram ensinados a encarar naturalmente a sexualidade, por exemplo, ou que não aprenderam maneiras de lidar com os impulsos agressivos que não sejam a vingança violenta — acabam naturalmente procurando aquilo que lhes é mais familiar. Hábitos e atitudes foram incorporados aos clãs e se cristalizaram na fé. Mas esses valores da linhagem de sangue não são compatíveis com aqueles que subjazem à cidadania no mundo moderno. Para ser bem-sucedido na sociedade, é preciso desaprender atitudes anacrônicas e deslocadas. Esse desaprendizado se aplica tanto ao dinheiro quanto ao sexo.

Em 1992 morei num centro para solicitantes de asilo em Lunteren, uma pequena vila no coração da Holanda. Trata-se de um lugar caracterizado pela paisagem rural. O povo é de um protestantismo ardente, representado pela Igreja Reformada holandesa. Tive a sensação de ter sido honrada com a maior dádiva que poderia receber: concederam-me permissão para ficar na Holanda com aquilo que é chamado de status A. Isso significava que eu poderia transitar livremente pelo país, praticar a religião que quisesse, defender qualquer ideia política. Significava que eu poderia fugir do casamento que meu pai havia arranjado para mim contra a minha vontade. E me concedia também acesso ao sistema holandês de bem-estar social.

Depois de receber o status A, tive de ir à prefeitura me reunir com um assistente social, preencher formulários e dar entrada na solicitação de um documento de identidade. Pude também me inscrever num programa habitacional e receber um seguro-desemprego equivalente a 1200 florins. Aquela me pareceu ser uma quantia exorbitante. (Na época, correspondia a aproximadamente oitocentos dólares.) Tive a impressão de ser muito porque o dinheiro não era algo com que eu estivesse muito familiarizada. Antes de chegar à Europa eu nunca tinha lidado com dinheiro que fosse meu.

No centro para solicitantes de asilo onde morei enquanto esperava para saber se receberia ou não o status de refugiada na Holanda, recebia 150 florins a cada três meses para comprar roupas, além de um salário semanal de vinte florins. Todas as terças-feiras eu entrava na fila que se formava no centro, mostrava meu cartão cor-de-rosa ao atendente atrás do balcão, recebia duas notas azuis de dez florins e depois esperava até que minhas amigas tivessem feito o mesmo. Íamos então até a vila de Lunteren, onde, em questão de minutos, meu dinheiro evaporava. Em vez de duas notas azuis, eu logo tinha nas mãos uma sacola plástica contendo um pote de loção hidratante, talvez um xampu, uma barra de chocolate e algumas laranjas. Os vinte florins deveriam durar uma semana, mas já tinham se esgotado. O dinheiro entregue a Yasmin também acabava, e o mesmo ocorria com Dahabo. Ficávamos impressionadas ao ver que aqueles vinte florins, tão valiosos nos países de onde viemos, não valiam tanto assim na Holanda. Nós nos reuníamos em grupos de mulheres vindas de todas as partes do mundo e lamentávamos o pouco que aqueles vinte florins eram capazes de comprar.

Quando recebi meus 150 florins para comprar roupas, adquiri um cartão telefônico por cinquenta florins, quantia que me pareceu ser imensa. Liguei para minha irmã Haweya. Poucos minutos depois escutei um clique e então um som indicando que o cartão tinha chegado ao fim. Na época, uma chamada internacional da Holanda para o Quênia custava 4,95 florins por minuto. Não tínhamos nem mesmo

terminado de conversar sobre o clima quando o cartão se esgotou.

Agora que eu recebera meu status A, não precisava mais morar no centro para solicitantes de asilo. Inscrevi-me na prefeitura de Ede para conseguir um apartamento no qual pudesse morar com Yasmin, que dissera às autoridades ser menor de idade. (Isso lhe conferia certa vantagem nas solicitações de residência.) Eu também mentira na minha solicitação de status de refugiada, coisa que me deixava muito nervosa. Além de inventar uma história sobre meu envolvimento na guerra civil na Somália e omitir o fato de prever que minha estadia no país seria breve, também alterei meu nome e minha data de nascimento para ocultar meu paradeiro dos parentes.

Enquanto esperava para ser instalada num apartamento, decidi que queria trabalhar. Encontrei empregos temporários como faxineira e na linha de montagem de algumas fábricas. Cada vez que eu arrumava um emprego, tinha de informar os funcionários do centro que eu estava trabalhando e sendo paga. Como resultado, parava de receber as quantias distribuídas pelo sistema de bem-estar, e deveria até devolver ao centro parte do dinheiro que eu estava ganhando, de modo que, independentemente do quanto eu trabalhasse numa semana, fossem cinco ou seis dias, no fim me restavam cerca de vinte florins para gastar comigo mesma. Perguntei a uma das assistentes sociais: “Por que não posso ficar com meu dinheiro se trabalho o dia todo para ganhá-lo?”.

Ela explicou pacientemente que eu estava sendo alimentada e abrigada, e que esses serviços custam dinheiro. Assim, ela disse, não era como se as autoridades estivessem confiscando meu dinheiro: eu estava contribuindo para meu próprio sustento. A recompensa que o trabalho me proporcionava se dava sob a forma do afastamento do tédio, do aprendizado do holandês e da sensação de estar fazendo algo útil. Mas não parecia haver relação entre o tempo que eu passava trabalhando e o dinheiro que eu ganhava. Meu sustento com certeza custaria muito mais do que os poucos florins que eu ganhava me ocupando de pequenos serviços.

Finalmente recebi uma carta do departamento de habitação informando que eu fora designada para um apartamento e que a menor, Yasmin (que na verdade tinha a minha idade), seria liberada para viver sob os meus cuidados. Pela primeira vez na minha vida tive de lidar com o pagamento de contas, aluguel e tarifas cobradas por serviços como telefone e tv a cabo. Tive de procurar mobília para o lar. Não cresci em um país onde a temperatura variava muito do verão para o inverno, mas na Holanda era preciso pagar pela calefação, o que tornava a vida mais cara nos meses de frio intenso.

Fui até o escritório do serviço social, onde as pessoas esperavam sua vez para falar com os assistentes que ficavam atrás de um comprido balcão. Depois de algum tempo percebi que era preciso puxar um papelzinho numerado de um poste localizado em um dos cantos da sala. Conforme as pessoas encerravam seus assuntos com os assistentes sociais, novos números apareciam numa tela, e cada vez que o número mudava ouvia-se um sinal eletrônico alto. Fiquei fascinada com a engenhosidade desse sistema. As pessoas não precisavam fazer fila como na África; não precisavam furar fila, empurrar umas às outras nem agir com agressividade para defender seu lugar. Era possível sentar-se enquanto o papelzinho nos representava na fila. Aquilo me impressionou ainda mais do que o fato de os assistentes sociais trabalharem com tamanha rapidez que nunca esperávamos mais de dez ou quinze minutos.

“Próximo!”, chamou uma mulher loira com um lenço envolvendo o pescoço e um rígido sorriso nos lábios finos.

Fui correndo até o balcão. Disse: “Sou eu, Ali!”.

“Mostre-me seu documento de identidade”, ela disse.

Eu vestia um casaco com cinco bolsos. Abri o zíper do lado direito e meti a mão nele, mas o documento não estava lá. Tentei o bolso esquerdo; não estava lá. Procurei nos bolsos internos e finalmente encontrei o documento no bolso da manga, onde sempre guardo algumas moedas e uma nota de dez florins para o caso de o pneu da minha bicicleta furar. O bolso da manga do casaco era para mim o mesmo que os holandeses chamam de cofre e o mesmo que a fronha do travesseiro representava para a

minha avó. Considerei que meu documento de identidade e meus dez florins eram minhas posses mais preciosas, e por isso os guardei ali.

Sempre nervosa diante de um funcionário do governo, eu não conseguia afastar a ideia de que a mulher me diria para voltar para o meu próprio país. Imaginei que ela perderia a compostura e explodiria: “O que está fazendo aqui? Afaste-se! Volte para casa, volte para os seus pais”. Ou que ela diria, numa entonação conspiradora, o mesmo que diziam muitos funcionários do governo que encontrei na África: “Trouxe um presente para mim?” — ou seja, *Me ofereça uma propina*.

Em vez disso, ela esperou pacientemente até que eu achasse meu documento e o entregasse a ela. A funcionária olhou para mim, depois para a foto no documento, então novamente para mim e depois para os papéis que ficavam numa pasta que parecia conter todos os detalhes da minha vida desde a época que pedi o asilo. “Diga-me seu primeiro nome”, ela disse.

“Ayaan.”

“E o sobrenome?”

“Não temos sobrenomes”, eu disse. “Posso lhe contar quem foram meus ascendentes.”

“Seria Hirsi?”, ela perguntou.

“Sim”, respondi. “Ele é o filho de Ali.”

“Ali?”, ela perguntou, assentindo. “Pois bem, venha comigo, por favor.”

Dei a volta no balcão e ela me conduziu até uma pequena sala. Sentou-se atrás de uma mesa e perguntou se poderia buscar para mim um chá, café, água ou alguma outra bebida. Acho que o nervosismo era evidente na minha expressão.

“Vou buscar um café para mim”, ela disse. “Não me importo de pegar um para você também.”

“Está bem”, eu disse. “Aceito um café.”

Quando voltou, ela sorriu e disse: “Parabéns, você agora mora em um apartamento em Ede. Para mobiliá-lo, vai precisar de algum dinheiro. Você tem uma poupança?”.

“Poupança?” Deve ter sido a primeira vez que ouvi aquela palavra. Minha avó costumava costurar na fronha o dinheiro que ela recebia da minha mãe, dos filhos dela ou do meu pai. Parecia nunca gastá-lo. “O que é isso?”, perguntei.

“Você guardou algum dinheiro para gastar mais tarde?”

“Recebemos apenas vinte florins por semana”, eu disse, “e os meus sempre acabam no mesmo dia em que recebo.” Era essa a sensação que eu tinha. Não era como se eu *escolhesse* como gastar o dinheiro; ele simplesmente fugia do meu bolso.

“Então você não poupou nada?”, ela disse.

“Não”, murmurei. Senti-me envergonhada, apesar de não saber exatamente por quê. Na Holanda, todos pareciam falar sobre o dinheiro com muita franqueza, mas isso sempre me deixava nervosa. Eu ficava ainda mais constrangida pelo fato de não saber o significado de palavras como *poupança* nem nada a respeito do funcionamento das contas bancárias ou do jargão que ela começou a usar. A ideia de separar dinheiro numa conta do banco que rendia mensalmente era para mim algo completamente alienígena.

“Pois bem”, ela prosseguiu, calmamente. Sua atitude em relação a mim continuou educada, terna e amistosa. Ela não parecia inclinada a me julgar. Mas sua próxima pergunta quase me fez engasgar com o café. “Por acaso seus pais pouparam algum dinheiro para você?”

Essa era uma pergunta inacreditável que expunha completamente as vastas diferenças entre a Holanda (e o Ocidente em geral) e o lugar de onde vim, a cultura nômade. Aquela mulher pressupunha que a maioria dos pais pudesse poupar algum dinheiro, reservando-o numa conta bancária específica aberta no nome dos filhos. “P-p-p-pais?”, gaguejei.

“Você não tem pais?”, ela perguntou. “Onde eles estão?”

Eu estava suando; podia sentir minhas axilas molhadas. Quanto mais me esforçava para não ficar nervosa, mais eu parecia demonstrar meu nervosismo. Contei uma mentira quando pedi asilo, e parece

que aquilo deu certo, porque recebi o status A. Mas pensei que aquilo fosse outro teste. Na época não me dei conta de que as diferentes agências do governo holandês não comunicam essas coisas umas às outras.

"Onde seus pais moram atualmente?", ela prosseguiu. "Vejo que você possui o status A. Sei que há uma guerra na Somália, imagino que isso seja muito ruim para você."

Senti-me aliviada e contei a história que ensaiei durante meses a respeito da guerra civil. Ela me interrompeu e disse: "Vamos prosseguir com a solicitação".

"Solicitação?", eu disse, confusa. Pensei que eu já tivesse o status A.

"Sim", ela disse. "Estou falando da solicitação de um empréstimo. Você precisa de um empréstimo para mobiliar o apartamento."

"Aaaah!", exclamei. "Preciso mobiliar meu apartamento." *Mobiliar... meu... apartamento*. Três conceitos absolutamente distintos me foram apresentados rapidamente de uma só vez.

"De quanto você precisa?", ela perguntou.

"Apenas o suficiente", respondi, ressabiada.

Ela disse que eu poderia pedir emprestado qualquer quantia entre 1200 e 5 mil florins. "Você não sabe quanto as coisas custam, sabe?", ela continuou.

"Não", concordei. "Não sei quanto as coisas custam."

"Bem, você tem amigos?", ela perguntou. "Eles podem levá-la às lojas mais baratas." Diante da palavra *baratas* senti uma profunda sensação de desonra, a sensação de que eu pertencia ao nível mais baixo daquela sociedade, de que tinha caído em desgraça.

"Sim, é claro que tenho amigos", respondi. Não pude suportar a ideia de dizer que não tinha nenhum amigo.

Ela continuou a preencher a solicitação. "Em quanto tempo você acha que poderá devolver o dinheiro?"

"Preciso devolvê-lo?", perguntei. "Pensei que dariam para mim."

"Não, o dinheiro não é um presente. É um empréstimo. E-m- -p-r-é-s-t-i-m-o. É um empréstimo."

"O que é um empréstimo?", perguntei. "Ah, você quer dizer uma *dívida*?" Fiquei perturbada com a ideia de me envolver numa dívida com um infiel. Aquilo significaria que eu teria de pagar juros, coisa que é anti-islâmica e maligna. Sem dúvida aquilo não passava de um truque dos infiéis.

"Sim", ela disse. "Você terá de pagar juros."

"Mas isso é proibido pela minha religião!", grasnei.

"Você não é *obrigada* a aceitar", aconselhou a assistente social. "Na verdade, você não deve se endividar, isso não é bom. Sua religião é sábia. Mas você não tem móveis, e seu apartamento vazio vai ficar frio depois do verão. Quer pensar a respeito do assunto e voltar na semana que vem?"

Eu disse que não, obrigada, não queria pensar a respeito do assunto. Tive a sensação de que esse pecado adicional de participar da usura não faria nenhuma diferença, afinal, eu já tinha pecado tanto. Aceitei dinheiro do infiel, dormi nos seus campos, desobedeci meus pais, orei pouco, cortei o cabelo bem curto e usei calças como um homem. Sem dúvida eu já estava perdida. E *fazia* frio, e eu *queria* um apartamento legal, e aquela mulher estava me oferecendo uma quantia realmente sedutora, mais de 4 mil florins. "Gostaria de continuar com a solicitação, por favor", eu disse.

"Ótimo", ela disse. "O plano de pagamento é o seguinte: enquanto estiver desempregada, você receberá um seguro-desemprego de 1200 florins. Todos os meses, subtrairemos cem florins do seu seguro para cobrir o pagamento da dívida. Se encontrar um emprego, eu ou uma das minhas colegas vamos nos sentar com você para combinar os termos de um novo plano de pagamento. Compreendeu?"

"Sim", respondi, sentindo-me um pouco estúpida.

"Então assine aqui, por favor. Coloque a data, e pronto."

"Mas como receberei o dinheiro?", perguntei.

"Abra uma conta bancária e nos informe o número."

Eu nunca havia tido uma conta. Um voluntário da organização holandesa de assistência aos refugiados teve de me levar até o banco para abrir uma. A bancária me perguntou se eu gostaria de fazer um depósito. Ofereci a ela os 10 florins que estavam guardados na manga do casaco. “Não, tudo bem, pode ficar com eles”, ela disse. “Não faz mal.”

Recebi um reluzente cartãozinho azul onde estava escrito *Giro*. Não funcionava nos caixas eletrônicos — era apenas um registro do número da minha conta —, mas achei aquilo o máximo.

O voluntário foi muito gentil e preciso. Ele me aconselhou a arrumar uma carteira em vez de guardar o dinheiro e os documentos nos bolsos do casaco. Senti-me envergonhada demais para perguntar o que era uma carteira. Estávamos falando em inglês, mas *wallet* era uma palavra que eu não conhecia.

Duas semanas mais tarde, recebi boas notícias. Meu empréstimo de 5 mil florins foi liberado e depositado na minha novíssima conta bancária, e o banco me enviou um cartão de débito. Eu podia obter dinheiro a partir de uma máquina instalada nas paredes sempre que eu desejasse!

Yasmin e eu ficamos radiantes. Imagino que nós duas sonhássemos em ficar ricas. Vovó e mamãe costumavam fazer alusões a essa possibilidade para mim e minha irmã. Para nós, porém, enriquecer queria dizer que nos casaríamos com homens endinheirados que tomariam conta de nós e sustentariam mamãe e vovó. Assim, tornar-se rica era algo associado à sorte (era preciso sorte para ser pedida em casamento por um homem rico), mas também ao comportamento impecável de menina *baari* extremamente dócil, uma virgem cuja honra e pureza superariam em muito as de todas as outras mulheres.

Agora, graças a Alá, eu e Yasmin estávamos ricas. Conversamos sobre decoração, cortinas, carpetes e móveis. Dissemos muitas vezes palavras como “bonito” e “legal”, mas nunca chegávamos a algo mais específico. A última vez que eu tinha morado numa casa com decoração fora em Adis Abeba, aos oito anos. Excluída aquela ocasião, a ideia que minha mãe fazia de decoração se resumia a dispor pela casa nossos banquinhos *gambar*, feitos de madeira e cobertos com couro bovino, e espalhar colchões de pouca espessura pelo chão. Essas coisas serviam a diversos propósitos: sentávamos neles e dormíamos sobre eles, mas comíamos no chão. (Numa das casas em que moramos no Quênia, tínhamos uma mesa de jantar e quatro cadeiras, mas mamãe as quebrou num acesso de fúria.) Mamãe cobria as janelas com lençóis e longos pedaços de pano para impedir a vista do mercado de rua.

Minha família levava uma vida nômade mesmo quando morávamos em cidades. Mudávamos com frequência e, a cada vez que alugávamos uma nova casa, encontrar janelas era como uma revelação. “Janelas”, dizia meu pai, satisfeito consigo mesmo. “Tantas janelas. *Noor*. Luz, quanta luz, quanta luz.”

Mamãe o interrompia. “*Daah, daah, daah*” — cortinas, cortinas, cortinas. Precisávamos de cortinas. Papai fazia careta. Uma briga tinha início.

“Por que escolheu uma casa com tantas janelas se não quer pagar pelas cortinas?”

“Por que quer nos manter mergulhados na escuridão? Para que precisamos de cortinas? Não temos nada para esconder. Somos puros, somos muçulmanos, somos os filhos de Magan.”

As cortinas sempre foram motivo de discussão.

Yasmin queria cortinas vinho, de seda brocada. Ela queria carpetes vistosos, sofás com estofamento tão fofo que poderíamos nos afundar neles, candelabros. Ela, que também era uma exilada somali, fora educada pela avó urbana em Nairóbi, e a situação em que vivera tinha sido o oposto daquela dos meus pais. Yasmin era capaz de investir muito dinheiro, energia e tempo no esforço de encontrar o tom de cor certo para combinar com o restante da mobília estofada.

Brocado de seda. Estofamento. O que eu sabia daquele universo? Aquelas eram palavras saídas da obra de Jane Austen, e eu já estava vivendo no país das maravilhas do outro lado do espelho, com um *cartão de débito* e um a*partamento*.

Um segurança que trabalhava no centro para solicitantes de asilo se ofereceu para nos levar a lojas de móveis depois do expediente. Ele nos perguntou quanto tínhamos para gastar, e, quando lhe dissemos, ele disse que nos levaria às lojas mais baratas. Mas não era para lá que queríamos ir. Yasmin e eu

empinamos o nariz e dissemos: “Ah, não, esse tipo de coisa não é para nós, queremos comprar algo melhor”.

Ele tentou abrir nossos olhos: “Vocês não podem arcar com os preços. Estão perdendo tempo”.

“Não, não”, dissemos. “É isso o que queremos, por favor, leve-nos às lojas mais chiques.” Eu nunca tinha estado numa loja de móveis, mas eu queria brocado, estofamento, qualidade — nada que fosse barato e de mau gosto; aquilo estava *abaixo* de nós.

Assim, o bom homem nos levou de loja em loja, e num dado momento decidimos comprar um carpete preto, cor-de-rosa e púrpura. Um vendedor nos informou que custaria 110 florins por metro quadrado.

Ficamos eufóricas. “Sim”, dissemos ao mesmo tempo. “É o que queremos, é este que escolhemos.”

A expressão no rosto de nosso amigo holandês era de incredulidade. Ele simplesmente ficou observando tudo, imóvel.

Então nos apaixonamos por um papel de parede. Era branco e tinha um desenho padronizado como estampa. Aquilo não era realmente necessário — as paredes do nosso apartamento não estavam feias nem desgastadas —, mas fiquei genuinamente fascinada pela ideia do papel de parede. Eu lembrava de como cobríamos os livros didáticos na escola. Parecia algo muito adulto, muito *rico*.

Na loja, o homem que levou nosso cartão de débito estava feliz. Ele disse que deveria haver alguém no endereço na data de entrega do carpete, e que naquele dia eles removeriam o revestimento anterior do assoalho e instalariam o novo. Pusemos os rolos de papel de parede na mala do carro. Passamos quatro dias com nosso amigo holandês raspando o papel antigo e aplicando o novo, colando-o na sala de estar, no corredor e nos dois quartos. Uma semana mais tarde, nosso carpete foi colocado.

E foi então que tivemos uma surpresa: restavam-nos quatrocentos florins dos 5 mil que pegamos emprestados. Em outras palavras, tínhamos um carpete, papel de parede e nada mais. Nada de cortinas, nada para nos sentarmos, nada de camas, nem cadeiras, nem louça.

De início, Yasmin e eu ficamos pasmas.

O dinheiro não valia nada naquele país. O empréstimo todo servia apenas para comprar um carpete? Logo decidimos que aquela era a vontade de Deus. Não havia necessidade de ralhar: Alá assim desejara.

O carpete fora cortado na medida escolhida e instalado. Não tínhamos escolha a não ser pagar por ele.

Na semana seguinte, Gerda, uma professora voluntária de holandês como segundo idioma, veio nos visitar. Assim que entrou, ela exclamou: “Aaaah, que carpete chique vocês têm!”. Entretanto, a expressão dela não poderia diferir mais de suas palavras. Parecia horrorizada.

Insistimos para que ela entrasse e se sentasse conosco no chão. Acariciamos nosso carpete.

“Como vocês conseguiram este... este... carpete?”, ela perguntou.

“Eles o trouxeram”, eu disse.

“Quem são ‘eles’?”

“A loja.”

“E quem escolheu as cores?”, ela perguntou. “Se quiserem minha ajuda para devolvê-lo, basta me pedir.”

“Mas queremos ficar com ele”, eu disse.

O pai de Gerda tocou a campainha. Ela o trouxe consigo para que ele pudesse nos ajudar a preencher os formulários necessários para nossa instalação em Ede; ela disse que o pai era aposentado e poderia se distrair nos ajudando.

“Que carpete mais animado”, ele disse quando entrou. “Já estava na casa quando vocês se mudaram? Se quiserem, posso removê-lo. Posso chamar alguns rapazes para tirá-lo daí.”

“Não, não”, respondi. “O carpete é novo, é nosso, nós o queremos.”

Mostramos ao pai dela nossos registros contábeis, que ficavam em envelopes mantidos num saco

plástico. Ele trouxe dois imensos arquivos e um furador e começou a nos mostrar como usar aquilo para fazer furos nos papéis e arquivá-los. Eu já tinha frequentado uma faculdade queniana de secretariado e, apesar de ter pouquíssima experiência em arquivamento, compreendi aquilo que ele tentava nos ensinar.

Em seguida, ele deu uma olhada nos nossos recibos. Viu a conta do carpete e exclamou: “A quantia equivale a todo o seu empréstimo, menos quatrocentos florins!”. Ele estava visivelmente transtornado. “Isto é errado!”, ele disse. “Um escândalo. Os vendedores se aproveitaram de vocês. Vou escrever a eles uma carta dizendo que é uma indecência e jamais deveria ter ocorrido. Temos de reverter esta situação.”

Fiquei sem palavras. Yasmin pensou que poderia salvar a situação servindo montanhas de biscoitos e litros de chá.

“Hummmm”, gaguejei. “Hum, hum, hum... Mas nós gostamos do carpete.”

“Mas agora vocês não têm mais nada”, ele disse.

“Mais chá?”, perguntei, na esperança de mudar de assunto.

Gerda e seu pai conversaram num holandês rápido. Yasmin e eu olhamos uma para a outra sem saber o que fazer. Então Gerda salvou o dia. “Está bem”, ela disse, “se realmente gostam do carpete, fiquem com ele. Vamos arrumar móveis para vocês. Precisam de camas, cadeiras, uma mesa, uma escrivaninha e uma tv.”

Em questão de uma semana, ela e o pai mobilizaram seus amigos aposentados, de idade avançada, mas em excelente condição física, para nos ajudar. Eles trouxeram móveis, camas, cortinas, pratos, garfos e facas. Como eu falava inglês (ainda não sabia falar holandês), meu papel era atender ao telefone e abrir a porta. Durante duas semanas, as únicas palavras que saíram da minha boca foram “Sim, obrigado. É *claro* que adoramos. Muitíssimo obrigado”.

Gentis voluntários entravam no apartamento carregando mais cadeiras, mesinhas, pequenas estatuetas de cerâmica e até anões de jardim, e a cada vez que abria a porta eu dizia: “Sim, sim, sim, entre, por favor, obrigado”.

Tínhamos quatro camas, três televisores, dois conjuntos de sofá, duas mesas e mais de uma dúzia de cadeiras; sobre uma delas havia uma pilha de folgadas cortinas de acrílico de variados tamanhos. Nosso amplo apartamento de três cômodos parecia um armazém de móveis. Todo aquele pó me fazia espirrar.

Certo dia Yasmin começou a chorar. Ela detestava viver daquele jeito. Assim, levamos para o porão tudo aquilo de que não gostávamos, descendo três lances de escadas. Quando Gerda ou o pai vinham nos visitar, telefonavam com antecedência, o que nos dava tempo de tirar as coisas do porão e trazê-las para cima outra vez.

Ainda não tínhamos colocado as cortinas. Nenhuma de nós sabia como fazer isso, e na verdade não gostávamos de nenhuma das cortinas que ganhamos de presente; elas pareciam peças baratas e descartadas. Certo dia, quando voltei de uma aula de holandês, Yasmin disse ter encontrado a resposta perfeita para essa questão. Ela tinha um grande catálogo impresso em papel brilhante sobre o colo, cheio de fotos, e trazia no rosto um amplo sorriso. “Ayaan, veja, podemos jogar fora todas aquelas porcarias!”, ela gritou, animada. “Podemos comprar cortinas novas, móveis, tudo o que quisermos!”

Naquele catálogo havia roupas, sapatos, aparelhos eletrônicos, utensílios e tudo o mais que se pudesse querer. “Mas como vamos pagar por isso?”, perguntei.

“Não precisamos pagar!”, gritou Yasmin. “Basta comprar, o pagamento vem depois.” Ela me contou que visitou algumas pessoas que conheceu no centro para solicitantes de asilo. Elas também tinham encontrado um apartamento, mas, Yasmin disse, diferentemente de nós, viviam num ambiente lindo — pelo qual não tiveram de pagar.

“Está bem”, eu disse, “vamos encomendar as cortinas.” Assim, escolhemos lindas e espessas cortinas douradas e marrons com uma superfície que parecia de cetim e uma forte costura em algodão. Elas foram

entregues 24 horas depois de Yasmin as ter encomendado, em caixas que foram levadas até a porta do nosso apartamento. Aquele era outro encanto das lojas compre-agora-pague-depois: a gratificação instantânea.

Yasmin parecia saber exatamente o que fazer, e começou a encaixar pecinhas de metal dobrado em pequenos orifícios nas cortinas. Precisamos de um dia e meio para pendurá-las. Mas ao terminar percebemos que elas eram compridas demais, deixando boa parte do tecido amassado sobre o chão acompanhando a parede. Yasmin disse que, se tivéssemos escolhido no catálogo o tamanho menor, as cortinas seriam curtas demais. Então decidimos deixá-las compridas mesmo, novamente agradecendo a Alá e concordando que aquela era a vontade Dele.

Uma semana mais tarde uma carta me informou que eu devia agora outros 4 mil florins. Quatro meses depois, Yasmin desapareceu. Pouco mais tarde recebi uma conta da operadora de telefonia: ela tinha gasto 2500 florins em ligações.

Alguns holandeses prestativos me ajudaram a solicitar planos de longo prazo para quitar as dívidas. Nos meses que se seguiram, minha amiga Johanna, uma moça adorável que se ofereceu para me ensinar holandês, mostrou-me como fazer compras nos grandes supermercados, onde os preços eram mais baixos, e tentou me ensinar a controlar o orçamento. Em 1995, conforme minhas habilidades no holandês melhoravam, arrumei um emprego de intérprete e tradutora. Essa ocupação me proporcionou uma renda maior do que o dinheiro que eu ganhava com pequenos serviços.

Em Ede, comecei a evitar a amizade de compatriotas somalis, apesar de muitos deles me convidarem até suas casas para que eu traduzisse holandês. Eles continuavam a comprar de vários catálogos de ordem postal que lhes davam a opção de pagar no futuro distante. Outros pediam empréstimos aos bancos e ao serviço social, quantias que enviavam aos parentes na Somália ou nas muitas comunidades somalis espalhadas pela África. Traduzi para muitas pessoas que tinham aceitado o mesmo empréstimo de 5 mil florins que me fora oferecido e que tinham enviado o dinheiro todo aos parentes para que utilizassem tudo para pagar um contrabandista que os levasse clandestinamente à Europa.

Para quitar esses empréstimos, alguns somalis assumiam empregos temporários, mas em geral não avisavam o serviço social que estavam trabalhando. Isso significava que eles continuavam a receber o seguro-desemprego, além do salário. Mas essa prática era considerada fraudulenta, um crime que poderia causar muitos problemas para o perpetrador. Se fossem descobertos, teriam de devolver o dinheiro recebido e pagar uma multa, o que implicava novos empréstimos, afundando a pessoa cada vez mais nas dívidas. Talvez até perdesse o emprego por ter uma ficha policial, o que a obrigaria a voltar para o seguro-desemprego. Em tais casos, as autoridades retinham parte do seguro-desemprego para cobrir o pagamento das dívidas, entregando ao solicitante apenas o necessário para arcar com custos essenciais, como o aluguel e serviços elementares. Muitos negligenciavam o pagamento dessas contas e acabavam presos em dívidas intermináveis. Soube de muitas pessoas que fugiram para a Inglaterra ou para a Escandinávia para evitar o pagamento das quantias devidas a numerosos bancos e agências na Holanda.

Praticamente todas as pessoas que eu conhecia tinham acumulado dívidas impressionantes. Elas solicitavam cartões de crédito, pedaços mágicos de plástico que permitiam assinar um pedacinho de papel e sair de qualquer loja levando o que quer que se desejasse. Recebiam empréstimos intermináveis do serviço social — para o auxílio contra o desemprego, para a pensão infantil, para vários benefícios médicos —, mas em quase todas as conversas lamentavam a quantia miserável com a qual tinham de viver, totalmente inconscientes do sacrifício da sociedade que estava pagando por tudo aquilo.

Em outras palavras, não tinham ideia alguma das obrigações de um cidadão, que dirá das complexidades do Estado de bem-estar social.

Como intérprete do Serviço de Imigração e Naturalização, eu traduzia para homens e mulheres que imploravam desesperadamente para serem admitidos como residentes na Holanda. Os servidores civis que os entrevistavam faziam a eles as mesmas perguntas que fizeram a mim quando pedi asilo: tinham sido alvo de perseguição? Como chegaram até a Europa? Moraram em algum outro país que não a Somália antes de chegar à Holanda? Cometeram algum crime?

Todas aquelas perguntas giravam em torno do passado. Nenhum dos solicitantes tinha de responder quais eram suas expectativas depois de serem aceitos no país. Suas habilidades não foram testadas. Não perguntaram a eles a respeito dos seus valores, dos seus costumes, das suas práticas, nem do conhecimento das leis e dos costumes da Holanda.

Como eu, alguns daqueles solicitantes recebiam visto de residência. Mas nenhum de nós já tinha sido um *cidadão*, no sentido moderno da cidadania. Nunca sentimos uma lealdade participativa em relação a um governo. Nós nos mantínhamos fiéis aos laços de sangue.

Numa cultura tribal, exige-se que todos partilhem sua renda com os familiares e até com os parentes mais distantes, que a recebem com alegria. Essa obrigação também é enfatizada no Alcorão. Um parente pobre que deseje a ajuda de um familiar mais rico cita versos do Alcorão e ditados do Profeta para convencer o parente a lhe dar algum dinheiro. O código tribal de honra e vergonha faz o restante.

A pressão sentida pela maioria dos imigrantes e até por seus filhos e netos no sentido de partilhar a própria renda com familiares vivendo no seu país de origem é admirada por alguns economistas desenvolvimentistas e funcionários de agências humanitárias, mas é parte daquilo que mantém essas pessoas na pobreza. Elas nunca conseguem poupar o suficiente para si e para os filhos.

Para meus compatriotas refugiados, ser admitido na Holanda significava, acima de tudo, ganho material. Parte dele — dinheiro, roupas e outros itens de luxo — poderia ser partilhada com os parentes na terra natal ou exibida a outros somalis como forma de se distinguir dos clãs mais baixos. Os motivos que me levaram à condição de refugiada eram um pouco diferentes: eu não queria me casar com um homem que não tivesse escolhido. Mas nenhum de nós era impelido pela motivação de se tornar cidadão holandês. Nossa chegada era fruto do acaso, um acidente ou uma coincidência, dependendo da perspectiva.

Imagine que você é um somali que escapou da guerra civil e está em Nairóbi. A maioria dos refugiados somalis considera o Quênia um porto de transição no caminho até o rico Ocidente. Assim, procuramos um contrabandista de pessoas, cujo trabalho consiste em fabricar passaportes e vistos falsos, além de outros documentos de imigração. O contrabandista, como qualquer outro homem de negócios, apresenta seus serviços: entrar nos Estados Unidos custa (digamos) 20 mil dólares; no Canadá, 15 mil; na Alemanha, 10 mil; na Escandinávia, entre 5 mil e 10 mil. Entrar na Suíça é especialmente caro. Se conseguir juntar dinheiro o bastante, em geral com a ajuda de parentes que já estejam em algum desses países, então você começa a fazer parte do pequeno grupo de sortudos que têm acesso a uma vida sem fome, com atendimento médico e habitação gratuitos e a oportunidade de trazer clandestinamente mais dos seus parentes e tirá-los dos campos de refugiados e do limbo em que se encontram.

A maioria das pessoas que se encontram nessa situação nunca sai do limbo. Elas cortejam parceiros, casam-se, têm filhos e sobrevivem tão bem quanto conseguem. Algumas voltam para a Somália e depois para o Quênia: algumas desistem e se deixam derrotar. Aquelas que podem arcar com o preço do contrabandista escolherão entre os países aos quais podem solicitar asilo. Alguns contrabandistas fornecem mais do que documentos, se o freguês pagar pelo serviço adicional; eles preparam biografias fictícias completas com base nas perguntas que serão feitas pelos muitos burocratas dos diferentes serviços de imigração e naturalização.

É claro que, com frequência, a armação dá errado. Alguns daqueles que pagam a um contrabandista para serem levados aos Estados Unidos acabam detidos num porto europeu. Alguns são deportados de

volta imediatamente. Mas outros conseguem permanecer no país ao seguir as instruções do contrabandista: “Se for apanhado em algum ponto do trajeto, rasgue todos os documentos que tiver consigo que contenham informações pessoais, levante as mãos e peça asilo”. Assim, conforme os aeroportos europeus são pressionados pelos Estados Unidos a controlar mais atentamente os viajantes em trânsito chegados da África ou do Oriente Médio, um número cada vez maior de imigrantes vê-se em destinos diferentes do escolhido, com frequência na Europa.

Depois do pedido de asilo, segue-se um extenso processo. Um pequeno número de sortudos, entre os quais me incluo, é admitido no país, e finalmente se tornam cidadãos por meio da naturalização. Mas solicitam asilo, o que significa que pedem ao Estado que os reconheça como refugiados. O status de refugiado, quando concedido, é dado àqueles capazes de convencer as autoridades de que seriam perseguidos se voltassem ao país natal. Em troca, o país anfitrião exige que a pessoa jamais retorne ao país de origem. Caso contrário, seu status de refugiado perde a validade pois a pessoa não se enquadra mais nas condições que configuram a necessidade de proteção. As pessoas que vêm à Europa dessa maneira acabam se instalando no continente não por um desejo de fazê-lo nem pelo significado da cidadania, mas puramente em virtude da conveniência ou porque precisam genuinamente ser protegidas da perseguição. Tais pessoas, portanto, não apresentam a menor motivação em adotar os valores e costumes dos países para os quais fogem.

Nenhum de nós estava remotamente preparado para adotar novos valores. Praticamente todos acabamos metidos em encrencas na tranquila sociedade na qual fomos admitidos por acaso e sorte. E, entre todos os desafios que enfrentamos, o maior era o dinheiro.

De vez em quando eu socializava com os colegas que traduziam árabe, persa, dari, berbere, turco e outros idiomas, e partilhávamos nossa experiência com os clientes de nossos respectivos países. O dinheiro era o problema número um. Os refugiados solicitavam empréstimos demais, não conseguiam pagar suas dívidas, abusavam dos cartões de crédito, negligenciavam o pagamento de impostos e enviavam todo o dinheiro para os parentes no exterior em vez de se preocupar com a própria estabilidade financeira. Nossos clientes pareciam estar presos num ciclo de pobreza, sobrecarregados por um atoleiro de dívidas tão profundo que, mesmo se agissem com responsabilidade pelo restante de suas vidas, seria necessária quase uma geração para quitar todas as obrigações acumuladas.

Nenhum de nós estava pronto para compreender o sensato e frugal mantra holandês *Ganhe, poupe, invista e reinvista*. Todos nós gastávamos mais do que ganhávamos. Anos mais tarde, quando comecei a estudar administração pública, percebi que esse padrão de endividamento estava relacionado com a perpetuação da pobreza da classe imigrante. O endividamento perpetua a pobreza. Quando eu olhava para as raízes do endividamento entre marroquinos e turcos — que, diferentemente dos refugiados da Somália, do Iraque e do Afeganistão, foram à Holanda para trabalhar —, descobri que sua atitude em relação ao dinheiro (tomá-lo emprestado, negligenciar a poupança, enviar grandes quantias de volta à terra natal, gastar para se exibir, comprar a partir de catálogos, abusar dos cartões de crédito) era praticamente igual à minha, à de Yasmin e à de outros somalis.

Todos nós vínhamos de países falidos ou corruptos, onde existe uma imensa distância entre ricos e pobres. Os ricos viviam na abundância, donos de carros, imóveis e joias caras, além de outros acessórios do homem abastado. Outros eram sustentados pelos parentes ricos. Então havia os pobres: aqueles que viviam como servos, mendigos ou ladrões.

Quando criança, aprendi o árabe, o amárico e o inglês sem esforço nem desgaste; não me lembro de ter enfrentado qualquer dificuldade. Num dia eu não falava nada, e no dia seguinte o fazia com desenvoltura. Aprender holandês foi diferente. Lembro-me de cada difícil passo: os verbos irregulares, as exceções às regras, os verbos no final das orações. Lembro-me do esforço para memorizar o vocabulário.

É claro que, mesmo para aqueles que têm facilidade, aprender um idioma na idade adulta é mais árduo do que na infância. E o mesmo pode ser dito em relação ao aprendizado da administração das finanças pessoais. Eu simplesmente não aprendi como fazê-lo. Pode soar patético, mas ninguém nunca me ensinou a diferença entre dez centavos e 25 centavos, a divisão das moedas. Fiquei pasma ao descobrir que as *crianças* holandesas recebem alguns trocados não como um presente para ser gasto naquilo que quiserem, e sim como método deliberado para ensiná-las a administrar um orçamento e lidar com as finanças.

Demorei para aprender que o dinheiro é importante. Se não aprendemos a lidar com ele, o dinheiro nos fere. É um aprendizado que envolve escolhas e planejamento. Afastar-me do meu pai e do homem que ele escolheu para mim abriu as portas para um mundo de liberdades, mas também me obrigou a pensar a respeito de novas formas de limitar a liberdade: seguro-saúde, impostos, pagamento do aluguel ou da hipoteca. Era preciso estabelecer prioridades: quanto gastar em quê. Fiquei desnorteada, insegura, confusa.

Em 1997 fui morar com meu namorado holandês, Marco. Ele ficou horrorizado ao descobrir que eu, uma mulher que parecia ser tão independente e relativamente próspera, era na verdade uma criança em termos de educação financeira. Ele encontrava pequenos punhados úmidos de florins (notas de dez, 25, cinquenta e até cem) nos bolsos das minhas camisas e calças após lavá-las. Depois de passar meses me explicando que a roupa não valia tanto quanto o dinheiro que fora lavado dentro de seus bolsos, ele tentou me explicar por que era importante levar consigo um acessório separado apenas para carregar o dinheiro. Assim, ele me comprou um idêntico ao seu. Sem saber que aquilo que Marco chamava de *portefeuille* tinha uma versão masculina e outra feminina, descobri-me portando uma carteira masculina, e era constantemente surpreendida pelo número de pequenas bolsas (que depois aprendi serem simplesmente carteiras femininas) que me eram dadas como presente.

Tenho dificuldade até para lidar com as transações financeiras do dia a dia. Por ter sido educada para dizer sim, não sei responder não às vendedoras. Durante toda a vida assinei documentos e às vezes até comprei coisas simplesmente para satisfazer o mercador. Para escapar de situações de conflito, minto em vez de dizer a verdade. Se o corretor de uma imobiliária me mostra um imóvel para alugar, vejo-me constrangida demais para dizer que não gostei dele; invento histórias ridículas para escapar por meio de explicações dessa situação rotineira e óbvia, e então ofereço ao corretor um jantar caro como forma de me desculpar.

Num processo muito lento e doloroso, avancei cambaleante e descobri as complexidades da responsabilidade financeira. Aquilo que eu não sabia, aprendi. Com base nessa experiência, acredito que seria prudente ensinar aos refugiados algumas habilidades básicas *antes* de oferecer empréstimos a eles e presenteá-los com cartões de crédito e catálogos de mobília, *antes* de serem absorvidos por uma subcultura de empréstimos e fraudes.

Numa sociedade moderna ocidental, a ética financeira dos cidadãos, como sua ética sexual, tem a responsabilidade individual como base. Dentro da tribo, a ética consiste na obediência aos valores do clã e, por causa da obrigação de auxiliar financeiramente os parentes numa situação ruim, aqueles que agem com irresponsabilidade em relação ao dinheiro escapam impunes. A lealdade aos membros da tribo em países distantes exige que seja solicitado um empréstimo para enviar-lhes dinheiro. Isso torna difícil que a pessoa enxergue o país de sua nova cidadania como seu “lar”; também traz um custo em termos da prosperidade individual. Pode parecer generoso partilhar o dinheiro até com os parentes distantes, mas quando isso envolve a captação de empréstimos há um grave custo no longo prazo.

As habilidades de ganhar dinheiro, controlar o orçamento e poupar são indispensáveis para os cidadãos. Mas nós não nascemos com elas. As meninas e mulheres muçulmanas, em especial, não são treinadas em tais habilidades. Sua ignorância em relação a todas as coisas associadas ao dinheiro as afeta pessoalmente, é claro, mas também perpetua a pobreza de suas famílias. Essas meninas se tornam mães cedo demais, e não conseguem ensinar os filhos a ter responsabilidade financeira. Tornam-se

presas das ofertas de crédito fácil e de gastos fantasiosos. Isso estimula uma dependência dos recursos do sistema de bem-estar social, que já se encontram nos seus limites.

Existe na Europa uma crescente insatisfação diante da imigração, uma sensação de que muitos imigrantes não seriam merecedores da ajuda que recebem de generosos Estados de bem-estar social. Diz-se que os imigrantes abusam do sistema de forma desproporcional, comportando-se como parasitas. É importante levar essa crítica a sério conforme aumenta nessas sociedades a proporção demográfica das pessoas que vêm de um contexto tribal.

Minha proposta não é a expulsão dos imigrantes e de seus filhos, como sugerem certos políticos populistas, nem recomendo que as sociedades ocidentais fechem suas fronteiras ou acabem com o Estado de bem-estar como um todo. Mas meu processo de aprendizado financeiro e o conhecimento das dificuldades enfrentadas por clientes para os quais trabalhei como tradutora, bem como os muitos estudos da pobreza e do endividamento dos imigrantes que li quando era membro do parlamento, sugerem que muitas das pessoas que partilham de um passado semelhante ao meu não estão familiarizadas com a moralidade do dinheiro que prevalece nos países onde passaram a viver. Em vez de respeitar a sua cultura, os ocidentais que sentem compaixão diante da pobreza dos imigrantes precisam encorajá-los a aprender novas atitudes, que lhes permitirão deixar para trás a pobreza.

13. A violência e o fechamento da mente muçulmana

Não me lembro do meu primeiro dia na escola islâmica de Mogadíscio. Eu deveria ter três ou quatro anos. A sala tinha telhado de palha e chão de areia coberto com esteiras de papiro. Era cercada por um muro feito de galhos secos e grama entrelaçada. A maioria das crianças tinha a minha idade; algumas eram um pouco mais velhas. Havia meninos e meninas. Um professor que empunhava uma varinha fina e comprida nos conduzia até a sala. Ele gritava: "Em nome de Alá, o clemente, o misericordioso", e nós ecoávamos seu grito. Ele gritava versos do primeiro capítulo do Alcorão e insistia para que os repetíssemos em coro. Recitávamos o texto em árabe, idioma que não falávamos. É provável que também o imame não conhecesse muito do árabe. Ele estava nos ensinando a recitar um texto cujo significado era desconhecido para todos nós. E ninguém nos explicou o motivo.

Devíamos aprender a recitar quatro ou cinco versos de cor e então escrevê-los numa placa de madeira. Foi no madraçal que aprendi a fazer tinta a partir do carvão, da água e do leite. Recebíamos pequenos palitos, como aqueles que usamos para limpar os dentes. Mastigávamos o palito até que a ponta ficasse macia como a de um pincel. Se a extremidade ficasse longa demais, bastava cortar o excesso com os dentes e cuspir o resto no chão. Então mergulhávamos o palito num grande pote de tinta. Aprendi a escrever *alif*, a primeira letra do alfabeto arábico.

Tudo o que escrevíamos em nossas placas de madeira era sagrado, de acordo com o que nos disseram. Lavávamos as placas com uma água especial, abençoada; era pecado deixar as placas no chão.

No centro do madraçal havia um grande livro sobre um atril: o Alcorão Sagrado. Ele ficava aberto, mas era tão sacro que não tínhamos permissão de tocá-lo; somente as crianças mais velhas, já familiarizadas com os estudos avançados, tinham autorização para se aproximar do livro. Não apenas o conteúdo do Alcorão era sagrado, mas também a própria encarnação física do livro. As crianças mais velhas conheciam o significado da purificação e sabiam como se lavar. Eram capazes de recitar muitos versos de cor. Nós, os mais jovens, desconhecíamos a pureza, não podendo portanto nos aproximar do livro. Naquela idade, estudar o Alcorão significava crescer para ter idade suficiente para se lavar, decorar muitas suras (capítulos), aprender o alfabeto arábico e copiar os versos do livro sagrado.

Depois de muitas horas investidas em tal aprendizado, éramos liberados para voltar para casa. Almoçávamos, tirávamos uma soneca e, quando acordávamos, sentávamo-nos sob o *talal* na frente de nossa casa e rezávamos para que meu pai fosse solto da prisão. Se durante essas orações eu conseguisse recitar alguns dos versos que aprendera, recebia elogios.

O Alcorão era usado para outros propósitos. Minha avó Hawo estava doente, com câncer de mama. De tempos em tempos minha mãe contratava alguns estudiosos do Alcorão. Eles se sentavam ao redor da minha avó, recitavam versos do livro e cuspiam levemente nela. O Alcorão era um remédio; tinha o poder da cura.

Também era usado como castigo. Na entrada do madraçal havia uma rede, amarrada com firmeza a dois postes. Diziam-me: "Se você agir mal, se for malcriada, se não se comportar direito, receberá o *Itha Shamsu* como castigo". Eu não fazia ideia do que era isso até que um dia vi o professor erguer um dos menininhos e colocá-lo na rede. Ela ficava amarrada tão no alto que se o menino caísse de lá com certeza se machucaria ao despencar no chão duro. Então o professor instruiu os meninos e meninas mais velhos a apanhar uma vareta entre as que jaziam num canto da sala, dispor-se ao redor da rede e, acompanhando a cadência dos versos de um capítulo do Alcorão que chamamos de *Itha Shamsu Kuwirat*, surrar a criança. Nunca senti tanto medo em minha vida.

Itha Shamsu Kuwirat significa “o sol dobra-se sobre si mesmo”, embora na época eu não soubesse disso. O capítulo descreve os castigos do dia do Juízo Final, mas esse significado não nos foi revelado. No madraçal, as perguntas não eram bem-vindas; eram consideradas impertinentes.

A violência, como o leitor já deve ter adivinhado, foi parte integral da minha criação. E isso não aconteceu porque fui vítima de uma família especialmente abusiva nem de escolas particularmente repressivas. Minha vivência é um exemplo típico de como a maioria das pessoas do mundo não ocidental crescem tendo a violência como norma social. Em uma das minhas experiências como intérprete na Holanda, fui chamada a uma escola do ensino fundamental em Haia para traduzir para um casal cujo filho primogênito de sete anos, Mohammed, tinha batido em Mark, outro menino da mesma idade. Tanto o pai quanto a mãe estavam insatisfeitos e sentiam-se incompreendidos; vinham gritando um com o outro havia dias, e agora a escola tentava solucionar o caso chamando uma tradutora: eu.

O professor, submetendo os pais de Mohammed a um olhar firme e desaprovador, começou dizendo: “Mohammed é muito agressivo. Ele bateu em Mark. Chutou o garoto, bateu no rosto dele e ameaçou matá-lo”.

A mãe de Mohammed respondeu, elevando a voz e gesticulando para o professor: “É tudo culpa de Mark. Ele provocou Mohammed ao xingá-lo, ao fazer gestos obscenos e ao rir dele”.

“É verdade”, interrompeu o professor. “Mas foi Mohammed quem bateu em Mark primeiro!”

Então a mãe e o pai de Mohammed levaram as mãos sobre a cabeça e gritaram em uníssono: “É claro, não se pode esperar para ser atingido pelo primeiro golpe. Nós o ensinamos a dar um soco no rosto da primeira criança que o olhasse atravessado”.

O professor holandês, pasmo e quase sem palavras, olhou para os pais, depois para mim, e perguntou, incrédulo: “Estão ensinando o garoto a acreditar que a violência é a maneira de se solucionar os conflitos?”.

Levando em consideração o estado de perplexidade mútua em que se encontravam meus clientes enquanto olhavam uns para os outros, perguntei se poderia sair do meu papel neutro de intérprete textual e me aventurar no campo da interpretação cultural.

Expliquei para os pais que, diferentemente da Somália, a maneira de solucionar os conflitos na Holanda era conversar, dialogar em busca de uma solução de concessões mútuas — ou, quando isso não era possível, procurar um tribunal, onde muitas conversas eram travadas por pessoas chamadas advogados, que representavam os conflitantes. Todo esse diálogo terminava num acordo anunciado por um juiz. Nenhuma habilidade especial envolvendo socos, chutes, facadas ou tiros era necessária. Além do currículo regular de matemática, idioma e geografia, as crianças eram ensinadas a resolver os problemas por meio do diálogo, usando as palavras para chegar à universidade, arrumar empregos, começar um namoro, terminar um namoro e assim por diante.

Ao professor holandês, expliquei que na Somália clãs fortes ensinam às suas crianças, sejam meninos ou meninas, os méritos da agressão física: como ser o primeiro a atacar; como responder quando se é surpreendido por um golpe; a arte do embuste na agressão; como fingir fraqueza para então atacar; como simular um pedido de desculpas para reunir suas forças, repensar as táticas e contra-atacar. Minha prima mais velha costumava me levar para “treinamentos de luta” depois da escola quando eu tinha cinco ou seis anos. Eu era encorajada a provocar uma briga com uma colega, que era incentivada a brigar comigo. Mostrávamos a língua uma para a outra, fazíamos caretas e usávamos os piores xingamentos. Dizíamos coisas como “Você é vil, maldita, vergonhosa, desonrada, *kinteerley*”. Então, cercadas por parentes entusiasmados, nós nos lançávamos uma contra a outra. Chutávamos, arranhávamos, mordíamos, lutando até que estivéssemos cobertas de hematomas, com nossos vestidinhos rasgados, os joelhos ralados após muitas quedas. A perdedora era aquela que desistisse primeiro ou fugisse da luta chorando. Neste caso, a

derrotada era submetida a uma severa admoestação verbal e física por parte da pessoa encarregada de treiná-la a lutar. Minha treinadora era minha prima mais velha, a única filha da irmã gêmea da minha mãe.

Ao longo das primeiras duas décadas da minha vida, acostumei-me à prática da violência como uma parte absolutamente natural da existência. Em casa, mamãe batia em mim e nos meus irmãos. Meu pai, sempre que estava conosco, agredia minha mãe com tapas e empurrões, e depois com longas e deliberadas sessões de açoitamento com seu cinto. Por sua vez, Mahad batia em Haweya e em mim, às vezes para ajudar mamãe na sua cruzada de ensinar boas maneiras a nós e porque éramos muito desobedientes, às vezes como forma de mostrar que ele era o chefe, o vice-líder do lar, substituindo a autoridade de papai com a sua própria. Para que eu e Haweya o levássemos a sério e reconhecêssemos sua autoridade, ele tinha de recorrer à violência física. Considerávamos isso bastante normal. Na escola, todas as minhas colegas temiam os irmãos e os pais. Sussurrávamos sobre os diferentes castigos aos quais éramos submetidas. Todos envolviam alguma forma de punição física.

Na escola, os professores tinham o direito de nos surrar com bengalas. Na minha sala, a sra. Nziani usava aquilo que era conhecido como *mamba-negra*, um duro cano preto. O impacto dos golpes doía dependendo de onde fôssemos atingidas e de quanta força ela tivesse empregado. Como professora de matemática, sua maneira preferida de nos estimular a acertar o resultado das operações era bater na nossa cabeça cada vez que errávamos uma conta. Às vezes eu acertava o resultado de apenas cinco entre trinta operações matemáticas. Isso significava que recebia 25 pancadas de cano.

Algumas professoras usavam o método do lápis-e-régua. Um lápis era colocado entre o dedo indicador e o anelar, mantendo o dedo médio abaixado. Então a professora apanhava uma régua e batia com toda a força nos nós dos dedos que seguravam o lápis.

A intimidação era outro pesadelo na escola. Algumas das crianças mais velhas se reuniam para abusar dos mais novos ou dos colegas mais fracos da mesma idade, formando um círculo ao redor da pobre vítima e a espancando. Houve ocasiões nas quais pensei que as crianças eram mais cruéis do que os adultos. Todas as semanas o professor fazia um sermão contra as práticas de intimidação e dizia que os valentões seriam castigados — com violência, é claro — se fossem apanhados.

A violência parecia me seguir onde quer que eu fosse. Um dia, no começo de 1989, o governo queniano decidiu realizar uma batida em larga escala à procura de imigrantes somalis ilegais no Quênia, deportando-os. Na prática, isso significou que a polícia deveria abordar qualquer um que tivesse a aparência de um somali e exigir que a pessoa apresentasse seus documentos de identificação. Aqueles que não tinham eram conduzidos a uma cela policial. Minha mãe e fomos comprar documentos para mim num bairro chamado Pangani, a vinte minutos de caminhada do nosso bairro em Park Road. Saímos de casa sem documentos e, como era de se esperar, fomos paradas por dois policiais. Talvez tivéssemos sido liberadas se tivéssemos dado a eles o dinheiro que carregávamos para a compra. Em vez disso, mamãe resolveu embarcar numa demonstração de princípios e se recusou a suborná-los. Fomos conduzidas à Delegacia de Polícia de Pangani, onde passamos duas noites. Apesar das péssimas condições — chão de cimento, urina e excrementos no chão, aproximadamente quarenta pessoas numa cela de vinte metros quadrados — não sofremos nenhum abuso físico.

Entretanto, naquela prisão testemunhei cenas da mais absoluta crueldade. Quenianos acusados principalmente de crimes pequenos, como roubar pneus, iam para lá. Cinco policiais armados e uniformizados espancaram um suposto criminoso. Com pesadas botinas, eles o chutaram na cabeça, na barriga e em todos os membros. Foi uma cena aterradora. Jamais me esquecerei do estalar de seus ossos enquanto sua patela era esmagada.

No Quênia, aquela era a forma mais comum de violência estatal. Em todos os países nos quais morei antes de vir para o Ocidente, o uso da tortura e dos castigos físicos era considerado tão normal que as

pessoas ficavam surpresas quando isso era questionado. Essa habituação à violência representa problemas reais quando pessoas vindas dessas sociedades se mudam para o Ocidente, como logo descobri.

* * *

O trabalho de tradutora me levou com frequência aos tribunais e prisões da Holanda. Quase todos esses casos envolviam agressões e assassinatos. Todos os perpetradores eram homens. Havia o caso de um somali que negligenciou durante meses o pagamento do aluguel. Um dia o senhorio veio exigir o pagamento e ameaçou o inquilino de despejo. Em resposta, o somali entrou no apartamento, apanhou um grosso bastão de madeira e golpeou o senhorio na cabeça com toda a força. A vítima sobreviveu, mas o impacto foi tão forte que o somali foi acusado de tentativa de assassinato. No tribunal, defendido por uma advogada *pro bono*, o somali inicialmente negou ter atacado o senhorio, e depois o responsabilizou por fazê-lo perder a cabeça. A advogada apresentou uma defesa sólida em seu nome, citando a guerra civil e o trauma psicológico que teria causado ao seu cliente. Ela reuniu especialistas de todo tipo, psiquiatras e sociólogos que depuseram a respeito de todos os possíveis elos causais entre aquela guerra e os motivos que aquele somali poderia ter para atacar o senhorio.

Os parentes do somali, seus vizinhos e amigos depuseram que o réu era um homem bom, educado e caridoso, que em circunstâncias normais era incapaz de fazer mal a uma mosca. Todos concordaram que se o senhorio não o tivesse provocado o episódio todo não teria ocorrido. O próprio réu não apresentava nenhum tipo de remorso e foi sentenciado a um ano de prisão.

No período em que fiz parte do parlamento holandês, escutei numerosas explicações para o perturbador nível de violência observado entre as famílias imigrantes. Eram famílias vindas da Turquia, do Marrocos, da Somália, do Afeganistão, do Egito, do Sudão e da Nigéria; pessoas vindas das Antilhas e do Suriname também estavam envolvidas num número desproporcional de casos de crimes violentos. Havia entre eles cidadãos da primeira e até da terceira geração de imigrantes. Todos aqueles que eram suspeitos ou acusados de envolvimento em episódios de violência terrorista e tentativas desse tipo eram muçulmanos. Além do terrorismo, a lista de acusações era encabeçada por casos de agressão, às vezes com arma de fogo, às vezes com facas e outros objetos afiados, e muitas vezes apenas com as mãos.

Tentei explicar aos meus colegas os motivos que justificariam tal quadro. Em algumas famílias muçulmanas — mas não em todas — o limiar entre comportamento violento e comportamento não violento é muito discreto e frágil. Em certas famílias, essa fronteira simplesmente inexiste. As crianças aprendem a ser inquestionavelmente conformistas. A desobediência — em especial por parte dos meninos — é castigada com uma série de medidas severas. Se estas fracassarem, os castigos físicos logo se seguem. Maridos que temem a desobediência de suas mulheres têm permissão para bater nelas. Na escola, especialmente nos madraçais, os erros são punidos com agressões. Meninos são açoitados e recebem fortes tapas no rosto; meninas podem ser açoitadas, embora seja mais comum que recebam beliscões e tapas ou tenham o cabelo puxado.

O ocidental fica surpreso quando um homem bomba é descrito por todos os seus vizinhos e parentes como uma pessoa calma, caridosa, educada, amistosa e sorridente. Como um homem que ajuda velhinhas a atravessar a rua pode se dedicar ao planejamento e à execução de assassinatos em massa? A resposta é que, na família muçulmana, boas maneiras, amizade e caridade são consideradas muito importantes, e todos sonham em inspirar nos seus filhos esses ideais de bom comportamento universal, mas a conformidade à vontade de Alá é considerada mais importante. E a violência é encarada como uma forma legítima de garantir essa conformidade.

Ao dizer isso não quero transmitir a impressão de que todas as pessoas nos países muçulmanos ou nas sociedades tribais sejam agressivas. Elas não são. Mas enquanto a violência física é atualmente

considerada bárbara no Ocidente, comumente associada aos *hooligans* bêbados do futebol ou às gangues de traficantes de drogas, na cultura islâmica ela permanece sendo uma parte integral do sistema de disciplina social.

Se há uma marca invariavelmente encontrada nas sociedades avançadas, com certeza é a marginalização e a criminalização da violência. Para compreender por que o islã promove a violência — e, com efeito, o terror — como ferramenta política, podemos observar mais atentamente minha própria educação religiosa.

A escola islâmica que frequentei depois que deixamos a Somália ficava em Meca, na Arábia Saudita. Abrigada numa sala ampla dotada de uma lousa, aceitava apenas meninas. Nós nos sentávamos sobre almofadas dispostas no chão, que desta vez era de concreto, e não de areia. Não havia cuspidelas; não escrevíamos em placas de madeira; não mastigávamos gravetos para transformá-los em aparatos rudimentares para escrever; e não tínhamos que fabricar nossa própria tinta. Mas ali éramos obrigadas a nos cobrir dos pés à cabeça, e ninguém nos perguntou sobre as lavagens purificadoras: supunha-se que nossos pais tivessem nos preparado. A pureza era um conceito e uma prática que eram incorporados até pela menor das crianças. Mas a principal diferença era que cada uma de nós tinha um exemplar do Alcorão.

Não era o Alcorão completo, mas apenas os trinta capítulos mais breves, que são conhecidos como suras. Esses livros eram chamados de *Juz Amma*, nome do mais extenso capítulo contido neles, e ficavam numa prateleira alta. Não tínhamos autorização para depositá-los no balcão que ficava diante de nós; aqueles livros também eram objetos sagrados. Todas o abriam na mesma página e recitavam em uníssono, lentamente, seguindo o professor. Enunciávamos cada palavra com reverência, mas, como na Somália, ninguém se deu ao trabalho de nos explicar o significado daquilo que estávamos dizendo. E novamente toda impertinência e todo questionamento eram severamente castigados. Antes de colocá-los de volta na prateleira especial, beijávamos os livros e os levávamos à testa.

Minha família morou na Arábia Saudita durante um ano. Na escola normal, que também era exclusivamente para meninas, éramos ensinadas a ler o Alcorão e frequentávamos aulas nas quais aprendíamos um pouco a respeito do significado daquilo que estávamos lendo. A maior parte do que aprendemos estava relacionada ao além, suas recompensas e seus castigos. Outra aula da escola normal nos ensinava a respeito do Hadith, os ditados do profeta Maomé. Como muçulmanas, exigia-se de nós que seguíssemos o exemplo dele, mas, como meninas, exigia-se acima de tudo que seguíssemos o exemplo de suas muitas esposas.

Depois da Arábia Saudita, moramos na Etiópia, um país cristão. Minha mãe se convenceu de que ali não receberíamos ensino religioso suficiente. Meu pai assegurou a ela que receberíamos, e ele tinha razão. Na escola tínhamos uma aula adicional, parecida com a do madraçal, exceto pelo fato de nos sentarmos em cadeiras e carteiras. Usando um pequeno Alcorão, memorizávamos versos, recitando-os lentamente. Naquela escola, como em tantas outras que frequentei, seu significado não era debatido.

No Quênia, onde moramos por dez anos, frequentamos outra escola islâmica, na qual depositávamos o Alcorão no colo e continuávamos a decorá-lo. Mas aquela escola era tanto para meninos quanto para meninas, coisa que preocupava minha mãe. Depois que comecei a menstruar, ela decidiu contratar um professor particular, um somali que nos ensinava o Alcorão. Ele nos levou de volta ao antigo método de fabricar nossa própria tinta e escrever sobre placas de madeira. Apesar de me rebelar contra essas práticas entediantes e antiquadas, não me rebelei contra o Alcorão em si. Nosso professor me espancava com violência por causa da minha rebelião; certa vez ele fraturou meu crânio ao batê-lo contra a parede da nossa sala.

Então a escola que eu frequentava contratou uma nova professora de estudos islâmicos, a irmã Aziza.

O método de ensino dela era muito mais gentil. Ela não nos batia nem gritava conosco. Debatia o conteúdo do Alcorão e insistia para que compreendêssemos seu significado. A irmã Aziza era aquilo que europeus e americanos chamariam hoje de fundamentalista ou islamita. Na época eu não tinha consciência disso, mas estava sendo submetida àquilo que os especialistas classificam agora como processo de radicalização.

A irmã Aziza não nos obrigava a rezar nem a nos cobrir com um manto que ocultaria nossos atributos femininos (mais ou menos teóricos, àquela altura). Em vez disso, ela nos inspirava e estimulava a lutar no que chamava de "jihad íntima", uma constante luta contra a tentação e a distração que as coisas mundanas representavam, como ouvir música e passar o tempo na companhia de amigas. O objetivo da nossa luta era praticar as cinco preces diárias e respeitar o jejum durante os trinta dias do sagrado ramadã, compensando pelos cinco dias em que não podíamos jejuar por conta da menstruação.

A irmã Aziza permitia que fizéssemos perguntas. Eu queria saber por que era proibida de fazer amizade com não muçulmanos. Aquela regra me parecia inconveniente, pois significava romper laços com algumas das minhas melhores amigas. Eu também queria saber por que os homens tinham tanta liberdade, enquanto nós, meninas e mulheres, enfrentávamos tantas restrições. A irmã Aziza simplesmente nos disse: "Esta é a sabedoria de Alá. Alá é onisciente". Assim, apesar de podermos fazer perguntas, na verdade não recebíamos respostas.

O questionamento persistente era considerado pecaminoso em si, um sinal da influência de Satã. É claro que era permitido solicitar esclarecimentos quanto às distinções precisas entre o que era aceitável e o que era proibido, as chamadas "zonas cinzas" entre *halal* e *haram*. Podíamos perguntar: "É permitido casar com um primo se sua mãe o amamentou quando ele era bebê?". Podia-se dizer: "Hoje jejuei, mas, pouco antes do anoitecer, fiquei menstruada. O dia de jejum é considerado válido, ou devo repeti-lo?". O jejum do ramadã produzia o que hoje me parece ser uma quantidade neurótica de perguntas específicas como estas: "Enquanto eu escovava os dentes, uma quantidade minúscula de água deslizou pela minha garganta. Violei o jejum?". O medo de acidentalmente engolir água fazia com que muitos de nós evitássemos escovar os dentes durante todo o mês, e outros passavam o dia cuspindo no chão, com medo de engolir a saliva.

Assim, minha vivência pessoal daquilo que chamo de "fechamento da mente muçulmana" envolveu não apenas indivíduos fundamentalistas como a irmã Aziza e Boqol Sawm (outro dos meus professores islâmicos no Quênia), eles próprios radicalizados em escolas sauditas, mas também professores "normais", não radicais, que seriam chamados por alguns de "moderados". Os dois grupos desencorajavam qualquer debate significativo envolvendo o Alcorão; eles simplesmente diziam: "Faça isto" e "Evite fazer aquilo. São determinações do Alcorão". Não havia nenhum tipo de crítica ao texto, nenhuma reflexão sobre o motivo pelo qual deveríamos obedecer aquelas regras e nenhuma exploração de qualquer espécie da ideia de *não* obedecer uma das regras que foram ditadas no Alcorão pelo Profeta catorze séculos atrás. Além disso, a maioria das pessoas que conheci durante a infância não tinha lido o Alcorão ou o lera apenas em árabe, idioma que pouquíssimos compreendiam. Trata-se de um artefato sagrado, totalmente sagrado, até no idioma. É abordado não com um espírito inquiridor, e sim com reverência e medo.

Esse é o maior dos mal-entendidos entre muçulmanos e não muçulmanos. Quem quer que identifique a si mesmo como muçulmano acredita que o Alcorão representa a verdadeira e *imutável* palavra de Deus. Deve ser seguido à risca. Na verdade, numerosos muçulmanos não obedecem cada uma das muitas escrituras do Alcorão, mas acreditam que *deveriam* fazê-lo. Quando os não muçulmanos veem muçulmanos vestidos com roupas ocidentais, escutando música ocidental e quem sabe até bebendo álcool — pessoas que, na vida social, não diferem muito dos ocidentais —, eles supõem que tais pessoas sejam moderadas. Mas essa é uma suposição incorreta, pois acredita numa distinção semelhante àquela que existe entre cristãos moderados e cristãos fundamentalistas.

Os cristãos moderados são aqueles que não consideram cada palavra da Bíblia a palavra de Deus. Eles não tentam viver exatamente como Jesus Cristo e seus discípulos. São na verdade críticos à Bíblia, que leem no seu próprio idioma e já revisaram diversas vezes. Há trechos nos quais se inspiram, e outros que não mais consideram relevantes.

Essa descrição não corresponde a um muçulmano moderado. Um muçulmano moderado não questiona os atos de Maomé nem rejeita ou revisa trechos do Alcorão. Talvez o muçulmano moderado não pratique o islã da mesma maneira praticada por um muçulmano fundamentalista — cobrindo-se com véus, por exemplo, ou se recusando a apertar a mão de uma mulher —, mas tanto fundamentalistas como os chamados moderados concordam quanto à autenticidade, ao caráter verdadeiro e ao valor das escrituras muçulmanas. É por isso que os fundamentalistas conseguem, sem grande dificuldade, convencer muçulmanos pouco praticantes a começar seu envolvimento na luta interna, a jihad íntima.

Quantas vezes não ouvi, tanto na Holanda quanto nos Estados Unidos, que "Fulana era uma boa amiga. Costumávamos sair juntas. Ela tinha um ótimo emprego. Às vezes consumíamos álcool. Ela era como nós, mas agora cobre a cabeça com um lenço. Parou de comer carne de porco e beber vinho. Não quer mais ser nossa amiga". Ou "Sempre soubemos que ele era muçulmano, mas agora ele se tornou mais religioso. Deixou a barba crescer, veste-se de modo diferente e está distante de nós". Na última década, com o crescimento exponencial do islã fundamentalista, muitos muçulmanos que não observavam estritamente as práticas religiosas mudaram subitamente. A pregação fundamentalista os transformou com muita facilidade, pois esses muçulmanos pouco religiosos não dispõem das ferramentas intelectuais necessárias para refutar o que dizem os fundamentalistas, que corresponde basicamente a *Se você é um verdadeiro muçulmano e acredita naquilo que está no Alcorão, comece a praticar a religião*.

Alguns muçulmanos não pertencem a nenhuma dessas duas categorias; são religiosos, mas não se mostram extremistas nas suas crenças. E alguns deles se dedicaram a tentativas de modernizar a escritura islâmica por meio de um processo de interpretação e reinterpretação. Trata-se de um exercício encorajado pelos ocidentais não muçulmanos, principalmente por pessoas ligadas ao universo acadêmico.

Li obras escritas por "feministas" muçulmanas que buscam reinterpretar o Alcorão. Li estudos de todo tipo e participei de debates entre muçulmanos que tentavam reinterpretar os fundamentos do islã, como a jihad, o tratamento dispensado às mulheres, a rejeição da ciência. Os fundamentalistas se referem a esses modernizadores como hereges e infiéis, pessoas que foram confundidas e corrompidas pelo Ocidente. Um exemplo famoso desse grupo é Nasr Abu Zayd, um estudioso egípcio. Ele sugeriu que partes do Alcorão poderiam ser interpretadas de modo compatível com a modernidade. Foi atacado por fundamentalistas, classificado como infiel e obrigado a se divorciar da esposa, uma professora de literatura, com base na argumentação de que ele seria um apóstata (apesar de insistir que ainda era muçulmano) e que uma muçulmana (como a mulher dele) não poderia ficar casada com um não muçulmano. Finalmente, Abu Zayd foi obrigado a fugir para a Holanda.

Uma muçulmana americana de origem iraniana, Laleh Baktiar, escreveu uma nova tradução do Alcorão. Não se trata de um reexame crítico do livro, e sim um aperfeiçoamento de algumas de suas passagens mais cruéis e desumanas por meio de um relaxamento deliberado do seu significado traduzido. Ela também foi ridicularizada pelos fundamentalistas e ameaçada de morte.

Ainda assim, a obra dos chamados intérpretes moderados da fé muçulmana não ajuda na sua tentativa de apresentar um islã mais moderado. Sua leitura se assemelha à tentativa de encontrar os caminhos do seu próprio apartamento depois de colocar uma venda e pedir a alguém que mude os móveis de lugar: a cada passo, depara-se com um obstáculo. A linguagem é muito difícil de compreender, e o raciocínio é ininteligível. Ordens tão claras no Alcorão como "Bata na mulher desobediente" e "Mate o infiel" se tornam obscuras, e muitas cercas são construídas ao seu redor. Sua reinterpretação parece com "Não bata no rosto dela. Não bata com força suficiente para provocar fraturas. Use apenas um pedaço pequeno de

pau” — nada disso consta no original em árabe. Em certa passagem a palavra *tharaba* é interpretada como significando “deixe-a”, e não “bata nela”, por medo da desobediência. Essa “melhoria” do *bater* para o *deixar* é apresentada solenemente, sem nenhuma sugestão de ironia. (A tradutora, tão concentrada em evitar a palavra *bater*, desconhece as consequências da nova tradução, *deixar*, que está associada ao leviano direito do marido muçulmano de se divorciar da esposa quando quiser, bastando dizer três vezes em nome de Alá e na presença de duas testemunhas masculinas “Eu me divorcio de ti”.)

O mais notável na tortuosa luta para reinterpretar as escrituras islâmicas é que nenhum desses homens e mulheres inteligentes, reformistas bem-intencionados, é capaz de viver com a ideia de rejeitar completamente as partes problemáticas da escritura. Assim, nas suas mãos, Alá se torna um deus da ambiguidade, e não mais da clareza. De um articulado transmissor da palavra de Alá, Maomé é transformado em alguém que deixou como legado um conjunto confuso de regras incoerentes. Ironicamente, esta foi a posição dos críticos cristãos e judeus que ouviram Maomé pela primeira vez. Descobriram que ele roubou trechos do Velho e do Novo Testamento e também das escrituras judaicas, transformando-os numa bagunça contraditória que ele afirmou ser original. Essa visão de Maomé está muito longe daquela buscada pelos reformadores. De acordo com eles, Maomé era bom; ele buscou libertar as mulheres, por exemplo, mas suas palavras foram adaptadas e distorcidas, precisando agora de novas adaptações e distorções para criar uma aparência de tolerância e igualdade.

Os fundamentalistas não encaram nada bem essas tentativas de reformar o Alcorão e transformá-lo num documento moderno; para eles, trata-se de uma clara degradação de Deus e de Maomé. E acredito que seja neste ponto que os fundamentalistas vencem, pois eles não sofrem daquilo que os psicólogos chamam de dissonância cognitiva. O Deus dos fundamentalistas é todo-poderoso; ele ditou o Alcorão, e precisamos viver como viveu o Profeta. Trata-se de uma posição clara. São os teólogos ocidentalizados que estão presos na confusão, pois querem sustentar que o profeta Maomé era um ser humano perfeito, cujo exemplo deve ser seguido, que o Alcorão é uma escritura perfeita, e que todos os seus mandamentos principais — mate os infiéis, prepare emboscadas, tome a propriedade deles, obrigue-os a se converterem, mate os homossexuais e os adúlteros, condene os judeus, trate as mulheres como gado — são misteriosos erros de tradução.

A proibição das críticas ao Alcorão e ao Profeta não é a única responsável pelo fechamento da mente muçulmana, nem a socialização praticada durante a vida toda por meio da memorização. Também atua nesse processo a construção contínua de teorias da conspiração envolvendo inimigos do islã que estão determinados a destruir a única religião verdadeira.

O principal inimigo é o judeu.

Em meus tempos de muçulmana fiel na adolescência, eu fazia regularmente minhas abluções. Naquela época, a cada enxágue eu amaldiçoava os judeus. Cobria meu corpo, abria uma esteira para orar, voltava-me na direção de Meca e pedia a Alá para me proteger do mal disseminado pelos judeus. Eu me apressava até a mesquita para me reunir à multidão em prece. Nós formávamos fileiras — na seção exclusiva para as mulheres — e seguíamos as instruções do imame, a quem não podíamos ver. Dizíamos em uníssono “*Amin*” em resposta a todas as suas súplicas a Alá, e quando ele pedia a Alá pela destruição dos judeus, eu também repetia “*Amin*”, ardentemente.

Quando cursei o ensino médio, eu folheava avidamente revistas publicadas no Irã e na Arábia Saudita que traziam imagens explícitas de homens e mulheres cobertos de sangue. As legendas sempre identificavam os mortos como vítimas dos judeus. Apesar de ser uma menina curiosa e, na adolescência, uma estudante ainda mais curiosa, jamais me ocorreu questionar a veracidade daquelas imagens, das legendas que as acompanhavam, nem das histórias descrevendo como os judeus matavam e mutilavam muçulmanas como eu.

Em Nairóbi, depois das aulas, eu frequentava centros islâmicos gentilmente oferecidos ao público por homens ricos de Meca e Medina. Eu acreditava que esses homens ricos construíam tais centros por causa de sua bondade e generosidade; eram praticantes do *zakat*, ou caridade, o terceiro pilar do islã. Eu escutava enquanto os professores contavam, um depois do outro, como os judeus declararam guerra ao islã. Aprendi que o profeta Maomé, o mais santo de todos os homens santos, cujas pegadas todos os muçulmanos aspiravam seguir, tinha alertado para o comportamento maligno e traiçoeiro dos judeus. Eles o traíram e tentaram matá-lo, pois onde quer que haja um judeu existe também um complô para destruir o islã. Ele estende sua mão ao muçulmano fingindo querer a paz, ao mesmo tempo impelindo-o a uma armadilha de dívidas, rebaixamento e pecado.

Engoli toda aquela propaganda como sendo a verdade, nada mais do que a verdade.

As demais garotas que participavam dessas lições formavam um grupo tão diversificado quanto qualquer conjunto de estudantes numa cidade como Nairóbi; suas famílias vinham de Iêmen, Somália, Paquistão, Sudão e várias regiões do Quênia. Mas nos identificávamos acima de tudo como muçulmanas; as diferenças étnicas não representavam uma barreira para nossa profunda lealdade à fé. Em nome do islã, digeríamos a propaganda antissemita que nos era oferecida. Ela nos era transmitida na mesquita, nas aulas religiosas da escola, nos centros islâmicos e nas estações de rádio, revistas, panfletos, emissoras de televisão e fitas cassete (posteriormente nos vídeos, dvds, blogs e outros instrumentos da internet) dos muçulmanos. Os judeus eram sanguessugas, inimigos mortais do islã.

Algumas das minhas colegas, escolhidas em virtude de sua piedade e lealdade ao islã, recebiam a oferta de bolsas especiais para aprofundar o estudo da religião em Meca e Medina, as cidades sagradas da Arábia Saudita, em Lahore ou em Teerã. Elas voltavam a Nairóbi depois de alguns anos e, como as Testemunhas de Jeová no Ocidente, iam de porta em porta nos seus respectivos bairros. Pregavam o islã, é claro: oração, castidade, jejum e peregrinação a Meca (para os que podem arcar com o custo). Mas também conscientizavam milhares de fiéis quanto a um inimigo que espreitava nas sombras, pronto para atacá-los: o judeu.

Quando reflito a respeito dessa vertente particular do antissemitismo, enxergo três características distintas. A primeira é o poder demográfico: aumenta o número de pessoas que acredita que os judeus são seus inimigos. A segunda é o uso do islã como veículo de promoção do antissemitismo. A terceira é psicológica: apresenta o muçulmano como alguém que luta contra um inimigo implacável e muito mais poderoso.

Uma poeta somali, Safi Abdi, que claramente está inserida nessa mesma propaganda, publicou recentemente um poema em inglês que ilustra perfeitamente esse triângulo estratégico:

> *O Hamas é vítima das políticas americanas.*
>
> *O Hamas é a Palestina, a Palestina é o Hamas.*
> *O Hamas nasceu sob o sítio israelense.*
> *O Hamas nasceu sob o peso da bota sionista.*

Neste poema, os judeus são o bode expiatório do mal e o islã é uma força de união contra o mal. Os muçulmanos são convocados a ignorar seus problemas locais (a guerra, a pobreza e a tirania) e se unir contra Israel, os sionistas, os judeus. Esse é o antissemitismo do século xxi. Um muçulmano que questiona a existência desse inimigo ou duvida das suas motivações só pode ser um tolo ou um traidor, além de um herege.

A longa tradição europeia de antissemitismo cristão e pseudocientífico foi levada à sua conclusão lógica por Hitler e pelos nazistas, com a ajuda conivente de muitos outros europeus que participaram do seu programa de aniquilação dos judeus. O mal dessa “solução final” foi denunciado depois da derrota do Terceiro Reich e combatido desde então pela reeducação dos alemães comuns, pelas homenagens às

vítimas do Holocausto e pela estigmatização e proibição dos grupos neonazistas. Como resultado, no fim do século xx a maioria das pessoas civilizadas no Ocidente acreditava que o antissemitismo europeu era coisa do passado.

Mas isso não é verdade. Ele se transformou em algo novo: o antissemitismo árabe islâmico substituiu o antissemitismo europeu. Os novos antissemitas tomaram emprestados alguns truques dos nazistas. Eles recorrem a ferramentas de propaganda, como os falsificados *Protocolos dos Sábios de Sião*, preparados pelos nazistas. No entanto, eles têm também algo de que os nazistas não dispunham: uma religião mundial que cresce mais rapidamente do que qualquer outra, uma fé guerreira que é seguida por mais de 1,5 bilhão de pessoas. Hitler tinha o *Mein Kampf* e o poderio da Wehrmacht alemã; os antissemitas de hoje, como o líder iraniano Mahmoud Ahmadinejad e Osama bin Laden, têm um livro sagrado, um poder demográfico muito maior e boa chance de botar as mãos numa arma nuclear.

Apesar das aparências exteriores, o conflito entre israelenses e palestinos no Oriente Médio não envolve mais as questões territoriais. Talvez americanos e israelenses tenham essa impressão, mas, a partir da perspectiva árabe islâmica, trata-se de uma guerra santa em nome de Alá, e a vitória só será obtida se os judeus forem destruídos ou escravizados, se todos os infiéis forem mortos, convertidos ou levados ao status de cidadãos submissos de segunda classe.

As guerras nunca são travadas apenas nos campos de batalhas e com meios militares. Israel, Estados Unidos e Europa podem ser donos de exércitos mais poderosos, mas o islã conta com a força dos números. Os alvos da propaganda islâmica — mulheres, homossexuais, infiéis, cristãos, ateus e judeus — estão divididos entre si. Quanto maior for a divisão apresentada pelos grupos do Ocidente, melhor para o islã. Muçulmanos sunitas e xiitas podem odiar uns aos outros; os muçulmanos árabes degradam muçulmanos africanos e os escravizam; turcos e persas se consideram superiores aos árabes. Mas, ao fim e ao cabo, quando o imame pede *tawhid*, união na indivisibilidade de Alá, e realiza o *takbir*, "*Allahu akbar*", quase todos os muçulmanos se unem.

No entanto, para que os muçulmanos permaneçam unidos, o islã precisa de um inimigo, de teorias da conspiração e de uma fé rival. Os judeus são os melhores bodes expiatórios, pois muitos acreditam na teoria da conspiração segundo a qual eles controlam o mundo. Na Holanda, ouvi um teólogo muçulmano pregar que todo o mal foi trazido para a humanidade pelos judeus. De acordo com ele, esses males são o comunismo, o capitalismo e o individualismo. Ele destacou que Karl Marx era judeu, Milton Friedman era judeu e Sigmund Freud era judeu. O marxismo é uma escola de pensamento ateia, e portanto inimiga do islã. A livre empresa representa uma distração da fé; envolve a busca profana de riqueza na terra e um sistema de concessão de empréstimos com juros (usura), algo proibido pelo islã. Assim, o capitalismo também é inimigo do islã. O reconhecimento das pulsões individuais, dos sonhos, da consciência e das camadas do subconsciente substituem o foco no além; virtudes e vícios não são vistos como tensões entre seguir o caminho puro de Alá e o caminho de Satã, e sim como resultado de causas naturais e psicológicas. Assim, Freud e seus seguidores também são inimigos do islã.

O islã não é apenas uma crença, é um modo de vida, um modo violento de se viver. O islã está embebido na violência e encoraja a prática da violência.

Crianças muçulmanas de todas as partes do mundo são ensinadas da mesma maneira que eu: ensinadas com violência, ensinadas a perpetrar a violência, ensinadas a desejar a violência contra o infiel, o judeu, o satã americano.

Faço parte de um pequeno grupo de pessoas sortudas que escaparam do fechamento permanente da minha mente por meio da educação. Aprendi a me livrar do preconceito que foi incorporado a mim. Na escola e na universidade às vezes era difícil aprender algo que contradizia os ensinamentos do islã. Sempre tive consciência de uma constante sensação de culpa e pecado. Ao ler sobre teoria política em

Leiden, tive a sensação de ter sido transportada até Sodoma e Gomorra. Tudo parecia contradizer a teoria política de Maomé. Mas lentamente aprendi as novas regras de uma sociedade livre, novas ideias que substituíram o antigo conjunto de valores que meus pais me legaram. A questão crucial é se existe ou não uma maneira de ajudar muitos outros jovens a alcançar essa abertura da mente muçulmana.

Nos últimos anos, os americanos que escutaram meus alertas quanto ao impacto cada vez mais perigoso do islã nas sociedades ocidentais me perguntaram repetidas vezes: o que pode ser feito? Há algo que possamos fazer? É chegada a hora de tratar da importantíssima questão dos *remédios*.

quarta parte:
remédios

14. Abrindo a mente muçulmana

Um projeto iluminista

A mente muçulmana precisa ser aberta. Acima de tudo, a atitude acrítica dos muçulmanos em relação ao Alcorão precisa mudar, pois representa uma ameaça direta à paz mundial. Atualmente, 1,57 bilhão de pessoas se identificam como muçulmanas. Apesar de representarem 1,57 bilhão de consciências individuais, partilham uma tendência cultural dominante: atualmente, a mente muçulmana parece ter sido arrebatada pela jihad. Uma nebulosa de movimentos que abordam os preceitos islâmicos de maneira semelhante à da Al-Qaeda se imiscuiu na vida comunitária muçulmana tanto nos aspectos menores quanto nos maiores, inclusive no Ocidente. Elas disseminam um credo de violência, mobilizando pessoas com base na ideia de que sua identidade, definida pelo islã, encontra-se sob ataque.

Qualquer pessoa cuja mente tenha sido fechada ouve sem questionar e absorve os ensinamentos dos fanáticos que dizem que a lei de Deus determina que os muçulmanos devem se juntar à luta. Já os que têm a mente aberta — a saber, quem tem autonomia e venceu o medo do Inferno — podem responder aos agentes da Al-Qaeda: *Sim, é verdade que aquilo que vocês dizem está no Alcorão, mas eu discordo. Vocês me pedem para seguir o exemplo do Profeta, mas acredito que o exemplo dele não é mais totalmente válido*. Uma pessoa de mente aberta não está imune, mas está armada.

Acredito que seja possível abrir a mente muçulmana e que é crucial evitar o fechamento da mente de tantas mentes jovens em nome do islã. Mas acho que existe uma forma muito mais fácil e direta de abrir a mente muçulmana do que reinterpretar o Alcorão com o objetivo de amenizar suas passagens, e isto se faria por uma campanha *iluminista*.

A tradição intelectual do Iluminismo europeu, que teve início no século xvii e produziu suas maiores obras no século xviii, tem como base o pensamento crítico. Recorre aos fatos em vez da fé, baseando-se nas provas e não na tradição. Nessa visão de mundo, a moralidade é determinada pelos seres humanos, e não por uma força exterior. Trata-se de uma visão de mundo que surgiu principalmente como reação a uma religião particular, o cristianismo, e a uma instituição específica da cristandade, a Igreja Católica Romana. O processo de reação foi bastante árduo, e na verdade teve início séculos antes do Iluminismo, quando a Igreja Católica não se contentava em apenas excomungar aqueles que discordavam de sua visão de mundo, perseguindo-os, expulsando-os de seus lares e comunidades, ameaçando-os de morte e às vezes assassinando-os.

A mente muçulmana não é um monólito, mas os muçulmanos partilham ideias e reações cujo conhecimento é indispensável na era da jihad. Fico intrigada, por exemplo, com o fato de que centenas de milhares de muçulmanos, talvez milhões deles, tenham se sentido impelidos a protestar contra uma caricatura do profeta Maomé. Independentemente do lugar onde tenham nascido, do idioma que falem, de serem homens ou mulheres, ricos ou pobres, os muçulmanos com frequência invocam como referência os ensinamentos do profeta Maomé. O motivo mais comumente apresentado pelos agentes do islã radical para mobilizar as massas muçulmanas é: *Isto consta no Alcorão, foi dito pelo profeta Maomé*.

Existe atualmente um movimento de estudiosos de enorme importância que busca explorar a natureza do Alcorão histórico. Como o Alcorão chegou até nós? Quando foi escrito, e por quem? Qual é a origem de suas histórias, suas lendas, dos princípios do Alcorão? Como determinamos sua autenticidade? Esse

movimento, que corresponde principalmente a um projeto secular de acadêmicos não muçulmanos, busca respostas factuais. Seu projeto não é desacreditar o islã, atacar a religião ou levar o Iluminismo aos muçulmanos. Esses estudiosos não seguem uma pauta política nem religiosa, orientando-se simplesmente pela abordagem acadêmica clássica, como aquela que há muito é aplicada à análise histórica do Velho e do Novo Testamento. Entretanto, alguns deles temem pela própria vida e são obrigados a escrever usando pseudônimos. Seu trabalho é vital, porque, se a mente muçulmana puder ser aberta para a ideia de que o Alcorão foi escrito por um comitê de homens ao longo dos duzentos anos que se seguiram à morte de Maomé, o cadeado que permite a leitura do Livro Sagrado poderá ser aberto. Se os muçulmanos puderem permitir a si mesmos enxergar a possibilidade de que um livro sagrado tenha sido necessário para justificar as conquistas dos árabes, todo tipo de pergunta e mudança cultural se tornará possível.

Se a mente muçulmana se abrir, haverá ainda uma prática religiosa — orações, peregrinação, regras para a alimentação, um mês de jejum? É bem possível que sim. Pode haver até antissemitismo, véus e abusos domésticos. A tradição e o hábito são forças poderosas. Mas por trás dos véus e das barbas haveria consciências fazendo perguntas. A possibilidade de uma revisão crítica, legítima e individual dos dogmas islâmicos finalmente existiria.

Essa pode ser uma possibilidade inquietante e dolorosa. Pessoalmente, senti-me muito aliviada quando aceitei a possibilidade de não haver vida após a morte, nada de Inferno, castigo, queimaduras nem pecado. Para outros, porém, esta nova perspectiva pode levar à melancolia e a uma sensação de vazio. Minha irmã Haweya e minha amiga Tahera, que conheci na Holanda, perderam o medo da culpa e do pecado e também o terror diante do castigo eterno. Mas a ideia que elas tinham de danação na vida após a morte pareceu ter sido transferida para suas próprias vidas aqui na Terra. Às vezes eu também sentia a dor da separação da minha família e da simplicidade do islã. É uma dor semelhante à de abandonar a infância e ingressar na adolescência ou à dor provocada pela partida dos parentes quando eles envelhecem e morrem. É a dor de erguer-se sobre os próprios pés. Não é fácil adaptar-se nem fazer boas escolhas; esse processo pode se mostrar duro e penoso. O pensamento iluminista não trará necessariamente alegria e êxtase à mente muçulmana. Mas instalará o indivíduo firmemente no controle da sua própria vida. Cada um de nós terá a liberdade de encontrar o próprio caminho para lidar com a vida, fazer as próprias escolhas erradas, recalcular e escolher novamente. Cometeremos erros, mas teremos a chance de superá-los em vez de sucumbirmos fantasticamente diante deles como sendo a vontade insondável de Alá. Os muçulmanos se tornarão indivíduos verdadeiros: livres e responsáveis por seus próprios atos e crenças.

Imaginemos duas adolescentes, Amina e Jane. Nós as encontramos logo após os ataques de novembro de 2008 em Bombaim, quando fundamentalistas paquistaneses assassinaram quase duzentas pessoas.

jane: Você é uma muçulmana. O que pensa a respeito dos homens que mataram pessoas no hotel Taj, em Bombaim? As pessoas estavam num hotel, jantando, felizes e inocentes, sem causar nenhum mal.

amina: Por que está me fazendo essa pergunta?

jane: Os assassinos eram muçulmanos e bradaram “Alá é grande!” quando atacaram. Obviamente, eles pensaram que estavam fazendo isso pelo islã. Você também é muçulmana.

amina: O que isso tem a ver com o caso?

jane: Trata-se do seu Deus.

amina: Há também pessoas que matam em nome do *seu* Deus.

jane: Isso foi há centenas de anos.

amina: Não. Acontece hoje no Afeganistão, no Iraque e na Chechênia.

jane: Isso não é feito em nome da cristandade. Talvez os cristãos apoiem essas guerras e talvez não, mas elas não são travadas em nome da Bíblia.

amina: São, sim. George Bush é cristão. No dólar está escrito “Confiamos em Deus”. O Exército americano reza antes de partir em missão. Tudo isso é feito em nome de Cristo, é uma guerra cristã contra o islã.

jane: Mas esses muçulmanos que mataram em nome do islã na Índia não fizeram distinção entre militares e civis. Suas vítimas eram

apenas turistas, estavam jantando.
amina: Indianos matam muçulmanos em nome de sua religião, o hinduísmo.
jane: Você mataria em nome do seu Deus? Mataria a mim, sua amiga?
amina: Que pergunta estranha. Por que me indaga isso?
jane: Porque você diz que o cristianismo faz as pessoas agirem assim, que o hinduísmo faz as pessoas agirem assado, que os muçulmanos se defendem em nome do islã, enfim. Você me mataria? Se um muçulmano desejasse matar membros da minha família, você o impediria?
amina: Não estou gostando do rumo desta conversa. Não quero mais falar sobre isso.
jane: Você me mataria? Seria capaz de impedir um muçulmano de me matar ou de matar minha família?
amina: Você impediria um cristão de me matar em nome da cristandade?
jane: Sim, é claro. Sem pensar duas vezes. Não sou cristã, sabe? Não acredito que devamos receber ordens de uma força exterior. A vida é minha religião.
amina: Não quero mais falar sobre isso.
jane: Não quer mais conversar porque não salvaria minha vida ou porque...
amina: (quase chorando) Não sei. Quero fazer o que é certo. Alá me diz o que é certo. Quero apenas ser uma boa muçulmana, não quero matar ninguém, não quero que ninguém morra, quero apenas ser uma boa muçulmana.
jane: Tem certeza de que quer ser uma boa muçulmana? Veja! (*Ela tira o Alcorão da bolsa e o deposita no colo de Amina*.) Já leu o Alcorão? Sabe o que está escrito nele? Veja nesta página, aqui diz: “Mate os infiéis”. Veja, aqui é prometido o castigo eterno para todos os não crentes, bem aqui, deixei destacado para você. E aqui diz: “Bata na esposa desobediente”. Aqui, vire a página, veja, está dizendo “Açoite a adúltera”. Tem certeza de que quer fazer aquilo que Alá ordena? Tem certeza?
amina: (agora às lágrimas, chorando desesperada) Realmente não quero mais conversar sobre isso.

Diante desta cena imaginária, um grupo de pessoas diria que Jane é cruel demais, insensível demais, e que ela tenta fazer com que Amina ultrapasse os limites. Não é culpa de Amina que alguns muçulmanos ajam mal em nome da religião que têm em comum. Ela precisa proteger sua identidade e suas tradições; Jane deveria ser mais tolerante, mais educada. Organizações muçulmanas acusariam Jane de islamofobia. Por todos os lados um coro de pena se levantaria, tratando Amina como vítima.

Mas é exatamente assim que as mentes são abertas: por meio do diálogo honesto e franco. Lágrimas podem ser derramadas, mas não sangue. Os sentimentos de Amina podem ser magoados, ela pode ficar triste ou confusa, mas quem sabe comece a pensar, a questionar seus pressupostos não enunciados à luz de sua própria vivência real. É um mito pensar que a mente das pessoas será aberta pelo governo ou por alguma forma de autoridade maior; nem os professores na escola funcionam tão bem como pares. Colegas como Amina e Jane fazem perguntas uns aos outros no pátio da escola. Colegas se confrontam no ambiente de trabalho, e os vizinhos, nas cozinhas uns dos outros.

Meu primeiro encontro com o Iluminismo como movimento, um conjunto coerente de ideias definidas por filósofos que têm defensores entusiasmados bem como inimigos apaixonados, foi em 1996. Na época eu tinha 26 anos e frequentava a Universidade de Leiden, um dos primeiros grandes faróis da Era da Razão. Eu vivia em meio a estudantes para os quais essas ideias eram tão familiares que pareciam não ter consciência delas. Minha própria descoberta ingênua desse tema fez com que as pessoas reagissem com uma mistura de surpresa, diversão e até alarme.

O primeiro valor do Iluminismo era algo que eu já tinha encontrado na Holanda e adotado imediatamente: encorajar as perguntas e recompensar aquele que as faz. Os adultos com quem cresci (minha mãe e minha avó, outros parentes e professores) tinham sistematicamente rejeitado e castigado o comportamento inquiridor, considerando-o uma forma de insolência contra a autoridade. Na Holanda eu tinha permissão para questionar a autoridade e também o direito de receber uma resposta. Essa atitude tão simples representou para mim uma verdadeira revelação. Ela refletia uma atitude na qual todos os problemas tinham causas físicas e soluções possíveis. Aflições de todo tipo não eram simplesmente distribuídas por Alá como maldição decorrente de motivos insondáveis que só poderiam ser afastadas por meio da prece. Se as causas eram desconhecidas, buscar conhecê-las era um exercício nobre; perguntar não era um ato de insolência nem de blasfêmia.

Eu costumava assistir secretamente a um programa infantil chamado *Willem Wever*, apresentado por um

homem com esse nome. As crianças enviavam por escrito perguntas sobre temas que as interessavam. (O Google ainda não existia na época.) Os pais as ajudavam — *ajudavam!* — a fazer as perguntas de maneira clara. Duas ou três perguntas eram escolhidas toda semana, e as crianças eram convidadas a participar do programa para se aprofundar no assunto que desejavam aprender. Por que os vaga-lumes emitem luz? Por que os planetas giram em sentido horário ao redor do Sol? Por que os ingleses dirigem do lado errado da rua? O sr. Wever e a criança visitavam especialistas, construíam modelos e reuniam as peças do enigma; a charada era finalmente resolvida.

Quando algumas das minhas amigas descobriram que eu ficava em casa para assistir ao programa, elas me trataram como se eu fosse uma criança presa no corpo de uma adulta. Mas para mim aquilo era uma revelação. Ao fazer perguntas, em vez de receber castigos, as pessoas ganhavam respostas!

Isso me traz ao segundo valor do Iluminismo que era novidade para mim: aprender é uma experiência que dura a vida toda e é para *todos*. A aquisição de conhecimento não é reservada somente para os adultos, para os homens ou para um determinado clã ou classe; acredita-se que todos são capazes de adquirir conhecimento.

O terceiro valor, a liberdade individual, está relacionado ao segundo. Se supusermos que todos, independentemente da descendência, do sexo, da etnia e da religião, são capazes de ampliar seu conhecimento por meio do simples processo de fazer perguntas e buscar respostas, isso significa aceitar que os indivíduos são livres, pois essa liberdade não pode ser dissociada de uma vida de curiosidade. Se o restante do grupo não gostar das suas perguntas, das respostas encontradas, daquilo que você fez com tais respostas, ou se você desenvolver o hábito irritante de fazer mais perguntas e buscar as respostas, não importa o quanto sejam inconvenientes ou desrespeitosas, você não corre o risco de ser castigado.

Em Leiden, ninguém compreendeu por que eu achava isso tão estranho, tão novo, tão revolucionário.

Alguns anos mais tarde, por causa da minha pesquisa (fazer perguntas) e das minhas declarações a respeito do islã (as respostas que encontrei), fui ameaçada por fundamentalistas islâmicos. Muitas pessoas, entre elas os próprios professores e colegas que conheci em Leiden, ficaram tão surpresas naquela ocasião quanto na época em que eu era estudante. Como algo desse tipo poderia ocorrer? Como poderia ocorrer em *qualquer* parte do mundo, mas especialmente na Holanda? Uma atitude violenta e reacionária como aquela seria digna da Idade Média.

Para os ocidentais de hoje, herdeiros do legado do pensamento racional, é difícil compreender o fenômeno da mentalidade grupal, as afirmações e os limites que os grupos impõem à consciência, ao tempo, ao dinheiro, à sexualidade, à lealdade e até à própria vida dos seus membros. Pois o quarto valor do Iluminismo (apesar de não ter sido formulado com tamanha clareza até que Max Weber o sistematizou no fim do século xix) é que o Estado detém o monopólio da violência na sociedade. Se os indivíduos têm a liberdade de buscar respostas para quaisquer perguntas, eles podem chegar a respostas que sejam inaceitáveis para alguns dos membros da sociedade da qual fazem parte. Pode ser que tais grupos tentem silenciar os inquiridores. É até mesmo possível que recorram à violência. É responsabilidade do Estado lidar com agressões exteriores e também com os casos de violência entre os cidadãos. Freios e contrapesos vinculam o Estado a regras que compensam o potencial de abuso desse imenso poder. Se uma Igreja quer silenciar o crente, o Estado iluminista defende o indivíduo crente, pois adultos articulados e bem-educados podem dizer e fazer o que quiserem, desde que não prejudiquem os demais. Assim, os pensadores do Iluminismo desenvolveram uma estrutura dinâmica de instrumentos legais e comunitários para ajudar as pessoas a resolver os conflitos sem recorrer à violência.

O quinto valor do Iluminismo é a ideia do direito à propriedade como alicerce tanto da sociedade civil quanto do sistema político. Como filhos, aqueles que obtêm sucesso por meio do trabalho e conseguem escapar do ambiente de miséria dos pais, ganhando dinheiro e adquirindo propriedades, terão suas posses e sua integridade protegidas pelo estado de direito.

Assim, em resumo, foi este o meu Iluminismo: liberdade de perguntar, ensino universal, liberdade

individual, proibição da violência particular e proteção do direito à propriedade individual. Não demorou até que eu percebesse que a própria novidade de tais conceitos fazia com que eu os tratasse com muito mais respeito do que qualquer outra das pessoas vivendo ao meu redor na Holanda, que tinham esses conceitos como certos.

Os funcionários do serviço social do Ocidente dirão que os imigrantes precisam manter a coesão do seu grupo para preservar sua saúde mental, pois do contrário ficarão confusos e terão o amor-próprio destruído. Isso não é verdade.

A ideia de que os imigrantes precisam manter a coesão no seu grupo promove a percepção deles como grupos de vítimas que precisam de acomodação, assistência e uma indústria de serviços especiais. Se as pessoas se conformam à sua cultura ancestral, segue-se logicamente que elas devem receber ajuda para mantê-la, por meio de suas próprias escolas, de seus grupos comunitários subsidiados pelo governo e por seu próprio sistema de arbitragem legal. Esse é o tipo de primitivismo romântico que o antropólogo australiano Roger Sandall chama de “tribalismo sob medida”. Supõe-se automaticamente que as culturas não ocidentais vivem em harmonia com as plantas e os animais de acordo com os ditados mais profundos da humanidade e praticam uma espiritualidade elementar.

Eis aqui algo que aprendi do modo mais difícil, mas que muitas pessoas bem-intencionadas no Ocidente têm dificuldade em aceitar: *Todos os seres humanos são iguais, mas há diferenças entre todas as culturas e religiões*. Uma cultura que celebra a feminilidade e considera as mulheres senhoras de sua própria vida é melhor do que uma cultura que mutila a genitália das meninas e as confina atrás de paredes e véus ou as açoita e apedreja quando se apaixonam. Uma cultura que protege os direitos da mulher com a lei é melhor do que uma cultura na qual é permitido a um homem ter até quatro esposas ao mesmo tempo enquanto às mulheres é negada a pensão alimentícia e metade da herança. Uma cultura que nomeia mulheres para a Suprema Corte é melhor do que uma cultura que declara que o depoimento de uma mulher tem metade do peso do testemunho de um homem. Oprimir as mulheres faz parte da cultura muçulmana, e a institucionalização do clientelismo, do nepotismo e da corrupção faz parte de todas as culturas tribais. A cultura do Iluminismo ocidental é *melhor*.

No mundo real, o igual respeito por todas as culturas não se traduz num rico mosaico de povos coloridos e orgulhosos interagindo pacificamente enquanto mantêm uma fantástica diversidade na culinária e no artesanato. Traduz-se em bolsões fechados de opressão, ignorância e abuso.

Muitas pessoas sentem uma dor sincera ao pensar na morte de culturas inteiras. Vejo isso o tempo todo. Elas perguntam: “Não haverá nada de belo nestas culturas? Será possível que não haja nada de belo no islã?”. A arquitetura do islã é bela, e também podemos elogiar o incentivo à caridade, mas o islã se ergue sobre a desigualdade sexual e a abdicação da responsabilidade e da escolha individual. Isso não é apenas feio — é uma monstruosidade.

Não há dúvida de que já houve poesia na cultura somali e pessoas vestidas com roupas coloridas. O senso de humor do povo era sombrio e mordaz, todos conheciam estratégias para sobreviver ao austero clima do deserto e quem sabe o mundo todo tivesse algo a aprender com eles. Mas a crença multiculturalista de que a cultura somali deveria de alguma maneira ser preservada, mesmo quando seu produto se muda para as sociedades ocidentais, é uma receita para o fracasso social. O multiculturalismo ajuda os imigrantes a adiar a dor de se afastar do anacrônico e do inapropriado. Aprisiona as pessoas em sistemas sociais corruptos, ineficientes e injustos, mesmo que preserve sua arte e suas habilidades tradicionais. Perpetua a pobreza, a miséria e o abuso.

Em vez de afirmar o valor do estilo de vida tribal, os ocidentais — ativistas, pensadores, representantes do governo — deveriam trabalhar para desmantelá-lo. No mínimo eles deveriam encorajar os indivíduos a escapar dele, quem sabe até proporcionando incentivos específicos para

aqueles que o fizerem. Os liberais deveriam se dedicar a uma campanha ativa de civilização — tentando educar as pessoas, tornando a liberdade atraente para todos, como foi concebida no Iluminismo, e não no sentido de colonizar as pessoas.

No Ocidente, os indivíduos libertam sua imaginação do medo da superstição e voltam suas energias para a busca de sua própria felicidade. Essa é uma grande conquista. É claro que há muitos ocidentais que preferem seguir complacentemente os hábitos, mas os indivíduos que desejam buscar a felicidade nos seus próprios termos têm liberdade para fazê-lo. Ainda assim, os governos ocidentais praticam também um racismo de baixas expectativas: eles supõem que as pessoas vindas de países tradicionais são como bebês cujo crescimento foi congelado, incapazes de evoluir, incapazes de deixar para trás a bagagem cultural que trazem. Mas eu sei que os imigrantes podem fazê-lo, pois eu mesma o fiz.

Acredito intensamente que a mente muçulmana pode ser aberta. Ainda assim, quando critico os ensinamentos do Alcorão, como já fizeram os pensadores iluministas com as verdades reveladas pela Bíblia, sou acusada de blasfêmia. Maomé diz que meu marido pode me bater e que eu tenho metade do valor de um homem. Serei eu quem desrespeita Maomé ao criticar seu legado ou será ele quem me desrespeita?

Cada uma das importantes liberdades que os indivíduos ocidentais possuem repousa na livre expressão. Observamos o que é errado e dizemos o que está errado para que o problema possa então ser corrigido. Essa é a mensagem do Iluminismo, o processo racional que desenvolveu os valores ocidentais contemporâneos. Vá. Pergunte. Investigue. Descubra. Ouse conhecer. Não tenha medo daquilo que descobrirá. O conhecimento é melhor do que a superstição, a fé cega, o dogma.

Se não se pode expressar — ou mesmo aventar — uma crítica, não se poderá jamais enxergar o que está errado. Não é possível solucionar um problema a não ser que identifiquemos sua fonte. E se não se pode olhar para a raiz daquilo que há de errado no islã atualmente, então, num sentido bastante real, o islã já derrotou o Ocidente.

O Iluminismo honra a vida. Não se trata de uma honra após a morte ou da honra no além, como no islã, e sim da honra na vida individual, agora. Trata-se do desenvolvimento da vontade individual, e não da submissão da vontade. No entanto, o islã é incompatível com os princípios da liberdade que estão no coração do legado do Iluminismo. Ainda assim, um número cada vez maior de pessoas chega ao Ocidente vindo de países onde a vida é organizada de acordo com os costumes tribais e cada vez mais submetida ao islã radical. Elas trazem costumes, práticas e dogmas que precederam o Iluminismo e são claramente contrários a ele.

Algumas pessoas na sociedade ocidental — não apenas os multiculturalistas, mas também socialistas e cristãos segundo os quais há liberdade demais na sociedade ocidental — admiram aquilo que enxergam como inocência desses imigrantes vindos de tão longe: sua pureza, seu aparente compromisso com os valores da família e as tradições culturais. Quando os multiculturalistas usam a palavra *diversidade* eles supõem que os imigrantes manterão de alguma maneira sua cultura tradicional dentro do modo de vida ocidental e do sistema de valores do Ocidente, como uma exposição exótica de entalhes primitivos num novo e sofisticado museu. Infelizmente para o Ocidente, os muçulmanos radicais rejeitam a diversidade, pois o islã justifica a opressão das mulheres e todo tipo de violência contra elas, incluindo o casamento infantil e o estupro dentro do casamento. O Ocidente deve eliminar tais práticas dentro de suas próprias sociedades e condená-las onde quer que ocorram no planeta. Entretanto, não podemos fazê-lo sem reconhecer que há algo de errado na religião que as justifica.

Além de ser acusada de blasfêmia, fui acusada de ser mal-educada. Mas a educação e as boas maneiras não devem ser confundidas com a liberdade de expressão. Ter boas maneiras significa que quando eu encontrar um muçulmano enrustido como o professor Tariq Ramadan, de Oxford, não jogarei

nele a água que está no meu copo nem o chamarei de nomes ofensivos. Exercer a liberdade de expressão significa que posso chamar o livro dele, *In the footsteps of the Prophet*, de obra proselitista mal escrita e dizer que ele não merece o título de professor nem uma cátedra na universidade a partir dos quais ele difunde seu programa de lavagem cerebral medieval. Sem dúvida, tudo isso ofenderá Ramadan, mas não se pode submeter Karl Marx ao escrutínio e deixar que o profeta Maomé seja poupado de tratamento semelhante.

A liberdade de expressão é o fundamento da liberdade e de uma sociedade livre. E ela inclui, sem dúvida, o direito de ofender e dizer blasfêmias.

A mente muçulmana *pode* ser aberta. O islã linha-dura oferece um ideal de martírio e um estilo de vida de autonegação que são difíceis de manter. Muitas pessoas, talvez em especial as meninas, sentem-se presas na teia de regras e mandamentos que os extremistas islâmicos exigem. É difícil rezar cinco vezes ao dia, casar-se com um homem que não é de sua escolha e viver uma vida de contínua autonegação. A longo prazo, isso se torna insuportável.

Muitos muçulmanos reconhecem as fraquezas do islã. Uma significativa proporção das correspondências que recebo é escrita por muçulmanos que concordam com o que digo. Mas eles não se unem a mim no ateísmo, pois ainda acreditam que deve haver um Deus. Não é fácil para uma ateia como eu admitir isso, mas parece que a dolorosa construção de uma ética pessoal não é suficiente para muitas pessoas.

Uma afegã que mora na Califórnia escreveu para mim recentemente: “Apoio suas iniciativas e sua missão. A única diferença entre mim e você é que eu luto contra a religião do islã secretamente, enquanto você o faz abertamente. [...] Quero que saiba que não está sozinha. Há uma multidão silenciosa ao seu lado, que concorda com você e luta contra o islã. Tenho que cuidar da minha família, mas você me dá a coragem de falar abertamente”.

Uma muçulmana do Canadá escreveu: “Tenho lutado contra o sistema de crenças do meu povo já há algum tempo, mas tenho muito medo de me manifestar abertamente. Dizer o que pensamos tem seu preço, não é? Queria simplesmente poder não acreditar em silêncio, e me afastar da xenofobia, da homofobia e da irracionalidade do meu povo, mas a hipocrisia de tudo é uma dor que me devora todos os dias. Como você deve saber, o prêmio por renunciar ao islã é o túmulo”.

Uma sudanesa que mora na Virgínia me enviou um e-mail: “Senti que, como muçulmana, devia odiar o seu livro, mas depois de lê-lo me identifiquei com você. Cada uma das emoções que tentou transmitir em palavras foi sentida também por mim. Cada um dos conflitos internos mencionados por você me pareceu familiar. [...] Vejo-me tentando compreender o islã sem ser capaz de fazê-lo. O que é que faz do islã algo tão atraente e perfeito para meus pais, mas tão equivocado para mim? Não denuncio o islã porque acredito que existe alguma verdade nele — e se eu decidisse denunciá-lo, para onde eu iria?”. Ela prossegue: “Estarei destinada ao Inferno por não ter aceitado aquilo que meus pais reservaram para mim?”. E conclui: “Não acho que tenho a coragem de fazer o que você fez, de questionar o islã como você ousou questionar”.

Tais cartas mostram que não sou a única muçulmana que ousou desafiar sua criação e sua fé. Mas nunca houve uma tentativa clara de conquistar os corações e as mentes dos muçulmanos para a causa do pensamento crítico. Uma atenta análise textual do Alcorão é um ponto de partida, pois alimentará a dúvida, mas não passa de um começo. Romances, musicais, comédias, contos, quadrinhos, desenhos animados e filmes que tratem o dogma islâmico de forma crítica podem ser produzidos. Mas quase nenhuma obra dos tipos já citados está sendo produzida, por medo de detonar episódios violentos. Tomemos como exemplo o caso de Kurt Westergaard, o cartunista dinamarquês que fez uma caricatura de Maomé com uma bomba no turbante. Desde a publicação da caricatura, no segundo semestre de 2005, ele

já sobreviveu a dois atentados à sua vida. No caso mais recente, um somali empunhando um machado e uma faca invadiu a casa dele. Apanhando a neta de cinco anos, Westergaard correu até um banheiro que fora transformado em quarto do pânico e alertou a polícia, que chegou a tempo de pegar o perpetrador. Esse incidente, como a *fatwa* contra Salman Rushdie, o assassinato do tradutor de sua obra para o japonês e a tentativa de assassinato do editor que publica seus livros na Noruega, desencoraja os muçulmanos com dúvidas a respeito do islã e também os ocidentais que querem criticar os princípios e os atos do islã. O terror é eficaz.

Nos últimos anos, a perseguição de pessoas nas sociedades ocidentais em virtude de suas ideias se tornou parte de nossa paisagem mental. Salman Rushdie vive há vinte anos com a *fatwa* que o sentencia à morte. Taslima Nasreen, que teve a coragem de dizer que o islã não permite a democracia e viola os direitos humanos, é agora obrigada a viver escondida, sem ter nem ao menos um apartamento para chamar de seu. Mulheres que ousaram criticar publicamente o islã, como Irshad Manji, no Canadá, e Wafa Sultan, nos Estados Unidos, têm agora que viver sob proteção, como eu, e um intelectual como Ibn Warraq, autor de *Quest for the historical Muhammad* e o impressionante *Why I am not a muslim*, são forçados a publicar suas obras sob pseudônimos.

Não é nada trivial saber que, mesmo no Ocidente, aqueles que criticarem ou analisarem uma religião em particular podem precisar de proteção pelo restante da vida, que falar sobre o islã pode dar início a uma manifestação violenta ou até a uma campanha internacional de grandes proporções e que o autor da crítica pode se tornar um alvo, perseguido, excluído, talvez até assassinado. Trata-se de uma escolha desagradável. A maioria das pessoas, consciente ou inconscientemente, busca evitá-la. O medo faz efeito.

Assim, às vezes de forma lenta, outras nem tanto, as pessoas começam a se acostumar a *não* dizer certas coisas, ou a dizê-las sem jamais escrevê-las. Os magros dedos da autocensura começam a se fechar sobre a mente dos indivíduos, depois sobre as consciências de grupos de pessoas e finalmente sobre as próprias ideias e sua expressão. Quando a liberdade de expressão desmorona dessa maneira, quando os ocidentais abrem mão de criticar e questionar certas práticas, certos aspectos do islã, eles abandonam os muçulmanos que buscam questioná-los também. Eles abandonam seus próprios valores. E uma vez que chegam a esse ponto, sua sociedade se perde.

15. Desonra, morte e feministas

Na noite de Ano-Novo de 2007, num subúrbio de Dallas, um egípcio chamado Yaser Said matou a tiros as filhas de dezenove e dezessete anos no banco de trás do seu táxi. Então, abandonou o carro no estacionamento de um hotel e desapareceu, deixando os corpos delas no táxi.

Amina, a filha mais velha, tinha recebido uma bolsa de estudos de 20 mil dólares para cursar a universidade; ela sonhava em se tornar médica. Contou às amigas que o pai ficara bravo porque ela se recusou a se casar com o marido escolhido por ele, que morava no Egito. O pai dela, que veio aos Estados Unidos em 1983, ficou furioso ao saber que as duas filhas saíam secretamente com rapazes americanos que conheceram na escola, Eddie e Eric.

Yaser Said era conhecido pelo fanatismo com que tratava a virtude das filhas. Ele as obrigou a largar o emprego num mercado da região depois de monitorar seus movimentos durante meses; os ex-colegas de trabalho delas disseram que o pai as observava entrar e sair do trabalho como um caçador à espreita. Ele já as tinha ferido fisicamente antes. Há relatos de parentes segundo os quais ele ameaçou matá-las por sair com rapazes. A mãe, uma americana vinda de uma família problemática, que se casou com Said quando tinha quinze anos, contou à polícia que no dia de Natal ela e as filhas fugiram de casa em Lewisville porque ela temia que o marido pudesse matá-las. “Mamãe, Mina e eu estamos fugindo!”, comunicou Sarah Said a uma amiga via mensagem de texto. “Papai descobriu a respeito de Mina e vai nos matar.”

Passados alguns dias, porém, a mulher baixou a guarda. Levou Amina e Sarah de volta a Lewisville e as convenceu a ir a um restaurante na companhia do pai, para que os três pudessem conversar. Cerca de uma hora mais tarde, a moça mais jovem, Sarah, telefonou de seu celular para o serviço de emergências e disse que estava morrendo.

Descobri tudo isso na internet. O caso me encheu de pena e raiva. Jovens tão promissoras, assassinadas de modo irracional. Ambas eram boas esportistas, populares; seus perfis no MySpace, que analisei atentamente, mostravam que as duas eram lindas, de olhar vivo, fazendo poses engraçadas, apesar de eu ter tido a impressão de detectar certa tristeza nos olhos de Amina.

Tive de fugir da minha família para escapar do meu destino de muçulmana. Sozinha na Europa, desvencilhei-me da vida de confinamento e ameaças que me esperava. Rompi os laços de sangue que minha avó incutiu na minha consciência. Rejeitei a noção de que a mim caberia apenas servir e honrar os outros durante minha vida, e com o tempo deixarei de sentir a dor de ser chamada de traidora. Mas aquelas adolescentes nasceram nos Estados Unidos. Para elas, tudo deveria ter sido mais fácil. As duas contaram às amigas como estavam assustadas; previram aquilo que lhes aconteceria. Mas ninguém as levou a sério, porque ninguém acreditou que algo assim pudesse ocorrer na América.

Eu estava de viagem marcada para o Texas em fevereiro de 2008 para fazer palestras na Universidade North Texas e participar de um encontro do Conselho de Assuntos Mundiais num hotel localizado em Dallas. Imaginei que pudesse aprender mais sobre aqueles assassinatos; supus que as pessoas estariam comentando a respeito deles, já que ocorreram a cerca de quinze quilômetros do hotel em que eu estava hospedada. Por todo lugar que passava, eu perguntava a respeito do caso. Mas quase ninguém parecia saber a respeito da morte de Amina e Sarah Said. Para meu alívio, um jornalista solitário assentiu quando mencionei o episódio. Mas os demais pareciam perplexos. Um crime de honra? Em Dallas? No Texas?

Nos Estados Unidos? Eles não sabiam o que ocorrera. Ficaram sinceramente horrorizados com a própria ignorância. (Quando os americanos não sabem de algo, eles costumam admitir com grande franqueza e inocência, coisa que ainda me surpreende. Como somali, fui ensinada a me sentir envergonhada quando não sabia alguma coisa e a tentar esconder o fato.)

O assassinato das irmãs Said tinha na verdade recebido pouquíssima atenção da mídia local. Quase todas as reportagens publicadas tomavam o cuidado de afirmar que o caso não era um crime de honra e que, independentemente de qualquer coisa, esses crimes nada têm a ver com o islã. Cada uma das reportagens trazia as palavras do irmão de Amina e Sarah, um jovem magrelo de dezenove anos chamado Islam Said, que dizia: “Por que toda vez que um pai árabe mata uma filha, todos rotulam o caso de crime de honra? Não foi nada disso”.

Parece que era suficiente para que os repórteres abandonassem completamente a ideia de que o assassinato das meninas pudesse ter sido um crime de honra. Até o fbi evitou usar a expressão e, depois de a utilizar em seu site, afirmando que Yaser Said era procurado por crime de honra, retirou a expressão do ar após as críticas de grupos muçulmanos.

Isso, é claro, mostra como funciona a autocensura. Não queremos ofender. Tememos despertar a impressão de estar agindo de maneira desrespeitosa. E tememos a possibilidade de retaliações.

Mas nunca poderemos resolver um problema se não o analisarmos com clareza. Ignorar o papel quase certo da honra — e do islã — no assassinato das irmãs Said só vai servir para permitir que mais assassinatos ocorram. Se não falarmos a respeito disso, outras pessoas não repararão nos indícios. Compreender o padrão de comportamento que finalmente culmina com o assassinato é algo que ajuda educadores, funcionários do serviço social, agentes das forças policiais, vizinhos e amigos das vítimas em potencial.

Em que consiste, exatamente, um crime de honra? Ele ocorre quando uma moça mancha a reputação de sua família a ponto de a única esperança de restaurar a honra dos parentes residir em matá-la. A ofensa dela é quase invariavelmente relacionada ao sexo. A moça ficou sozinha com um homem que não é seu parente, resistiu a um casamento forçado, tem saído com um rapaz de sua própria escolha. As ofensas podem ser ainda mais triviais. É possível que seja completamente inocente e apenas suspeita de ter violado o código de honra do clã. Em agosto de 2007, um saudita espancou e atirou em sua filha porque ela acessou o Facebook. A ocorrência só foi noticiada sete meses mais tarde, quando um clérigo a mencionou como prova de que a internet prejudicava a moral islâmica. (Ele não demonstrou nenhuma preocupação pela vítima.) É improvável que o pai receba algum tipo de castigo por matar a própria filha. Em julho de 2008, um tribunal saudita sentenciou uma estudante de química a 350 chibatadas e oito meses de detenção por “manter um relacionamento telefônico” com um dos professores.

O assassino costuma ser o pai ou um irmão, alguém com quem a menina cresceu e que ela conhece bem. Imagine a vida de tensão e medo de uma moça com a consciência de que se ousar se encontrar com um rapaz de quem goste sem um acompanhante pode ser esse o seu destino. Imagine o terror de ver seu próprio pai se aproximando de você empunhando uma arma de fogo, uma faca ou uma corda. Imagine o assassino: um homem torturado a tal ponto pela vergonha da filha que, para corresponder à distorcida noção de certo e errado de seu clã, apanha uma pistola ou uma faca e mata a menina que educou, que um dia ninou no colo e ajudou a dar os primeiros passos.

Não se trata de um costume antigo, há muito esquecido, como as fogueiras medievais onde eram queimadas as bruxas. Todos os anos ao menos 5 mil assassinatos são crimes de honra em todo o mundo, de acordo com o Fundo de População das Nações Unidas, que acrescenta que se trata de uma estimativa conservadora. A maioria deles ocorre em comunidades provenientes de ou localizadas em países como Paquistão, Arábia Saudita, Síria, Irã, Iraque, Jordânia, Turquia, Egito, Argélia e Marrocos, todos muçulmanos. Nem todas as vítimas são muçulmanas — os crimes de honra também ocorrem entre os sikhs e os curdos não muçulmanos —, mas a maioria é.

Esse é o elemento crucial dos crimes de honra, o fator que os distingue dos demais crimes passionais e aleatórios: o ato costuma receber a aprovação da comunidade mais ampla. Como pai, a pessoa será excluída da sociedade se "permitir" que a filha se "comporte mal"; as mães serão ridicularizadas, os pais serão vistos como impotentes, fracos, aberrantes. A única redenção possível reside em pôr fim ao mau comportamento da filha.

Em 2006, numa pesquisa realizada pela bbc com a participação de quinhentos jovens imigrantes no Reino Unido (muitos deles muçulmanos, outros representando comunidades hindus e sikhs), um entre cada dez envolvidos respondeu que os crimes de honra poderiam ser justificados. Nenhuma pesquisa do tipo foi realizada nos Estados Unidos, e não estou tentando dizer que os muçulmanos do país responderiam necessariamente da mesma maneira. Mas não se pode negar o fato de que os crimes de honra também ocorrem em solo americano.

Cinco meses depois que Amina e Sarah Said foram mortas, em Henrietta, ao norte de Nova York, um jovem afegão de 22 anos esfaqueou a irmã de dezenove anos porque ela desgraçou o nome da família e "se comportou como uma má muçulmana", de acordo com os documentos do tribunal. Ela frequentava casas noturnas, usava roupas indecentes e planejava deixar o lar da família. Ao ler mais a respeito do caso, descobri que se tratava do segundo episódio desse tipo ocorrido num período de quatro anos: naquele mesmo condado, um muçulmano matou ou tentou matar um membro da família para restaurar a própria honra. Em abril de 2004, o imigrante turco Ismail Peltek esfaqueou e espancou a esposa até a morte e feriu as duas filhas na casa em que moravam em Scottsville, a oito quilômetros de Henrietta. Ele disse aos investigadores que tentava restaurar a honra da família depois de a mulher e uma das filhas terem sofrido abusos sexuais por parte de um parente e a outra filha ter sido "profanada" por um exame médico.

Em julho de 2008, num subúrbio de Atlanta conhecido como Jonesboro, investigadores da polícia relataram que o paquistanês Chaudhry Rashad, dono de uma pizzaria, admitiu ter estrangulado sua filha de 25 anos, Sandela, com o fio de um ferro de passar, porque ela queria deixar o marido escolhido pelo pai para se casar com ela no Paquistão. De acordo com a polícia, Sandela se recusava a continuar morando com o marido em Chicago e tinha voltado para a casa da família, onde disse ao pai que desejava o divórcio. De acordo com um relato: "Quando a polícia chegou, ele afirmou não ter feito nada de errado". Uma foto da vítima publicada na internet mostrava uma moça de expressão confusa e pouco à vontade, com um olhar angustiado.

Em fevereiro de 2009, na cidade de Buffalo, Nova York, um empresário muçulmano de 47 anos que tinha aberto uma emissora de tv a cabo para "promover uma imagem mais positiva dos muçulmanos" decapitou a esposa que tentava se divorciar dele. Muzzammil Hassan tinha agido anteriormente com muita violência, e Aasiya, mãe de seus dois filhos pequenos, tinha acabado de obter uma ordem judicial impedindo-o de entrar na casa deles.

Em cada um desses casos, os policiais, as autoridades e os repórteres americanos pareceram fazer de tudo para evitar o terrível rótulo de *crime de honra*, como se uma mudança na classificação pudesse transformar crimes bárbaros em algum tipo de delito doméstico. Aquilo fez com que eu me perguntasse: não haveria nos Estados Unidos uma organização que pudesse tratar de tais questões? Não que eu tivesse a intenção, na época, de dar início a algo do tipo, até porque estava farta da política. Mas eu pensava que alguém tinha de tomar uma providência; deveria haver algum tipo de ativismo em curso, algum tipo de visibilidade, algum tipo de grupo.

O crime de honra não é uma manifestação aleatória de uma loucura pessoal. Os assassinatos de Amina e Sarah Said, cometidos em Irving, no Texas, foram um castigo para a suposta infração das meninas contra uma ordem cultural. Apesar de tal ordem ser antiga e brutal e vir de muito longe, ela pode operar

em Dallas, em Henrietta e em Atlanta com tanta letalidade quanto em qualquer outro lugar.

Quando leio a respeito de crimes de honra, sinto-me assombrada pela certeza de que alguma coisa — muitas coisas — poderia ter sido feita. Retrospectivamente, foram numerosos os sinais que poderiam ter disparado alarmes em Irving muito antes de Yaser Said apanhar sua arma. Um padrão claro e bem estabelecido de crenças e comportamentos está envolvido em todos esses casos. É urgente a necessidade de tentar reconhecer este padrão e evitar tais assassinatos? Sim. Estamos debatendo como fazê-lo? Não.

Por que não? Por que diabos não?

Quando as muçulmanas enfrentam não apenas a opressão, mas a morte violenta, por que as feministas não protestam contra aqueles que cometem tais abusos? Onde estão as grandes americanas e europeias cuja campanha fomentou o movimento contemporâneo pela igualdade das mulheres no Ocidente? Onde está, por exemplo, Germaine Greer, autora de clássicos do feminismo ocidental como *A mulher eunuco*? Greer acredita que a mutilação genital das meninas precisa ser avaliada dentro de um contexto. Tentar impedi-la, escreveu ela, seria "um ataque à identidade cultural". Ela prossegue:

> As africanas que praticam a mutilação genital o fazem principalmente por acreditarem que o resultado é mais atraente. A jovem que se submete impassível enquanto a circuncisão do clitóris é feita esmagando-o entre duas pedras está provando que será uma boa esposa, capaz de suportar as dores do parto e o trabalho cotidiano. [...] As ocidentais, devidamente paramentadas com seu esmalte (incompatível com o trabalho manual), sapatos de salto alto (péssimos para a postura e para as costas, além de inadequados para a transposição de grandes distâncias em estradas de má qualidade) e sutiãs [...] denunciam a circuncisão feminina sem jamais suspeitar como seu próprio comportamento é absurdo.

O que, pode-se perguntar, teria Greer a dizer a respeito dos crimes de honra? Em dezembro de 2007, numa palestra sobre Jane Austen feita em Melbourne, Austrália, uma autora australiana chamada Pamela Bone perguntou a Greer se ela enxergava algum paralelo entre o conceito de honra da família na obra *Orgulho e preconceito*, de Austen, e o conceito de honra da família presente nas sociedades contemporâneas do Oriente Médio. Ela perguntou então por que as feministas ocidentais parecem tão relutantes em se manifestar contra coisas como os crimes de honra. De acordo com Pamela, Greer respondeu: "É uma questão bem difícil. Sou sempre convidada a ir até Darfur para entrevistar vítimas de estupro. Posso conversar com vítimas de estupro aqui mesmo. Por que eu iria até Darfur para conversar com vítimas de estupro?".

Quando Pamela respondeu: "Porque a situação lá é muito pior", Greer retrucou: "Quem disse que é pior?".

Pamela explicou que estivera em Darfur e garantiu a Greer que a situação lá era pior. Greer respondeu: "Veja bem, é simplesmente muito difícil tentar mudar outra cultura. Desapontamos as vítimas de estupro dentro da nossa própria cultura. Não conseguimos acertar dentro de nossos próprios tribunais. De que ajudaria se eu fosse até lá e tentasse dizer àquelas pessoas o que deveriam fazer? Sou apenas uma parte da decadente cultura ocidental que, segundo eles, está caminhando rapidamente para o Inferno, e talvez isso seja mesmo verdade. Mas nós nos importamos. Nós nos opomos a esse tipo de coisa. Estamos todas usando pulseiras brancas esta semana [referência a uma campanha internacional pelo fim da violência contra a mulher], não estamos? Isso sem dúvida trará resultados positivos".

Na reportagem publicada no *The Australian* sobre o episódio, Pamela observou com propriedade: "Por trás dos comentários de Greer recebidos com tamanha animação pela plateia, verifica-se o terrível relativismo cultural que permeia o pensamento de tantas pessoas antes ditas de esquerda. Não somos melhores do que eles. Não devemos tentar impor a eles nossos valores. Só podemos criticar aquilo que é nosso. [...] É curioso que tantas feministas considerem o racismo um mal maior do que o sexismo".

Eu li e reli a reportagem, enviada a mim por uma amiga, e pensei: *Difícil*? *É muito difícil tentar mudar outra cultura*? O que houve com Greer e os valores centrais que ela defende? É absurdo que uma

pessoa como ela, conhecedora da filosofia, não enxergue que o livre-arbítrio é fundamental para distinguir entre o comportamento de uma adulta "vítima" da dor provocada pelos sapatos da moda e a dor de uma criança que é de fato vítima da violência. É indesculpável que ela se abstenha de se manifestar contra os assassinatos cometidos em defesa da honra por considerar "difícil" desafiar a cultura que promove tal prática.

O feminismo se desenvolveu no Ocidente. Trata-se de uma cria do Iluminismo, período que desenvolveu as ideias da liberdade individual. Mas, mesmo antes do Iluminismo, mesmo no seu momento de maior ignorância, o tratamento dispensado às mulheres pela cultura ocidental foi mais gentil do que aquele dispensado pela cultura islâmica tribal dos árabes. Sem dúvida houve na América e na Europa práticas como a classificação das mulheres como "bruxas", submetidas a torturas, afogamentos e fogueiras. A violência doméstica, a estigmatização e a exclusão das mulheres dos papéis públicos e da participação nos governos também foram comuns. Com frequência fico sem palavras ao ler sobre a vida das mulheres no passado, tamanha a fúria e a pena que sinto. A crença de que as mulheres são caprichosas, irracionais e pouco confiáveis parece ter sido quase universal em determinada época, bem como a visão do casamento enquanto transação de negócios entre duas famílias, conduzida por guardiões masculinos. A história ocidental está repleta de histórias de noivas infantis.

Mas há diferenças entre a cultura do Ocidente e a de outras civilizações. Mulheres e homens de Arábia, China, Índia e África podem ter sonhado em ser libertados de seus grilhões. Talvez tenham debatido formas de mudar a mentalidade de seus opressores e até organizado rebeliões contra a sujeição. Mas foi somente no Ocidente que as ideias, palavras, organizações e revoluções bem-sucedidas em prol da liberdade chegaram de fato à luz do dia.

A história do feminismo, ou ao menos do pensamento feminista, é também, num primeiro relance, uma história de aristocratas. Jovens de ambos os sexos tinham permissão para conviver no mesmo espaço (apesar da existência de regras rígidas e da presença de guardiões). Após a Idade Média muitas sociedades europeias passaram a permitir que as filhas aprendessem a ler e escrever, que estudassem história, música e até filosofia, ainda que com o único objetivo de proporcionar conversas interessantes nas ocasiões sociais. Em vez de memorizar histórias e poemas tradicionais, descrição que corresponde à educação recebida pela minha avó e pela avó da minha avó, com o rígido objetivo moral de preservar os hábitos e os costumes de nossos ancestrais, as ocidentais puderam dar um decisivo passo além: foram capazes de construir seus próprios argumentos e ideias lógicas.

Durante o Iluminismo e depois dele, as ocidentais puderam lamentar sua condição de inferioridade. Puderam fazê-lo com uma linguagem e de uma maneira que faziam absoluto sentido para alguns dos seus contemporâneos, principalmente John Stuart Mill. As filhas do Iluminismo, como a britânica Mary Wollstonecraft e posteriormente a americana Margaret Fuller, foram pioneiras do feminismo no Ocidente. Entre as demandas originais das primeiras feministas estava a reivindicação de que as instituições de ensino superior fossem abertas para as mulheres, ou ao menos que faculdades fossem estabelecidas para as mulheres e reservadas a elas.

Infelizmente, algumas muçulmanas que agora têm a sorte de poder se beneficiar de uma educação de alta qualidade oferecida por essas mesmas instituições optam agora por defender a imagem do islã em detrimento dos direitos das mulheres. Essas mulheres que receberam ensino (conheci muitas delas) ainda representam uma minoria de sorte. O ensino de alta qualidade é fechado a milhões de suas compatriotas. Elas se gabam dos privilégios que têm: educação universitária, pais e irmãos liberais, acessórios da moda e liberdade de viajar sem a companhia de um guardião. Mas elas ignoram a massa desprovida de privilégios com quem alegam partilhar a religião e a cultura. Algumas vão mais além: dizem que a sujeição da muçulmana não passa de "folclore", algo que ocorre apenas em vilas remotas e obscuras num pequeno número de países. Tudo isso, elas dizem, está perdendo espaço, tornando-se apenas um resquício histórico, nada mais sério, nenhum motivo de preocupação.

Quando a escravidão dividiu o país, as feministas americanas compreenderam a imoralidade dos argumentos usados pelos donos de escravos. Elas denunciaram a escravidão, mas levaram seu raciocínio um passo adiante para atacar os valores que justificavam o tratamento das mulheres como propriedade. É irônico que tantas muçulmanas bem informadas sejam capazes de condenar com tanta propriedade os princípios usados por imperialistas estrangeiros cem anos atrás para dominar países colonizados, mas se abstêm de abordar o paradigma moral que subjaz nas injustiças cometidas contra suas próprias irmãs muçulmanas.

O movimento em defesa dos direitos civis nos Estados Unidos proporcionou outra oportunidade para que as feministas americanas se colocassem ao lado dos afro-americanos cujos direitos eram negados em decorrência da cor de sua pele. E novamente essas feministas expandiram a argumentação para além da discriminação com base na cor. Elas enfrentaram seus maridos, pais, irmãos, professores e pastores; argumentaram que, se a discriminação em decorrência da cor de pele é errada, então seria igualmente errada a discriminação com base no sexo. Se as leis do país teriam de ser alteradas adotando políticas que protegessem os direitos civis dos negros, então a lei deveria ser alterada para proteger também os direitos civis das mulheres.

Em debates apaixonados travados na Europa sobre a descolonização, muitas feministas europeias ficaram ao lado dos "defensores da liberdade" que lutavam pela independência do seu país. As razões por trás do direito de autodeterminação eram claras para elas. E elas não perderam a oportunidade de apontar que, se podemos confiar na capacidade de governar a si mesmos dos povos antes colonizados, então também podemos confiar na capacidade das mulheres de determinar seu próprio destino.

Todos estes foram conflitos de princípios. Todas essas lutas envolveram as consequências de negar a liberdade a homens e mulheres. Todas essas lutas foram vencidas essencialmente por meio da denúncia da imoralidade dos argumentos contrários, seja os que invocavam a Bíblia ou aqueles apoiados em antigas tradições feudais. (Os que desejavam a continuidade da escravidão, dos abusos dos direitos civis e da misoginia recorreram a argumentos religiosos.) Tais argumentações foram denunciadas, vilipendiadas e ridicularizadas, e ao fim as leis que institucionalizavam a desigualdade foram repelidas.

Ainda assim, justamente porque essas lutas foram travadas contra o homem branco, elas ajudaram a fixar na mentalidade da maioria das pessoas a noção simplista de que negros, mulheres e povos colonizados podem ser vítimas apenas da opressão branca masculina. Depois de se aliar a outros movimentos de revolução social, como os movimentos pela independência nacional no Sudeste Asiático e em defesa dos direitos de todo tipo de ironia, principalmente a luta contra o apartheid e em defesa dos palestinos, as feministas começaram a definir o homem branco como o grande inimigo, o maior de todos os opressores. O homem branco se envolveu no comércio de escravos, criou o apartheid e o colonialismo, além de subjugar a mulher. Quase por definição, os não brancos eram vistos como membros do grupo oprimido.

Como resultado, o sofrimento das muçulmanas — e, com efeito, o de todas as mulheres do Terceiro Mundo que são oprimidas em nome de um paradigma moral de costumes ou crenças criado e mantido por homens de cor — foi pouquíssimo questionado. Um punhado de organizações sem fins lucrativos se ocupa do assunto, é claro; o Banco Mundial, por exemplo, tornou-se mais confiante na condenação da sujeição das muçulmanas. Mas o grande esforço público para denunciar, ridicularizar, repudiar e substituir as antigas visões de mundo ainda não teve início.

Na verdade, certo tipo de feminismo piorou a situação para as vítimas da misoginia perpetrada por homens de cor. Minha colega do American Enterprise Institute, Christina Hoff-Sommers, chama de "feminismo do ressentimento". Trata-se da posição de "feministas [que] acreditam que nossa sociedade [leia-se a sociedade ocidental] é melhor descrita como uma 'hegemonia masculina', um 'sistema sexual/de gêneros' no qual o gênero dominante [leia-se o homem branco] age para manter as mulheres encolhidas na submissão". Essas feministas do ressentimento se recusam a reconhecer o progresso

conquistado pelas mulheres ocidentais, desde o direito ao voto até o castigo àqueles que tentam assediar as mulheres no trabalho. Elas enxergam apenas a iniquidade do homem branco e reduzem a meros artefatos da cultura ocidental conceitos universais como a liberdade de expressão e o direito de autodeterminação. Elas assim proporcionam aos homens de cor uma rota de fuga. Se o rei da Arábia Saudita for questionado quanto às leis do seu país relativas às mulheres, ele simplesmente pede respeito à fé, cultura e soberania, e aparentemente essa argumentação é aceita como suficiente.

Como essas feministas ocidentais manifestam um temor quase neurótico diante da possibilidade de ofender a cultura de um grupo minoritário, a situação das muçulmanas cria para elas um imenso problema filosófico.

Há 13,5 milhões de mulheres na Arábia Saudita. Imagine como é ser uma mulher naquele país: vive-se essencialmente em condições permanentes de prisão domiciliar.

Há 34 milhões de mulheres no Irã. Imagine como é a vida de uma mulher naquele país: ela pode ser casada legalmente com a idade de nove anos; de acordo com as determinações de um juiz, pode ser açoitada 99 vezes por cometer adultério; então, de acordo com a decisão de um segundo juiz, pode ser sentenciada cinco meses mais tarde à morte por apedrejamento. Foi o que ocorreu com Zoreh e Azar Kabiri-niat em Shahryar, no Irã, em 2007; depois de serem açoitadas por "motivos ilícitos" elas foram julgadas novamente e consideradas culpadas de "cometer adultério enquanto estavam casadas". O castigo que deveriam receber era a morte por apedrejamento. A sentença foi recentemente confirmada, após apelação.

Há 82,5 milhões de mulheres no Paquistão. Imagine como é a vida de uma menina naquele país: ela cresce sabendo que, se desonrar a família, recusar-se a aceitar o marido escolhido ou alguém pensar que ela tem um namorado, é possível que seja espancada, condenada ao ostracismo e morta, provavelmente por seu pai ou seu irmão, com o apoio de todos os parentes. Ela pode também ser presa por causa do *hudud*, as leis da transgressão islâmica.

Imagine como é ser uma menina no Egito, no Sudão, na Somália — qualquer um entre um conjunto de 26 países no Oriente Médio, na África e na região do Pacífico. O clitóris é cortado, bem como os lábios internos, e a abertura da vagina é costurada. Mesmo que a ablação não seja mencionada no Alcorão, a maioria das 130 milhões de mulheres vivas em todo o mundo que foram submetidas a este ritual brutal é composta por muçulmanas.

A virgindade é a obsessão, a neurose do islã. Onde quer que exista uma comunidade muçulmana, é comum o casamento forçado ou sob coerção, mesmo envolvendo crianças, mesmo em famílias relativamente esclarecidas. Como no caso da violência doméstica, a maioria das pessoas considera isso normal. Os homens são os guardiões de suas filhas. Uma menina é, portanto, propriedade de seu pai, que tem o direito de transferir essa propriedade ao marido que escolher. O casamento infantil é também um resultado lógico da obsessão muçulmana com a pureza feminina: se ela for casada cedo, tão logo possível após a primeira menstruação, não terá tempo de prejudicar a reputação do pai e desvalorizar a mercadoria. A realidade dessa lógica pode ser extremamente amarga: imagine uma menina de treze anos mandada para os braços de um homem que nunca viu antes.

O casamento infantil é ilegal nos países ocidentais, é claro, mas outros aspectos da opressão muçulmana contra as mulheres podem ser prontamente importados tanto para a Europa quanto para os Estados Unidos. O fato de os crimes de honra poderem ocorrer no Texas, em Nova York e na Geórgia torna ainda mais estranho e deplorável o virtual silêncio das feministas ocidentais diante desse tema.

As ocidentais têm poder. Elas já estão firmemente inseridas na força de trabalho. Têm acesso aos métodos contraceptivos, às suas próprias contas bancárias, ao voto. Podem se casar com o homem de sua escolha, ou escolher não se casar, e, se a natureza permitir, podem ter tantos filhos quanto desejarem. Podem ser donas de propriedades, viajar para onde quiserem e ler qualquer livro, jornal ou revista que atraia seu interesse. Podem opinar a respeito das escolhas morais dos outros, expressar livremente suas

opiniões e até publicá-las.

No Ocidente, o proverbial teto de vidro da maioria das profissões já foi quebrado, embora não tenha sido totalmente removido; sem dúvida podemos agora encontrar tempo para outras questões vitais. Se o feminismo ainda tem algum significado, mulheres poderosas deveriam canalizar suas energias para ajudar as meninas e mulheres que sofrem a dor da mutilação genital, que correm o risco de ser assassinadas por causa de suas ideias e seu estilo de vida ocidentais, que precisam pedir permissão simplesmente para sair de casa, que são tratadas como servas, marcadas a ferro e mutiladas, negociadas sem nenhuma consideração por sua vontade. Para uma feminista de verdade, essas mulheres deveriam ser a prioridade máxima.

Nós, mulheres dos países ricos, temos a obrigação de nos mobilizar e ajudar outras mulheres. Somente nossa indignação e pressão política podem levar a mudanças. Precisamos levar a situação das muçulmanas ao topo da pauta. Não basta dizer que é chocante, é terrível, e então condenar apenas os atos individuais. Precisamos desafiar e derrubar a cultura tribal de honra e vergonha conforme codificada na religião islâmica.

Organizações formadas no interior dessas comunidades farão lobby e entrarão em litígio para provocar uma mudança de assunto, e depois alegarão serem vítimas vulneráveis. Os defensores delas entre os intelectuais multiculturalistas e os políticos contemporizadores vão apoiá-las. É essencial que todos tenham consciência de que as defensoras das mulheres estão falando a respeito de dois sistemas de valores distintos entre os quais não pode haver acordo de concessão mútua.

As muçulmanas não são o único grupo de mulheres submetido à opressão. Como escrevi em 2006 num artigo publicado no *International Herald Tribune*, há entre 113 milhões e 200 milhões de mulheres demograficamente “ausentes”, e todos os anos entre 1,5 milhão e 3 milhões de mulheres e meninas perdem a vida como resultado da violência ou da negligência simplesmente por causa do gênero a que pertencem. Em muitas partes do mundo, e não apenas nos países muçulmanos, a incidência de mortes decorrentes da negligência entre bebês do sexo feminino e meninas pequenas é desproporcionalmente alta. O brutal comércio sexual internacional de jovens moças mata um número desconhecido de mulheres. Todos os anos cerca de 600 mil morrem durante o parto, e a violência doméstica é uma das principais responsáveis pela morte de mulheres em todos os países do mundo. O “generocídio” se dá sob muitas formas, mas, para a maioria dessas mulheres que sofrem, a questão principal é a pobreza.

A sujeição das muçulmanas, em comparação, é uma questão de princípios.

O que pode ser feito? Primeiro, precisamos de uma campanha de alcance mundial contra os valores que permitem crimes como esses. Culturas que promovem a negação dos direitos da mulher sobre seu próprio corpo e não as protegem do pior tipo de abuso físico precisam ser pressionadas a se reformar. Não devem ser tratadas como membros respeitáveis da comunidade das nações. Atualmente, os ativistas defensores dos direitos humanos estão frustrados com o próprio trabalho; têm negado o seu acesso a dados importantes, sendo intimidados e ignorados. Um sério esforço internacional precisa ser empreendido para registrar e documentar a violência contra as meninas e as mulheres em cada país, e denunciar a realidade do seu sofrimento intolerável.

Mas a questão mais urgente é o que as feministas podem fazer agora para impedir que uma cultura alienígena e opressora se enraíze no Ocidente. Também nos Estados Unidos as meninas muçulmanas podem ser tiradas da escola pelos pais, castigadas em casa de maneira rotineira e violenta, observadas com obsessão, obrigadas a se casar e podem até ser assassinadas em nome da honra. Tais violações básicas e brutais dos direitos das mulheres precisam ser confrontadas diretamente com a adoção de medidas eficazes para proteger as muçulmanas, cuja elaboração é urgente. Ignorar o problema significa abandonar as próximas vítimas à própria sorte; pior, significa abandonar os valores centrais que sustentam a sociedade ocidental. É isso que os americanos podem aprender com a experiência da imigração islâmica na Europa: simplesmente não podemos fazer concessões em nossos próprios

princípios ao tolerar os crimes de honra, a mutilação genital feminina e outras práticas desse tipo.

Na Holanda e no Reino Unido foram estabelecidas organizações com o intuito de ensinar a polícia, as escolas e outras agências do governo a respeito desse tipo específico de violência doméstica. Entretanto, cidadãos e representantes do governo ainda encontram dificuldade para debater o tema sem serem acusados de islamofobia e racismo. Na Holanda, por exemplo, defendi a instalação de um sistema para controlar os casos de mutilação genital feminina. Tal sistema foi desenvolvido, mas sobre uma base voluntária, o que é absurdo, porque uma mãe convencida de estar fazendo aquilo que é certo de acordo com o costume sagrado da sua herança não vai dar um passo adiante e dizer: “Acabo de cometer um ato que vai me mandar para a prisão pelos próximos quinze anos”.

A essa altura, pessoas bem-intencionadas às vezes me lançam um olhar condescendente e fazem então o equivalente emocional a dar um tapinha nas minhas mãos. Raras vezes são mal-educadas a ponto de dizê-lo, mas elas claramente acreditam que essa batalha não pode ser vencida: é impossível que metade da população muçulmana atual de todo o mundo seja libertada.

Escolho não adotar essa abordagem derrotista. Acredito que a cultura da honra e vergonha pode ser descartada. Pensar diferente é definir os muçulmanos como incapazes de crescer e se adaptar, e não consigo pensar em algo mais pejorativo e racista do que isso. Para que uma verdadeira mudança possa ocorrer serão sem dúvida necessárias grandes mudanças de atitude, o desmantelamento de toda a infraestrutura do pensamento religioso e dos valores tribais. Mas para atingir esse objetivo precisamos desesperadamente de um novo feminismo capaz de atrair a muçulmana. O discurso militante antimasculino de algumas líderes feministas me parece revoltante, e é também, segundo o que acredito, uma perversão da mensagem de Mary Wollstonecraft. O feminismo do século xxi precisa avançar, transpor o abismo entre as mulheres ocidentais e aquelas que foram deixadas para trás. Assim como os pensadores livres e os amantes da liberdade de todo o mundo um dia se uniram para apoiar a luta contra o apartheid, nós deveríamos nos juntar para defender os direitos da mulher no islã.

Enquanto eu acompanhava a corrida eleitoral americana de 2008 e as campanhas de Hillary Clinton e Sarah Palin na tv — duas mulheres disputando dois dos cargos mais poderosos do mundo —, esperei ansiosamente pelo momento em que falariam a respeito do que planejavam fazer pelas outras mulheres, aguardando o instante em que alguém faria a pergunta, exigindo um debate sério sobre os direitos das muçulmanas. Isso nunca ocorreu.

Agora Hillary Clinton é a secretária de Estado; antes dela, Condoleezza Rice e Madeleine Albright ocuparam o cargo. Parece que emergiu em Washington um consenso silencioso segundo o qual o departamento de Estado deve ser chefiado por mulheres. Alguns se queixam de que esta é uma medida de apaziguamento, pois o cargo que realmente queremos é o de presidente. Mas eu discordo. Acredito que ter uma mulher no cargo de secretária de Estado representa uma grande oportunidade. Significa que uma americana vai se reunir com os líderes do resto do mundo, incluindo o mundo árabe, e será tratada não apenas como igual, mas também como representante da única superpotência mundial.

* * *

A libertação das mulheres é como uma grande casa inacabada. A ala oeste já está relativamente pronta. A maioria das que residem desse lado goza de privilégios como direito ao voto e a se candidatar. Temos acesso à educação e podemos nos sustentar com o próprio trabalho se assim desejarmos. Conseguimos convencer a maioria dos legisladores deste lado da casa de que a violência doméstica, o assédio sexual e o estupro são crimes pelos quais o perpetrador deve ser castigado. Temos direitos reprodutivos sobre nosso corpo e nossa sexualidade; embora os pais, professores e líderes comunitários orientem as meninas

e moças, eles não tentam coagi-las a aceitar um relacionamento com um homem (nem, recentemente, com outra mulher). Candidatos a consortes podem fazer de tudo para atraí-las, mas têm de engolir o próprio orgulho se forem rejeitados por uma delas.

Como ocorre com todas as casas, o lado oeste desta casa nem sempre é administrado sem turbulências. Em alguns casos, as regras da casa não são defendidas. Queixas de violência doméstica feitas por meninas são ignoradas, negadas, o perpetrador é liberado com uma advertência ou um castigo muito menos severo do que o mal causado por ele. Outras mulheres podem sentir que não recebem uma compensação financeira equivalente à de seus colegas homens que desempenham o mesmo trabalho; e outras se veem atingindo um teto de vidro. Assim, algumas mulheres tentam conferir à casa novas regras e quebrar os tetos de vidro.

Mas, quando visitamos a ala leste, o que encontramos está num estado muito anterior ao inacabado. Partes da obra foram iniciadas e depois abandonadas, e estão caindo em ruínas. Em outras partes, sempre que uma parede é erguida, aparece alguém com uma escavadeira e a derruba. Naquilo que poderiam ser maravilhosos pátios há valas comuns com meninas sem nome que morreram porque não foram consideradas dignas de ser alimentadas ou tratadas para curar doenças comuns. Na ala leste as meninas são transportadas pelos pais como se fossem propriedade, muitas vezes quando são jovens, para satisfazer os impulsos sexuais dos adultos. Há meninas trabalhando a terra, apanhando água, pastoreando animais, cozinhando e limpando do raiar do dia ao pôr do sol sem receber nada por seus esforços, enquanto outras são espancadas impunemente pelos parentes mais próximos. Jovens moças morrem durante o parto porque lhes faltam os cuidados mais básicos de higiene e saúde.

Em certos rincões da ala leste, as mães nem sempre ficam alegres quando descobrem que estão grávidas. Um médico analisa que o feto em gestação será um menino ou uma menina; se for uma menina ele aceita o pagamento da mãe desgraçada e interrompe a gravidez, e se ela não puder pagar pelo aborto a criança, depois de nascer, é sufocada ou abandonada para morrer. O aborto de meninas é tão sistemático em certos cômodos da ala leste que há um grande número de rapazes que não encontram parceiras para casar.

Perto do centro da ala leste, a maioria das mulheres é expulsa dos quartos coletivos e corredores, e quando podem ser vistas estão invariavelmente cobertas da cabeça aos pés com peças escuras e feias. Se estupradas, elas devem arcar com o ônus da prova, e em certos quartos mulheres e meninas a partir dos treze anos de idade são açoitadas e apedrejadas em público até a morte por sua desobediência das questões sexuais. No lado mais oriental da casa algumas pessoas têm tanto medo da sexualidade de uma mulher que cortam a genitália das meninas, mutilando-as e marcando-as como sua propriedade.

Hoje em dia muitos habitantes da ala leste encontram o caminho que leva ao outro lado da casa, ainda que seja até o apertado quarto dos empregados. Na ala oeste o destino das meninas da ala leste parece muito distante. E enquanto as meninas da ala oeste se mantêm ocupadas com futilidades como a cor da pintura, o tamanho dos candelabros e o formato da cerca viva no jardim, para não falar naquele incômodo teto de vidro, homens da ala leste reivindicam para si quartos no oeste, dentro dos quais praticam seus hábitos orientais.

Eu estaria sentada no meu escritório em Nova York, bem acima do grande e intenso burburinho da ala oeste, fantasiando que um dia as abastadas mulheres do Ocidente se reuniriam para fazer da libertação das cabanas na ala leste a sua maior prioridade. Elas avançariam para erguer um novo edifício da liberdade, da força e da fartura para o Oriente, derrubando os antigos barracos e abrindo as portas visíveis e invisíveis da prisão, permitindo às suas irmãs que vejam a luz do dia.

Esse é o meu sonho. Mas, francamente, não sei se as feministas ocidentais têm a coragem e a clareza de propósito para me ajudarem a torná-lo realidade.

16. Buscando Deus, mas encontrando Alá

Certa noite, em junho de 2007, participei de um jantar em Roma com o padre Antoine Bodar, um sacerdote holandês que tinha sido recomendado a mim por uma amiga em comum. Ele me pareceu um homem inspirador, pacífico, intelectual e também bastante cosmopolita. O restaurante que ele escolheu para nós ficava logo atrás do Vaticano, e enquanto bebericávamos nosso vinho percebi que eu estava de fato me divertindo naquela noite. A escuridão aumentava, os edifícios renascentistas foram iluminados e se tornaram quase surreais na sua majestosa beleza, e então me ocorreu que estávamos sentados num lugar de grande poder: o Hejaz do cristianismo.

E, ainda assim, como os poderosos decaíram, pensei comigo mesma — mas talvez não tenham decaído, e sim desvanecido. Enquanto o cristianismo parece estar em declínio nas terras muçulmanas, o islã ganha espaço em toda a Europa. As igrejas estão se esvaziando, convertendo-se em apartamentos, escritórios e até casas noturnas, ou então sendo derrubadas, enquanto as mesquitas parecem brotar do chão. As magníficas catedrais da França estão desertas; algumas pessoas sugeriram até que pequenas capelas e igrejas abandonadas pelos fiéis fossem convertidas em mesquitas para dar à cada vez maior comunidade muçulmana francesa espaço o bastante para orar. Isso seria também uma maneira de distanciar o islã das garagens e porões, tão difíceis de monitorar, onde os jovens são rapidamente radicalizados.

Enquanto tomávamos café, tentei me imaginar jantando em Meca com um membro do *‘ulema*, ou com qualquer outro imame, praticamente em qualquer outro lugar do mundo. Aquilo me pareceu outra demonstração de diferenças fundamentais: islã e cristianismo *não são* a mesma coisa.

Expliquei ao padre Bodar o motivo de ter solicitado um encontro com ele. “Não sou cristã e não estou aqui para lhe pedir que me ajude na conversão”, expliquei. “Mas acho que as igrejas cristãs devem começar a praticar o *dawa* exatamente como faz o islã. Vocês precisam concorrer, pois são uma ferramenta poderosa para reverter a islamização. Devem começar pelas comunidades muçulmanas em Roma. A Europa está avançando feito um sonâmbulo rumo ao desastre — cultural, político e ideológico —, porque as autoridades da igreja negligenciaram os guetos de imigrantes.

“As igrejas poderiam entrar nas comunidades islâmicas oferecendo serviços, como fazem os muçulmanos radicais: construir novas escolas católicas, hospitais e centros comunitários, tais quais os que desempenharam um papel civilizatório muito importante durante o colonialismo na África. Não deixem que a questão caia nas mãos apenas dos governos — assumam um papel ativo. As igrejas contam com os recursos, a autoridade e a motivação para converter os imigrantes muçulmanos a um estilo de vida mais moderno e crenças mais contemporâneas. Ensinem a higiene, a disciplina e a ética do trabalho, e também aquilo em que vocês acreditam. O Ocidente está perdendo essa guerra de propaganda. Mas vocês podem concorrer com o islã fora da Europa e assimilar vigorosamente os muçulmanos que estão no continente europeu.”

O padre Bodar ficou radiante de alegria. Ele disse que tentava atingir essa meta havia anos e muitas vezes foi ridicularizado por sugerir algo desse tipo. A Igreja Católica Romana tem um longo histórico de resistência aos desafios religiosos vindos de dentro e de fora do que costumava ser chamado de cristandade. Heresias de todo tipo foram combatidas com sucesso desde tempos imemoriais. A Contrarreforma viu a Igreja se reafirmar vigorosamente contra os ensinamentos de Martinho Lutero e outros reformistas protestantes. E, é claro, a Igreja lutou contra o islã não apenas na época das cruzadas, mas até 1683, quando tropas islâmicas do sultão otomano ameaçavam Viena, a capital do Sacro

Imperador Romano.

Mas e quanto ao desafio enfrentado hoje pela civilização cristã — o desafio do islã radical que já está dentro da suposta fortaleza europeia?

O islã se diz a religião que atualmente mais cresce no mundo. Essa expansão é obtida em parte por meio da grande taxa de natalidade observada nas sociedades muçulmanas, mas também por meio do *dawa*, que convence as pessoas a adotar seus valores e sua perspectiva. Milhões de muçulmanos moram agora no Ocidente; claramente não é o bastante supor que o poder de sedução da fartura material que os rodeia será capaz de fazer com que esses muçulmanos relaxem a ponto de assimilar o sistema ocidental de valores, da tolerância individual e dos direitos individuais. Talvez isso ocorra com alguns deles, mas ao nosso redor são muitas as evidências de que a maioria seguirá simpatizando com uma visão de mundo alicerçada em teorias da conspiração e que responsabiliza os infiéis por todos os fracassos dos muçulmanos. Além disso, alguns não muçulmanos do Ocidente se sentem atraídos por essa visão de mundo e convertem-se em adeptos do islã.

É possível (e necessário) combater os jihadistas violentos usando o poderio militar. Mas este é apenas um dos elementos de uma guerra. Apesar de ser importante defender o território e ter armas de prontidão, não se pode usar meios militares para afetar a mentalidade mais ampla que sustenta os guerreiros muçulmanos. A propaganda é uma poderosa ferramenta de guerra capaz de conquistar as massas, convencê-las a desertar, derrubar seu moral e minar sua crença na própria ideologia.

Alguns ocidentais acreditam que os muçulmanos são uma massa de seres teimosos e irracionais, incapazes de examinar com calma o mérito das ideias. Mas a mente de um muçulmano é igual à de qualquer outra pessoa, capaz de absorver novas informações. Se pudermos ajudar os muçulmanos a examinar as ideias que formam a base do islã, eles poderão então admitir que o exemplo do profeta Maomé é falível, que nem tudo o que diz o Alcorão é perfeito e verdadeiro, e que essa doutrina pode ser ajustada de modo a amenizar a dor mental que a tentativa de aplicá-la no mundo moderno provoca.

Tenho uma teoria: acredito que a maioria dos muçulmanos procura um Deus redentor. Eles acreditam na existência de um poder superior que é a provedora da moralidade, dando a eles uma bússola para ajudar a distinguir entre o bem e o mal. Muitos muçulmanos buscam um Deus ou um conceito de Deus que, na minha opinião, corresponde à descrição do Deus cristão. Em vez disso, eles encontram Alá. Encontram Alá principalmente porque nascem em famílias muçulmanas nas quais Alá é a principal divindade há gerações; outros se converteram ao islã ou são filhos de convertidos.

Minha teoria se baseia em duas observações. A primeira é que muitos muçulmanos — a maioria deles, diriam alguns estudiosos — sentem-se instintivamente indignados pela violência cometida em nome da sua fé. Sua reação diante do terrorismo é sempre a mesma: *Não, não pode ser. Os terroristas sequestraram minha religião. Considero errado matar e ferir os outros. Minha religião defende a paz; ela me diz para ter compaixão*. “A vós, vossa religião, e, a mim, minha religião”, eles citam, referindo-se a uma passagem do Alcorão, provando para si mesmos que o islã promove a liberdade religiosa.

Minha segunda observação é a de que a maioria dos muçulmanos desconhece o conteúdo do Alcorão e do Hadith e de todas as demais escrituras islâmicas. O tão citado edito promovendo a liberdade religiosa está de fato no Alcorão, mas sua autoridade é invalidada por versos que vieram do Profeta posteriormente, quando ele estava mais bem armado e seus seguidores eram mais numerosos.

Os muçulmanos que dizem que Alá é pacífico e cheio de compaixão simplesmente desconhecem outros conceitos de Deus, ou o conceito que têm é equivocado. Foi dito a eles que os cristãos interpretaram erroneamente o verdadeiro Deus, Alá, que eles são culpados de *shirk* (um pecado imperdoável) ao associarem o único Deus verdadeiro ao Espírito Santo e a Jesus, um mero profeta, dizem eles, que os cristãos erradamente instalaram no trono como filho de Deus.

Os muçulmanos que escutam tudo isso (e coisas piores) a respeito do cristianismo quase nunca tentam saber mais. Enquanto isso, os cristãos pararam de ensinar pessoas nos países muçulmanos porque a imensa resistência dos sacerdotes muçulmanos locais e das elites políticas tornou essa tarefa cada vez mais difícil. Em resumo, as massas muçulmanas são isoladas das religiões alternativas.

Para mudar esse quadro, o que tenho em mente é um tipo de concorrência espiritual. Foi essa a pergunta que fiz ao padre Bodar em Roma: se a Arábia Saudita investe milhões de dólares em madraçais e numa campanha sistemática de *dawa*, aproveitando-se de todas as instituições da liberdade no Ocidente, por que a Igreja católica, com seus recursos financeiros e seus milhões de fiéis sinceros, não faz o mesmo?

Espero que meus amigos Richard Dawkins, Sam Harris e Christopher Hitchens — a estimada trindade de ativistas ateus no Reino Unido e nos Estados Unidos — não fiquem perplexos diante da ideia de uma aliança estratégica entre os não religiosos e os cristãos, incluindo a Igreja Católica Romana. Concordo que a ideia é um pouco paradoxal. Durante séculos os proponentes da revolução científica e do Iluminismo enxergaram no Vaticano um arqui-inimigo. A Igreja perseguiu e em alguns casos executou aqueles que eram condenados como hereges. Meus amigos ateus estão corretos em apontar que muitos cristãos abandonaram uma interpretação literal da Bíblia por causa das constantes críticas de pensadores como esses. É verdade também que há muita misoginia na tradição judaico-cristã. O desprezo pelas mulheres está presente na obra de São Paulo.

Mas a Igreja católica moderna é uma instituição muito diferente, mais tolerante. Os cristãos dos tempos mais recentes devem receber crédito por dar ouvidos ao menos a parte das críticas propostas pelos pensadores do Iluminismo. A própria abertura à crítica é o que torna o cristianismo diferente do islamismo.

E o cristianismo não se encontra mais repleto de amargos conflitos sectários que datam da época da Reforma. Atualmente, as relações entre a Igreja católica e as principais confissões protestantes — anglicanos, episcopais, presbiterianos, unitaristas e universalistas — é pacífica. Na maior parte do mundo ocidental essas igrejas e seus fiéis deixam uns aos outros em paz ou então gozam de boas relações ecumênicas. Por fim, as igrejas cristãs deixaram no passado os séculos de antissemitismo que tanto mancharam sua reputação.

É verdade que, com relação a uma ampla gama de temas, a Igreja Católica Romana adota posições das quais discordo, junto com a maioria dos liberais. Em questões como o aborto, o controle da natalidade e o sacerdócio feminino, são profundas as divisões que existem no Ocidente. Muitos protestantes americanos, bem como os católicos, opõem-se veementemente ao aborto, tema que se mostra especialmente polarizador nos Estados Unidos. Mas todas essas diferenças dizem respeito ao debate, não à guerra. Por mais amargo que seja, o debate ocorre de maneira pacífica nas sociedades ocidentais, por mais que os ânimos se aqueçam na troca de palavras. Os raros casos de malucos que explodem clínicas de aborto ou assassinam médicos que oferecem a interrupção da gravidez para mulheres cuja gravidez é indesejada são a exceção que comprova a regra.

O embate entre o islã e o Ocidente é diferente. Todos os meios possíveis são usados pelos agentes do islã radical na tentativa de derrotar o Ocidente. Mesmo que a maior parte de nossa atenção seja voltada para os muçulmanos que estão dispostos a explodir a si mesmos em nome de sua religião, não podemos ignorar a campanha de conversão e radicalização, mais sutil. Durante muito tempo o Ocidente se manteve impassível, permitindo que o islã promovesse uma corrida àqueles mais suscetíveis à conversão. Às vezes tenho a sensação de que os únicos ocidentais capazes de perceber isso são os judeus, que estão muito mais expostos aos efeitos do islã radical por causa dos seus contatos com o Estado de Israel.

Veja o caso das instituições do Iluminismo, das escolas e universidades estabelecidas em todo o

mundo ocidental com base em princípios seculares. Para defender os valores do Iluminismo das invasões dos muçulmanos eles precisam acordar e perceber até que ponto o pensamento muçulmano já está infiltrado nas suas comunidades. Seus recursos são limitados, e vultosas doações de príncipes sauditas e sultões do Qatar trazem consigo uma série de condições. Seu currículo é cada vez mais politizado, e eles toleram e até encorajam o surgimento de todo tipo de movimento anti-iluminista que tenha como base os sentimentos coletivos de luto e vitimização. Alguns professores até encorajam os alunos a se entregarem à autoflagelação por causa dos pecados da história ocidental. Culturas do Oriente, do Oriente Médio e da África que enxergam a concessão e a reconciliação como manifestações de fraqueza interpretam tudo isso como sinal de sua própria vitória iminente: isso os torna mais ousados.

Nesse confronto entre civilizações, o Ocidente precisa criticar também as culturas dos homens de cor. Precisamos deixar de lado o éthos do respeito relativista pelas religiões e culturas não ocidentais se o respeito não passa de um eufemismo para o apaziguamento. Mas precisamos fazer mais do que criticar. Precisamos — urgentemente — oferecer uma mensagem alternativa que seja superior à mensagem da submissão.

Quando me dizem para tomar o cuidado de não impor valores ocidentais a pessoas que não os desejam, me dou o direito de discordar. Não nasci no Ocidente nem fui educada no Ocidente. Mas o deleite que senti quando cheguei ao Ocidente por poder libertar a imaginação, o prazer de escolher a quem quero me associar, a alegria de ler o que quiser e a emoção de estar no controle da minha própria vida — em resumo, minha liberdade — são sentimentos que me acorrem intensamente conforme eu me afasto de todos os grilhões e obstáculos impostos pela minha linhagem e minha religião.

Não sou a única que se sente assim e pensa assim.

O multiculturalismo e o relativismo tão presentes nas instituições ocidentais de ensino me lembram o imponente, antigo e belo armário que minha tia Khadija tinha em Mogadíscio. Certo dia, quando ela afastou o imenso móvel de madeira para limpar atrás dele, o armário todo desabou num impressionante estrondo. Um exército de incontáveis cupins tinha devorado a peça toda lentamente, centímetro por centímetro. Ninguém tinha suspeitado disso, e agora tudo o que restava era o esqueleto exterior da moldura.

Quero simplesmente que os ateus pró-Iluminismo e de livre pensamento se organizem espontaneamente para combater a ameaça do islã radical, muito preocupante em comparação. Mas a probabilidade de uma organização como esta atrair um apoio expressivo parece remota porque os filhos do Iluminismo se encontram irremediavelmente divididos quando se trata da sua opinião a respeito de como lidar com o islã. Com suas ideias de igualdade e liberdade de expressão, muitos pensadores ocidentais contemporâneos ingeriram inadvertidamente a toxina do apaziguamento. Eles oferecem cátedras das melhores e mais distintas instituições de ensino superior àqueles que fazem a apologia do islã. Não existe união nem uma visão comum de como lidar com essa ameaça. De fato, aqueles de nós que enxergam claramente a ameaça são considerados meros alarmistas.

É por isso que acho que precisamos apelar a outras fontes de força ideológica na sociedade ocidental, mais tradicionais. E isso precisa incluir as igrejas cristãs. Há pessoas na Europa e nos Estados Unidos que alegam ter sido o secularismo que nos tornou indefesos diante do avanço do islã. Elas dizem que o ressurgimento da Europa cristã se faz portanto necessário. Mas não são apenas os esquerdistas que optam pelo apaziguamento diante do islã. Afetados por acessos semelhantes de culpa branca, muitos teólogos cristãos de renome também se tornaram cúmplices da jihad.

Quando vim ao Ocidente achei impressionante o fato de crentes, agnósticos e ateus poderem debater uns com os outros e até ridicularizar-se mutuamente sem jamais recorrer à violência. É esse direito de livre expressão que se encontra agora sob ataque. E, em tempos de guerra, lutas internas nas fileiras ocidentais — entre ateus e agnósticos, cristãos e judeus, protestantes e católicos — servem apenas para enfraquecer o Ocidente. Enquanto nós, ateus e liberais clássicos, não apresentarmos programas próprios

e eficazes para derrotar a difusão do islã radical, devemos trabalhar com cristãos iluminados que estejam dispostos a fazer boas propostas. Devemos pôr fim à cisma, reorganizar nossas prioridades e lutar juntos contra um inimigo em comum muito mais perigoso.

Se eu pudesse escolher, com certeza preferiria morar num país cristão em lugar de um muçulmano. O cristianismo no Ocidente é hoje mais humano, mais contido e mais disposto a aceitar críticas e debates. O conceito cristão contemporâneo de Deus é mais benigno, mais tolerante às opiniões dissidentes. Mas a diferença mais importante entre as duas civilizações está na saída. Uma pessoa que decidir abandonar o cristianismo pode ser excomungada da comunidade da Igreja, mas ninguém fará mal a ela. Os muçulmanos, no entanto, impõem o domínio de Alá uns aos outros. Os apóstatas — pessoas que, como eu, abandonam a fé — *devem* ser mortos.

Os cristãos também assassinaram os hereges e os blasfemadores, mas isso foi há muito tempo, durante os dias negros da Inquisição. No dia 12 de setembro de 2006, na Universidade de Regensburg, Alemanha, onde já foi professor de teologia, o papa Bento xvi fez uma palestra abrangente intitulada “Fé, razão e a universidade — memórias e reflexões”. Nela, Bento xvi dizia que toda fé em Deus deve necessariamente obedecer à razão; Deus não pode pedir que seu fiel faça algo irracional, pois Deus criou a razão. O islã, destacou, não é como o catolicismo: ele se baseia na ideia de que Deus pode *reverter* a lei e a razão humanas. Alá pode exigir um comportamento imoral ou irracional, pois ele é todo-poderoso e exige uma submissão absoluta.

Apesar do convite do papa ao diálogo com povos de outras culturas, seu discurso provocou protestos de muçulmanos em todo o mundo e muitas igrejas foram atacadas com bombas incendiárias: mais evidências da intolerância dos muçulmanos às críticas ao islã. O discurso dele ainda estava bastante presente na mente de todos durante minha visita a Roma oito meses mais tarde. Com efeito, eu e o padre Bodar o debatemos.

O papa Bento xvi, Vigário de Cristo, Sucessor do Príncipe dos Apóstolos, Sumo Pontífice da Igreja Universal e Servo dos Servos de Deus lidera o mais poderoso sistema de hierarquia religiosa em todo o mundo. Nenhuma outra autoridade espiritual pode alegar que controla uma rede tão bem estruturada. Estou certa de que essa pirâmide de padres, bispos e cardeais o manteve plenamente ciente de que um outro soberano religioso, o rei Abdullah bin Abdul Aziz al-Saud, regente feudal da Arábia Saudita e Guardião das Duas Mesquitas Sagradas, investe nos últimos anos na *dawa*, na unificação dos povos de diferentes idiomas e geografias num poderoso corpo chamado Organização da Conferência Islâmica, uma entidade formidável e rica que transformou a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas numa triste comédia, organizou o boicote muçulmano das empresas dinamarquesas depois da publicação da caricatura do profeta Maomé e tentou influenciar a política doméstica de muitos países europeus. Membros da oci montaram, por exemplo, uma campanha bem organizada de condenação global contra a Suíça quando a maioria do eleitorado do país apoiou a proibição da construção de minaretes em solo suíço. No entanto, os membros da oci de diferentes nacionalidades apenas afirmam proteger da perseguição os cristãos que vivem dentro das fronteiras de seus países.

O papa sabe que, quando os muçulmanos radicais se tornam maioria, eles oprimem as demais fés. Nos países muçulmanos não há concorrência igualitária por almas, corações e mentes, porque ateus, missionários e comunidades cristãs são obrigados a operar numa atmosfera de ameaça física. E, apesar de haver muitas mesquitas em Roma, nenhuma igreja é permitida em Riad.

Imagine se o papa organizasse cerca de cinquenta países dentro de uma “Organização da Conferência Cristã”. Ela poderia enviar delegações de emissários sempre que a construção de uma igreja fosse proibida num país muçulmano. Onde a oci busca o domínio islâmico e a erosão dos direitos humanos, a occ buscaria a defesa da civilização ocidental e o avanço dos direitos humanos.

Um confronto entre os valores sustentados pelo islã e os valores ocidentais é inevitável. *Já existe* um enfrentamento e em certo sentido *já estamos* em guerra. A superioridade da civilização ocidental não é

apenas uma opinião minha, e sim uma realidade que vivencio todos os dias. Suponho que o Ocidente será o vencedor. Resta saber como.

Será que as várias igrejas da cristandade serão capazes de conter a enchente da maré do islã violento? Poderá a cristandade de hoje desempenhar um papel na preservação dos valores da civilização ocidental? Poderá o Vaticano unir-se a esaa campanha, se não liderá-la — ou estará a instituição fadada a se tornar uma relíquia decorativa, como a família real europeia e os talheres de peixe? Poderão as igrejas já estabelecidas na Europa atender ao meu pedido — ou será que prevalecerão os relativistas culturais e morais, líderes cristãos como o arcebispo da Cantuária, que professa demonstrar uma postura “compreensiva” diante da charia?

A globalização não é apenas um processo econômico, a transferência de empregos para países onde a mão de obra seja mais barata, o fornecimento de mercadorias aos países endinheirados. Existe também a questão das pessoas. A unificação comercial do mundo durante o longo período de prosperidade vivido pelo Ocidente após a Segunda Guerra Mundial trouxe à Europa milhões de pessoas vindas de países historicamente muçulmanos a uma velocidade extraordinária, num ritmo muito mais acelerado do que o do processo do estabelecimento do cristianismo nas colônias europeias ou a marcha dos exércitos islâmicos da Península Arábica até o coração da Europa no século que se seguiu à morte do Profeta. Esses milhões de muçulmanos modernos levaram consigo seus costumes sociais medievais.

No início eles foram trabalhadores convidados que desejavam empregos temporários na Europa. Deixaram suas famílias nos distantes vilarejos do Marrocos berbere ou da Turquia anatólica. Sua crença no islã era em geral semelhante à da minha avó, uma tradição supersticiosa e diluída, mais semelhante a um conjunto de rituais do que a um livro de regras, e eles tinham algumas mesquitas na Europa para sustentar ou reforçar seu respeito à fé. Muitos bebiam álcool, adotaram outros hábitos ocidentais e apenas ocasionalmente observavam regras muçulmanas como orar cinco vezes ao dia.

Mas, nos anos 1980, o islã embarcou num ressurgimento após o sítio da Grande Mesquita, em Meca, e a revolução no Irã, e muitas *famílias* começaram a chegar a bairros europeus como Whitechapel e a zona oeste de Amsterdã. Elas se reuniram em comunidades geograficamente separadas. E, principalmente nos casos em que não havia histórico colonial com o país anfitrião (e, portanto, não existia um idioma em comum), conforme essas comunidades cresceram, elas se tornaram cada vez mais isoladas em si mesmas. Faziam compras em suas próprias lojas e assistiam aos canais de tv da Turquia e do Marrocos via satélite. E então chegaram os imames.

Assim como os governos europeus e outros grupos da sociedade civil subestimaram as intenções dos radicais agentes expansionistas do islã, as igrejas, tanto católicas quanto protestantes, negligenciaram a oferta de orientação espiritual aos novos imigrantes muçulmanos que a procuravam. É verdade que muitos voluntários cristãos envolvidos nos esforços de ajuda humanitária ofereceram às comunidades imigrantes conselhos neutros e pragmáticos com a assistência social. A caridade muçulmana é condicional em nossa crença; esses cristãos eram ecumênicos a ponto de não fazer nenhuma tentativa de converter aqueles a quem buscavam ajudar. Para a maioria dos cristãos, o ecumenismo é um sinal de progresso, permitindo a escolha entre fés e formas de culto e estabelecendo ao mesmo tempo relações pacíficas entre elas. O islã é bem diferente. A religião foi fundada por um guerreiro cujo ritmo das conquistas superava o da reflexão de uma teologia ou teoria política. Desde a sua morte o islã é afetado por uma crise de autoridade, formando um permanente vácuo de poder que, ao longo de sua história foi preenchido por homens que tomam o poder à força. Os conceitos de jihad, martírio e de uma vida que começa somente depois da morte nunca são questionados. Os líderes cristãos que atualmente perdem recursos e tempo preciosos num fútil exercício de diálogo entre as fés com os líderes autonomeados do islã deveriam reconduzir tais esforços à conversão do maior número possível de muçulmanos ao

cristianismo, apresentando-os a um Deus que rejeita a Guerra Santa e que enviou seu filho para morrer por todos os pecadores simplesmente pelo amor que sentia pela humanidade.

Quem sabe se os voluntários tivessem sido mais ativos na pregação a esses primeiros imigrantes e tentado convertê-los ao cristianismo a tragédia do muçulmano inassimilável poderia ter sido evitada. Aqueles convertidos ao cristianismo teriam reconhecido os radicais assim que chegassem, resistindo ao canto de sereia da jihad.

No entanto, na década de 1990, pregadores muçulmanos radicais já iam de porta em porta nas torres de apartamentos de Leeds, Lille e Limburg. De fato, em algumas dessas cidades — historicamente terra da cristandade — parecia mais fácil encontrar Alá do que o Deus cristão. Apesar do imenso potencial de assimilação oferecido pelo ambiente urbano europeu — ensino gratuito de uma qualidade certamente superior do que a apresentada na comunidade natal da maioria dos imigrantes, atendimento de saúde gratuito, bens de consumo e enfeites em farta disponibilidade e um poderoso culto ao bem-estar material — é impressionante o número de crianças nascidas na Europa que começaram a procurar os imames treinados pelos sauditas e sua revitalização extremista do islã.

Trata-se de uma trágica história de incontáveis oportunidades desperdiçadas. Como é possível que um homem que cresceu na Escócia e estudou naquele país para se tornar um médico se torne tão dedicado a uma interpretação violenta do islã a ponto de querer explodir a si mesmo num aeroporto ao lado de incontáveis mulheres e crianças? Como algo assim pode ocorrer, depois de tanto potencial de aculturação, de tantas possibilidades de contato com os valores da tolerância, do humanismo secular e dos direitos individuais?

Parte da resposta é que, em decorrência de um respeito equivocado à cultura dos imigrantes, nenhuma tentativa verdadeira e coordenada foi feita no sentido de transformar sua mentalidade tradicional. Apesar da alta incidência de crime e desemprego e da baixa taxa de aprovação nas escolas — indicadores do fracasso da integração de grande número de imigrantes muçulmanos à sociedade europeia —, não houve uma mobilização deliberada no sentido de insistir para que os imigrantes adotem os valores ocidentais. A outra parte da resposta é a negação intencional dos ocidentais de que exista um enfrentamento de valores entre o Ocidente e o restante do mundo, e particularmente entre o islã e o Ocidente.

Durante décadas, os líderes europeus, entre eles os líderes cristãos, negligenciaram a tarefa de incorporar os recém-chegados ao seu rebanho. Sem pensar, supuseram que a oferta de prazeres materiais e liberdades individuais nas cidades europeias seria suficiente para convencer os imigrantes de países muçulmanos a adotar o estilo de vida moderno. Eles supuseram que, junto com a música pop, as calças jeans e o direito de fazer sexo a partir dos dezesseis anos, os valores dos direitos individuais e da escolha individual, a liberdade intelectual e a tolerância fossem capazes de seduzir os muçulmanos a aceitar a modernidade em todos os sentidos. Os líderes cristãos supuseram que as pessoas seriam atraídas para a igreja por si mesmas e que a igreja não deveria tentar convencê-las da superioridade do Deus cristão.

Em comparação, os membros da Irmandade Muçulmana são incansáveis em seus esforços. Um pregador muçulmano numa comunidade em Glasgow ou Roterdã funda clubes esportivos, prepara aulas e grupos de debate para crianças e adolescentes, trabalha com criminosos e usuários de drogas, cria redes para manter a ordem dentro de sua vizinhança. Em bairros de imigrantes em toda a Europa, as chamadas Mulheres da Irmandade — jovens, solteiras e cheias de uma energia típica de um cristão renascido — abrem caminho pelos projetos habitacionais de baixa renda oferecendo-se para ajudar mães em dificuldades. Elas fazem faxina nos lares e oferecem fitas cassete com sermões, além de dvds de mártires desesperados. Oferecem conselhos sobre paternidade, benefícios aos desempregados, o que fazer com filhos incontroláveis. Distribuem dinheiro e levam remédios. Não há limite para sua bondade; elas o fazem por Alá.

Mas Alá quer algo em troca por toda essa caridade. Ele quer a submissão da vontade, do corpo e da

mente a um ponto tão absoluto que os jovens salvos das ruas e do vício nas drogas são convencidos a se comprometer com a jihad contra o infiel.

Como resultado, as pessoas que moram nessas comunidades limitadas a guetos não se sentem mais sozinhas e alienadas. O sentimento de rejeição social, o desemprego, o baixo desempenho no ensino e, talvez o mais urgente, o medo daquilo que um sistema de valores moderno pode fazer com suas filhas — tudo isso atrai as pessoas para a mensagem da Irmandade, propondo uma vida alternativa, pura e boa. Retorne aos costumes do islã e tudo será melhor: trata-se da religião como sonho de retorno aos antigos e seguros costumes do passado.

Para a geração mais jovem, que não se sente ligada ao país de origem de seus pais, o foco da Irmandade na comunidade global do islã também faz dela uma força poderosa. Sua mensagem simples de união num movimento de jihad antiocidental é o sonho do adolescente: rebeldia *com* uma causa. Em toda a Europa jovens desse tipo vivem em bairros antes considerados cristãos. São lugares que tinham igrejas e congregações, padres, damas que levavam flores à capela todos os domingos. Mas foi irrisório o número de pessoas que cruzaram as cancelas e estenderam a mão às famílias muçulmanas que se mudaram para os projetos habitacionais de baixa renda na Europa. Nenhum padre se equiparou em esforços ao imame marroquino com uma caixa de fitas cassete. As mensagens aleatórias dos comerciais da Nike e da cultura pop não foram suficientes para ancorar essa nova e desorientada população imigrante a uma ideia de cidadania e comunidade dentro da Europa. Sem encontrar nenhum tipo de concorrência genuína, é claro que os jihadistas se espalharam.

As igrejas devem ter testemunhado o andamento desse processo e ainda assim, por algum motivo, não soaram o alarme. Elas não tentaram lutar contra a grande onda de conversão dos muçulmanos tradicionais em radicais nem a onda menor de conversão de pessoas de comunidades historicamente cristãs para o islã. O motivo parece claro: o Vaticano e todas as igrejas protestantes estabelecidas no norte da Europa acreditaram ingenuamente que o diálogo entre as fés poderia num passe de mágica incorporar o islã ao rebanho da civilização ocidental. Isso não ocorreu nem vai ocorrer.

Há no momento três tipos de mensagem sendo disseminadas em muitas comunidades imigrantes nas cidades europeias: o islã mais tradicional e diluído, semelhante a um tipo de hábito cultural; o islã forte e radical, claramente em ascensão; e os esquemas de enriquecimento rápido oferecidos pelos lordes do crime organizado que lidam com o tráfico de mulheres, armas e drogas.

Eu preferiria, como quarta opção, oferecer aos muçulmanos que se atêm à ideia de um criador e da vida eterna um líder religioso como Jesus, que disse: “Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”, em vez de um guerreiro como Maomé, que exigiu dos fiéis que conquistem o poder pela espada.

Para ajudar a enraizar essas pessoas na sociedade ocidental, o Ocidente precisa que as igrejas cristãs se tornem novamente ativas na propagação da sua fé. São necessários os voluntários cristãos, as escolas cristãs, a mensagem cristã. Os sauditas não hesitam em converter Jean-François e Gustav em muçulmanos “renascidos”. O papa também deveria disseminar sua fé. O islã, afinal, não é uma herança genética. Uma criança nascida na Holanda não está fadada a se tornar muçulmana simplesmente porque seus pais são do Marrocos.

Nas desanimadoras comunidades da Europa em que os jihadistas exercem livremente sua influência, não existe nada impedindo os cristãos de oferecer programas de ensino fora da escola, programas de formação para adolescentes, clubes esportivos e ajuda para fazer a lição de casa. Os religiosos costumam obter resultados melhores do que os assistentes sociais assalariados porque dedicam mais tempo aos desafios, e quando os beneficiados por esse tipo de ajuda prática percebem que ela é oferecida por voluntários eles se impressionam. Para uma esposa muçulmana que tem a sensação de que

sua família está se desfazendo, que não faz ideia de como educar adolescentes na sociedade moderna, cujo filho começou a roubar ou quebrar janelas e que recebe constantes exigências e sermões dos assistentes sociais, professores e policiais, para uma mulher nessas condições é um grande alívio receber um voluntário que chega para ajudar na faxina, diz “Sei o que você está passando” e volta de novo e de novo. A dona de casa não se sente mais sozinha.

Da mesma maneira, creio que precisamos agora de uma escola cristã para cada madraçal, escolas do Alcorão onde as crianças e os jovens adultos aprendem apenas a repetir os versos do Alcorão e a mensagem da Irmandade. As escolas cristãs muitas vezes são polos de excelência em meio a uma paisagem educacional bastante desanimadora, em especial nos bairros mais centrais das cidades. São escolas que ensinam mais do que decorar um livro sagrado e recitá-lo. Elas ensinam não apenas todo o currículo de ciências e humanidades, como também a respeito de um Deus que criou a razão e disse à humanidade que deixasse a razão prevalecer.

Trata-se de uma disputa que os cristãos têm tudo para vencer. O sistema de crenças da Irmandade Muçulmana vem de uma cultura árabe bastante estreita; esse me parece ser seu ponto fraco. Meu próprio país, a Somália, sempre foi muçulmano, mas não era wahabita até meados dos anos 1980. Anteriormente, para a maioria dos somalis, o islã era mais uma questão de tradição e rituais ocasionais do que uma prática diária. As mulheres com frequência circulavam com a cabeça descoberta e usavam roupas ao estilo ocidental. Mas, quando as pessoas se sentem alienadas e perdidas, quando mudanças fundamentais em suas sociedades tornam o mundo estranho e irreconhecível, elas podem se tornar vulneráveis às influências estrangeiras.

Muitas pessoas que se deixam atrair por grupos muçulmanos wahabitas buscam conforto espiritual e um forte sentimento de comunidade num mundo cruel e preocupante. Eu fui uma dessas pessoas quando adolescente. No entanto, o que elas recebem é uma tóxica mistura de imperialismo árabe e um violento culto revolucionário disfarçado de religião. Se você sugerir a uma mulher somali em Whitechapel que se torne uma árabe, é claro que ela vai rechaçar tal afirmação. Mas, se demonstrarmos caridade e generosidade e a ajudarmos a desenvolver uma ideia de ordem e bondade, se a aterrorizarmos com os castigos e a proximidade do além, e se essa for a única religião em oferta, então talvez ela se sinta tentada a fazer parte da Irmandade Muçulmana, e os filhos dela poderão ser doutrinados e recrutados para a jihad. Esse é o método bem-sucedido empregado pelo Hizbollah no Líbano e cada vez mais pelos muçulmanos radicais de toda a Europa.

A crença religiosa traz o companheirismo na adversidade, a segurança de regras fixas e a tentadora sensação de entrega de si e submissão. Lembro-me do conforto dessa sensação. O islã aterroriza as pessoas e as obriga a se submeterem, e também me lembro desse terror. As igrejas deveriam fazer tudo ao seu alcance para vencer a batalha pelas almas dos humanos que buscam um Deus misericordioso e descobrem que um feroz Alá está mais próximo deles.

A questão central é: será que os Estados Unidos têm redes cristãs de força comparável às da Igreja Católica Romana que possam ser usadas hoje para combater a próxima fase da expansão do islã fundamentalista dentro da própria América?

Não sou cristã nem tenho planos de me converter a essa religião. Mas fico intrigada com as instituições religiosas e o papel que desempenham na sociabilização dos jovens. Assim, em raras ocasiões desde que cheguei aos Estados Unidos, tenho aceitado convites para ir à igreja. Quando eu era muçulmana, é claro, tinha o hábito de ir à mesquita. Apesar de igrejas e mesquitas serem instituições religiosas, logo aprendi que são tão diferentes entre si quanto o dia e a noite.

A mesquita é uma ilha de apartheid entre os gêneros. Quando era menina em Nairóbi costumava ir até a maravilhosa mesquita localizada no centro da cidade, onde eu tinha de usar uma entrada obscura nos

fundos. Eu entrava rapidamente com as outras meninas e subia a estreita escada que conduzia ao salão de preces exclusivamente feminino. O salão era muito diferente da versão masculina, adornado com decorações caligráficas, pilares de mármore e teto curvado com domos em miniatura. O salão de preces das mulheres era pintado com uma coloração monótona, quase branca, e o chão era coberto com esteiras e tapetes simples.

Quando chegávamos ao nosso modesto salão, nós nos lavávamos. (Naquela época, diferentemente de agora, as mulheres fiéis tinham a opção de usar o véu na mesquita e removê-lo depois das preces. Entretanto, por causa do rigoroso controle social e da popularidade da mentalidade ortodoxa, esta opção não existe mais.) Então formávamos fileiras. Alto-falantes eletrônicos levavam a voz do imame até nosso salão. Nós nos prostrávamos. Após as muitas inclinações do corpo para a frente na prece formal, nós nos sentávamos para as súplicas. Respondíamos “Amém” a cada súplica feita pelo imame a Alá. Nas sextas-feiras e durante o ramadã havia sermões em árabe aos quais escutávamos em silêncio. Ao fim da prece e do sermão saíamos da mesquita tão discretamente quanto havíamos entrado.

O contraste com as igrejas que frequentei nos Estados Unidos não poderia ser mais acentuado. Homens e mulheres, adultos e crianças, pessoas de todas as raças se misturam. A roupa que vestem não é diferente daquela que usam normalmente nas ruas. Não existe o ritual da ablução. Os membros da congregação tomam seus lugares em grandes bancos de madeira. De tempos em tempos as pessoas se levantam para agradecer a Deus ou para rezar, e alguns se ajoelham com a cabeça abaixada e as mãos juntas. O sermão é dado em inglês, é acessível e fácil de acompanhar. A mensagem central é de amor.

Antes de prosseguir quero deixar claro, com a máxima ênfase possível, que nem todas as Igrejas protestantes americanas são merecedoras de tantos elogios. Ao observar certos pregadores carismáticos na televisão, ouvi discursos de animosidade aberta contra a ciência, ladainhas sobre os horrores do aborto e celebrações da ignorante superstição do “criacionismo”. Vi “curas milagrosas” em ação e pessoas “possuídas”. Infelizmente, a popularidade desse tipo de igreja de show de horrores é crescente. Não é esse o tipo de aliado que eu gostaria de ter.

As igrejas às quais estou me referindo são as principais denominações moderadas que enfatizam a responsabilidade pessoal e repudiam a noção de que fé e razão estejam em algum tipo de conflito. Essas igrejas já estão bem estabelecidas nos Estados Unidos e dedicam parte do seu tempo e recursos a projetos de educação e combate à pobreza. Algumas delas já estão envolvidas com os novos grupos readaptados vindos da África e de outras partes do mundo.

Diferentemente das islâmicas, essas igrejas moderadas não oferecem orientação espiritual, apenas ajuda prática. Acho que elas deveriam se ocupar de ambas as coisas. Elas precisam responder ao desafio de oferecer aos novos imigrantes muçulmanos o conceito de um Deus que seja símbolo do amor, da tolerância, da racionalidade e do patriotismo. Elas precisam se organizar, mapear as comunidades muçulmanas e dar início a uma incansável campanha para convencer os muçulmanos de que uma constituição de liberdade é preferível a uma constituição de submissão, que os desafios da vida são mais fáceis de superar por meio dos valores tradicionais do cristianismo, o esforço no trabalho, a responsabilidade individual, a frugalidade, a tolerância e a moderação.

É possível que alguns leitores ainda estejam céticos em relação à possibilidade de a luta entre as civilizações ser vencida por meio da concorrência religiosa. Mas sei que pode funcionar, pois testemunhei com meus próprios olhos.

O centro para solicitantes de asilo em Luntern, onde morei logo que cheguei à Holanda, ficava nos arredores da pequena e fechada cidade de Ede. Holandeses das muitas igrejas protestantes da cidade iam com frequência ao centro para oferecer aulas de holandês e muitas outras formas de ajuda. Eles recebiam famílias de refugiados em seus lares. Não faziam isso por outros imigrantes, mas a palavra *asilo* tem em si um poder de atração quase espiritual, sugerindo um sofrimento que a palavra *trabalhador convidado* não é capaz de inspirar. Assim, a comunidade de trabalhadores convidados de Ede vindos do Marrocos e

da Turquia era deixada à própria sorte.

Os refugiados de Ede recebiam aulas de holandês, participavam de grupos esportivos, eram ajudados a cuidar dos filhos. Congregações inteiras os ajudavam de todas as formas práticas e administrativas, em pequenos e grandes esforços. Algumas famílias de refugiados de fato se converteram ao cristianismo e foram absorvidas pelas igrejas locais, e logo tornou-se aparente que essas pessoas eram muito mais bem-sucedidas do que seus pares nas zonas de imigrantes. Entretanto, na maioria dos casos os voluntários recebiam no seu rebanho somente os imigrantes cristãos, respeitando a fé dos refugiados e sem fazer nenhuma tentativa de proselitismo. Posteriormente, muitos refugiados se mudaram para as principais cidades da Holanda, como eu fiz, trazendo consigo a lembrança da bondade e generosidade dos muitos holandeses que nos ajudaram no país. Estou disposta a apostar que tais pessoas, e seus filhos, tenham sido subsequentemente menos vulneráveis à mensagem de ódio dos muçulmanos jihadistas.

O contraste entre nossa vivência como solicitantes de asilo e aquela da crescente população de trabalhadores convidados de Ede era revelador. Os trabalhadores convidados não recebiam a incansável ajuda individual que era oferecida aos refugiados, porque sua comunidade de imigrantes voluntários era vista como algo à parte. Os líderes comunitários, geralmente os imames, recebiam quantias do governo holandês para montar centros da comunidade, onde os jihadistas ensinavam às pessoas sobre a "cruzada" do Ocidente contra o islã. Em outras palavras, o país pagou para minar a si mesmo. Como resultado, Ede foi a cidadezinha holandesa onde as câmeras da cnn, que por acaso filmavam uma comunidade imigrante no dia 11 de setembro de 2001, mostraram crianças muçulmanas comemorando os atentados que derrubaram as torres gêmeas.

Mas aquela era apenas uma das faces de Ede.

Quando me tornei membro do parlamento holandês o governo estava mandando para casa solicitantes de asilo cujo status de refugiados fora rejeitado. Nas grandes cidades, Roterdã e Amsterdã, era comum encontrar crianças holandesas de origem marroquina que mal sabiam falar o idioma local após passar anos na escola; contudo, muitos solicitantes de asilo rejeitados que viveram em pequenas cidades como Ede estavam completamente integrados, às vezes após apenas três ou quatro anos. Congregações inteiras defendiam "seus" solicitantes de asilo e tentavam evitar a deportação. Diziam: "Estas pessoas fazem parte da nossa comunidade, seus filhos nasceram aqui, elas já estão assimiladas".

Graças às igrejas cristãs que cuidaram tão bem delas, isso era verdade. Existe aqui uma lição não apenas para a Holanda, não apenas para a Europa, mas para todo o Ocidente, incluindo os Estados Unidos.

Conclusão

O *miyé* e a *magaalo*

Sob muitos aspectos minha vida foi uma viagem no tempo: atravessei os séculos que separam a cultura dos clãs das sociedades modernas e liberais do Ocidente. Mas minha avó, Ibaado, a filha de Hassan, que era filho de Ali e neto de Seed, também atravessou os séculos. Ela saiu de uma cultura nômade e chegou a uma mais contemporânea, com a qual nunca se reconciliou. De certa forma, a obra da minha vida tem sido a de permitir que o espírito da minha avó descanse afinal.

Assim que aprendi a falar fui ensinada a chamar vovó pelo seu título formal, *ayeeyo*. Nunca pude chamá-la simplesmente de *você*; era preciso usar sempre a palavra *avó* para demonstrar respeito. Ela policiava esse tratamento com uma ferocidade assustadora, assim como o respeito a tantos outros costumes. E ela não sabia reconhecer o valor da curiosidade.

Quando vovó me ensinava a ordenhar as cabras e fazer fogueiras, e me amaldiçoava por fracassar nessas tarefas, eu às vezes reunia coragem o bastante para perguntar quantos anos ela tinha quando fez sua primeira fogueira e quem a tinha ensinado a ordenhar. Quando ela lamentava e se queixava de que enviar-me à escola tinha sido um terrível engano, eu perguntava se havia escolas na época da infância dela. Perguntas sobre a vida dela resultavam em castigos verbais e às vezes físicos. "O fim dos tempos está próximo!", ela berrava. "Criança desrespeitosa, como tem a audácia de me questionar? Que os antepassados abreviem sua existência! Por que deseja saber quantos anos tenho? Preferiria que eu estivesse morta? Talvez eu esteja atrapalhando, não?" A voz dela começava com um sibilo, tornava-se um brado e então voltava a ser apenas um sibilo. Ela caminhava nervosa pelo cômodo, com a roupa presa sob um dos braços, e espreitava ao meu redor como um falcão em torno de sua presa. Então ela usava a mão livre para me puxar pelos cabelos ou pela orelha. Aprendi a me agachar. Conforme eu crescia e me tornava menos capaz de evitá-la, aprendi a sair pela porta sempre que a raiva de vovó parecia aumentar.

"*Ayeeyo*, *ayeeyo*, perdoe-me, perdoe-me, por favor", eu implorava. Mas minha avó estava me ensinando julgamento e circunspecção. Aprendi a conter minha língua.

Então, em momentos que ela escolhia, vovó começava a me contar sobre si. Eram momentos arbitrários; não éramos capazes de prever quando ocorreriam. Ocasionalmente ela nos contava histórias das dificuldades que encontrou, das secas ou das epidemias. Mas a maior parte das informações que eu obtinha sobre a vida dela e sobre outros assuntos de interesse era conseguida quando eu bisbilhotava as conversas dela com outras parentes ou quando ela ralhava com mamãe, em sussurros, queixando-se das escolhas e práticas dela que minha avó reprovava. Foi assim que fiquei sabendo das tensões entre ela e meu avô, como tinha lidado com os sentimentos despertados pelas outras esposas dele e o maior dilema de todos: dar à luz filhas e não filhos, ano após ano.

Aquele era o maior de todos os fardos. Vovó usava expressões como "Juro por meu único descendente", referindo-se ao único filho. Apesar de suas filhas sempre terem cuidado dela, vovó as desconsiderava completamente. A mim ela dizia: "Se fosse *minha* filha você teria um comportamento adequado ou eu a sepultaria pessoalmente nas profundezas do solo, assim como deve ocorrer com todos aqueles que nos envergonham". Os únicos valores que ela reconhecia eram os da cultura nômade. Os

únicos traços de caráter que contavam eram as características nômades.

Era verdade: minha avó tinha o temperamento difícil e uma vontade implacável. Sempre. Ignorou os pedidos do meu pai e circuncidou a mim e a Haweya; quando mamãe a confrontou, ela fez o maior escândalo que já vi e ameaçou ir embora, virando a mesa de modo que mamãe teve de implorar a ela para que ficasse.

Vovó tinha treze anos quando o pai dela a casou com Artan, filho de Umar, que era filho de Ahmed, que foi filho de Samakaab. Mas a idade com que se casou só pode ser estimada por meio de um complexo cálculo envolvendo estações do ano, secas, epidemias e outras histórias transmitidas oralmente por seus pais e parentes. O pai dela recebeu o preço de uma noiva: fêmeas de camelos, cabras, ovelhas, sacos de arroz, moedas de ouro e uma promessa de resolver os potenciais conflitos entre os clãs por meio do debate e não do combate. Um animal foi sacrificado; carne e leite de camelo foram servidos durante o banquete; poesias foram recitadas e seguiu-se uma dança ao ritmo dos tambores; no dia seguinte o noivo partiu com sua aquisição, a noiva criança.

A mãe da minha avó morreu jovem. O pai dela casou novamente, e a nova esposa, que talvez não fosse muito mais velha do que minha avó, não se deu bem com a filha dele. A solução foi arrumar um casamento para ela.

No começo minha avó tentou escapar do novo marido. Ela reuniu alguns pertences — um tecido *guntiino*, a faca que ela usava para fazer esteiras, talvez um pouco de comida —, encheu uma cabaça com água e partiu pelo deserto em busca da cabana de seu pai. Não sei quantos dias durou a jornada dela. De acordo com minha avó, ela conquistou a admiração de todos por ter encontrado o caminho de volta até a casa do pai sem sofrer um arranhão: não foi devorada por animais selvagens, sobreviveu à fome e à sede, e não foi estuprada pelos vagabundos que vagam pelo deserto. Mas o pai dela e o seu clã ficaram furiosos, pois ela tinha dado um péssimo exemplo a todas as outras potenciais noivas da idade dela e levou a desonra à família.

Foi decidido que minha avó poderia descansar por um ou dois dias antes de ser devolvida ao marido de direito. Mas, antes que tivesse chegado ao fim o período acordado, um grupo de busca liderado pelo marido dela chegou até lá. Eles foram bem recebidos, alimentados e cuidados, e receberam pedidos de profundas desculpas. Então partiram pela segunda e última vez com minha avó.

“Duas estações mais tarde, dei à luz sua tia Hawa”, ela nos dizia. Vovó se referia a duas estações de seca ou a uma estação de seca seguida por uma temporada de chuvas? Quem poderia saber? O método que usava para acompanhar o andamento do tempo era extremamente precário, pois no norte da Somália ocorrem períodos prolongados de seca.

Tia Hawa era, é claro, uma menina. Isto era má notícia para minha avó, mas ela era jovem e o marido estava disposto a conceder a ela o benefício da dúvida: logo daria filhos a ele. Mas apenas um dos filhos sobreviveu à infância. Depois de dar à luz nove filhas, meu avô finalmente se casou outra vez, pois precisava de filhos. A nova esposa deu a ele três filhos, um depois do outro.

Tomada pela vergonha e pela fúria, vovó reuniu suas coisas e partiu, sem nunca mais voltar. Meu avô morreu cerca de um ano depois, e vovó sempre fez questão de deixar claro que ele morreu porque não soube suportar a partida dela. A nova esposa era tola. Não sabia ajudá-lo a atravessar o deserto orientando-se pelo cheiro do ar e pela análise de rastros antigos. Ela lhe deu filhos, mas não fazia ideia de como manter a ordem no acampamento, de como receber os anciãos do subclã dele e de outros; ela sempre se atrasava no preparo das refeições, e seus filhos eram indisciplinados.

Sob a mão pesada de vovó, a caravana do marido funcionava bem e era muito admirada e invejada. Isso era graças ao sacrifício, à resistência, à diligência, ao trabalho duro e à honra dela. A decisão do marido de casar com outra mulher foi um choque para ela, um insulto, uma expressão de ingratidão da parte dele. Todo aquele discurso sobre a nobreza não impediu vovó de fugir do marido por uma segunda e última vez.

O próprio fato de ela poder partir sem ser recapturada era um sinal de que as coisas haviam mudado. É nesse ponto que o ressentimento de vovó em relação à modernidade sempre me pareceu estranho. Ela afirmava detestar cada aspecto dela: a chegada do homem branco, a tecnologia e as armas superiores que ele usou para oprimir os livres e orgulhosos somalis, a decadência de nossa cultura nômade e a perda de nossas raízes. Ela parecia se esquecer de que tinha *deixado* voluntariamente seu mundo para trás por ter se sentido traída pelo marido e envergonhada pelo sucesso da outra esposa dele em dar à luz filhos. E ela parecia se esquecer de que o motivo pelo qual *pôde* partir e sobreviver foi o fato de suas filhas terem sido capazes, até certo ponto, de ganhar a vida nessas sociedades modernas que ela tanto odiava.

Mesmo enquanto nos ensinava essas lições do passado, acho que ela própria sabia como não valiam mais, e talvez nunca tivessem realmente tido valor. Ela nos ensinou que nossos maridos seriam nossos senhores, mas que, se fôssemos boas esposas, eles fariam de nós suas rainhas. Se soubéssemos viajar pelo deserto orientando-nos pelo vento, nossos maridos passariam a depender de nós. Se soubéssemos preparar um *muqmad* — carne seca cortada em pedaços minúsculos, cozida no óleo durante horas e misturada a tâmaras — que não apodrecesse nem mesmo sob o sol mais quente, então eles nos honrariam para sempre.

Mas nós tínhamos uma geladeira.

Todas as culturas vivem seu momento Las Vegas quando a eletricidade é ativada. Esse momento representa exatamente o mesmo que a verdadeira Las Vegas no Ocidente: um espaço em que podemos deixar de lado as amarras dos valores tradicionais e da moralidade, onde podemos jogar e fornicar. Podemos nos entregar aos prazeres secretamente e depois nos esgueirar de volta para casa rumo à respeitabilidade. Essa Las Vegas de grandes luzes de neon e tentações modernas que aparece em todas as culturas é algo que os anciãos e os guardiões da moralidade não podem policiar, pois seu poder reside fora da sua compreensão. Esse contato com a modernidade é um golpe mortal contra sua cultura antiga e seus velhos costumes.

A cultura é o acúmulo da experiência humana, uma anatomia de obstáculos e técnicas para superá-los. A cultura tradicional entra em colapso depois que esse primeiro contato com a modernidade é estabelecido. Pois a seguir vêm o rádio, a tv e a máquina de lavar; então um turbilhão de luzes de neon, celulares e novas estradas, que usurpam as histórias de avós e dos anciãos, histórias que antes mantinham juntas as comunidades.

Quando minha avó deixou a vida nômade do seu clã e se mudou para a cidade, seu livro de histórias interior, o acervo de poesias e conhecimento folclórico, o museu de habilidades, foram todos de um só golpe transformados em relíquias quase irrelevantes tanto para a vida dela como para a nossa.

Como ela aprendeu, a modernidade não é uma zona controlada que se pode visitar e depois deixar, então retornar e pedir perdão. A modernidade é um estado permanente que substitui a perspectiva anterior. Pode-se tentar lutar contra ela, mas é impossível resistir. Ela atrai seus descendentes.

É dolorosa a transição de uma sociedade pré-moderna para o mundo contemporâneo. Mas, apesar de a assimilação poder ser adiada, ela precisa ocorrer um dia. A tentativa de adiá-la só cria dificuldades, pois aqueles que não conseguiram fazer a transição não podem mais levar uma vida puramente tradicional. Aquele mundo antigo se perde.

O Ocidente está cheio de departamentos acadêmicos, comentaristas e intelectuais que escrevem sobre a diversidade e o respeito pelas culturas minoritárias. Eles têm interesses materiais nessas minorias — cadeiras de pesquisa universitária, publicações subsidiadas —, de modo que as minorias encalhadas entre o modo de vida tradicional e a civilização representam literalmente uma fonte de renda para esses comentaristas e profetas da diversidade. Infelizmente, a celebração e a preservação de suas culturas tradicionais não podem recriar o mundo dos sonhos da utopia tradicional; ocorre apenas que as minorias

são mantidas fora das fronteiras da civilização por um tempo ainda maior, como recipientes da condescendência e da falsa compaixão.

Quando falo em assimilação, estou me referindo à assimilação na civilização. Aborígines, afegãos, somalis, árabes, americanos nativos — todos esses grupos não ocidentais precisam fazer a transição rumo à modernidade. Quando eu era criança na Somália, chamávamos isso de diferença entre *miyé* e *magaalo*. Para aqueles que moram no rural e tradicional *miyé*, a vida é previsível: gira em torno de papéis definidos para homens e mulheres, é ditada principalmente pela subsistência, pela obtenção e pelo preparo do alimento, gerar e educar crianças, e os rituais religiosos. A comunidade vence os anseios, os vícios, as paixões e as aspirações individuais. Ano após ano, cada dia se parece com o seguinte e o anterior. A vida no *miyé* só é perturbada pelos desastres naturais, secas, guerras e conquistas, mas trata-se de questões com as quais lidávamos da maneira antiga e ancestral. Tudo faz parte do plano cósmico que todos simplesmente aceitamos, *Inshallah*.

O principal fator de interferência no *miyé* é a *magaalo*, a cidade. Seja quando a urbanização chega ao interior ou quando as pessoas do *miyé* se mudam para a cidade, o advento da *magaalo* é inevitável e irreparável. Trata-se de uma maré da história que minha avó compreendeu que não poderia ser detida, que estava arrebatando ela e sua família consigo, incluindo eu.

Os indivíduos do *miyé* que compreenderam instintiva ou racionalmente que a ordem tradicional que rege suas vidas está condenada fazem a transição para a modernidade e nela prosperam. Os que resistem ou hesitam — um passo para a frente, um passo para trás, tomando emprestado partes da modernidade, mas não seu conjunto — são mais cedo ou mais tarde confrontados com a realidade. Eles estão apenas prolongando a própria dor. Aprender a linguagem da sociedade moderna, os hábitos de higiene, adotar um código moderno de conduta sexual e social — somente depois de dominarem essas habilidades tais pessoas podem prosperar no mundo real.

No Ocidente parece reinar a ideia de que os imigrantes só podem prosperar se permanecerem imersos em suas próprias comunidades. Isso me faz lembrar meu trabalho de intérprete na Holanda. Um diálogo típico envolveria um assistente social tentando acomodar um cliente somali. O cliente se ateria à ideia de encontrar um lar com áreas separadas para homens e mulheres. Depois de algum tempo, o assistente social diria que acomodações desse tipo não existem na Holanda: no país, as casas não são construídas assim. “Se realmente quiser que seja assim é preciso juntar muito dinheiro e construir a própria casa”, diria o assistente (e eu traduziria). “Nesse caso, é preciso atender aos requisitos de construção da prefeitura.” A sala seria tomada pela tensão; a conversa tomaria rumos mais exaltados. O cliente acusaria o assistente social de não respeitar seus desejos, sua cultura; afirmaria (com a minha tradução) que estava sendo abandonado, tratado com falta de respeito, mal atendido.

A ideia de que os imigrantes devem manter a coesão em seu grupo promove a percepção dessas pessoas como vítimas que exigem tratamento especial. Se as pessoas *devem* manter sua cultura ancestral, segue-se que devem receber *ajuda* para mantê-la, com suas próprias escolas, grupos comunitários subsidiados pelo governo e até um sistema legal próprio.

No mundo real, um respeito igual por todas as culturas não se traduz num rico mosaico colorido de povos orgulhosos interagindo pacificamente enquanto mantêm uma fantástica diversidade de culinária e artesanato. Traduz-se em bolsões fechados de opressão, ignorância e abuso.

Esta é uma das histórias da minha avó.

> Era uma vez um homem, Saleh, o lutador. Ele vinha de tal clã e tal subclã. Toda semana, ele desafiava outro grande lutador deste ou daquele subclã. O pobre desafiado era obrigado a aceitar o convite ou jamais poderia encontrar uma boa esposa de um bom clã. Mas se Saleh o derrotasse ele ainda assim não poderia encontrar uma boa esposa de um bom clã. Saleh desafiou e derrotou tantos homens que as melhores famílias agora enviavam seus primogênitos para bem longe, na esperança de poupá-los do desafio.
>
> Saleh era muito bom na luta, mas não se contentava com isso: ele se gabava também do seu talento para a poesia. Um dia, um poeta

chamado Burhaan do clã dhulbahante convidou Saleh, o lutador, a enfrentá-lo na arena das palavras, e não na dos músculos. Isso provocou muita comoção. O que Saleh faria? Se aceitasse, aaahhh, ele teria de derrotar Burhaan ou para sempre ser chamado de tolo, um homem que desconhecia tanto o próprio lugar quanto o próprio dom. Se rejeitasse o desafio, seria considerado uma montanha de músculos desprovida de cérebro. Mas, se vencesse, poderia se tornar quase um deus. Poderia se considerar não apenas dono de uma força física sem igual, como também de uma inspiração poética sem paralelo.

Saleh aceitou o desafio. Burhaan recitou seu poema. (Vovó citava para nós todos os versos, cujas palavras ela conhecia de cor. Apesar de infelizmente tê-las esquecido, lembro-me do lampejo nos olhos dela enquanto declamava aquelas palavras sonoras.)

Saleh não conseguiu criar um poema comparável. E caiu para sempre no descrédito.

A moral dessa história é que cada pessoa tem seu lugar. Conheça seu lugar e, mesmo que seja elevado, atenha-se a ele. Avançar além, invadindo o domínio de outro homem, é tolice; gabar-se de ser capaz de equiparar-se aos seus feitos é um convite à própria derrocada.

Mas não pude resistir à vontade de perguntar a vovó o que teria acontecido se um lutador decidisse desafiar um poeta para uma luta na arena dos músculos.

“Menina tola”, disse minha avó. “Um poeta está sempre pronto para os versos: ele sem dúvida rejeitará tal proposta absurda com sua inteligência.”

E foi assim que aprendi que os poetas eram criaturas muito inteligentes e que as palavras têm um poder que pode vencer muitos outros tipos de força.

Epílogo

Carta à minha filha ainda não nascida

Querida filha,

Permita-me começar com o relato do meu encontro com uma mulher notável e corajosa chamada Oriana Fallaci. Conheci-a numa tarde de sexta-feira em Manhattan, no começo de maio de 2006. Ela tinha dito e escrito muito a respeito da ameaça do islã radical, e entrou em contato comigo por meio de um amigo em comum, insistindo para que eu a visitasse. Na época eu sabia apenas que ela condenara veementemente a teologia do totalitarismo.

Quando toquei a campainha e a porta se abriu, fui recebida por uma mulher extremamente frágil. Pequena, muito magra e pálida, ela me deu as boas-vindas dizendo: “Querida, não me resta muito tempo de vida, mas fico feliz por você me visitar. Tenho câncer”. Enquanto subia um estreito lance de escadas ela seguiu falando. “Os muçulmanos não conseguiram me vencer.” Ela conversou comigo sobre um incidente na América Latina em que, após uma rajada de disparos, foi jogada com os cadáveres e alguém a descobriu acidentalmente num necrotério. Ela me contou sobre o processo movido contra ela por um promotor italiano na tentativa de calar suas críticas ao islã. “Todas essas forças malignas não foram capazes de me vencer. Mas o câncer, o câncer, o câncer que está devorando meu cérebro...” A torrente de palavras dela perdeu impulso.

Na sala de estar, Oriana insistiu que devíamos beber champanhe para celebrar minha visita a ela. “E você é tão jovem”, ela disse. Ofereci-me para apanhar a garrafa e abri-la, mas ela disse: “Não, ainda consigo fazer essas coisas, preciso fazê-las”. Quando vi o quanto suas mãos tremiam e como ela era pequenina em relação à grande garrafa, insisti em ajudá-la. “Não”, ela repetiu. “Quero fazer esse tipo de coisa enquanto ainda posso.” Então começou a falar novamente. Por mais frágil que fosse seu corpo, seu espírito era forte e resistente. Eu ouvi.

Depois de contar a jornada de sua vida através da Itália, do Oriente Médio e aos Estados Unidos, ela chegou ao tema que fez com que nossos caminhos se cruzassem: a ameaça do islã. Mas mudou de assunto instantaneamente. “Você precisa ter um bebê”, ela disse. “Só tenho um arrependimento na vida, e é o de não ter tido filhos. Quis um bebê, tentei engravidar, mas era tarde demais, e não consegui. Querida”, ela quase me implorou, “é muito doloroso viver na solidão. A vida é solitária. Às vezes é preciso que seja assim. Mas eu gostaria muito de ter tido um filho. Gostaria de transmitir o dom da vida. Desejo a você aquilo que quis para mim e não pude obter. Quero que comece a pensar em ter filhos antes que seja tarde demais. O tempo voa, e um dia você se arrependerá de ter adiado a maternidade.”

Ela me entregou exemplares de seus livros, em italiano. Tinha outras lições de vida a ensinar, eu sabia, mas estava visivelmente exausta. Por duas vezes ela disse: “Querida, não deixe a vida passar”. Recusou-se a deixar que eu me despedisse e me convidou a visitá-la novamente. Tive vontade de aceitar. A força do olhar, as maçãs do rosto penetrantes e a determinação que transmitia me lembravam da minha temível tia Khadija. Quatro meses mais tarde, na manhã de 23 de setembro de 2006, estava em minha mesa no escritório do American Enterprise Institute, em Washington, quando soube pelo rádio que Oriana se fora.

Lembro-me de ela ter dito: “Querida, quando o câncer acabar comigo, muitos celebrarão”. Estou entre os que sentem a dor de sua perda.

Querida filha, ela me inspirou a tê-la. No curto tempo que passei com Oriana, ela me contou que sofreu um aborto espontâneo e, meses mais tarde, li sua *Carta a um menino que nunca nasceu*. A mensagem dela para mim era dupla: que a maternidade é uma escolha e que o amor entre uma mulher e um homem é uma farsa. Concordo e discordo. Para mulheres em minhas circunstâncias, a maternidade é realmente uma escolha, mas para muitas outras não. E o amor entre um homem e uma mulher não é uma farsa.

Primeiro, a maternidade. Sua bisavó não teve muito a escolher quando se tornou mãe. Possivelmente não teve escolha nenhuma. Ela tinha cerca de treze anos quando foi entregue a um homem mais velho. Engravidou aos catorze. Quando tinha dezesseis, deu à luz gêmeas. Ela sempre se orgulhou de nos contar como fez sozinha o parto, sob uma árvore, cortou os cordões umbilicais por conta própria e voltou para casa naquela noite, não apenas com os bebês, mas também com o rebanho completo de ovelhas e cabras. O único detalhe que manchou aquele que poderia ter sido um momento de alegria e orgulho excepcionais foi o fato de ter voltado com duas meninas em vez de dois meninos.

Na vida dela não havia muito a escolher. As estações do ano faziam as escolhas em seu nome. Quase não chovia, e por isso ela e a família viajavam de poço em poço. Às vezes eram atacados por animais selvagens, às vezes por tribos inimigas. Animais e homens disputavam os pastos verdes e os oásis em busca de migalhas de comida e abrigo. A vida da minha avó oscilava entre períodos de subsistência, considerados um luxo, e períodos de fome e desnutrição. Tudo isso era pontuado pelas epidemias. Ela nos contava das estações do *duumo*, ou malária, uma epidemia disseminada por mosquitos que chupam o sangue de suas vítimas e as inoculam um parasita. Mães acordavam e encontravam seus bebês mortos depois de seus pequenos corpos terem passado a noite atacados pela febre. Chorando, as mulheres corriam até a cabana seguinte para pedir ajuda, descobrindo que outra criança tinha morrido ali e outras duas na cabana seguinte. Cada vez mais longe, a morte se espalhava por quilômetros de cabanas. Jovens, crianças, mulheres — muitos adoeciam, tinham febre, e em questão de dias estavam mortos.

Minha avó contava essas histórias junto com outras de mulheres que engravidavam e davam à luz mais filhos, do seu sofrimento e de sua morte, de como era difícil sobrepujar as circunstâncias, de ser obrigada a casar, a guerrear ou coisa pior. Aquilo me parecia um ciclo interminável de dor, desconforto e morte.

Na carta que escreveu ao bebê que não pôde ter, a corajosa, imperturbável e sincera Oriana Fallaci admite o medo. Não o medo da dor, do sofrimento ou da morte, mas o medo do seu bebê. Ela teme que o filho a acuse de tê-lo dado à luz num mundo de violência, morte, dor e miséria. Para Oriana, a vida é um esforço, uma guerra que deve ser renovada a cada dia, e seus momentos de alegria são breves parênteses pelos quais pagamos um preço cruel.

Minha filha, o mundo sempre foi cheio de medo, cheio de dor e sofrimento. Todos os dias vemos reportagens de acidentes, falências, guerras e fome, a ameaça das bombas nucleares, a ascensão de ditaduras, êxodos em massa de meninos e meninas, homens e mulheres que fogem de Estados dilacerados pela batalha, vilarejos inteiros que são considerados “desabrigados” em decorrência de algum desastre, seja natural ou criado pelo homem. Não são apenas notícias da destruição, mas também o risco de novos infortúnios vindouros: a escassez de água ameaçará a vida de milhões de pessoas num futuro próximo e a elevação do nível dos oceanos pode inundar cidades inteiras.

Ainda assim, desejo que você venha a este mundo.

Penso na vida da minha avó e sinto-me preenchida de otimismo por você. Vovó nunca soube ao certo a idade que tinha, mas estimamos que tenha vivido até os 89 anos. Quando morreu, seus filhos e netos a cercaram. Também para ela a vida era um esforço. Havia momentos de alegria, às vezes mais

prolongados, mas na época em que me criou não me lembro de um único dia em que não mencionasse a morte.

Minha mãe, sua avó, viveu uma situação um pouco melhor do que a mãe dela. Ela me concebeu numa cidade. Não nasci sob uma árvore, e ela não cortou sozinha o cordão umbilical; ela me deu à luz num hospital, acompanhada de um médico e enfermeiras. Mas eu nasci cedo demais. O médico, as enfermeiras e os parentes presentes estavam convencidos de que eu não iria sobreviver, pois pesava apenas um quilo e meio. A estratégia de mamãe consistia em me deitar sobre a sua barriga, envolver-nos com os lençóis do hospital e acariciar minhas costas, cantarolando para mim. Manhã após manhã, noite após noite, meu coraçãozinho seguia batendo e eu chorava — meus únicos sinais de vida. Ela me queria. Diferentemente de Oriana, ela não pesou as complexidades daquilo que a vida iria me apresentar, o significado de nascer em meio a violência, corrupção, tortura e anarquia, incontáveis doenças e instabilidade social. Mamãe queria apenas que eu vivesse, independentemente daquilo que a vida trouxesse.

Mamãe acabou tendo um bebê depois do outro. Ela sofreu um aborto, engravidou novamente, deu à luz, perdeu filhos e engravidou novamente. A última criança nasceu morta. Seu nome era Mohammed. Teria sido seu tio mais novo, nascido em 1979.

É muito importante que eu conheça a história das gestações e abortos espontâneos. É a vivência de suas antepassadas que me transmite a certeza de me arriscar a tê-la em meus braços. Nessa corrente de quatro gerações de mulheres — conto você como a quarta — vejo um profundo avanço na qualidade de vida e também o potencial para a continuidade das melhorias.

Vivo agora no mundo de Oriana, o mundo da ciência, no qual eles tiram fotos dos bebês dentro do útero quando são apenas embriões, “um óvulo transparente, suspenso no útero, semelhante ao de qualquer outro mamífero”. As mulheres visitam o médico a cada duas semanas para fazer exames, e quando se completam dois meses o médico diz: “Trata-se de uma transição muito delicada”. Leio as palavras de Oriana e luto para compreender a ironia. Sua avó diria: “Com a ciência, a educação e o conhecimento que os infiéis acumulam, eles ainda não são capazes de compreender que todas as partes da vida são uma transição delicada!”. Mas é isso que o conhecimento traz. Como representante da terceira geração de descendentes daquela mulher que pariu no mato, fui demasiadamente exposta a esse estilo de vida para me mostrar indiferente em relação à sua concepção. Tenho que pensar, como fez Oriana, se você deseja nascer ou não. Quer vir a um mundo de violência, fraude e corrupção? Você deseja a vida, afinal?

A alternativa, como destacou Oriana, é o nada e o silêncio. Prefere o nada? Permanecer onde está, no silêncio que não é a morte, já que você nunca viveu?

Aquela maravilhosa e frágil mulher segurou minha mão no seu apartamento e disse: “Deixe que seu bebê venha”. Ela sabia. Descobriu por conta própria uma resposta capaz de me afetar com grande impacto. Quando engravidou, quase todos ao seu redor a aconselharam a fazer um aborto, mas ela se recusou. Queria o bebê.

Oriana me contou a história de como sua comunidade rejeitou o filho que ela concebera: o homem que seria o pai, o médico e a enfermeira, o farmacêutico, o chefe, a melhor amiga. Todos disseram a ela: “Livre-se do bebê. Faça um aborto. Pense na sua carreira”. Uma mulher solteira que decidisse ter um filho era considerada irresponsável. O pai do bebê se ofereceu para pagar pelo aborto (mas apenas metade, afinal, a gravidez era em parte culpa dela também).

Minha comunidade não concordaria com a de Oriana. Meu médico é um homossexual. Procurei-o e perguntei a ele se poderia congelar meus óvulos ou embriões. Ele disse que era possível, mas não recomendou o procedimento. Por eu estar com 37 anos, ele disse: “É melhor engravidar e ter o bebê de uma vez. Você é uma mulher saudável e forte. Não vejo motivo para recorrer a medidas tão drásticas”. Em nenhum momento mencionou as desvantagens que a criança enfrentaria por ser filha de uma mãe solteira. Meu chefe, que para mim parece mais um pai adotivo, apoiaria qualquer decisão que eu tomasse se estivesse grávida de você. Jamais poderia imaginá-lo pedindo a mim que interrompesse a gestação.

Minhas melhores amigas, meus colegas — ninguém ficaria no meu caminho.

Tenho lutado com a decisão de tê-la por minha própria conta, como Oriana tentou fazer, ou de se casar com seu pai. Como ela diz, ter um filho é uma escolha individual. Concordo. Não se trata apenas de uma decisão individual; é também uma decisão muito egoísta. Quero tê-la para mim, para o *meu* deleite, para enriquecer minha existência. Quero saber como é amar incondicionalmente e como é ser o objeto desse amor recíproco. Enquanto a carrego em meu útero quero saber como é "sentir as agulhas da ansiedade perfurando minha alma, alternando-se com torrentes de alegria", como ela descreveu nos estágios iniciais de sua gravidez. Quero senti-la crescendo dentro de mim como outra vida. Quero abraçá-la. Quero dar-lhe a vida. Quero você. E quero-a para mim.

O que posso oferecer em troca? Primeiro vou ensiná-la a tomar decisões. Às vezes um número excessivo de opções faz com que a mente fique desorientada, e às vezes faz com que fiquemos paralisados de medo. Diferentemente de suas antepassadas, você, se sobreviver, viverá numa realidade de opções demais. E aprender a escolher costuma ser mais difícil do que ter apenas uma opção ou nenhuma.

O ensino — a emoção e a dor do exercício do aprendizado — estará disponível a você de maneiras que suas avós não conheceram: jardim da infância e pré-escola, ensino fundamental e médio, faculdades e universidades, acampamentos de verão e programas de intercâmbio de estudantes, internatos e conferências de ex-alunos. Você vai aprender a ler e escrever, a contar e a bater palmas, a desenvolver as habilidades de fazer amigos e negociar com rivais; vai poder escolher entre o balé, a pintura, a música clássica, o pop, os esportes individuais e coletivos; lerá Shakespeare em pequenos livros ricamente ilustrados para crianças e escutará Mozart enquanto ainda estiver no meu ventre. Nascerá num mundo de dispositivos eletrônicos, e terá muitos deles ao seu alcance — que lhe servirão para calcular, se localizar, telefonar e enviar mensagens, ler e ouvir música.

Você terá a mim, seu pai, sua babá e seus professores, além de toda uma família de adultos incentivando seu progresso. Aprenderá a organizar e reorganizar suas prioridades com a passagem de cada ano. Mas acima de tudo terá que aprender a escolher entre todas as opções que lhe apresentarmos.

A educação que recebi foi muito diferente daquela que a espera. Onde estudei, exigia-se que usássemos uma camisa branca e uma saia verde, meias brancas e sapatos pretos, um cardigã verde e uma gravata verde com o emblema da escola. Minha gravata estava sempre torta, o último botão vivia desabotoado, e eu sempre perdia o cardigã. Meus anos no ensino médio foram uma constante batalha contra a autoridade.

Minha mãe ditava o que eu deveria vestir, quando poderia brincar (praticamente nunca), o que poderia ler e de quem eu poderia me aproximar. Ela não permitia que eu fizesse amizade com meninas, e muito menos meninos, de nenhuma outra comunidade. Ela me proibia de ler romances e de ouvir música; perguntar a ela sobre a possibilidade de ir ao cinema fazia com que gritasse e me ameaçasse com castigos físicos. A ideia de eu ter um namorado a levava a fazer caretas e se lançar numa torrente interminável de xingamentos e pragas.

Ainda assim, eu tinha amigas não muçulmanas no Quênia além de amigas na Índia e no Iêmen. Eu lia praticamente tudo o que chegava às minhas mãos, e o fazia praticamente diante do nariz dela. Bastava meter as páginas dos meus romances em meio às do Alcorão, o único livro permitido por ela. Eu fugia em segredo para a casa das minhas amigas, ouvia músicas com elas e assistia a filmes. Consegui até ter um namorado. (E isso numa época em que não havia celulares, mensagens de texto ou e-mail.)

Minha querida filha, conforme você crescer e passar pela transição de menina para mulher adulta, seu corpo se transformará. Seus seios e quadris vão se desenvolver e seus lábios se encherão. Você se tornará o objeto do desejo dos meninos, e passará a desejá-los também. Esta é uma perspectiva assustadora para minha mãe; estou certa de que todos os pais sentem um impulso protetor diante da ideia de que seus filhos mantenham relações sexuais. Tenho a sorte de ter vivido em diferentes culturas e

aprendido que a abertura em relação à sexualidade é preferível à repressão. Todas as culturas que buscaram reprimir a sexualidade produziram como resultado um efeito oposto ao desejado: as doenças sexualmente transmissíveis se espalham com mais rapidez e aumenta o número de gestações indesejadas. Abortos praticados em segredo muitas vezes custam também a vida das mães.

Em vez de negar a realidade da sexualidade, europeus e americanos ensinam seus filhos, tão logo atingem idade suficiente para tocar no assunto, tudo aquilo que precisam saber a respeito de seus corpos: que o sexo é uma fonte de prazer, que é possível escolher quando e com quem manter relações sexuais, todos os métodos contraceptivos à disposição e como proteger-se das doenças. Então assumimos a responsabilidade por nossa própria sexualidade e pelo risco de trazer ao mundo uma criança num momento em que ainda não estamos prontos para isto. Assumimos a responsabilidade de evitar sermos infectados por uma doença e também a de não infectar os demais. Esse tipo de abertura encoraja a responsabilidade e a escolha com base na informação e na razão, e não na mistificação do sexo.

Assim, diferentemente da minha mãe, não vou afugentar seus namorados.

Querida filha, minha aspiração será dar a você as liberdades que não tive. Em vez do aprendizado pela memorização e pelos severos castigos da minha infância, minha autoridade e a de sua escola serão exercidas de maneira mais relaxada; o objetivo será treiná-la para tomar decisões, assumir a responsabilidade pelo resultado dessas escolhas e aprender com os erros cometidos. Isso pode lhe transmitir a sensação às vezes perigosa de que a perfeição é possível de ser atingida: o brinquedo perfeito, a melhor amiga perfeita, o namorado perfeito, o lar perfeito, a comunidade perfeita, o país perfeito. Essa contínua inspiração de inovar, aperfeiçoar e progredir é saudável sob muitos aspectos. Mas, minha filha, a perfeição não existe. A busca pela perfeição leva apenas à frustração e à vulnerabilidade diante das ideias utópicas. Em momentos como este, pense no que ocorreu e continua ocorrendo com as sociedades de nossas avós, nas quais a tribo se fixa na promessa do teólogo anunciando o Paraíso.

Vivendo nos Estados Unidos você se verá exposta a promessas mais produtivas de uma sociedade perfeita. Saberá de muitos "ismos": socialismo, comunismo, coletivismo e todo tipo de culto. A perfeição que prometem costuma vir ao preço do sofrimento e da morte em massa.

Desafiar a autoridade, brincar de gato e rato com os professores, fazer acordos secretos com outras crianças e manter meus pais e professores afastados — tudo isso me proporcionava muito entretenimento. Imagino se dar a você liberdade demais não acabaria tirando-lhe o sabor da vida. E se ao dar-lhe demais eu acabe privando-a de algo essencial à vida? E se eu cercear seu desejo de buscar aventuras? Você nascerá numa América de muitos "pós": pós-direitos civis, pós-feminismo, pós-Guerra Fria. Há tanto que você dará como garantido. Décadas atrás, Oriana teve de justificar sua opção de ser mãe solteira. Agora não existe mais esse tipo de obstáculo. Pelo que você lutará? Contra o que lutará?

Querida filha, não me preocupo com as perspectivas desesperadoras da vida. Preocupo-me com a desesperadora perspectiva de uma vida sem desafios. Na Holanda, por exemplo, vivi numa espécie de laboratório de uma sociedade em que quase todos os desafios da vida foram removidos. Recebíamos assistência desde o berço até o túmulo. Debatíamos a eutanásia, um movimento que teve início com a defesa do direito que os pacientes terminais teriam de encerrar a própria vida e então se transformou num movimento que defendia o direito de qualquer pessoa de ser auxiliada por um médico caso se cansasse de viver. E essa exigência pelo direito de receber assistência no suicídio quando se cansa da vida teria de ser subsidiada pelo Estado. Para meu assombro, alguns dos membros ativos do movimento e consumidores desse direito estavam na casa dos vinte ou trinta anos de idade. Tinham sido protegidos da vida, expostos a pouquíssimos desafios; para eles todos os dias eram iguais. Não havia nada pelo que pudessem lutar. Eles se convenceram de que o mundo não passava de um cadinho miserável e se declararam cansados da vida.

Temo que você também se canse da vida, e não consigo pensar numa forma de evitar isso, a não ser

talvez lembrá-la da difícil vida de seus antepassados e antepassadas de modo que você saiba dar valor àquilo que tem. Esse é o seu desafio e o desafio de seus semelhantes: descobrir não apenas como manter as liberdades de que já dispõem, mas também como partilhá-las com aqueles que não as têm.

Mantenha-se alerta contra a lavagem cerebral, minha filha. Alá e seus agentes desempenharam um importante papel na minha infância. Um homem chamado Boqol Sawm tentou nos transformar em devotos por meio do terror. Ele matraqueava em nossos ouvidos que estávamos todos destinados ao Inferno por causa de nossos pecados. No Inferno seríamos queimados por labaredas famintas, mergulhados em óleo de cozinha, reconstituídos e então fritos da cabeça aos pés. Cada vez que perecêssemos, Alá nos restauraria, reconstruindo nossos corpos e nossa pele de modo ainda mais perfeito e sensível. E então ordenaria a seus anjos que recomeçassem a nos fritar. Tais horrores prosseguiriam até que Alá ficasse satisfeito com nosso justo castigo.

Aprendi a valorizar a luta para fugir de todo tipo de autoridade como parte do sabor da vida. Não me esqueci das grandes lições do dever e da perseverança ensinadas por minha mãe e minha avó nem da paixão pelo aprendizado que alguns dos meus professores do ensino médio me incutiram. Inspirei-me na resistência do meu pai à autoridade do Estado quando ele se opôs à ditadura somali de 1969 até 1990. Mas resisti à autoridade dele quando meu pai quis decidir quando e com quem eu deveria me casar. Agora, é claro, vou me preocupar com a possibilidade de você encontrar a pessoa certa. Mas, diferentemente do meu pai, deixarei que você escolha seu par. E se eu achar que o parceiro não é bom para você, engolirei minhas opiniões, por mais difícil que seja, e aceitarei sua escolha.

Minha filha, o amor entre mim e você é incondicional. Inadvertidamente, talvez magoemos uma à outra, reprovemos escolhas, amigos e gostos uma da outra, mas, aconteça o que acontecer, você pode contar comigo. Não importa a idade que tenha, suas tristezas serão minhas tristezas, sua felicidade será minha alegria. O amor entre um homem e uma mulher não é uma farsa, como afirmou Oriana, mas é condicional. Ele depende da química, da compatibilidade, do temperamento, do estilo de vida e até da renda, mas, se você se apaixonar e o sentimento for mútuo, então o amor será uma força muito poderosa. O amor entre um homem e uma mulher pode ser generoso, e deve sê-lo. Infelizmente, querida filha, você ouvirá muitas histórias nas quais o desejo básico é o de possuir um ao outro, mudar um ao outro, controlar um ao outro. São exatamente essas coisas que matam a paixão e o afeto. Mantenha-se longe delas, se puder.

Há três valores da minha jornada rumo à liberdade que eu gostaria de partilhar com você, e uma armadilha para a qual devo alertá-la.

O primeiro, estou certa, será inspirado por sua escola americana. Trata-se do valor da responsabilidade. Cometi muitos erros, mas me esforço para assumir a responsabilidade por meus atos. Sou impulsiva, impaciente e às vezes concordo com coisas que não quero e não posso fazer. Mas, quando encontro um momento para pensar sobre meus atos ou minha inação, descubro que na maioria dos casos sou a única responsável por eles.

Associado à responsabilidade temos o dever. Que chato, você pode pensar. Dever: que tediosa palavra de cinco letras. Há coisas na vida que não são emocionantes, não são divertidas, não são justas e não parecem corretas. Mas precisamos fazê-las. Sempre que pude, ajudei minha família. Fiz isso sabendo que eles não retribuiriam a ajuda, e raramente gostei da tarefa. Mas isso me recompensou intimamente com uma sensação de orgulho e realização. O dever pode parecer generoso e altruísta, mas seu resultado, ao menos para mim, é um prazer egoísta.

O terceiro valor é o do pensamento crítico. Aprendi sobre ele na Universidade de Leiden. Os professores que lá conheci nos recomendaram a leitura de obras de diferentes homens e mulheres. Chamavam-nas de teorias, ideias que poderiam estar certas ou erradas. Durante cinco anos, nossa tarefa foi separar as boas ideias das más, não apenas para aprender a refutar as teorias alheias, mas também para criar teorias melhores de nossa própria autoria. O processo envolvia o aprendizado de como pensar e reconhecer pensamentos, até mesmo os muito complicados, como produtos da mente humana. Não havia

nada divino em Leiden a não ser a faculdade humana da razão. Tive muita sorte de ter frequentado a universidade, de ter sido exposta ao exercício do pensamento crítico. Se tiver sorte, você também aprenderá essa habilidade tão valiosa. Mas tome cuidado com os fanáticos de todo tipo. Tome cuidado com os proselitistas de utopias religiosas. E tome cuidado com professores que confundem ensinar aos alunos como pensar com ensinar a eles o que pensar.

Na sua vida, muitas pessoas vão lhe contar a respeito de todas as armadilhas emocionais que esperam até o momento em que uma jovem irá tropeçar nelas. Permita-me mencionar uma delas: a armadilha do ressentimento. Trata-se provavelmente da pior prisão mental do mundo. Ela consiste na incapacidade de se livrar da raiva e das injustiças, reais ou sentidas, das quais acreditamos ser alvo. Algumas pessoas permitem que uma, duas ou às vezes dez experiências desagradáveis envenenem o restante de suas vidas. Deixam que sua raiva fermente até apodrecer sua personalidade. Acabam enxergando-se como vítimas de seus pais, professores, semelhantes e pregadores.

As pessoas sempre me perguntam se tenho raiva da minha mãe ou do meu pai, do professor que ensinava o Alcorão e fraturou meu crânio, da política holandesa que tentou me privar da cidadania, de tantas pessoas que me ofenderam ou que se deram ao trabalho de me magoar e humilhar. A resposta é não. Sei que meus pais me amaram incondicionalmente à sua própria maneira. Sei que aqueles que buscam me ferir e humilhar querem me aprisionar num calabouço de raiva e ressentimento, e não há motivos para recompensá-los com o sucesso.

Descobri a vida como ela realmente é: uma dádiva da natureza. Para aqueles que acreditam num Deus benigno, ela é uma dádiva de Deus. Uma dádiva da qual dispomos por um breve período. Alguns de nós podem aproveitá-la por mais tempo do que outros, mas todos acabam deixando este mundo. Num período tão breve seria trágico deixar que nossas mentes sejam aprisionadas numa jaula tóxica de amargura e ira. Tal armadilha desvia nossa energia do foco em como aproveitar melhor nossas vidas e a reconduz à formação de vítimas vingativas e apáticas dos outros.

A vida lhe promete muitas coisas. Por favor, aceite a dádiva com suas pequenas mãos e viva uma boa vida. Viva, ria, ame e responda com um amplo sorriso.

Não vou ensiná-la a fé islâmica, a fé de seus antepassados e antepassadas, pois creio que esta seja fatalmente equivocada. Pretendo, entretanto, apresentá-la a outras religiões, aos seus fundadores e a alguns de seus seguidores. Vou ensiná-la a ter fé *em si mesma*, na ciência, na sua própria razão e na força da vida. E jamais tentarei impor a você minhas próprias crenças e descrenças.

Sempre que eu me rebelava contra os valores da minha mãe ela me chantageava e até me amaldiçoava com temíveis pragas somalis. “Espero que você tenha uma filha que rejeite o seu Deus assim como você rejeitou o meu!” era uma delas. Ela me disse que eu nunca saberia como é dolorosa essa rejeição enquanto eu mesma não passasse por aquilo. Assim, imagino que será terrível aceitar sua independência. Mas, mesmo que seja assim, tentarei ocultar minha dor.

No leito de morte do meu pai, soube que os valores dele e os meus jamais poderiam ser conciliados. Ele nunca compreenderia minha descrença. Rezou por mim até seu último suspiro. E eu jamais poderia recuperar a fé dele em Alá, em profetas, em livros sagrados, em anjos e no além. Mas o amor incondicional que sentíamos um pelo outro, o amor entre um pai e um filho, era muito mais poderoso do que aquela crença. E a prova estava na maneira como apertamos as mãos um do outro no fim. Esse amor terreno é a minha fé. É o amor que sempre darei a você.

A Fundação aha

A Fundação Ayaan Hirsi Ali foi estabelecida em 2008 como uma organização de caridade para ajudar a proteger e defender os direitos das mulheres no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, do islã militante e de costumes tribais considerados prejudiciais. Seu objetivo é investigar, informar e influenciar no sentido de combater vários tipos de crimes praticados contra a mulher, entre eles a proibição de que as meninas frequentem a escola, a mutilação genital, o casamento forçado, a violência motivada pela honra e as restrições à liberdade de ir e vir.

A Fundação aha busca conscientizar a América de que algumas dessas práticas violentas contra as mulheres ocorrem com frequência cada vez maior nos Estados Unidos. Existe também para oferecer informação e assistência a meninas e mulheres em situação de dificuldade por meio da criação de um banco de dados de pessoas e instituições qualificadas para lidar com casos de maus tratos e abusos.

www.theahafoundation.org

Sobre a autora

Ayaan Hirsi Ali nasceu na Somália, em 1969. Foi criada como muçulmana e passou a infância e o início da vida adulta na África e na Arábia Saudita. Em 1992, estabeleceu-se na Holanda como refugiada, fugindo de um casamento forçado com um primo distante que nunca tinha conhecido. Aprendeu holandês e trabalhou como intérprete em clínicas de aborto e abrigos para mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica. Depois de obter seu diploma em ciências políticas, trabalhou para o Partido Trabalhista holandês. Denunciou o islã após os ataques terroristas de Onze de Setembro e se tornou membro do parlamento holandês, lutando pelos direitos das muçulmanas em toda a Europa, pela incorporação do Iluminismo ao islã e pela segurança do Ocidente. Passou a trabalhar para o American Enterprise Institute, em Washington, dc. Estabeleceu a Fundação Ayaan Hirsi Ali (www.theahafoundation.org), cujo objetivo é lutar contra vários tipos de crimes cometidos contra a mulher, entre eles a mutilação genital, os casamentos forçados e a violência motivada pela honra, por meio da educação, da oferta de ajuda e da disseminação do conhecimento.

Seu livro *Infiel* foi um dos maiores best-sellers da Europa, e ela continua a receber em todo o mundo prêmios por seu trabalho. Foi nomeada pela revista *Time* uma das cem pessoas mais influentes do mundo em 2005, citada pela *Glamour* na lista de heróis de 2005 e escolhida pela *Reader's Digest* cidadã europeia do ano. Ela recebeu também o prêmio norueguês de líder do ano na defesa dos direitos humanos, o prêmio da liberdade, na Dinamarca, o prêmio da democracia, na Suécia, o prêmio de coragem moral, por seu compromisso com a resolução de conflitos, com a ética e com a cidadania mundial, e o prêmio Heróis de Martin Luther King.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, *que entrou em vigor no Brasil em* 2009.

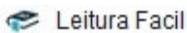
Título original
Nomad: From Islam to America — a personal
journey through the clash of civilizations

Capa
warrakloureiro

Foto de capa
Tess Steinkolk

Preparação
Carlos Alberto Bárbaro

Revisão
Thaís Totino Richter
Luciane Helena Gomide

ISBN 978-85-8086-374-1

editora schwarcz ltda.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — sp
Telefone (11) 3707-3500
Fax (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br